

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2.º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3.º Vice-Presidente: Victor Humberto Salviato Biasutti

4.º Vice-Presidente: Gelson Loiola

Secretário Geral: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Adjunto: Vinícius Muline dos Santos

Tesoureiro Geral: Aldo José Barroca

Tesoureiro-Adjunto: Walter de Aguiar Filho

Conselho Fiscal: Assunta Baliana Zamprogno; Carlos Teixeira de Campos Junior; Humberto Del Maestro; Rogério Zanon da Silveira; Ricardo Brunow Costa e Jadir Peçanha Rostoldo.

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Álvaro José dos Santos Silva e Karulliny Silverol Siqueira Vianna.

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917- v. : il. Anual; inicialmente irregular. ISSN 1981-9528 1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. CDU: 94(815.2)(05)
------	--

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Este é o segundo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* lançado em 2016, ano de centenário de fundação da Casa do Espírito Santo. Nestes cem anos de atuação do IHGES a *Revista* é, sem dúvida, um dos maiores patrimônios que agregamos ao nosso cabedal de realizações.

Cada vez mais referida por estudiosos e pesquisadores, a *Revista* vem passando por alterações ao longo dos últimos anos, visando a torná-la ainda mais atraente ao publicar e mais prestigiosa ao consultar. Não medimos esforços para que cada número venha a público, porque sabemos da importância que a ela é atribuída.

Este é um número da mesma maneira especial, porque traz um registro das festividades que tiveram lugar entre os meses de junho e julho de 2016 para marcar o centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Foram diversas atividades realizadas e homenagens recebidas, graças à iniciativa de órgãos, instituições e a sociedade em geral. De fato, constatamos um reconhecimento unânime à atuação do IHGES, sempre congregando de forma voluntária as ações de intelectuais e pessoas que trabalham em prol da cultura do Espírito Santo, exemplo que felizmente tem frutificado com maior intensidade ultimamente entre grupos e associações. Pode-se dizer que há tempos não se via tanto interesse pelo patrimônio cultural de nosso Estado, interesse este que nos orgulhamos de termos gestado durante períodos mais desanimadores, que por certo foram inúmeros nestes cem anos.

Uma das maneiras de mantermos vivo esse interesse tem sido a divulgação na *Revista* de trabalhos de associados e não associados, selecionados pelo Conselho Editorial dentre os que tragam como tema assuntos pertinentes à área de atuação do IHGES. Neste septuagésimo terceiro número, a segunda seção é dedicada a ensaios e

artigos, como sempre contemplando a diversidade de interesses e de formas de abordagem por parte dos autores que colaboraram. Desde estudos sobre fontes e historiografia a biografias, resenhas e história institucional, este septuagésimo terceiro número vem atestar também que durante este ano de 2016 as nossas atividades decorreram normalmente, mesmo num período em que corações e mentes estiveram voltados para a maior efeméride já vivida pela Casa.

Documento da atuação do IHGES, a *Revista* mantém-se relevante, e chegará aos cem anos de circulação em 2017 prestando à sociedade serviço cujo pioneirismo em terras espírito-santenses não abre mão de honrar a cada número publicado.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

As Festividades do Centenário do IHGES | 11

ENSAIOS E ARTIGOS

A Capitania do Espírito Santo: um Itinerário entre as Fontes e a
Historiografia | 71

Maria José dos Santos Cunha

Por mares há muito navegados – o Espírito Santo Português | 93

Fernando Achiamé

Os Pavonianos e o Santuário-Basílica de Santo Antônio, Patrimô-
nio Turístico e Religioso do Espírito Santo | 125

Aldo Barroca

O Capitão João Antunes Barbosa Brandão – O Patrono da PMES | 133

Gelson Loiola

O BANDES e o Programa “NOSSOCRÉDITO”: Por uma Historio-
grafia da Primeira Década | 163

Anaximandro Amorim

O Direito na Coleção Província da BPES: Dados, Obras, Autores | 193

Getúlio Marcos Pereira Neves

As periodistas Emilia Pardo Bazán e Ilza Etienne Dessaune e seus
Textos Inaugurais | 203

Karina de Rezende-Fohringer

Amor em Camões e o Amor Coroado | 225

Ester Abreu Vieira de Oliveira

NOTÍCIA

Um Romance mais do que Histórico | 249

Luiz Guilherme Santos Neves

Professor Clóvis Abreu | 253

Roberto Brochado Abreu

CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
ESPÍRITO SANTO

AS FESTIVIDADES DO CENTENÁRIO DO IHGES

1) Quarta-feira, 08 de junho de 2016

No dia 8 de junho foram iniciadas as comemorações do centenário de fundação do IHGES, quando na Biblioteca Pública Estadual aconteceu a abertura da exposição “Publicações do IHGES: retrospectiva”, que permaneceu todo o mês de junho aberta ao público. Na ocasião o presidente do IHGES deu início à atividade, proferindo as seguintes palavras:

“Senhoras e senhores,
Boa noite.

Começamos hoje, nesta reunião, a comemorar expressamente o centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Expressamente, porque a cada atividade que realizamos, a cada reunião das quartas feiras, nós na verdade estamos reavivando a ideia que condicionou a fundação da nossa casa, e cuja conservação ao longo de tanto tempo nos trouxe até aqui.

Eu penso que o início das nossas comemorações não poderia se dar em outro lugar. A Biblioteca Pública Estadual há mais de 150 anos é uma fonte de irradiação de saber; aqui está armazenado na forma de livros o saber científico acumulado.

Em texto que escrevi ontem a propósito do centenário, e que não sei se será publicado, chamei atenção para o fato de que a vida das pessoas e das sociedades é um suceder de fatos e de realizações, de experiências acumuladas que é bom que não se apaguem da memória coletiva para evitar que se repitam erros ou se percorram caminhos já trilhados. Por isso a humanidade sempre procurou guardar memória, na forma de experiência acumulada ou na de registro sistemático de fatos. Livros, documentos, toda espécie de registro

tem importância capital: a de, perenizando fatos e realizações humanas, abrir espaço para que cada pessoa memorize individualmente experiências e impressões relevantes para a sua própria vida.

Então, a memória coletiva, aquela que nos ajuda a trilhar os caminhos do desenvolvimento, seja pessoal, seja comunitário, seja nacional, é a que se armazena nos documentos e nos livros. Estamos, pois, muito à vontade aqui para falar de memória, que é o “negócio” do IHGES, estando, como estamos, entre livros.

Em outro trecho do tal artigo que não sei se será publicado chamei atenção para o fato de que no IHGES nós ajudamos a perenizar a memória do Espírito Santo, publicando nossa revista, de que lançaremos o número 72 a princípio no dia 21/06, e publicando também inúmeros títulos ao longo do tempo, sejam eles avulsos ou distribuídos tematicamente entre as diversas séries editoriais mantidas por nós.

Registro que o IHGES sempre publicou, o que faz como parte de suas atribuições — já houve ali inclusive uma editora, em forma de cooperativa entre os associados. No entanto, as séries editoriais a que me referi, e que estão expostas aqui fora, foram iniciadas no final dos anos 80 e estão assim distribuídas: Cadernos de História (59 títulos), Cadernos de Geografia (3 títulos), Coleção Almeida Cousin (para trabalhos fora da área de História e Geografia, 55 títulos), Coleção Renato Pacheco (para trabalhos preferencialmente sobre Vitória, 4 títulos), Coleção João Bonino Moreira (para trabalhos nas áreas de História Militar, Diplomática e Relações Internacionais, 5 títulos), Série Genealogia Capixaba (3 títulos) e Memórias da Ilha de Vitória (para documentos históricos, comentados, 5 títulos). As publicações do IHGES, sejam ou não editadas com recursos públicos, são encaminhadas à Biblioteca Pública estadual para distribuição pelo sistema estadual de bibliotecas públicas, como contrapartida ao financiamento, que durante a minha gestão tem sido feito majori-

tariamente por meio de emendas parlamentares votadas pelos dois deputados estaduais que eram nossos associados, Cláudio Vereza e Luzia Toledo, sendo que esta última continua exercendo mandato.

Sobre nossa *Revista* quero dizer que existem estudos científicos realizados por professores e alunos da UFES, publicados na própria *Revista*. Realizamos sobre ela uma mesa redonda no IHGES, em 2012, e registro com satisfação que ela será tema de outra mesa redonda, durante o seminário que se realizará na UFES de 14 a 16 de junho próximos. Essa mesa será mediada pelo vice-presidente Paulo Stuck Moraes e contará com a presença de pesquisadores da Universidade que trabalham com o nosso periódico.

Dito isto, devo passar a palavra ao orador da noite, professor Fernando Antônio de Moraes Achiamé, Secretário Geral do IHGES e meu confrade na Academia Espírito-santense de Letras, cujas palavras são o único e agradável obstáculo entre nós e o suco de laranja que vamos tomar daqui a pouco ali fora, em meio às publicações do IHGES em exposição.

Antes, agradeço à professora Rita Maia, diretora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, que prontamente aceitou a ideia da exposição; ao confrade Pedro J. Nunes e à bibliotecária Débora, que a organizaram; à Rita Moro e aos demais funcionários da Biblioteca, que nos facilitaram os trabalhos. A todos os senhores, aqui presentes, que atenderam ao nosso convite”.

A seguir o secretário-geral Fernando Antônio de Moraes Achiamé proferiu o seguinte discurso:

“No centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Ai de nós, por nos sabermos mortais. Viemos do Nada, ao Nada retornaremos. E, em nossa curta existência, ainda temos que

conviver com muitas contradições. Uma delas: somos seres gregários e não podemos viver sem o outro. Ao mesmo tempo, do outro sempre buscamos nos diferenciar.

Ai de nós, por sabermos inevitável a morte. Trilhamos muitos caminhos pela vida afora, mas todos eles nos levam a um só e inelutável destino. E tudo fazemos para adiar o que não podemos impedir. Por isso estamos aqui reunidos, para retardar a visita da Indesejada das gentes, para celebrar uma instituição que transcende às nossas vidas percíveis. E para exercer aquela contradição – nos congregarmos em torno de um centenário e, da mesma forma, nos distinguirmos uns dos outros.

À luz de tantas fragilidades humanas, iniciamos as comemorações dos primeiros cem anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e, por consequência, já começamos a caminhar nos dias que compõem o seu segundo centenário. Momento de fazer uma reflexão, mesma limitada, sobre a trajetória da nobre Casa de Domingos Martins.

Muitos de nós afirmam com orgulho, e certa procedência, ser esta instituição a mais antiga de caráter cultural no estado. Se temos esse privilégio, não podemos fazer disso uma razão para descansar sobre tal antiguidade. Somos, sim, a mais antiga instituição cultural do estado, mas num sentido restrito. No conceito antropológico de cultura, as mais antigas ainda existentes talvez sejam a Igreja católica, a Irmandade da Misericórdia, a Maçonaria, a Biblioteca Pública, criada em 1855 e nossa anfitriã nessa noite. Antiguidade é posto, como afirma a sabedoria popular, mas é também compromisso.

De todo conveniente estarmos na Biblioteca Pública Estadual para festejar essa efeméride do Instituto Histórico. Ela, a Biblioteca, tem caráter público como diz seu nome, e pode ser frequentada por não importa que pessoa em busca de conhecimento. Ele, o Instituto,

é uma associação privada, a que as pessoas somente podem pertencer depois de aprovadas pelos sócios. Ela a rua, o mundo de todos; ele a casa, o mundo de poucos. Contudo, ela e ele unidos pelo amor ao saber, ao debate, à palavra impressa.

Nos anos iniciais do Instituto, e em boa parte de sua existência, publicar livros e periódicos era tarefa difícil, devido às limitações técnicas e ao custo envolvido. Agora que as publicações avulsas e periódicas encontram um nicho privilegiado no mundo virtual, e por isso são mais fáceis de realizar e de acessar, suas tiragens diminuem no formato impresso, em mais uma ironia da história.

A Casa de Domingos Martins sempre deu prioridade à publicação da sua revista e de diversas obras referentes à história, geografia, literatura, folclore, enfim, a tudo o que dissesse respeito à realidade capixaba. Existe mesmo um caráter especial nos artigos estampados nas dezenas de números da revista e nos muitos livros publicados sob o selo do Instituto. Eles formam um valioso e diversificado painel, verdadeiro curriculum vitae do Espírito Santo, um tipo de portfólio bem representativo da nossa gente, dos seus usos e costumes. Todos os que vivem no estado, se quiserem, terão uma clara ideia dos últimos cem anos capixabas — e mesmo de períodos anteriores — estudando os artigos e os livros publicados sobre o patrocínio desta Casa. E poderão fazer diferentes leituras da nossa terra, por meio de interpretações que deixaram sobre ela os antigos e novos espírito-santenses, de nascimento ou de coração e, até mesmo, pelo que não publicaram a seu respeito.

Instituições ativas durante muito tempo passam por momentos favoráveis e adversos, e o Instituto não seria uma exceção a essa regra. Se destaquei um ponto extremamente positivo — a publicação de importantes obras —, também devo mencionar um aspecto negativo do seu percurso. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não soube conservar parte de seus próprios arquivos —

correspondência e livros de atas; e parte das publicações e bens culturais que lhe foram doados; sem falar no desaparecimento da sua antiga sede. É como o povo em sua sabedoria — casa de ferreiro, espeto de pau. E se enfatizo essas perdas, não o faço para condenar os administradores passados, pois sabemos que muitas delas foram involuntárias. Simplesmente registro a circunstância de maneira a expressar o voto, o desejo de que, no futuro, todos nós nos esforcemos para que episódios semelhantes jamais voltem a ocorrer.

Prossigo a reflexão, analisando de modo ligeiro a conjuntura histórica em que surgiu a Casa do Espírito Santo. De novo os estranhamentos, a presença de contradições humanas. Cem anos não são cem meses, nem cem dias. Para a História, contudo, cem anos não passam de um suspiro. É surpreendente a semelhança da realidade atual com aquela existente há um século — nada de novo sob o sol. Mas, ao mesmo tempo, surpreende também como a nossa época se mostra tão diferente daquela em que nasceu o Instituto. Novamente o estranhamento, sempre o estranhamento com o que está próximo a nós e com aquilo que nos afigura distante.

O Instituto Histórico nasceu sob o signo da crise.

Em 1916, o mundo estava em conflito; era o auge da Grande Guerra. De fevereiro a dezembro daquele ano, os exércitos da França e da Alemanha se massacravam na Batalha de Verdun, com centenas de milhares de perdas em vidas humanas, e número ainda maior de feridos. A guerra na Europa afetou muito o Brasil e o mundo todo. Por isso ficou conhecida mais tarde pelo nome de Primeira Guerra Mundial.

Crise no mundo, crise no Brasil, crise no estado capixaba. No Espírito Santo, especialmente, ela se apresentava de maneira profunda e com faces diversas.

Crise na economia estadual. Baseada quase que totalmente na produção e comercialização do café, o fechamento ou instabilidade dos mercados estrangeiros e nacionais — graças à guerra que servi-

ria para acabar com todas as guerras — ocasionou grande retração e desorganização dos negócios, com imensos prejuízos para todas as atividades econômicas.

Crise na sociedade capixaba. Devido ao descalabro econômico-financeiro daquele tempo, se acentuaram as desigualdades sociais entre a maioria da população e a elite. Resultado: os capixabas pobres ficaram ainda mais pobres.

Grave crise na política do Espírito Santo. Há cem anos, nosso estado padecia com acirradas disputas entre facções oligárquicas. A hegemonia construída em torno da poderosa família Souza Monteiro foi contestada, e de forma violenta. Pela primeira vez em nossa história, grupos políticos poderosos não se entenderam e, literalmente, puxaram o gatilho das suas armas, disputando o poder pela força. Desde o final do ano anterior eles se combatiam — no início de forma discreta, e depois abertamente — para impor um candidato de sua preferência à sucessão no governo do estado de Marcondes Alves de Souza.

Crise até mesmo no seio da Igreja católica do Espírito Santo, que ficou sem seu bispo. Na antevéspera das eleições para escolha do novo governador — que aconteceram a 25 de março, um sábado —, morreu no Rio de Janeiro, vítima da tuberculose, dom Fernando de Souza Monteiro, com 50 anos de idade, segundo bispo do Espírito Santo, e o primeiro capixaba a ocupar tal posição. Sua mãe, Henriqueta Rios de Souza, devido às inúmeras ofensas que o filho recebera de opositores, somente a muito custo concordou que o corpo dele fosse sepultado na capital capixaba. Enquanto o féretro vinha em trem especial de Niterói, parando em diversas cidades, operários cavaram na rocha viva, ao pé do altar-mor da capela do Carmo, o lugar de repouso para o prelado que tanto fizera pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Uma das principais razões para a criação do Instituto vinculava-se também a uma crise — o levante conhecido na história como

Revolução Pernambucana de 1817, ocorrido no contexto das lutas pela Independência do Brasil.

Sem dúvida, na data em que o Instituto foi fundado, o estado capixaba se debatia em crises tremendas. Não nos esqueçamos, não devemos nos esquecer dessas crises, sobretudo o conflito no campo político. Naqueles dias, o Espírito Santo possuía duas capitais, Vitória e Colatina; dois governadores, Bernardino Monteiro e Pinheiro Júnior; duas assembleias legislativas; e, como vimos, duas facções oligárquicas em disputa feroz pelo controle do poder estadual. A revolta do Xandoca, que também completa cem anos, expressou o inconformismo das oposições com o domínio da política estadual pela oligarquia dos Monteiro. Foi liderada pelo coronel e advogado Alexandre Calmon, o Xandoca, de Linhares e Colatina, e pelo médico e político Pinheiro Júnior, originário de Itapemirim. O fornecimento de luz à capital do estado foi criminosamente interrompido; os tiroteios se multiplicavam pela cidade. Houve muitos feridos e prisões, diversos imóveis sofreram danos, num clima de grande insegurança pública. Para acalmar os ânimos, tropas federais ocuparam Vitória e a dividiram em dois setores, cada um deles sob o controle de uma facção. O “caso político do Espírito Santo” tomou dimensões nacionais, se arrastou por semanas e somente foi resolvido no final de junho de 1916.

Nesse meio tempo, argumentando que o nosso estado era um dos poucos que ainda não contavam com entidade dessa natureza, os fundadores do Instituto trabalhavam para sua organização. Eles eram adeptos do situacionismo, da oligarquia dos Monteiro que, afinal, continuou no poder por mais alguns anos. E eram pessoas influentes. Antonio Francisco Ataíde, vitoriense, engenheiro e republicano histórico, já ocupara diversos cargos na política estadual. Foi o primeiro presidente desta Casa e, à época, detinha o cargo de vice-governador do estado, recém-eleito na chapa de Bernardi-

no Monteiro. Foi sucedido na presidência por Arquimimo Martins de Matos, farmacêutico, depois médico, nascido em Cachoeiro de Itapemirim e cultor de um capixabismo tão fervoroso que colocou na sua filha, falecida ainda jovem, o nome de Maria Ortiz e em seu filho o de Domingos Martins; ocupara na administração de Marcondes a importante Diretoria de Interior e Justiça. O terceiro presidente foi Carlos Xavier Pais Barreto, pernambucano, advogado, mais tarde desembargador junto ao Tribunal de Justiça do estado e que, no governo de Marcondes, exercera a função de chefe de Polícia. Um engenheiro, um farmacêutico e um advogado fundaram o Instituto e foram os primeiros a ocuparem sua presidência. De diferentes origens, formações e profissões, mas unidos no propósito comum de valorizar nosso estado e exaltar a República.

Em 1838, fundou-se na capital do Império o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para estudar as dimensões do tempo humano e do espaço territorial, a fim de contribuir na construção da própria nacionalidade. À sua imagem e semelhança, criou-se há cem anos o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo para auxiliar na definição da identidade capixaba. Se a República concebeu um herói nacional — Tiradentes — era necessário que viesse à luz um herói estadual — Domingos Martins. Nosso patrono era tido como filho de Pernambuco por já ser considerado herói naquele estado. Foi trazido de volta ao Espírito Santo, onde nascera, por mãos de pernambucanos ilustres que aqui se estabeleceram, liderados por Carlos Xavier Pais Barreto, quase todos eles vinculados à advocacia e à magistratura; no que foram auxiliados por capixabas, também ilustres, que haviam estudado na Faculdade de Direito do Recife, a exemplo de Afonso Cláudio.

A data precisa de criação do Instituto, 12 de junho de 1916, marcou o 99º aniversário de morte do mártir capixaba da Revolução Pernambucana. Foi escolhida de propósito para mobilizar

todo mundo, com vistas à passagem do centenário do martírio no ano seguinte. Fundado em sala da Assembleia Legislativa, logo seus associados se mobilizaram para providenciar um pedestal com o busto do patrono, a ser colocado em ponto de destaque na Cidade Alta, entre as sedes dos poderes legislativo e executivo; forma singular de instituir uma espécie de altar da pátria espírito-santense. O monumento não ficou pronto na data do centenário da execução de Domingos Martins, mas foi inaugurado no dia em que se comemorou a proclamação da República naquele ano de 1917.

E os sócios do Instituto não mais pararam suas atividades. Em 1921, tudo indica que por influência deles, o município de Santa Isabel, originado da antiga colônia batizada com o nome da princesa católica, teve sua denominação alterada para Domingos Martins, em homenagem ao capixaba considerado republicano e maçom. O povo, no entanto, continuou a se referir ao local como Campinho de Santa Isabel, ou simplesmente Campinho. Por que escolheram justamente esse município, e não outro, para referenciar a memória do nosso patrono?

Mas esta Casa logo fez as pazes com a monarquia, acompanhando o Governo da União, que anistiará a família imperial em 1920. No ano seguinte, o mesmo da troca da nomenclatura municipal antes referida, a princesa Isabel morreu no castelo D'Eu. O conde, representando a família, esteve presente aos festejos pelo centenário da Independência em 1922, no Rio de Janeiro, ocasião em que veio a falecer. Já no centenário de nascimento do nosso segundo imperador, comemorado em 1925, o instituto prestou à memória do grande brasileiro diversas homenagens, consubstanciadas em palestras e publicações de artigos em sua revista.

Nossos sócios sempre estiveram unidos pelo amor à cultura, às luzes intelectuais, à afeição sadia devotada ao estado do Espírito Santo. Alimentassem simpatias pela monarquia ou pela República;

adotassem posições políticas mais à direita ou à esquerda do espectro ideológico; preferissem a história ou a geografia; gostassem mais do antigo ou do moderno; fossem eles historiadores, geógrafos, professores, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, magistrados, comerciantes, em resumo, atuantes nas mais diversificadas profissões.

Mas — tem sempre um mas, como dizia Maria Stella de Novaes, a primeira mulher a ingressar nesta Casa, em 1945. Mas, o que os sócios vieram buscar no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo durante os últimos cem anos? As razões que os moveram, apesar de muito variadas, os dividiram em dois grupos. Um deles abrigou os que desejavam servir-se do Instituto, conquistar glórias, louros e honras imerecidas. Formaram uma minoria, que não conseguiu alcançar seus objetivos. Número esmagador de associados, no entanto, perfilou-se no outro grupo, dos que vieram para servir ao Instituto. Também a estes nada foi dado, mas não se decepcionaram, pois tinham vindo justamente para servir. E, realmente, ofereceram suas contribuições valiosas por meio de comunicações e artigos publicados em nossa revista, de livros, palestras, discursos, pesquisas, doação de documentos e objetos históricos; pela oferta de horas e horas de trabalho voluntário em tarefas burocráticas. Em poucas palavras, no que pudessem ajudar à existência desta Casa, sempre com desprendimento, generosidade e elevados propósitos. Por isso que ela conserva o status de instituição privilegiada na memória coletiva dos capixabas.

Força é considerar que tivemos episódios em que arderam fogueiras de vaidades. Os que as acenderam, por cultivarem o supremo orgulho de que somente eles poderiam amar o Instituto, foram consumidos por elas mesmas e deles muito pouco restou. Nessa altura, convém revelar um segredo que detemos; como diziam os antigos, um segredo de polichinelo por ser sabido e ressabido por

quem presta atenção ao que se passa no Instituto — é uma ilusão pensar que ele confere algum prestígio aos seus sócios. Estes é que, gozando de boa reputação entre os capixabas, aumentam na sociedade civil a influência da Casa a que pertencem.

Muitas pessoas, por ignorância ou má-fé, costumam considerar o Instituto Histórico de maneira pejorativa, acusando-o de estar muito preso às tradições, ao passado, e de ser um lugar frequentado apenas por pessoas idosas e abrigar inúteis peças de museu. Pensam assim por desconhecerem a verdadeira dimensão desta Casa. Na verdade, e não poderia ser de outro modo, ela vincula-se ao passado para valorizar nossa identidade por meio do conhecimento da história e da geografia do universo capixaba. Mas, sobretudo, ela tem o compromisso de manter e transmitir para a posteridade as nossas mais caras tradições. Exatamente essa circunstância obriga que a Casa do Espírito Santo se preocupe com o futuro, que profetize esse futuro, que o construa. E recorro a Antônio Vieira, o imperador da língua portuguesa no dizer de Fernando Pessoa, para melhor compreender as ações que os sócios do Instituto e suas diretorias exerceram no passado, desempenham na atualidade e, principalmente, cumprirão na história futura. Diz Vieira, no conhecido Sermão da Terceira Domingo do Advento:

Os antigos, quando queriam prognosticar o futuro, sacrificavam os animais, consultavam-lhes as entranhas, e conforme o que viam nelas, assim prognosticavam. Não consultavam a cabeça, que é o assento do entendimento, senão as entranhas, que é o lugar do amor; porque não prognostica melhor quem melhor entende, senão quem mais ama. E este costume era geral em toda a Europa antes da vinda de Cristo, e os portugueses tinham uma grande singularidade nele entre os outros gentios. Os outros consultavam as entranhas dos animais, os portugueses consultavam as

entranhas dos homens. [...] Era costume dos antigos portugueses — diz Estrabão — consultar as entranhas dos homens que sacrificavam, e delas conjecturar e adivinhar os futuros. A superstição era falsa, mas a alegoria era muito verdadeira. Não há lume de profecia mais certo no mundo que consultar as entranhas dos homens. E de que homens? De todos? Não. Dos sacrificados. [...] Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados; consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam, e o que elas disserem isso se tenha por profecia. Porém, consultar entranhas de quem não se sacrificou, nem se sacrificava, nem se há de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; é querer cegar o presente e não acertar o futuro.

Estas palavras de Vieira possuem plena atualidade. Cada um dos sócios, dos colaboradores da revista, dos membros das diretorias, dos presidentes que as lideraram, cada um deles ofereceu sua cota de sacrifício para a vida da entidade. Muitas camadas, muitos estratos se acumularam na vida do Instituto nesses últimos cem anos. Cada presidência, uma camada — umas mais largas, outras mais estreitas, umas de cores pálidas, outras em tons mais fortes; umas decisivas, outras paliativas. Mas todas elas importantes para compor o nosso percurso na história.

Muitos sócios que não ocuparam a presidência do Instituto também se sacrificaram em prol dele. Para não me alongar muito, cito apenas dois nomes emblemáticos; um mais antigo, e que se distinguiu como jornalista, advogado, servidor público e historiador; outro de tempos mais recentes, que se empenhou à frente da secretaria geral, um autêntico faz-tudo. Pronunciando os nomes de Mário Aristides Freire e Elmo Elton Santos Zamprogno, homenageio todos aqueles que no decurso da vida já longa do Instituto Histórico

por ele se sacrificaram. Pois o passado e o presente de suas lutas e sacrifícios são os penhores, as garantias de que, no futuro, mais e mais sócios se comprometerão com a trajetória desta Casa, assegurando sua sobrevivência.

Criada em meio a crises, como vimos, ela se constituiu, no entanto, em fator de estabilidade na vida estadual nos últimos cem anos. Cometo algum exagero? Acredito que não, absolutamente. Basta interpretar o brasão do estado, concebido no início do século XX. Nas duas faixas que o sustentam para nelas se inscrevem as nossas datas magnas. Na faixa da direita, com fundo rosa, se inseriu o suposto dia da chegada de Vasco Fernandes Coutinho à sua capitania — 23 de maio de 1535 —, convencionado como o começo da colonização do solo espírito-santense. Na faixa da esquerda do brasão, com fundo azul, registrou-se inicialmente o dois de maio de 1892, dia em que se promulgou a primeira Constituição estadual. Com o tempo, a Lei Maior do estado foi profundamente reformada e mesmo substituída diversas vezes. Então, decidiu-se colocar uma data que não sofresse modificações, escolhendo-se o doze de junho de 1817, quando executaram Domingos José Martins no Campo da Pólvora, em Salvador.

E, assim, essas duas datas servem de base para o próprio brasão oficial do nosso estado. Nelas repousam todo o arcabouço simbólico da unidade federada dos capixabas. A data mais antiga se refere à criação do nosso corpo físico por Vasco Coutinho, e remete a quem se sacrificou por nossa terra e lhe deu o nome — no princípio, em todo princípio, é o verbo. Já a segunda data, evoca o surgimento da nossa instância espiritual, a partir do martírio de Domingos Martins, que sofreu o sacrifício extremo, dando sua vida pela liberdade. Sem a liberdade não podemos ser cidadãos, não podemos habitar a república. Vasco Coutinho e Domingos Martins, porque se sacrificaram por nós, com o passar do tempo transitam da condição de nossos pais fundadores para a de nossos mitos fundadores.

Símbolos são imprescindíveis para a existência humana, tanto a individual, quanto a social. No brasão do Espírito Santo, os indícios apontam para a relevância da nossa entidade e do seu patrono na constituição da existência simbólica do estado capixaba. Prova? Basta revelar uma realidade nem sempre evidente. A Casa do Espírito Santo possui esse nome não por acaso — representa em nossa consciência coletiva o papel de símbolo da unidade capixaba. Como que ocupa, em parte ao menos, a posição de chefe de estado, por ser a síntese maior da nossa existência comum (tempo histórico) e do nosso território comum (espaço geográfico). Os governos passam, e com eles passam os chefes de governo e suas disputas políticas. O estado continua, e com ele, na posição de autoridade simbólica e vigilante, permanece o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Por isso que, fazendo uma confusão entre chefia de estado e chefia de governo, muitas pessoas o consideram uma extensão da administração pública, possuindo caráter governista. Estão enganadas. Ele não se alia a governos ou programas partidários justamente para manter-se independente na sua condição de representar, acima de tudo, o estado capixaba. E para reunir, de maneira livre, pessoas interessadas em pensar o Espírito Santo, em defender os seus supremos interesses.

Na ocasião em que se inicia a caminhada desta Casa no tempo do seu segundo centenário, expresso os pensamentos e os desejos de todos aqueles que a amam e que acompanham seus passos. Todos nós auguramos os melhores votos de sucesso para vencer as novas crises que certamente surgirão. De uns anos para cá, ficou comum dizer que as crises são novas oportunidades para o crescimento. São, com efeito, e sempre o foram. Que as crises vindouras sirvam de oportunidades para que o Instituto possa prosseguir sempre melhor nos novos tempos.

Ai de nós que, para nos consolarmos, continuamos a lamentar nossa condição humana — mortal, frágil e repleta de contradições —, como já faziam nossos antepassados há milhares de anos.

Contudo agora, na celebração deste centenário glorioso, mude-se a locução “ai de nós” pela interjeição “viva!”. Que tal mudança também nos traga consolação, por sabermos que esta Casa, suas utilíssimas publicações, e o estado do Espírito Santo nos sobreviverão e, portanto, são para nós imortais. Como imortal é o amor que todos dedicamos à terra capixaba.

Viva o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo!”

O orador foi grandemente aplaudido pelos presentes, que a seguir se dirigiram ao recinto onde estavam expostas publicações integrantes das séries editoriais do IHGES.

2) Domingo, 12 de junho de 2016

No dia 12 de junho, data da fundação, aos pés do monumento a Domingos José Martins na Praça João Clímaco, na Cidade Alta, o presidente abriu a atividade de saudação ao Patrono da Casa proferindo as seguintes palavras:

“Senhoras,

Senhores,

Meus caros consócios:

Neste ato estamos renovando uma tradição que era cara aos que nos antecederam no IHGES, mas que acabou se rarefazendo, neste formato, pelas complexidades da vida moderna. Se o elogio a Domingos José Martins nós o fazemos a cada 12 de junho, durante a sessão solene que comemora a fundação do IHGES, essa pere-

grinação ao seu busto aconteceu pela última vez na presidência do desembargador Sebastião Sobreira. Então é necessário que, como atual presidente do nosso grêmio, eu fale algumas poucas palavras para esclarecer o que fazemos aqui hoje, nesse frio.

Ao ser fundada a nossa casa, em 12 de junho de 1916, há exatos 100 anos, a fundação havia de ser feita sob a inspiração de um Patrono. Ora, o Patrono protege e inspira: protege as intenções e inspira as realizações de quem o evoca. Essa "proteção", sem dúvida nenhuma simbólica, decorre da sua ascendência, moral ou espiritual, sobre quem o invoca; já a inspiração vem do exemplo que suscita, pelas realizações que tenha deixado.

No livro *Reflexões sobre o IHGES*, publicado em 2014, tive a oportunidade de refletir sobre a escolha de Domingos José Martins como patrono do nosso Instituto. Descontada a óbvia intenção de legitimação do nosso idealizador, o pernambucano Carlos Xavier Paes Barreto, perante a elite local contemporânea, ele que viria a ser personagem destacada da vida pública e cultural do Espírito Santo, a escolha de Domingos Martins era óbvia por ter este reputação de Herói da Revolução Pernambucana de 1817, movimento republicano que reunia os dois estados brasileiros — Pernambuco, terra natal de Paes Barreto e palco da Revolução, e Espírito Santo, torrão natal de Domingos José Martins.

A esta 'feliz coincidência', digamos assim, acresce-se o fato de que Domingos Martins foi um herói 'moderno', como o chamei nas páginas daquelas minhas reflexões: moderno pela sua intenção, que era bastante prática — comerciantes que eram da praça do Recife, opunham-se os revolucionários de 1817 a um aumento de impostos para fazer frente a período particularmente ruim para as finanças locais — moderno também pela forma como se portou no episódio, concebendo, obviamente que com o concurso de outros, mas concebendo a ideia, propagando-a por meio de encontros realizados

na sua própria casa, e executando-a, ‘pondo a mão na massa’, como se diz, ao tornar-se ministro do comércio da efêmera República, e ‘pegando em armas’, como se diz, ao comandar um troço de tropas revolucionárias, quando foi capturado pelas forças da Coroa e posto a ferros para ser julgado.

Sua dimensão histórica, não apenas a de Patrono desta casa centenária, fica patente da escolha de seu nome por aqueles mesmos republicanos contemporâneos para batizar um município espírito-santense, município este que para eles se revestia de uma carga simbólica muito grande por evocar exemplo prático de renovação, de modernização, ideias muito caras aos primeiros republicanos: o núcleo de Santa Isabel era um reduto de imigração estrangeira bem sucedido e ‘abençoado’, digamos assim, com sua presença, pelo próprio Imperador, recebendo o nome de um mártir republicano.

Neste dia 12 de junho, o município que leva o nome do nosso Patrono recebe o encargo de sediar o estado, tornando-se a capital, com a presença física do seu mandatário. Fazendo um paralelo, podemos entender que neste dia 12 de junho mais fortemente ainda recai sobre o IHGES o encargo de guardião das tradições culturais do Espírito Santo, que é em suma a sua razão de existir. É como que esta sua vocação ficasse renovada. Esta é, senhoras e senhores, a dimensão simbólica deste nosso ato.

É com essa breve digressão que passo a palavra ao orador, Fernando Achiamé, para o elogio ao nosso patrono”.

A seguir o secretário-geral Fernando Antônio de Moraes Achiamé proferiu a seguinte:

“Evocação de Domingos José Martins no centenário da sua Casa.

Domingos José Martins. Seus conterrâneos, de nascimento e de coração, mais uma vez se encontram ao redor do monumento

assentado onde Vitória nasceu, e que celebra vossa memória, para vos dirigir breves palavras. Que tenhais paciência para ouvir mais estas. Reproduzimos os gestos que muitos de nossos antepassados fizeram para vos homenagear na passagem de mais um ano de vosso falecimento. Vós bem sabeis que pertencemos ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a Casa da qual vós sois patrono. Procuramos representar com dignidade os anseios de todos os capixabas, seja nas mudanças do tempo histórico, seja na diversidade do território geográfico.

Nem nos vossos sonhos mais delirantes, poderíeis imaginar que vossa memória seria lembrada por anos e anos a fio depois que vos mataram naquele 12 de junho de 1817, há exatos 199 anos, no Campo da Pólvora, em Salvador. O príncipe regente e seus áulicos que vos mandaram assassinar já não existem há muito tempo, e deles a história não guardou as últimas palavras. Já as vossas estão eternizadas no coração da gente capixaba. ‘Vinde executar as ordens do vosso sultão, eu morro pela líber...’ Nem os estampidos daqueles tiros impediram que nós compreendêssemos vossas palavras — sabemos que vós morrestes pela liberdade para que pudéssemos viver com ela. A palavra e o ideal que, para nós, não pudestes completar, nós os construímos — dia a dia, ano a ano — ao longo de todo esse tempo. Obra incompleta, Domingos Martins, obra imperfeita sim, mas toda vez que ganhamos uma luta por nossa liberdade é o vosso nome que evocamos.

Quantos homens mereceram ser lembrados, como vós, passados tanto tempo desde que morreram? Poucos; muitos poucos. Somente os escolhidos — os santos, os mártires, os artistas.

Cada geração, cada pessoa que aqui esteve presente para com vós dialogar falou de uma maneira, lembrou uma passagem, deixou algum recado, e ouviu o que tinha para ouvir. Vós tudo escutastes com paciência e respondestes o que devia ser respondido. Os monumentos escutam, mas também falam. São erigidos para que

os homens dialoguem com eles próprios. E para que o passado possa conversar com o futuro.

Domingos Martins, a conversa deste ano é simples e direta.

Vós fostes ídolo. Vós fostes herói. Vós fostes mártir.

Vós fostes ídolo no começo da República. Ídolo de uma geração que procurava consolidar a identidade dos capixabas, utilizando os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Depois, fostes elevado ao grau de herói, um semideus que defenderia as divisas do território capixaba perante os vizinhos invasores, e a nossa história contra o esquecimento.

Em seguida, vos exaltaram ao grau de mártir para que o vosso sacrifício supremo, aos olhos dos capixabas, sempre fosse maior do que os sacrifícios cotidianos que eles faziam para sobreviver.

Agora estamos aqui para vos dizer. Vós não sois ídolo. Vós não sois herói. Vós não sois mártir. Vós não sois nada, Domingos José Martins.

Mas justamente nesse nada é que reside toda vossa glória. Vós vos transformastes em mito. E “o mito é o nada que é tudo”, como já nos disse Fernando Pessoa. Assim, cada geração de capixabas, há um século, veio fazendo de vós o que precisava ser feito. Qual folha de papel em branco, vós vos apresentastes a nós capixabas para que nela escrevêssemos uma história nossa, a ser contada para os vindouros. Vós sois tudo, Domingos José Martins.

O pouco que sabemos da vossa vida nos é suficiente. Que nasceste no lugar Caxangá, em Itapemirim, Espírito Santo. Que morastes em Vitória, na Rua das Flores. Que vosso apelido de criança era Bembem. Que fostes um homem livre e de bons costumes. Que defendestes a prática de, nos banquetes brasileiros, ao invés do vinho se beber a nossa deliciosa cachaça. E que morrestes pela liberdade.

Liberdade? O que expressa esta palavra tão pronunciada por todos nós? Talvez sua melhor e mais bela definição esteja na não-definição contida nos versos de Cecília Meireles:

Liberdade — essa palavra,
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda.

Depois da vida, a liberdade é nosso bem mais precioso. Ao oferecer a vossa vida pela liberdade dos futuros patriotas, que nem sonhavam em nascer, transformastes vossa existência precíval num bem de valor eterno.

Nada vos precisamos contar sobre o Espírito Santo, Domingos Martins. Do lugar mítico em que vós vos encontrais, tudo sabeis sobre os capixabas. As lutas e as necessidades que acompanharam nossa peregrinação nos últimos dois séculos. Muitas foram as derrotas, mas muitas mais foram as conquistas que obtivemos. Sem dúvida, ainda há muito por conquistar – economia mais pujante, maior igualdade social, política exercida para o bem comum, sustentabilidade do nosso meio ambiente. Confiando em vós, não desanimaremos jamais. Prosseguiremos, Domingos Martins, lutando para diminuir nossas necessidades e, assim, aumentar nossas liberdades.

Inscrito no Panteão da Pátria, em Brasília, como o primeiro e, por enquanto, o único herói capixaba, é bom que vós não sejais somente do Espírito Santo. Andastes por Portugal, França e Inglaterra; vos fizestes pedreiro-livre; ganhastes dinheiro com o comércio; voltastes ao Brasil nas dores do seu nascimento e vos estabelecestes em Pernambuco. Lutastes pela liberdade, vos combateram e vos venceram. Mandaram-vos preso para a Bahia e lá sumariamente vos justiçaaram para que servisse de exemplo contra novas revoltas. Quem mesmo foi o vencido? Quem mesmo morreu? Vossos carcascos, não vós. Por tudo isso, é bom que vosso espírito não fique preso em um lugar somente, mas esteja presente sobre toda a nação brasileira, sempre a nos lembrar as lutas pela Independência e pela liberdade.

Vós, Domingos Martins, que viveis na eternidade, sabeis muito bem que ela existe. E existe nas mais variadas formas – a eternidade deste instante, a eternidade do amor, a eternidade dos ruídos emitidos quando foi criado o universo e que agora cientistas ouvem com uso de sofisticados aparelhos. Nós capixabas não precisamos de qualquer equipamento para ouvir vossas últimas palavras e os estampidos daquele 12 de junho que garantiram vosso ingresso glorioso na eternidade. Bastam nossos corações.

E exatamente por meio de nossos corações renovamos nossa gratidão pelo que fizestes por nós, traduzida nos sons dos aplausos que ora vos dedicamos e que ressoarão na grandeza do infinito para sempre. Vós morrestes pela liberdade, para que pudéssemos viver por ela.

Muito obrigado, Domingos José Martins”!

Ainda no dia 12 de junho houve missa na Catedral Metropolitana de Vitória em que o arcebispo Dom Luiz Mancilha Vilela, associado benemérito do IHGES, dirigiu palavras de júbilo à associação por seu aniversário de fundação.

3) Segunda-feira, 13 de junho de 2016

No dia 13 de junho, no salão São Tiago do Palácio Anchieta, aconteceu a sessão solene em comemoração ao centenário de fundação do IHGES, sendo anfitrião o sr. Vice-Governador do Estado do Espírito Santo, César Colnago. Na ocasião o Presidente do IHGES abriu a solenidade, proferindo o seguinte discurso:

“Ao contrário de tempos passados, em que o ritmo da vida favorecia a acumulação de ideias e de informação, nos atuais, em que

os fatos se sucedem rapidamente e a informação é volátil, temos a impressão de não serem muitas as realizações humanas fadadas a perdurar. A memória do homem, cada vez mais fugaz, vai sendo inundada de novas aquisições, num fluxo atordoante de que sequer nos damos conta. Para que, então, guardar memória de tempos idos, de fatos passados e de vultos desaparecidos? Por que descuidar da vida que se desenrola ante nossos olhos para lembrar coisas pretéritas, aspectos de uma existência que já não é mais a nossa?

A vida das pessoas e das sociedades é um suceder de fatos e de realizações, de experiências acumuladas que é bom que não se apaguem da memória coletiva para evitar que se repitam erros ou se percorram caminhos já trilhados. Por isso a humanidade sempre procurou guardar memória, na forma de experiência acumulada ou na de registro sistemático de fatos. Livros, documentos, toda espécie de registro tem importância capital: a de, perenizando fatos e realizações humanas, abrir espaço para que o homem memorize individualmente experiências e impressões relevantes para a sua própria vida.

Guardar a memória coletiva da sociedade, das pessoas que viveram numa comunidade, das realizações de indivíduos em prol da coletividade, da vida comum dos demais, testemunhos de um modo de ser e de estar no mundo numa determinada época. Atividade que não é fácil, pelo muito que exige de quem a ela se dedica. Cuidar de registros e manuseá-los, extraindo informações que de outra maneira não seriam acessíveis, torná-las utilizáveis e fazê-las úteis aos que vivemos nos dias de hoje. Usar em nosso favor a experiência dos que nos antecederam.

Há quem, pessoas e instituições, se dediquem profissionalmente a essa atividade; há quem, por outro lado, a ela se dedique por abnegação. Se as instituições governamentais acolhem os profissionais, e não poderia ser diferente, existem outras instituições que

acolhem todos os abnegados que a isso se dedicam, profissionais ou não. Há tempos — no Brasil desde 1838 — tais instituições estão organizadas na forma de Institutos Históricos e Geográficos. Entre nós, no Espírito Santo, desde 1916.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo fez cem anos de fundação ontem, dia 12 de junho. Com maior ou menor visibilidade ao longo dos tempos, sempre se manteve fiel à tarefa que se impôs quando da sua criação: a conservação da memória regional. Nesses cem anos, o IHGES vem integrando um ideal de produção de um conhecimento essencial, em suma, à compreensão da vida brasileira em todas as suas peculiaridades.

Hoje existe uma rede de instituições autônomas instaladas nos mesmos moldes em todos os estados e em municípios importantes país afora. Sempre constituídas na forma de associação civil sem fins lucrativos, sempre prestando serviço voluntário.

Por meio de recursos públicos e privados — principalmente da contribuição de seus associados — o IHGES vem realizando ao longo dos tempos um sem número de atividades culturais abertas a todos e editando a mais antiga revista em circulação no estado. *Pereniza*, assim, por meio de registro apropriado, fatos e realizações, a forma de ser e de estar no mundo dos capixabas, porque a memória do que somos não pode perecer. De posse dessas informações cremos ser mais fácil pensar o Espírito Santo, melhorar a vida de seu povo.

É bastante apropriado, nesta ocasião, lembrar os nossos idealizadores, personalidades que viabilizaram a ideia de criar, no Espírito Santo, um grêmio científico-literário, para que as tradições locais ‘não passem tão obscuramente’, nas palavras de Carlos Xavier Paes Barreto naquela reunião que instalou o IHGES. São eles: o próprio Carlos Xavier Paes Barreto (advogado, magistrado, chegou a desembargador e presidiu o Tribunal de Justiça do Espírito Santo),

Archimimo Martins de Mattos (farmacêutico, médico, comandou a Polícia Militar do Espírito Santo) e Antônio Francisco de Athayde (engenheiro, foi secretário de estado e prefeito municipal de Vila Velha). Naquela reunião, realizada em 12 de junho de 1916 numa sala do Congresso Legislativo do Espírito Santo, 44 personalidades da vida pública e cultural do estado assinaram a ata de instalação e são considerados os nossos fundadores.

É fato, e por isso devemos lembrar, que, desde a fundação, todos os movimentos e realizações culturais importantes que floresceram no Espírito Santo tiveram participação do IHGES ou de seus associados, a exemplo da criação da Academia Espírito-santense de Letras, da Faculdade de Direito, do Centro Capixaba de Folclore, da Universidade estadual, posteriormente encampada pela Universidade Federal. Integraram os seus quadros intelectuais de renome, a exemplo de Afonso Cláudio de Freitas Roza, Carlos Xavier Paes Barreto, Almeida Cousin, Adelpho Poli Monjardim, Eurípides Queiroz do Valle, Ceciliano Abel de Almeida, Maria Stella de Novaes, Elmo Elton Santos Zamprogno, Renato José Costa Pacheco, Miguel Depes Tallon e inúmeros outros, totalizando 1.152 associados desde 1916, em todas as categorias, sendo 769 efetivos.

Enfim, o propósito é o mesmo, lá se vão cem anos; os tempos apenas condicionam a maneira como nosso propósito é concretizado por nós. É por isso que no IHGES ultimamente nos acostumamos a pensar nestes cem anos como ‘nossos primeiros cem anos’: começamos agora, aqui, a percorrer os próximos.

Recaindo sobre mim a honra de ocupar a presidência da casa nesta ocasião tão significativa, dou novamente a palavra ao proponente da reunião daquela noite de segunda-feira, 12 de junho de 2016: ‘para que tantas tradições e tantas riquezas não passem quase obscuramente, precisamos tornar conhecidos o corpo e a alma do Espírito Santo.’

É por meio do trabalho de todos, senhoras e senhores, de todos vocês, meus caros consócios, que este propósito vem sendo tão fielmente concretizado nestes cem anos.

Vida longa é o que desejamos ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo!”

Em seguida usou da palavra a associada Ester Abreu Vieira de Oliveira, Vice-Presidente da Academia Espírito-santense de Letras e Presidente da Academia Feminina Espírito-santense de Letras:

“Saudações.

Fui convidada pelo Presidente do IHGES, Sr. Dr. Getúlio Neves, para, como vice-presidente da Academia Espírito-santense de Letras (AEL) e presidente da Acadêmica Feminina Espírito-santense de Letras (AFESL), apresentar essas instituições às quais pertencem e relacionar as suas relações com o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), a nossa instituição centenária.

O IHGES foi fundado em 12 de junho de 1916, em Vitória, e este ano completa o seu centenário. Sua criação ocorreu a partir da ideia de Carlos Xavier Paes Barreto, logo encampada por Archimimo Martins de Matos e Antonio Francisco de Athayde, e efetivada a sua criação durante uma reunião do dia 12 de junho de 1916.

A data fixada da fundação do IHGES não foi uma data casual. Ela remete à morte por fuzilamento, em Salvador, de Domingos José Martins, herói espírito-santense e herói da Revolução de 1817, quando completaria no, 12 de junho de 1916, 99 anos de sua morte pela luta da liberdade pátria. Assim, a fundação do IHGES decorre da necessidade de resgatar do passado os valores capixabas e mostrá-los no cenário nacional. Também, nos objetivos desta instituição há a busca de encontrar a nossa identidade e conservá-la, acompanhando as transformações sociais, como demonstram as

reuniões semanais, mesas redondas, ciclos de palestras, comemorações de fatos inéditos ou de pessoas que se destacaram no cenário cultural do ES, do Brasil ou internacional.

Nas produções do IHGES encontram-se as de cunho científico, nas áreas de História, e as de cunho literário, tanto na revista anual do IHGES como na Coleção Almeida Cousin, editada, a partir de 1997. Essa coleção recebe o nome de um benemérito do IHGES e membro tanto do IHGES como da AEL.

A História é uma construção, um relato que põe em evidência tanto o presente como o passado. Seu texto faz parte da literatura. A literatura está ligada à vida. A literatura tem a faculdade de tornar o homem melhor. O homem é feito de sua vivência e do que lê.

A obra literária é composta de um mundo total. Nela o leitor pode encontrar uma biblioteca, como vêm Jorge Luiz Borges e Umberto Eco. A literatura trata da ciência e de todo o saber (social, psicológico, histórico). Pode-se dizer que uma obra literária é um trabalho alquímico e nela e para ela convivem escritores, leitores, críticos, editores, vendedores. Pois um livro não se reduz à ‘fabricação’ — ‘material do artista’, mas todos os que acompanharão o seu percurso, sem exclusão de nenhum setor, fazem parte do livro.

Um livro não é bom nem é mau. Os julgamentos são muito subjetivos. Cada indivíduo reage a uma leitura de acordo com a sua personalidade e há obras que agradam a uma pluralidade de leitores — essas são consideradas de valor. Incorreto é a qualificação bom/mau para um livro, pois sempre o livro encontrará quem lhe dê preferência, ou se identifique com alguma parte do que ele procura dizer. O gosto não tem um julgamento lógico, mas estético, por isso o seu princípio é subjetivo. Dizer belo é expressar prazer. O critério de valor de um livro é extraliterário: estético, social e ideológico. O prazer que proporciona um livro indica que é um objeto de ‘feitiço’, um objeto erótico. Ele, o livro, deseja o autor. Ele envolve o

autor por meio de ‘tela invisível’: o vocabulário, as referências, a legibilidade, etc. O autor está por trás dele e desaparece como pessoa civil, o autor morre, mas no mundo acadêmico e nessas instituições culturais, procura-se resgatar a memória do autor. E o IHGES tem publicado livros que resgatam o autor, esquecido muitas vezes, e o tema que desenvolve.

O IHGES preocupa-se com a memória — as raízes do que hoje somos —, revitaliza o passado acenando para a identidade capixaba na literatura, na geografia, na arquitetura, nas artes, em fim na cultura geral do capixaba, inserindo-a num contexto nacional e internacional. A relação do homem com a época que teve início antes dele, isto é, com a sua origem, é um traço que caracteriza o modo de ser do homem.

Atualmente, todos ou quase todos os Acadêmicos da AEL, que são escritores, pertencem ao IHGES e muitos de seus patronos são historiadores.

A AEL é um destaque na manutenção da tradição literária capixaba, inspirada na Academia Brasileira de Letras (AB). Ela agrega intelectuais pesquisadores de diversas ciências. Nela reúnem-se pessoas que demonstram amor ao livro e à cultura, e mostram o seu zelo pela literatura. Registram-se essas manifestações em suas produções e ações culturais, participações em eventos e recebimento de prêmios. A AEL tem uma função social e ocupa homens e mulheres que tenham se destacado da vida pública do Espírito Santo e que deixaram sua memória. São capixabas ou brasileiros de outros Estados que aqui criaram raízes.

A AEL foi fundada em junho de 1921. Depois de uma decisão de Alarico Freitas e Sezefredo Garcia de Rezende de organizar uma academia de letras, em Vitória, no Espírito Santo, que reunisse uma seleção da ‘elite cultural’ de Vitória: juristas, professores e jornalistas. Com esse objetivo, no dia 31 de junho realizaram, no Clube dos Boê-

mios, uma reunião a que compareceram historiadores, filólogos, educadores, literatos e jornalistas como: Alarico de Freitas, Don Benedito Paulo Alves de Sousa, o bispo Diocesano, Thiers Velloso, Antonio Ferreira Coelho, Aristeu Borges de Aguiar, Aristides Freire e Cassiano Cardoso Castello. Entre esses intelectuais que visavam ao crescimento cultural capixaba, não havia jovens entre eles, nem mulheres.

Em 20 de agosto de 1922, foi ampliado o número de cadeiras da Academia, e entre os membros eleitos estava o historiador e um dos membros fundadores do IHGES, Afonso Cláudio. Mas a instalação oficial da AEL ocorreu em 28 de setembro de 1923, com 20 membros efetivos, no Salão Nobre da Escola Normal Pedro II.

No dia 13 de maio de 1924, os acadêmicos Afonso Lyrio e Aristóbulo Leão apresentaram as bases para um concurso para a escolha de letra e música do hino espírito-santense. D. Benedito Alves de Souza, primeiro presidente de 1921 a 1933. Quando foi a Roma e passou a presidência da Academia a Alarico de Freitas, mas, ao retornar de lá, reassumiu a Presidência da Academia.

Sempre preocupada com a conservação e desenvolvimento da cultura capixaba e sendo limitados os seus membros, a AEL, em 1931, apoiou um grupo de jovens escritores para a fundação de uma nova Academia, que toma forma no ano seguinte como Academia Espírito-santense dos Novos, idealizada pelo acadêmico Beresford Moreira. Essa academia, que congregou jovens poetas e intelectuais, teve um significativo desenvolvimento, hoje está um pouco desativada, mas muitos dos seus membros tornaram-se, com o tempo, membros da AESL: Citando alguns: Rômulo Salles de Sá, Renato Pacheco, Leonardo Monjardim e Anaximandro Amorim, atualmente, o mais jovem dos acadêmicos. Quando foi presidente da Academia dos Novos levou-a, boas atuações.

A AESL prosseguiu no seu desenvolvimento, e, em 18 de setembro de 1937, os veteranos acadêmicos reuniram-se na Sede da

Associação Espírito-santense de Imprensa, com o objetivo de traçar estratégias para dar à Academia novo impulso e alento, capaz de reerguê-la e dar-lhe vida. Uma das ideias foi preencher as vagas remanescentes pela saída e morte de acadêmicos, para aumentar o número de seus membros e de patronos.

Até 1939 foram 20 as Cadeiras. Em 1939 aumentou-se o número e foi designada patrona da Cadeira 32 Maria Antonieta Tatagiba. Até então só homens eram patronos.

Mas as mulheres não podiam pertencer à AEL. O Estatuto não permitia. Ancestral foi (é) o conceito que a civilização faz da mulher. A ideia ancestral, dirijo-me para a civilização ocidental a qual pertencço, que se faz sobre as mulheres, impediam-nas de uma participação independente nas habilidades que produziram essa civilização. Um homem sai para enfrentar a vida hostil e ele deve agir e lutar. A mulher não é 'sujeito'. Ela cuida dos que produzem. Encarna a função biológica e torna-se símbolo da natureza: 'A mãe Terrã'. Com a ascensão da burguesia coube à mulher a virtude e o recato. E esse conceito perdurou (ou perdura). Assim as esposas e amigas dos Acadêmicos podiam participar dos eventos, mas não pertencer como membro à AEL. Entre essas senhoras havia muitas intelectuais que escreviam em jornais e revistas capixabas.

Assim, há 67 anos, em 18 de Julho de 1949, sob patrocínio da Academia Espírito-santense de Letras foi fundada a Academia Feminina do ES, que atualmente congrega 40 acadêmicas, 40 patronas e 21 acadêmicas correspondentes. Essa academia tem divulgado a cultura capixaba com promoções culturais diversas, publicações de livros e organizações de eventos culturais/ educativos.

Em 1981, a AEL deu entrada à primeira mulher: Judith Leão Castello Ribeiro, a seguir em 1985, a Neida Lúcia de Mores, e, em 1986, a Virgínia Tamanini. Seguem depois: em 1990, Ana Bernardes da Silveira Rocha, em 1996/1, Ester Abreu Vieira de Oliveira, em 1996/2,

Maria Helena Teixeira de Siqueira; em 1997/1, Magda Regina Lugon, em 1997/2, Maria das Graças Neves, em 1999, Maria Beatriz Abaurre, em 2008, Josina (Jô) Drummond; em 2010, Wanda Alchimin e em 2016, Bernadette Lyra. Total de mulheres 12 entraram na AEL.

Durante esses 95 anos de existência a AEL já teve 18 presidentes sendo uma mulher: Maria Helena Teixeira de Siqueira, de 2002 a 2004.

A AEL tem publicado revistas anuais, organizado concursos, ciclo de palestras, reuniões mensais, participado de concursos literários, publicações conveniadas com a Prefeitura Municipal de Vitória, como a coleção Elmo Elton, Escritos de Vitória, Coleção José Costa, Coleção Roberto Almada, e, em parceria com o IHGES, tem também publicações, como *Crônicas* de José Moysés e *Crítica Literária*, do acadêmico Humberto del Maestro. Na sede da AEL há um relevante acervo bibliográfico.

As três instituições culturais do nosso Estado IHGES, AEL e AFESL têm organizado eventos culturais, e unidas organizaram a Feira Literária Capixaba (Flic-ES) que já vai para o quarto evento em 2017 e tem alcançado um número de mais de cinco mil visitantes e estendido o olhar para a produção cultural do Estado, mais além da capital. Cada Flic-ES coloca em destaque um vulto do ES. Na primeira Flic-ES foi homenageado o escritor e historiador Elmo Elton. Na segunda Flic-ES, foi homenageada a escritora Virgínia Tamanini. Na terceira Flic-ES, o homenageado foi o historiador, político e escritor Adelpho Polli Monjardim e na quarta a de 17 a 21 de maio de 2017, será homenageada a historiadora e escritora Maria Stella de Novaes.

Como se diz na filosofia popular: a união faz a força. Assim as três entidades, nascidas de um esforço conjunto de cidadãos, unidas caminham para uma efetiva afirmação e divulgação da cultura capixaba”.

A seguir usaram da palavra o Vice-Governador do Estado, César Colnago, o Secretário de Estado da Cultura, João Gualberto Vasconcelos, e o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, Reinaldo Centoducatte.

O sócio correspondente brasileiro Arno Wehling, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fez palestra sobre os Institutos Históricos e Geográficos no Brasil, sendo bastante aplaudido.

Em seguida foram lançados livros integrantes do projeto editorial do IHGES, a saber: *Espírito Santo: Histórias*; de João Eurípides Franklin Leal; 1950: *Diário de um engenheiro no Espírito Santo*, de Luiz Edmundo Appel, organizado pelo consócio Caco Appel; *A Corregedoria da PMES: 1998–2016*, de Gelson Loiola; *Presença indígena no Espírito Santo*, organizado por Getúlio Marcos Pereira Neves. O pacote distribuído ao público contou ainda com o livro *Estudos de Cultura Espírito-santense II*, de Getúlio Marcos Pereira Neves, relançado na ocasião.

4) Quarta-feira, 21 de junho de 2016

No dia 21 de junho realizou-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo sessão solene proposta pela associada, Deputada Luzia Toledo. Após a abertura pela proponente, falou pelo IHGES o seu Presidente, nos termos seguintes:

“Os cem de anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não poderiam ser comemorados de forma adequada sem que aos festejos se juntasse a Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Esta é a casa do povo do Espírito Santo, em favor do povo trabalha, no que diz respeito aos negócios públicos. Da mesma forma em favor do povo do Espírito Santo trabalha o seu Instituto Histórico

e Geográfico, ao não deixar se apagar a sua memória, e assim contribuindo decisivamente para a construção da sua identidade.

Mas as semelhanças ficam por aí: os Institutos Históricos e Geográficos não integram a esfera pública; aliás, a esfera pública é, também, objeto de levantamentos, de estudos e de análises por parte dessas nossas casas. Os Institutos Históricos e Geográficos não prestam serviço público, mas um serviço de interesse do público, um serviço essencial, mesmo que não seja percebido como urgente pela maioria das pessoas.

Felizmente o que via de regra se verifica em toda parte é uma parceria entre o Poder Público e os Institutos Históricos e Geográficos, de que se pode dar como exemplo a doação, pelo governo federal, da sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como a publicação de sua prestigiosa *Revista* pela gráfica do Senado Federal. Ou a publicação regular da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* pela Imprensa Oficial daquele estado, para ficarmos em uns poucos casos.

No Espírito Santo, se não estamos na situação do estado de Santa Catarina, por exemplo, em que a manutenção do Instituto Histórico e Geográfico pelo Poder Público é obrigação inscrita na Constituição Estadual, no entanto ao longo dos tempos o apoio do Poder Público em favor do nosso Instituto Histórico e Geográfico vem se fazendo notar, em maior ou menor grau. Relembro que a reunião em que se instalou a Casa do Espírito Santo naquele dia 12 de junho de 1916 aconteceu numa das salas do Congresso Legislativo; que logo em 1925 nossa sede própria nos foi doada por meio de lei estadual; que a *Revista* tem vários de seus 72 números impressos na Imprensa Oficial do estado. Atualmente há conversações em curso com o governo do estado visando a dotar o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo de uma sede maior, que atenda melhor às nossas necessidades e nos permita receber mais

condignamente o público destinatário dos nossos serviços. Serviços que, aliás, como sempre registramos, são voluntários. Por isso é que num texto publicado no último sábado no jornal *A Gazeta* me referi aos consócios que conosco trabalham no Instituto Histórico e Geográfico como abnegados. Parafrazeando o secretário estadual de cultura, o nosso consócio João Gualberto Vasconcelos, trabalhamos com um mínimo de recursos e um máximo de amor. Amor a uma causa que é nossa, na medida que é do povo do Espírito Santo.

Estamos lançando hoje o septuagésimo segundo número da nossa revista, e o lançamento nesta oportunidade tem um significado especial. É que ao menos nos últimos oito anos, a maior parte dos números da *Revista* teve sua publicação proporcionada por recursos oriundos de emendas parlamentares, votadas por dois consócios que abrilhantam com seu trabalho não só esta casa de leis, mas também o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. De fato, deve-se aos recursos destinados pelos consócios Cláudio Vereza e Luzia Toledo a continuação da publicação deste de que nos orgulhamos ser o mais antigo periódico em circulação no Espírito Santo. Seus altos e baixos, dificuldades, hiatos na publicação, refletem as dificuldades da continuação no tempo de uma ideia que, no entanto, se mostra vencedora, a todos os títulos.

Esta casa é uma casa democrática; aqui exercem seu múnus os representantes do povo, por ele escolhidos. Da mesma maneira o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo é também uma casa democrática, cujas portas estão abertas a todos que produzam de maneira relevante na nossa área de interesse. Ao longo desses cem anos abrigamos inúmeros membros desta casa, da mesma forma que esta casa recebeu como membros inúmeros dos nossos associados. A todos quantos exercitaram seu amor pelo Espírito Santo indistintamente nesta Assembleia Legislativa e no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo saúdo na pessoa de Ala-

rico de Freitas: parlamentar, advogado, presidiu ambas as casas (o IHGES de janeiro a junho de 1933) e foi vice-presidente da Academia Espírito-santense de Letras. Essa tradição, digamos assim, de associados do IHGES integrantes desta augusta Assembleia Legislativa, desaguou nos nossos dias na atuação da deputada Luzia Toledo, proponente desta solenidade, e do ex-deputado Cláudio Vereza, a quem também rendemos homenagens nesta noite.

Senhoras e senhores, eu não poderia deixar de agradecer todo o apoio que temos recebido ao longo dos tempos, especialmente na minha gestão, que já dura oito anos. Então, neste momento de congratulações, eu quero expressar meu reconhecimento a esta Assembleia Legislativa e em particular aos deputados nossos associados, que ao distinguirem nossa casa com o seu apoio e a sua ajuda integram-se de maneira relevante aos nossos esforços, aos esforços de todos que trabalhamos para construir a história centenária do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Muito obrigado à deputada Luzia Toledo pela iniciativa, obrigado a todos pela presença”!

A seguir o associado Francisco Aurélio Ribeiro, Presidente da Academia Espírito-santense de Letras, saudou o IHGES, proferindo Discurso sobre a presença da Casa do Espírito Santo na cultura capixaba, nos termos seguintes:

“O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo é a instituição cultural mais antiga do estado em atividade. Fundado em 12 de junho de 1916, em Vitória, a data remete ao fuzilamento de Domingos José Martins, capixaba herói da Revolução de 1817, exatamente 99 anos após o fato ocorrido em 12 de junho de 1817, em Salvador. Por isso, Domingos José Martins, o único herói capixaba a constar no Panteão dos Heróis Nacionais, é o Patrono Do IH-

GES. Criado a partir da ideia de Carlos Xavier Paes Barreto, logo encampada por Archimimo Martins de Matos e Antonio Francisco de Athayde, os três principais incentivadores, sua fundação foi efetivada em 12 de junho de 1916. Sua sede está localizada na Av. República, 374, sobreloja, Edifício Domingos Martins, Parque Moscoso, no centro de Vitória, no local onde antes existiu a antiga sede, demolida no início dos anos de 1970.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo visava o levantamento, a conservação e a divulgação da memória e das tradições do Estado do Espírito Santo, por meio de coleta e conservação de documentos, de registros e pesquisas de temas relacionados à cultura capixaba. Entre seus associados contaram-se, ao longo dos anos, alguns dos vultos mais representativos da cultura no Espírito Santo, a exemplo de Afonso Cláudio, Carlos Xavier Paes Barreto, Almeida Cousin, Augusto Lins, Eurípides Queiroz do Valle, Guilherme Santos Neves, Maria Stella de Novaes, Hermógenes Lima Fonseca, Elmo Elton Zamprogno, Renato José Costa Pacheco, Miguel Depes Tallon, dentre tantos outros. Em seu discurso de fundação do IHGES, nesta mesma Casa de Leis onde hoje comemoramos o centenário de nossa instituição, Carlos Xavier Paes Barreto justificou a criação de uma ‘associação que nos faça robustecer a consciência do motivo por que devemos ter o culto a este glorioso Estado onde as glórias passadas parece que se entrelaçam com a grandeza presente e fornecem elementos para confiarmos no mais ridente porvir’. Após fazer uma bela explanação sobre fatos da história espírito-santense que se entrelaçam com a história nacional, Carlos Xavier Paes Barreto justifica a criação do IHGES ‘para que tantas tradições e tantas riquezas não passem quase obscuramente’.

Estiveram à frente do IHGES, nestes cem anos, os seguintes Presidentes: 1916/1921 – Antonio Francisco de Athayde; 1921/1925 – Archimino Martins de Mattos; 1925/1929 – Carlos Xavier Paes

Barreto; 1929/1931 – José Espíndula Batalha Ribeiro; 1931/1933-
Cassiano Cardoso Castello; 1933/1935 – Antonio Francisco de Athay-
de; 1935/1937 – Arnulfo Mattos; 1937/1941 – Archimino Martins de
Mattos; 1941/1943 – Celso Calmon Nogueira da Gama; 1943/1945
– Arthur Lourenço de Araújo Primo; 1945/1947 – João Manoel de
Carvalho; 1947/1949 – Américo Ribeiro Coelho; 1949/1951- Ce-
ciliano Abel de Almeida; 1951/1957 – Eurípedes Queiroz do Val-
le; 1957/1963 – Ceciliano Abel de Almeida; 1963/1969 – Christiano
Ferreira Fraga; 1969/1991 – Alberto Stange Júnior; 1991/1993 – Re-
nato José Costa Pacheco; 1993/1996 – Ormando Moraes; 1996/1999
– Miguel Depes Tallon; 1999/2002 – Miguel Depes Tallon e LéaBrí-
gida Rocha de Alvarenga Rosa; 2002/2005 – Léa Brígida Rocha de
Alvarenga Rosa; 2005/2008 – Sebastião Teixeira Sobreira e Leonardo
Passos Monjardim; 2008/2016 – Getúlio Marcos Pereira Neves.

A fundação do IHGES, em 1916, fez parte de uma mudança significativa no cenário cultural capixaba, tendo em vista a situação de penúria, ostracismo e abandono em que vivia nosso estado, na segunda metade do século XIX. Com uma população livre em torno de 40.000 pessoas, apenas 52 faziam o curso secundário e nenhuma o curso superior, segundo Of. do Pres. Costa Pereira ao Min. do Império, em 1863. Por outro lado, na época da abolição, o Espírito Santo possuía 13.403 escravos, um dos maiores números do país proporcionalmente à sua população, segundo Teixeira de Oliveira. Em 1889, os maiores líderes republicanos foram Afonso Cláudio, em Vitória, e Bernardo Horta, em Cachoeiro de Itape-
mirim, homens de formação humanística e que desempenharam importantes papéis culturais e políticos nas duas principais regiões capixabas e centros político-econômico-culturais do final do século XIX e início do século XX.

Em 1890, quando se realizou o primeiro censo geral da Repú-
blica, o Espírito Santo contava 135.999 habitantes, 14 municípios (4

idades e 10 vilas), mais de cem professores primários, duas escolas secundárias, uma para rapazes — o Ateneu Provincial — e outra para moças — o Colégio N. Sr^a da Penha. Havia uma Biblioteca Pública Provincial, na capital, e uma do Grêmio Bibliotecário Cachoeirense, em Cachoeiro de Itapemirim, além de quatro jornais, sendo dois em Vitória, um em Cachoeiro e um em Anchieta. A vida associativa girava em torno da Igreja, com suas obras assistenciais, de grêmios literários, cultivo às belas-letas, e de associações bailantes e carnavalescas, nos três principais núcleos urbanos capixabas: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta, este último de menor importância que os outros dois.

Em 1900, o Espírito Santo ocupava o 4º lugar no país em produção de café, com uma exportação de 1.234.195 sacas. E foi o café que gerou a riqueza que permitiu ao governador Jerônimo Monteiro as primeiras tentativas de modernização do Espírito Santo, assim como a atuação de administradores saídos da elite dos quadros locais e não mais vindos de fora, como ocorria no período do Império. O primeiro capixaba ilustre a governar o Espírito Santo foi Afonso Cláudio, de 1889 a 1890. A ele sucederam-se, em rápidos mandatos, Gomes Sodré, Henrique Coutinho, Antônio Aguirre e o Barão de Monjardim. Em 1892, José de Melo Carvalho Muniz Freire foi eleito, iniciando, em terras capixabas, um período de muitas realizações com a construção de estradas de ferro e a povoação do solo com imigrantes europeus. Também foi iniciada a industrialização, com a construção de fábricas, reestruturação do ensino, saneamento de Vitória, construção do teatro Melpômene, com 1200 lugares, inaugurado em 1896. Foi reeleito em 1900, época em que o Espírito Santo tinha 209.783 habitantes, 2 bancos, 22 Comarcas (12 cidades e 17 vilas), com estações de correios e telégrafos. Segundo Oliveira, 'Culturalmente o Estado fizera apreciáveis progressos. A simples existência, na capital, do Congresso, da Corte de Justiça,

dos altos órgãos administrativos, do Bispado, da Escola Normal, Biblioteca Pública, dois jornais, permite concluir pela presença de numerosa classe de homens de letras e saber’.

Esses homens, juristas e letrados, em sua maioria, foram responsáveis pela construção de uma vida acadêmica em Vitória, na primeira metade do século XX, criando instituições culturais e científicas, estatais ou privadas, que ainda permanecem ou foram a base de outras e a origem de uma modernidade cultural capixaba. Dentre elas estão: o Ginásio Espírito-santense, em 1906; o Arquivo Público Estadual, em 1908; O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1916; a Academia Espírito-santense de Letras, em 1921; a *Revista Vida Capixaba*, em 1923; o jornal *A Gazeta*, em 1928; a Faculdade de Direito do Espírito Santo, em 1930, núcleo inicial da futura Universidade do Espírito Santo, em 1954. Embora se saiba que o processo de modernização do Espírito Santo só se efetivou, realmente, na década de 1980, com a implantação dos ‘grandes projetos’ de industrialização de minerais, matéria-prima e transformação de recursos florestais, a atuação desses intelectuais, no início do século XX, teve um importante papel na construção de uma cultura acadêmica capixaba e na valorização da identidade local, pela criação de órgãos e de instituições voltados ao estudo da história, da literatura e das ciências.

Maria Stella de Novaes (1894-1981), nossa principal historiadora daquele período e a primeira mulher associada efetiva do IHGES, tendo tomado posse em 06.06.1945, afirma que, após o surto desenvolvimentista do governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), o Espírito Santo e a cultura capixaba entraram em recessão no governo seguinte (1912-1916), do Cel. Marcondes Alves de Sousa, que extinguiu a Escola de Belas Artes e a Imprensa Estadual, dentre outros atos. ‘Atravessava o Espírito Santo, então, uma fase difícil, tanto pela situação economista, resultante da guerra europeia, quanto

pela perturbação de ordem, consequente da política local', afirma Stelinha. Foi nesse contexto que 'um grupo de intelectuais devotos' ao culto das tradições capixabas, tendo à frente os Drs. Antonio Ataíde, Archimimo Matos e Carlos Xavier Paes Barreto fundaram uma associação destinada ao estudo da História e da Geografia, sobretudo a do Espírito Santo. Denominada Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, sua primeira ação foi preparar-se para a comemoração do centenário da morte do herói capixaba Domingos José Martins, em 1917, escolhido Patrono do IHGES. Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1859-1934), o principal intelectual capixaba da época, aderiu de imediato ao IHGES e fez o discurso em homenagem ao herói capixaba, em 1917.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1916, permitiu a esses intelectuais 'orgânicos' se aglutinarem em torno de uma ideologia, a do capixabismo, agregando administradores e técnicos como Moniz Freire, Jerônimo Monteiro, Florentino Avidos e Archimimo Mattos, intelectuais como Afonso Cláudio, Carlos Xavier Paes Barreto, Eurípedes Queiroz do Valle, Augusto Lins e Ceciliano Abel de Almeida, além de muitos outros que fundaram as bases da modernidade capixaba, atuando na imprensa, criando e dirigindo órgãos, ministrando aulas, publicando obras diversas, participando ativamente da política, trabalhando e confiando num futuro esperançoso para o Espírito Santo. Nesses cem anos de sua existência, o IHGES contribuiu para o Espírito Santo ser o que é hoje: um estado que busca o desenvolvimento, o equilíbrio de sua economia, a diversificação de suas riquezas e a melhoria da qualidade de vida de sua população. O IHGES agrega em seu quadro de sócios e, dentre os milhares que por lá passaram neste primeiro século de sua existência, intelectuais e pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, não se limitando apenas à história e à geografia. Atuando junto com as outras academias locais,

sobretudo a Universidade Federal do Espírito Santo, a Academia Espírito-santense de Letras, o Arquivo Público do Espírito Santo, as Secretarias Estadual e Municipais de Cultura, o IHGES coloca-se ao lado de todos os que conhecem e amam o Espírito Santo. Afinal, já nos disse Santo Agostinho: “Só se ama o que se conhece”. Conhecer o Espírito Santo para amá-lo é o que fazemos todos nós que pertencemos ao IHGES, nestes gloriosos cem anos de sua existência’.

5) Terça-feira, 5 de julho de 2016

No dia 5 de julho realizou-se sessão solene proposta pelo presidente da Câmara Municipal de Vitória, o vereador Namy Chequer, associado do IHGES. Na ocasião, estando presentes associados e membros da Diretoria, o presidente do IHGES proferiu o seguinte discurso:

“Centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Senhores associados,

Minhas senhoras e meus senhores:

O propósito desta sessão solene é comemorar o centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Nesta cerimônia a cidade de Vitória, que desde sempre sediou a nossa instituição, presta simbolicamente sua homenagem, através da sua Casa de leis.

Esta casa, a casa do povo de Vitória, é das mais antigas Câmaras Municipais do Brasil. Daqui partiu para Portugal a notícia da descoberta do ouro no nosso território, na região que depois, e em virtude disto, seriam as Minas Gerais; esta casa recepcionou o Imperador D. Pedro II em sua visita ao Espírito Santo, quando este,

implementando uma política sistematizada de imigração, realocou o Espírito Santo no mapa geopolítico do Império; aqui foi aclamado o primeiro governador republicano do Espírito Santo, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Portanto, a homenagem prestada por esta casa ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nesta ocasião, nos enche de orgulho e de alegria.

Inúmeros são os homens públicos dedicados aos assuntos da nossa Capital que integraram o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo nestes cem anos. Lembro-me agora da pessoa de Adelpho Poli Monjardim, político e polígrafo. Mas a todos quero render homenagem na pessoa do presidente desta augusta Casa de Leis, nosso consócio, vereador Namy Chequer. Homem público que além de se esforçar para os melhoramentos da capital e de seu povo, decorrência do cargo que ocupa, preocupa-se também com os antecedentes que vieram fazer de nós o que somos hoje em dia. Saúdo, então, não somente o presidente da Câmara Municipal de Vitória, mas também o consócio pesquisador metuculoso, especialista no movimento que se tornou conhecido pelo nome de Revolta do Xandoca, que também em 1916, ano da nossa fundação, dotava o Espírito Santo de dois governos distintos por pouco mais de um mês, como sabemos todos.

Como disse, foram inúmeros os associados ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que exerceram funções públicas, que tinham o perfil de homens públicos devotados por mais de uma maneira a melhorar as condições de vida do povo capixaba, e uma dessas maneiras, para além da função pública, é conhecer a fundo as tradições locais. Que é uma das funções que se atribuiu o IHGES e que vimos mantendo até hoje.

Mas por que, não sendo um órgão público, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo contava em sua fundação, contou ao

longo dos tempos e conta hoje em dia com esta espécie de homens públicos a que me refiro? Porque se trata, numa como noutra instituição, nesta Casa e na nossa casa, de homens e mulheres que têm a mesma disposição de servir, mesmo que o façam em contextos e de maneiras diferentes. Em texto publicado no jornal *A Gazeta*, de Vitória, no dia 18 passado, tive oportunidade de me referir aos últimos, os meus confrades nos Institutos Históricos e Geográficos, e em particular na nossa casa centenária, como abnegados que se dedicam a manter, no tempo, as condições que permitam a conservação da memória regional, contribuindo, assim, para a criação de uma identidade regional.

Se as condições para tanto o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo as vem criando, inclusive no que respeita aos meios materiais, pela ação e pela contribuição de seus associados, no entanto o Poder Público vem ao longo dos tempos proporcionando uma inestimável colaboração às nossas realizações, o que sempre reconhecemos. Relembro aqui que o incremento na política editorial do IHGES foi possível graças aos convênios firmados com o Município de Vitória, por mais de uma vez, e que proporcionaram recursos para financiar a publicação de livros que integram as nossas séries editoriais, hoje com quase 200 títulos publicados.

Essa parceria é importante, porque do que se trata é do Poder Público reconhecendo a atuação de uma entidade que integra a sociedade civil organizada, que não tem fins lucrativos e que presta um serviço voluntário à sociedade. Mas embora seja fundamental, esse concurso do Poder Público não é imprescindível, porque se assim não fosse o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não se teria mantido em funcionamento, com maior ou menor grau de atividade, por tanto tempo assim. O que demonstra de maneira ainda mais clara o pensamento que move o Poder Público na relação com as nossas casas de cultura, e em especial com o Instituto

Histórico e Geográfico do Espírito Santo: não se tratando de uma instituição a ser mantida, é antes uma instituição a ser apoiada, para que o serviço que nos propomos prestar o seja da maneira mais apropriada e mais abrangente possível, pelo que vimos todos nos esforçando na medida das nossas possibilidades.

Felizmente esse esforço, e os resultados desse esforço, vêm sendo reconhecidos ao longo dos tempos, e em particular nessa quadra festiva que vivemos nestes últimos dias, em que as homenagens à nossa Casa do Espírito Santo chegam de todos os lados. Estamos gratos, senhor presidente, todos os seus consócios no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pela iniciativa de V. Ex.^a na proposição desta sessão solene, e aos seu pares, que a aprovaram. Particularmente estou feliz em constatar o respeito que angariamos e a simpatia que despertamos junto à opinião pública, fruto de um trabalho desinteressado, mas generoso e apaixonado, de quantos nos antecederam e de quantos frequentam o IHGES hoje em dia.

Agora que entramos no seletor rol de Institutos Históricos e Geográficos centenários Brasil afora, penso que esse retorno que estamos tendo é o que almejavam os nossos iniciadores, cem anos atrás. Mais uma vez parabéns a todos os associados, e vida longa ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo”.

Em seguida falou o Grande Conselheiro Gabriel Bittencourt, pondo em relevo algumas realizações do IHGES, fazendo-o de improviso.

6) Quarta-feira, 6 de julho de 2016

No dia 6 de julho realizou-se na Câmara Municipal de Vila Velha sessão solene proposta pelo Vereador Joel Rangel, em homena-

gem ao centenário do IHGES. Após a fala do proponente, fez uso da palavra o Presidente do IHGES, nos termos seguintes:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha
Senhores Vereadores presentes,
Senhores associados
Senhoras e senhores:

Vila Velha é o berço da colonização do Espírito Santo; tudo o que é hoje o Espírito Santo teve início aqui, particularmente neste sítio histórico em que nos encontramos. Ora, toda essa saga da transformação do Espírito Santo no que é ele hoje teve de ser registrada e armazenada ao longo dos tempos, para que hoje em dia pudessemos ter informações a respeito dos fatos, dos acontecimentos, dos feitos, que deram origem ao que hoje chamamos de nossa terra, com todos os sentidos que essa expressão carrega.

Mas essa atividade de registrar, própria dos cronistas — uso a expressão em sentido lato — de pouco serviria não fosse a atividade de quantos se dedicaram ao longo dos tempos a armazenar e conservar os registros, de levantá-los, estudando-os e analisando-os, dando a eles um sentido prático, e assim fazer audível para nós a voz dos que nos antecederam.

Tive oportunidade de refletir sobre o assunto em texto publicado no jornal *A Gazeta* do dia 18 de junho, quando pretendi pôr em relevo a importância do trabalho de quantos se dedicam à atividade de preservação da memória, sejam eles profissionais ou diletantes. Isto porque, sejam eles profissionais da área ou diletantes, a todos move uma abnegação, um interesse em servir à sua terra, no mesmo sentido que utilizei acima, que considero ser própria de pessoas dotadas de grande dose de generosidade. O interesse pela conservação é generoso, porque vem da noção de que outros além de nós têm o direito de ter contato com a informação, com os registros dos fatos,

dos acontecimentos e dos feitos. Assim como a nós é possível agora, porque alguém antes de nós, pessoas ou instituições, tiveram o cuidado de preservar esses registros e nos legar a informação.

Esse trabalho é frutuoso, porque é também através da memória preservada que alguém, indivíduos e sociedades, podem compreender sua maneira de estar no mundo, e assim desenvolver e cultivar a sua identidade, individual e de grupo. É frutuoso, porque a memória armazenada nos revela como trataram os problemas que tinham aqueles que vieram antes de nós. Toda a experiência acumulada — assim concluía eu naquele texto —, pode ser usada em nosso favor, de nós que vivemos e trabalhamos hoje em dia.

É bom constatar que essa consciência vem aumentando ultimamente. Que mais e mais pessoas vejam sentido em armazenar informação, através de registros e até de objetos. Não de outra maneira os Institutos Históricos e Geográficos formam seus acervos, e passam a conservá-lo para o fim de o tornar acessível a todos.

Porque essa é uma das funções que se atribuem os Institutos Históricos e Geográficos. Casas de cultura integradas por pessoas que têm consciência da necessidade da preservação dos registros históricos, da memória, das tradições, pessoas que se ocupam desses assuntos de maneira desinteressada, porque entendem que devem legar às futuras gerações aquilo que a elas foi legado pelas anteriores.

Seguindo um modelo exitoso a nível nacional, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo constituía-se em 1916 com esse propósito, que era o meio prático pelo qual seus mentores alcançariam legitimação perante a sociedade, inserção no quadro político nacional, projeção do estado e outros objetivos subjacentes apontados pelos pesquisadores e que não vem ao caso aqui aprofundar. O que vem ao caso aqui registrar é que à ideia inicial de Carlos Xavier Paes Barreto, advogado pernambucano que se transferira para o

Espírito Santo, onde viria a desenvolver sua vida profissional, logo aderiram as pessoas de Arquimimo Martins de Matos e Antônio Francisco de Ataíde.

Este último, Engenheiro, Secretário de Estado, tem grande importância para o município de Vila Velha, de que foi prefeito, cuidando da sua urbanização, hoje dando nome a uma das ruas da cidade. Foi ele o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, dirigindo os trabalhosos arranjos iniciais para dar uma primeira organização à Casa; foi ele quem, intercedendo junto ao governo do Estado, dotou o IHGES de sua sede própria, em 1925, por concessão do governador Florentino Avidos. Tão importante foi para a Casa do Espírito Santo que a presidiu ainda uma segunda vez, ajudando a consolidar a ideia, já à altura bem encaminhada, a desenvolvê-la e a colocar a instituição no rumo que a fez perdurar e chegar aos nossos dias.

Esse apreço votado pelo presidente Antônio Ataíde à Casa do Espírito Santo nós o sentimos externado aqui nesta noite, cem anos depois, pela cidade que ele também presidiu, a mais histórica localidade do Espírito Santo. Sentimo-nos honrados pela homenagem prestada por esta casa do povo de Vila Velha, pelo que de simbólico isto representa. Vila Velha tem duas respeitáveis casas de cultura, a atuante Academia de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico. Este último, organizado inicialmente como Casa da Memória, recentemente assumiu a forma que hoje detém, o que coincidiu com um período de grande atividade de seus membros. Já são inúmeras as suas realizações, que o mantém no posto de mais atuante núcleo municipal do IHGES, mas com toda autonomia administrativa e de funcionamento.

Também por este motivo sentimo-nos felizes, porque a localidade mais histórica do Espírito Santo é sede do hoje mais atuante Instituto Histórico e Geográfico municipal, e sentimo-nos felizes porque essa ideia, que vem de 1838 com a instalação do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro, chegou a Vila Velha por inspiração do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Em nome da Casa do Espírito Santo eu quero agradecer ao vereador Joel Rangel, um homem sensível à cultura, um seu apreciador e fomentador, participativo, amigo das instituições, agradecer ao vereador Joel Rangel a proposição desta sessão solene, e aos seus pares por a terem aprovado. Como tive oportunidade de dizer mais de uma vez nessa quadra festiva que estamos atravessando, é bom que mereçamos o reconhecimento do Poder Público porque na verdade o que fazemos é a prestação de um serviço que, não sendo público, é um serviço destinado ao público.

Mais uma vez agradeço ao proponente da sessão e parablenizo aos meus consócios no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo por estarmos tendo a satisfação de vivenciar uma passagem tão significativa para a nossa Casa.

Vida longa ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo!”

Em seguida pronunciou-se o Vice-Presidente do IHGES, Paulo Stuck Moraes, fazendo de improviso breve relato das realizações e das aspirações da Casa do Espírito Santo.

Após o pronunciamento de Paulo Stuck, fez uso da palavra o associado Manoel Goés da Silva Neto, pondo em relevo a atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha – Casa da Memória, um dos núcleos municipais do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo:

“Boa noite,

Cumprimento o Presidente da Sessão, Vereador Joel Rangel, cumprimento o Sr. Presidente do IHGES Dr. Getúlio Neves, Sr. Presidente do IHGVV Luiz Rangel, Senhores Vereadores, autoridades presentes, amigos e amigas.

Muito me honra falar pelo IHGES, nessa Sessão Solene em homenagem ao Ano Centenário, dessa que é, a instituição cultural mais antiga do ES, a Casa Capixaba, a Casa do patrono e herói Domingos José Martins. O Instituto Histórico e Geográfico do ES.

Tinha que ser aqui, no Sítio Histórico da Prainha, berço da Colonização do nosso Espírito Santo, aos pés do Convento da Penha, que se fizessem nesta Casa de Leis, todas as homenagens devidas e merecidas ao Centenário do IHGES.

Agradecemos ao nobre vereador e amigo Joel Rangel, incansável defensor da nossa história, arte e cultura, pela sensibilidade de promover junto com os seus pares, essa Sessão Solene.

Nesses cem anos, o IHGES vem colaborando e muito, para uma melhor compreensão da vida capixaba, em todas as suas características e particularidades.

Vistos com relativo preconceito nos seus primeiros dias, por determinados setores da comunidade acadêmica, os institutos históricos e geográficos foram pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos.

Entretanto, esses ‘abnegados obreiros da história’ não possuíam, obviamente, nenhuma formação específica para o historiador nos termos atuais. Eram basicamente membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome. Literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares — carreiras de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite — eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos históricos.

Hoje em dia, existe uma rede de instituições autônomas instaladas nos mesmos moldes do IHGB, fundado em 1838, em todos os estados e em municípios importantes país afora, a exemplo, aqui no nosso Município de Vila Velha, o nosso Instituto Histórico e Ge-

ográfico de Vila Velha, que com certeza absoluta é a mais atuante instituição cultural municipal.

Brilantemente presidida pelo incansável voluntário e obreiro da história, Luiz Paulo Siqueira Rangel, onde com muito orgulho exerce também, o meu voluntariado cidadão.

Mas é preciso ter claro o nosso perfil como Instituto: somos instituições voluntárias. Privada, sem fins lucrativos, diferentes das estritamente profissionais como as universidades. Recebemos professores, pesquisadores universitários ou não, ensaístas e colecionadores, além de editar textos históricos, consolidar, inventariar e ampliar nosso acervo, de modo a se constituir em centro de referência documental municipal e estadual.

É preciso cuidado para não deixar os Institutos Históricos e Geográficos engessados, como se estivessem parados no tempo. No IHGVV fazemos tudo o que os outros institutos fazem, mas sempre tentamos ir além, às mais diversas áreas da cultura.

Nossa missão voluntária é estar cada dia mais perto da população, conclamando-a a participar das atividades, instigando a cidadania, o capixabismo. Temos um rico acervo da nossa terra e um valiosíssimo arquivo, consultado por inúmeros pesquisadores, que aqui encontram excepcional campo para a preparação de trabalhos acadêmicos originais destinados a múltiplas finalidades.

Somos, aqui em Vila Velha, o principal guardião da memória canela verde, e contribuímos para esclarecer pontos ainda obscuros da história do nosso Estado.

Agora mesmo vamos começar um profundo estudo de documentos franciscanos sobre a nossa colonização. Tratativas iniciais estão sendo construídas neste sentido. Temos certeza que muito da nossa história será modificada, terá que ser recontada.

Os Institutos Históricos e Geográficos não se restringem a serem zelosos guardiões históricos, mas apontam caminhos, ações,

trabalhamos pela valorização do ser humano, acreditamos nas nossas ações conscientes.

Tendo como princípio a preservação do passado histórico em todas as suas dimensões, o IHGVV, já entregou à população Capixaba diversos monumentos (Estátua de Vasco Coutinho, Luiza Grimaldi, Canhão Quinhentista, Bonde Elétrico, Réplica da Caravela Gloria, dentre outros) e reconhecemos a importância dos nossos monumentos históricos como Patrimônio Material, espalhados por todo município e pelo estado, perpetuando a memória e garantindo as lembranças de como era a cidade em outros tempos, comemorando personagens e acontecimentos, celebrando o passado.

Ao longo do tempo temos presenciado uma destruição total de nossos monumentos e conseqüentemente uma parte de nossa história. O vandalismo e a falta da punição pelo poder público, nos faz tomar ações reparatórias e educativas. É lamentável as pichações ocorridas na recém-inaugurada estátua do grande músico Maurício de Oliveira. Contamos com o apoio dos senhores vereadores no combate e punição desses agressores ao bem público.

Os monumentos contam a nossa história e devem ser preservados como memória e obra de embelezamento da cidade. É necessário que a população se conscientize da sua importância e zele por eles. Na grande maioria, o que acontece não é o desgaste pelo tempo, mas sim a depredação por causa do vandalismo. E temos que combater de maneira vigorosa esse crime. Como também educar nossos jovens a impedir tal prática danosa.

Como curador da Casa da Memória de Vila Velha, o IHGVV promove mensalmente exposições privilegiando o talento dos nossos artistas. Promovemos lançamentos literários, saraus poéticos e feiras diversas.

Temos montada uma exposição permanente, sobre a Colonização do Solo Espírito-santense. Uma verdadeira aula sobre a nossa

história. Recebemos mais quase 3.000 visitantes por mês, com mais de 1.000 visitas de alunos da rede escolar pública e privada. Promovemos sim uma pátria educadora!

E para finalizar, reproduzo parte de um brilhante texto, publicado em *A Gazeta*, do Presidente da Academia Espírito-santense de Letras, Professor Francisco Aurélio Ribeiro:

Nesses 100 anos de existência, o IHGES contribuiu para o Espírito Santo ser o que é hoje: um Estado que busca o desenvolvimento, o equilíbrio de sua economia, a diversificação de suas riquezas e a melhoria da qualidade de vida de sua população. O IHGES coloca-se ao lado de todos os que conhecem e amam o Espírito Santo.

Afinal, já nos disse Santo Agostinho: ‘Só se ama o que se conhece’.

Conhecer o Espírito Santo para amá-lo é o que fazemos todos nós que pertencemos ao IHGES e ao IHGVV, nestes gloriosos anos de suas existências.

MUITO OBRIGADO!”

7) Domingo, 10 de julho de 2016

Encerrando o ciclo de solenidades alusivas à comemoração do centenário, reuniram-se no dia 10 de julho diversos associados e familiares para um almoço de adesão que teve lugar no Restaurante São Pedro, na Praia do Suá, em Vitória. Na ocasião o consócio Cacaú Monjardim sorteou um exemplar do livro sobre o tradicional restaurante, intitulado *Restaurante São Pedro: 60 anos de tradição em moqueca*, da jornalista Andreia Curry.



No dia 12 de junho, data da fundação, aos pés do monumento a Domingos José Martins na Praça João Clímaco, na Cidade Alta,



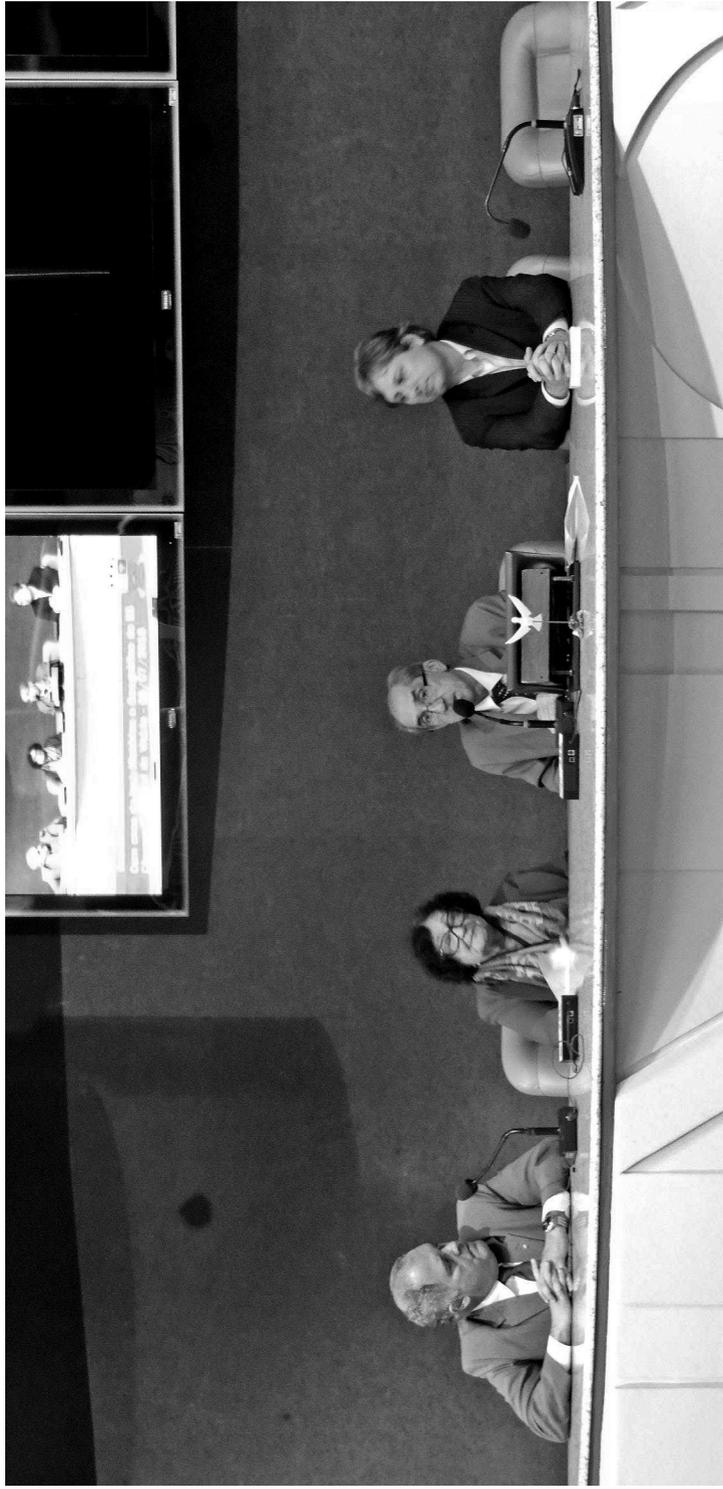
Ainda no dia 12 de junho, missa na Catedral Metropolitana de Vitória com o arcebispo Dom Luiz Mancilha Vilela, associado benemérito do IHGES



No dia 13 de junho, no salão São Tiago do Palácio Anchieta, sessão solene em comemoração ao centenário de fundação do IHGES



No dia 21 de junho realizou-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo sessão solene proposta pela associada, Deputada Luzia Toledo..



No dia 5 de julho realizou-se sessão solene proposta pelo presidente da Câmara Municipal de Vitória, o vereador Namy Chequer, associado do IHGES.



No dia 6 de julho realizou-se na Câmara Municipal de Vila Velha sessão solene proposta pela Vereador Joel Rangel, em homenagem ao centenário do IHGES.

ENSAIOS E ARTIGOS

A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO: UM ITINERÁRIO ENTRE AS FONTES E A HISTORIOGRAFIA

*Maria José dos Santos Cunha**

Resumo: Traça-se neste artigo a evolução dos registros históricos sobre a presença da Companhia de Jesus na capitania do Espírito Santo desde o século XVI ao presente, cujo campo de pesquisa tem recebido significativo desenvolvimento nas últimas décadas. Uma contribuição à historiografia do Espírito Santo na continuidade dos trabalhos pioneiros de vários pesquisadores, trazendo a reflexão sobre o tema tendo em vista o contributo para o prosseguimento de novos estudos.

Palavras-chave: Cronistas, missionários, viajantes, historiadores, historiografia, Espírito Santo.

O texto aproveita o balanço da pesquisa realizada em torno do tema modernidade e jesuítas, abordado do ponto de vista das relações entre fatos e ideias. Trata-se de resumir uma prática historiográfica fundada na interrogação do evento e respectiva interpretação. Num momento pós eurocêntrico e, para muitos, pós americanizante é propício um olhar mais aberto e polifônico sobre a construção da identidade capixaba, dentro do espaço brasileiro e global, entre os séculos XVI a XVIII. Reflete este período a interação violenta e assimétrica entre os grupos humanos coexistentes no mesmo espaço, portadores de diferentes visões do mundo e que se redefinem em novas atitudes e comportamentos, por forçado contato com outras formas civilizadoras. Graças aos contributos de ciências como a antropologia ou a arqueologia, entre outras, a historiografia pôde encarar com maior justiça o papel dos ameríndios e dos africanos na construção do “novo mundo” que, por muito

* Associada do IHGES.

tempo, a historiografia passou a abertura do mundo através das descobertas, conquistas e colonização como um capítulo principal do prestígio europeu da era moderna.

Depois que a nova terra começou a ser habitada pelos portugueses, no denominado “ciclo dos cronistas, viajantes e missionários” que retrataram o Brasil, espelha-se nestes autores a intencionalidade de fornecer respostas que associassem a nova terra às potencialidades dos recursos nela ao dispor. Sob o capitalismo comercial, associado aos descobrimentos e ao aumento das trocas comerciais, os estados modernos europeus tendem a investir na construção naval, fabrico de armamento, treino de homens ligados à ciência náutica, ao mesmo tempo em que possuem ou financiam companhias comerciais. O desafio era encontrar os recursos necessários ao desenvolvimento econômico, o que supõe decisões políticas que lhe são indissociáveis (Wallerstein, p. 67). Mesmo nos textos de viés religioso estas questões aparecem subjacentes aos conteúdos. A tendência tem ainda o recorte dos humanistas em privilegiar o experiencialismo e a divulgação dos novos saberes.

No que ao Espírito Santo diz respeito a primícia está com as cartas dos membros da Companhia de Jesus. Ordem religiosa fortemente hierarquizada com controle central da ação missionária, a epistolografia teve seu início anterior ao código terminológico ou *formula scribendi* estabelecido pelo padre Geral. Sem o espartilho do cânone, as primeiras conseguem ser as mais espontâneas e mais ricas, do nosso ponto de vista. Preparadas em mais de uma versão, as cartas requerem a análise sistematizada de todas, porquanto do cruzamento de conteúdos se pode atingir a ideia mais aproximada dos atos descritos. A inaugurar o ciclo de cronistas, missionários e viajantes para o Espírito Santo, está Pêro de Magalhães de Gândavo com a primeira história do Brasil, a *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, publicada em 1576,

descrevendo a capitania como a “mais fértil”, e os moradores da vila, edificada numa ilha fluvial a uma légua da foz, os melhor abastecidos em peixe, caça e demais produtos da terra, de todos quantos vivem ao longo da costa (Gândavo, 2004, p. 57). Antecederam a edição dois ensaios, o primeiro entre 1568 e 1569, o *Tractado da terra do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha nestas partes* e o segundo em 1569-1570 sobre a terra que começava a despertar interesse entre as demais do império. Fonte jesuítica não assinada, provavelmente de 1574, a *História dos Colégios do Brasil*, título que identifica o documento, insere informações únicas, a maioria ligadas à Companhia de Jesus, mas que não devem ser descartadas no contexto geral como, por exemplo, o volume do caudal do rio Doce e sua área de influência no oceano, o papel do donatário no acolhimento da tribo de Temiminós do Rio de Janeiro ou a construção da nova igreja de Santiago (1573) com a mobilização da população. Em 1587, Gabriel Soares de Sousa na descrição da costa da capitania incide a atenção nos detalhes relevantes a quantos navegam no seu litoral, como sejam os rios e os acidentes de terreno mais notáveis que se constituíam em pontos de referência aos viajantes e apontamentos sobre os indígenas mais comuns na capitania (SOUSA, 1879, p. 57). Igualmente, revela a existência da Vila de Vitória, surgida pela necessidade de defesa contra ataques dos índios — dada a sua edificação em ilha —, ao invés da posição no continente do primeiro assentamento construído pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535; mais frágil às investidas por terra ou pelo mar que passou à denominação de Vila Velha. Sobre a capitania, em si, dedica pouco espaço descritivo, talvez por desconhecimento pessoal, remetendo-se praticamente a discorrer sobre as desventuras econômico-financeiras do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, antigo e bem-sucedido militar na Ásia por quem nutria pouca estima (SOUSA, 1879, p. 62). No século

XVII, na sequência do rapto por corsários ingleses, os tratados do Pe. Fernão Cardim, S. J., foram publicados de forma anónima por Samuel Purchas em 1625, “Do Clima e Terra do Brasil”, “Do Princípio e Origem dos Índios do Brazil e de Seus Costumes, Adoração e Cerimónias” e duas cartas dirigidas ao Padre Provincial de Portugal que receberam o título de “Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica pela Baía, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por Visitador o Padre Christóvão de Gouvêa”, todos reunidos nos *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Nos dois tratados e nas duas cartas Cardim traça uma panorâmica geral que podemos considerar geográfica e etnográfica, na linha de Gândavo, com os detalhes religiosos a que a correspondência jesuítica condiciona. Relativamente às potencialidades e ao trabalho a ser desenvolvido na capitania do Espírito Santo, Cardim é uma das fontes primordiais para a percepção da mesma, na óptica do colonizador e evangelizador, uma vez que os seus relatos interessam, indistintamente, tanto ao rei quanto à Companhia. As observações foram realizadas durante as suas viagens na qualidade de secretário do Pe. Visitador, Cristóvão de Gouveia. A estes acrescem, também, os depoimentos escritos e orais dos companheiros de Casa. São, particularmente, exuberantes as descrições da forma como os índios cristianizados das duas aldeias de missão visitadas correspondem e traduzem, ao seu olhar estrangeiro, a evangelização feita pelos missionários jesuítas, bem como o relacionamento destes com o donatário.

Do século XVI é ainda o relato do aventureiro inglês Anthony Knivet que em 1592 acompanhou o corsário Thomas Cavendish na tentativa de assalto à vila do Espírito Santo.

Frei Vicente do Salvador, o primeiro cronista nascido no Brasil encabeça os escritos do século XVII com a *História do Brasil* concluída em 1627 e, coloca-se entre os que destacam e alimentam o

mito da serra das esmeraldas, ou seja, a apontar a riqueza geológica e não apenas a agrícola da capitania do Espírito Santo onde, “de cristal, sabemos em certo haver uma serra na capitania do Espírito Santo em que estão metidas muitas esmeraldas” (SALVADOR, Livro I, Cap. 5) Nele se reflete o meio enquanto fator de adaptação e desenvolvimento dos colonizadores. É seu um relato do aproveitamento comercial da extração local do pau-brasil com destino à Europa, por intermediação dos jesuítas, coevo da legislação filipina relativa àquela madeira, bem como da situação vivida em Vitória, vila cabeça da capitania, por ocasião de combate com holandeses que intentaram tomar a vila. Na *História* de que é autor conjugam-se a visão da possibilidade de riqueza fácil, por via da descoberta de minerais preciosos, e a do esforço de enraizamento dos colonos que, integrados aos locais, lançaram, sem o saber, as bases de nova sociedade e identidade. Como homem da Igreja acredita, e isso mesmo faz transparecer, no papel da religião e da cristianização enquanto elemento civilizador e aglutinador das variadas etnias presentes no espaço da colônia.

Outro jesuíta, o Pe. Simão de Vasconcelos, no *Livro Primeiro da Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, obra de cunho histórico e biográfico em modelo panegírico que abarca o primeiro século dos jesuítas na terra brasileira; no que à capitania espírito-santense diz respeito, começa por referir que sete meses após a chegada à Baía do primeiro grupo, no ano de 1549, a povoação de Vila Velha, “com invocação do Espírito Santo (VASCONCELOS, 1977, p. 206), fora visitada pelo padre Leonardo Nunes, coadjuvado pelo irmão Diogo Jácome”. Mas é a partir da fixação do padre Afonso Brás e do irmão Simão Gonçalves, no ano de 1551, quando a vila de Vitória já havia sido principiada, que é feita uma descrição enaltecida, quer da nova vila, quer da generosidade e fertilidade da natureza do seu entrono. A terminar o ciclo dos cronistas, viajantes

e missionários, André João Antonil, outro elemento da Companhia de Jesus, afirma em título dedicado à economia brasileira, a existência da fazenda Muribeca (ANTONIL, 1711, p. 186), propriedade dos jesuítas, especializada na criação de gado e laticínios no sul da capitania do Espírito Santo.

Após a independência do Brasil, a discussão entre intelectuais e políticos que, em muitos casos, se juntavam na mesma pessoa, acerca do entendimento e implementação do Estado-Nação, para o qual o fator nacionalismo se constituiu como uma peça fundamental de aglutinação — em torno duma ideia capaz de mobilizar uma população muito heterogênea —, centrou-se em matérias constitucionais e na organização político-administrativa do Brasil. Passada esta premente necessidade de fundação do país, surgiram, sob o impulso do plano para a escrita da história brasileira, grandes vultos da intelectualidade que deram corpo, na 2ª metade do século XIX, a uma produção historiográfica ao serviço da causa da identidade nacional. Desligar o Brasil da antiga metrópole era, pois, compreensível e necessário. Para o aprofundamento da desvinculação cultural o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, inspirado no modelo francês e outros congêneres europeus, propunha-se contribuir através da geografia e da história naturais para a unificação territorial e com a história para revolver o passado e trazer às novas gerações os exemplos e “a fama dos grandes homens [...], e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria” (BARBOZA, 1839), conferindo-lhes um cunho patriótico. Paralelamente, a unidade nacional era ainda um problema a resolver em face das diferentes sensibilidades regionais que ocuparam por anos os pensadores dos dois lados do Atlântico. O projeto nacional e nacionalista estava apresentado, o meio para o concretizar estava criado, faltava implementá-lo e o IHGB congregava especialistas dedicados à reconstituição do passado facultando aos brasileiros o

conhecimento do país. A proposta do sócio fundador Raymundo da Cunha Mattos adota-se a clássica tripartição das épocas históricas: a da pré-história, a colonial e a “desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente” (MATTOS, 1838). Porém, era necessário que o espaço do saber histórico estivesse ao lado do poder político e obedecesse a critérios historiográficos do século XIX. À procura da solução adequada que servisse a política imperial foi lançado em 1840 o concurso para se encontrar o melhor plano para a escrita da História do Brasil, do qual resultou a seleção da memória de Carl Friedrich Philipp Von Martius, cientista que integrara a comitiva da grã-duquesa austríaca Leopoldina, futura esposa de D. Pedro I, intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”. A proposta conferia consistência e unidade à visão organizativa de escrita da história brasileira em torno da especificidade da sociedade fruto da miscigenação, que ficou conhecida como “democracia racial”, retomada por Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala*, ligava o país à história universal através das relações comerciais e atribuía ao regime monárquico imperial o papel de agente civilizador, tudo alicerçado em fontes primárias, comprovadamente autênticas. A ideia era conduzir à realização de pesquisas, tanto quanto possível minuciosas e exactas, que pudessem preencher as lacunas deixadas pelas gerações de cronistas. *A História Geral do Brazil*, em dois volumes, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicados em 1854 e 1857, respectivamente, corresponde ao repto do IHGB, não obstante o silêncio institucional em torno da obra, tida por elementos do instituto como descontínua da ideia de Martius e acarinhada pelo grupo indigenista, uma vez que conferia claramente aos portugueses o papel civilizador numa narrativa isenta de sobresaltos sociais e políticos. Sem ruptura entre a colônia e a nova nação, a história de Varnhagen representa o sentimento e a consciência da família imperial, assim como o dos adeptos dum Brasil português,

o que lhe tem valido, desde então, acesas críticas. Não obstante esta postura ideológica a sua obra serviu de incentivo a outras produções nacionais. No respeitante à capitania do Espírito Santo, Varnhagen que segue de perto Gabriel Soares de Sousa teve o mérito de abrir caminho aos autores naturais da província do Espírito Santo ou a ela sentimentalmente ligados, e que produziram na segunda metade do século XIX um conjunto de monografias sobre história local.

Em 1840 saíam à estampa em Lisboa as *Memorias para servir à História ate o anno de 1817 e breve noticia estatistica da Capitania do Espirito Santo* atribuídas ao governador Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, frequentemente designado como Francisco Alberto Rubim pelos autores e historiografia capixabas. A autoria da Memória e da Breve Notícia têm sido objeto de discussão e análise. Para Estilaque Ferreira dos Santos no “Estudo Introdutório” à 2ª edição da *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*, de Basílio Carvalho Daemon (2010), o governador Rubim é o responsável pela Memória tendo posteriormente, seu filho, Brás da Costa Rubim, quando ainda em Lisboa, promovido a publicação da mesma em homenagem a seu pai. A precedê-lo nesta tese estiveram os historiadores Renato José da Costa Pacheco e Gabriel Augusto de Mello Bittencourt que à essa mesma conclusão chegaram baseados em dois officios que mencionam o envio à Corte da memória e estatística, 1816 e 1820, respetivamente (BITTENCOURT, 1998). As primeiras 13 páginas contêm a súmula cronológica de fatos sobretudo de natureza político-económica até o século XIX e colocam os jesuítas na capitania pela primeira vez no ano de 1551. José Marcelino Pereira de Vasconcelos, *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espirito Santo* (1858), considerado como o mais prolífero e conhecido escritor da província na época. Misael Ferreira Penna na *História da Província do Espírito Santo* teve a vantagem de sistematizar cronologicamen-

te os dados conhecidos, porém dispersos por vários apontamentos e relatórios. A tendência de recolha e apresentação de dados estatísticos acentua-se no período imperial a partir de 1871, com a criação da Directoria Geral de Estatística e nos anos seguintes, supostamente, César Augusto Marques publica o *Diccionario Historico, Geografico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo* (1878), obra logo reconhecida de pouca valia pelas omissões e erros. Nesta linha Basílio Carvalho Daemon com a *Província do Espírito-Santo: Sua Descoberta, História, Chronologica, Synopsis e Estatística* (1879) abraça um projeto com novas características onde se nota o esforço na descrição histórica e geográfica em respeito a uma discreta objectividade crítica, não obstante a deficiente citação de autores e de fontes. Na historiografia do Espírito Santo Daemon é o autor mais lido e, simultaneamente, o que mais tem influenciado as gerações posteriores, razão suficiente para olharmos com mais detalhe a sua *Província*. Move-o a edificação moral da sua pátria “não indo neste nosso trabalho, senão a prova de amor pelo nosso país, e o quanto acatamos tudo que diz respeito a esta província” (DAEMON, 2010, p. 59). Para a construção da obra, Daemon mobiliza um conjunto de enunciados que confirmam as suas proposições previamente definidas, alturas em que a preocupação de identificar a proveniência se torna essencial, recorrendo à prática do arrolamento de autores antigos e modernos, prática derivada da escolástica com a formulação da *quaestio* ou construção do problema, seguido da discussão ou *disputatio* para terminar na *determinatio* ou resolução. As razões para o sucesso longo do seu trabalho assentam nos seguintes pilares: a) resumo do que há sido escrito e b) consulta de originais: “sinopse de tudo quanto há sido escrito” “e o que colhemos de documentos raros e manuscritos até o presente” (DAEMON, 2010, p. 59). Mesmo quando confessa alguma falha fá-lo de forma a conferir sentido de autenticidade e validade às suas afirmações: “Por

um descuido nosso escaparam-nos os nomes destes dois jesuítas ao tomar notas para esta obra, e entre a aglomeração de livros e documentos difícil se nos torna encontra-los”, remetendo para tempo futuro a devida publicação (DAEMON, 2010, p. 166). Na Segunda Parte “Datas e fatos históricos da Província” entre os anos de 1549 e 1759 dedicou à atuação dos jesuítas quarenta e duas entradas, num total de duzentas e cinquenta e cinco, ou seja, 16,48% do trabalho. A maior percentagem de informações corresponde aos anos do século XVI ocupam uma parcela de 42,11%, com 28 entradas num total de 76, para progressivamente se reduzirem. O século XVII apresenta o menor número de informações coletadas, apenas sessenta e seis, com sete delas acerca dos jesuítas, ou seja, 10.61%. Já os anos correspondentes ao século XVIII revelam uma subida no número de dados recolhidos, cento e treze, mas destes, somente três a respeito dos jesuítas, isto é, 2,65%, sendo que a última entrada do ano de 1759 é dedicada à expulsão dos jesuítas com sinopse do processo que conduziu a “esse importante fato” (DAEMON, 2010, p. 221). A escrita de Daemon tem como foco a notícia — no sentido de aviso, notificação —, será conveniente uma análise mais aprofundada da obra, nomeadamente no domínio da semântica para se perceber o sentido e o pensamento do autor, ação que se afasta dos nossos objetivos, porém podemos concluir pela breve análise realizada que o autor atribui aos inacianos um papel de destaque dentro do universo de formação e desenvolvimento da capitania.

Na Carta Pastoral de 1901, dirigindo-se a um público católico, o primeiro bispo da diocese do Espírito Santo, D. João Batista Correia Nery, interessado na dimensão apostólica da região insere na sua carta de despedida a história da evangelização no território diocesano e registra, para o efeito, o papel civilizador e salvacionista dos missionários jesuítas junto dos povos indígenas no período anterior à expulsão da Ordem no período Pombalino. Acompanhando a dis-

cussão historicista da identidade brasileira, 40 anos depois, quando se firmava o interesse pela redescoberta das fontes, a história dos inacianos no Brasil que continuava pouco conhecida, mas ganhava espaço tanto entre os seus defensores, quanto entre os detractores, D. João Nery organiza um artigo com importantes informações sobre a presença destes missionários e respetivas missões no Sul do Estado, recolhidas do Livro do Tombo de Itapemirim e publicadas pelo IHGES em 1940, por ocasião das comemorações no 4º centenário da fundação da Companhia de Jesus (NERY, 1940).

Mário Aristides Freire com a *Capitania do Espírito Santo. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)* publicado pela primeira vez em 1945 constitui novo esforço de organização sequencial cronológico, mas destarte com preocupação de fidelidade documental. Como indica o nome, as *Crônicas*, os capítulos resultam dos artigos redigidos para a revista *Vida Capixaba* o que em termos de produto final deixa no leitor o aspeto de textos truncados e autônomos, enriquecidos na 2ª edição com a publicação dos apontamentos manuscritos do autor. Os organizadores Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves optaram pela “transcrição do texto [...] realizada a partir do original [...] no alto as páginas impressas da 1ª edição da obra, tendo abaixo as extensas anotações manuscritas de Mário Freire, feitas em caligrafia miúda e nítida” (FREIRE, 2006, 11). Freire revela-se conhecedor da documentação disponível e das opiniões dos autores que a haviam trabalhado, pois consegue articular com minudência as suas leituras e estabelecer conexões que lhe permitiram (re)criar um quadro sobre a presença e o contributo dos jesuítas para o progresso da capitania, em harmonia com as conclusões de autores de referência nacional e da obra de Serafim Leite, cujo percurso público se iniciara em 1938.

O novo alento surgiu com a encomenda do governo capixaba ao historiador do Rio de Janeiro, José Teixeira de Oliveira, da qual

resultou a *História do Estado do Espírito Santo* (1950), que apresenta nova documentação, mas que, no respeitante à ação dos inacionos no território, pouco acresce. Cabe porém ressaltar que aparece reforçada a imagem pioneira da Ordem na construção do processo de colonização capixaba. Com a *História do Espírito Santo* (1968) da escritora e historiadora Maria Stella de Novaes retoma-se a linha ao estilo de Basílio Daemon, embora redigida num formato mais fluído e nem as publicações que ocasionalmente apareceram nas revistas do IHGB ou na congénere de Vitória do IHGES prestam novos dados ou leituras ao existente e conhecido.

A partir da criação em 1954 do primeiro instituto universitário Espírito Santense a que se seguiu a federalização em 1961 de que resultou a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) abriu-se o caminho para o desenvolvimento da produção de trabalhos de cariz académico sobre as temáticas relativas ao Estado, como seja o caso da tese de mestrado em História da Arte de José Antônio Carvalho, *O Colégio e as Residências Jesuíticas no Espírito Santo* (CARVALHO, 1982) com estudo de caso de cinco residências, a de Vitória e as das antigas aldeias de São João Batista, Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, Reis Magos e Nossa Senhora da Assunção. Pela primeira vez, a intervenção da Companhia de Jesus no Espírito Santo é alvo duma análise conceitual a partir das fontes primárias entretanto publicadas pelo historiador da Ordem Pe. Serafim Leite, S. J., entre os anos de 1938–1950 e as cartas jesuíticas editadas a complementar o estudo dos vestígios arquitetónicos. Este olhar além da cientificidade epistemológica permitiu identificar discontinuidades ao nível dos saberes na linha do conceito “arqueológico” que em Foucault representa a sua forma de construir a história. No mesmo ano saía com características diferentes *A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo* (BALESTRERO, 1979). Trata-se da primeira tentativa de síntese dos 210 anos de presença jesuítica

na capitania, escrita num estilo laudatório e na lógica duma visão idealizada que foi comum a outros autores. O final do séc. XX e o início deste trouxeram outras leituras e abordagens no âmbito da dispersão de paradigmas propostos pela antropologia da história, a história das mentalidades e a “nova história”. Concomitantemente, o Projeto Resgate facilitou a amplitude documental para análise teórica, as comemorações dos “500 anos do Brasil” e a procura de estudos pós-graduados materializaram-se em novas produções sob proposta de novos critérios de análise, ajustando-se a teoria e a metodologia às novas tendências. A série de textos de Nara Saletto reunidos em livro e publicados pelo Arquivo Público Estadual na colecção consagrada à memória capixaba inaugura uma nova fase de reflexão acerca do papel dos jesuítas na capitania.

Com uma produção escrita relativa à sua presença na terra, suas fontes primárias de acesso ao desenrolar do processo de colonização, assim como aos povos indígenas na fase pré e pós-início da colonização, são praticamente incontornáveis estendendo sua presença a outros trabalhos: *Moranduba – Tupinambá & Amboae: Arqueologia do Espírito Santo, de Reritiba a Anchieta* (SOUZA, 2010) e *A Serra das Esmeraldas: Cartografia, Imaginário e Conflitos Territoriais na Capitania do Espírito Santo (Séc. XVII)* (REIS, 2011). As intervenções de restauro nas igrejas das duas principais aldeias jesuíticas, Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba, e dos Reis Magos, na aldeia homónima, marcam o interesse da arqueologia perante as marcas físicas da presença jesuítica. Em campo mais amplo, os trabalhos das últimas décadas têm enriquecido o conhecimento e avançado para as áreas das estratégias ou práticas missionárias, como sejam a música vocal, o ensino, a arquitectura, a literatura, a abordagem dos aspectos produtivos e comerciais à escala do padroado português, ou a análise ao projecto e prática da missionação em contexto de crise na viragem do século XVI para XVII. Em nossa in-

investigação da qual resultou *Os jesuítas no Espírito Santo, 1549-1759: contatos, confrontos e encontros* (CUNHA, 2015) interessaram-nos os intercâmbios e interações das relações entre os colonizadores, nos quais se encontram os jesuítas e entre estes e os colonizados. No centro do trabalho, aparece, pois, decisiva a questão de como entenderam e propuseram o estabelecimento da harmonia entre o sujeito e a autoridade, fundada no sentido social do homem proposto por Suárez, o teólogo jesuíta que influenciou o pensamento político moderno, mas também como usaram o variado leque de projetos, estratégias e recursos, comparativamente à sua ação missionária no restante território. São estas vertentes que configuram a arquitetura desse trabalho com a ajuda de fontes inéditas, da releitura cuidadosa das conhecidas, de metodologias e as perspectivas de trabalho dos últimos anos. Tecidas estas considerações, considere-se outro aspeto, o de distinguir acontecimentos que marcaram a experiência da Ordem a partir da atividade missionária correlacionada com as políticas régias e religiosas da época e não tanto como expressão duma abordagem sequencial cronológica como a organizada por Daemon (1879), Freire (1945), Oliveira (1950) e Balestrero (1979). Centrou-se o olhar sobre as relações entre os diferentes grupos em presença, em sincronia com as palavras dos próprios, recuperadas na documentação, principalmente a partir do corpo epistolar e relatórios jesuíticos, bem como dos materiais encontrados no AHU respeitantes à administração da capitania e diretamente ligados à Companhia de Jesus. Encontramos na produção escrita do Pe. José de Anchieta, realizada durante a sua permanência no Espírito Santo, indicações úteis que projetaram luz sobre situações que não havíamos previamente esclarecido, pelo que os seus escritos de caráter literário, não obstante uma forte componente estética e religiosa, possuem relevantes dados para a recuperação da memória histórica, em particular para os anos de 1587 a 1597, altura na qual a sua

intervenção missionária se faz mais diretamente sentir sobre as pessoas e os eventos da capitania. No ARSI, arquivo da Companhia de Jesus, em Roma, encontramos um relatório contabilístico inédito que se constituiu em dupla fonte administrativa e econômica sobre o colégio de Santiago relativo ao século XVII. Em a “Aldeia dos Reis Magos” texto transcrito por Serafim Leite inicialmente na Revista nº 8 do IPHAN de 1944 encontramos a descida de um grupo de índios Aimorés, do grupo linguístico macro-jê, para a aldeia de Reis Magos, assim como a entrada, a partir desta missão ao sertão até alturas do alto rio Doce junto dos índios Paranaubis que pudemos confrontar com a versão publicada na França pelo jesuíta Pierre du Jarric em 1610, altura em que aos políticos, aos comerciantes e outros possíveis financiadores das missões jesuíticas deste país se pudessem interessar pelas relações entre os indígenas brasileiros e os colonizadores portugueses e cujo título longo traduzimos “História das coisas mais memoráveis ocorridas tanto nas Índias Orientais, quanto em outros países descobertos pelos portugueses, estabelecendo o progresso da fé cristã e católica: e principalmente o que os religiosos da Companhia de Jesus neles fizeram e suportaram com essa finalidade: desde que eles aí chegaram até ao ano de 1600”. Considerámos relevante a informação indiretamente chegada a nós e transcrita do *Livro do Tombo de Itapemirim*, obra manuscrita pelo padre Manuel Pires Martins com data de 1880, que nos permitiu alargar espacialmente o avanço e a penetração missionárias iniciais nas regiões sul e sudoeste da capitania em direção aos atuais estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Manuel Pires Martins exerceu o seu ministério em várias paróquias do sul do estado do Espírito Santo, nomeadamente nas atuais cidades de Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim. Precisamente, na primeira cidade encontrámo-lo entre os anos de 1866 a 1868 em cartas dirigidas a três presidentes da Província, Alexandre Rodrigues da

Silva Chaves, Carlos de Cerqueira Pinto e Francisco Leite Bittencourt Sampaio, respetivamente. As detalhadas missivas exprimem sempre a necessidade urgente de reformas na igreja matriz e nas áreas adjacentes do ex-conjunto arquitetónico jesuítico e não apenas nas que estão sob a responsabilidade do vigário. As cartas fazem parte do acervo do Arquivo Publico do ES, manuscritos do Grupo Documental Governadoria, Série Histórica (A.P.E.S., Série Histórica), Livro 132, datadas de 27/05/1866, 30/04/1867, 04/08/1867 e 14/02/1868. Em breve análise comparativa, dela ressaltam as características empreendedoras e indagadoras da sua personalidade que o levaram a procurar ser mais diligente, e melhor informado, que os antecessores vigários. A experiência, o conhecimento direto e o gosto pela escrita e a preservação da memória histórica levaram-no à compilação de documentos e de tradições na redação que o próprio intitulou de *Livro do Tombo de Itapemirim*. As peripécias deste tomo desde as mãos do autor à atualidade merecem ser passadas a escrito, contudo a contenção de laudas deixa para outras calendas a tarefa, fica a notação!

Da mesma obra foi retirado um outro texto com o relato, buscado na tradição, sobre a chegada dos jesuítas a Reritiba e cujos dados antropológicos, sociológicos, linguísticos e toponímicos além de historicamente consistentes e plausíveis autenticam a narrativa. Sobre o arresto dos bens imóveis jesuíticos após a expulsão dos territórios nacionais tivemos igualmente a oportunidade de proceder a análise comparativa entre trinta folhas dactilografadas com o título *Arrematação de bens na cidade de Vitória pertença dos jesuítas* (IHGB, Lata 124. Pasta 3) oferecidas por Daemon ao IGHB com a relação existente no AHU e disponível no Arquivo Público Estadual pelo Projeto Resgate. Pelo memo Arquivo em Vitória, graças à iniciativa de Mário Aristides Freire, foi publicado o *Livro do Tombo da vila de Nova Almeida*, começado em cumprimento da disposição

régia de 1759 que alçava a vila a aldeia indígena dos Reis Magos, com transcrição adaptada à ortografia de 1945. Pior destino teve o seu correlato Tombo da Vila Nova de Benevente, aberto para o concelho nascido nas terras pertencentes à aldeia de Iiritiba ou Rerigtibá, do qual apenas nos chegou notícia da sua existência por meio de conhecimento por descrição no sentido que lhe atribuiu Bertrand Russell por oposição ao conhecimento adquirido por experiência direta. Durante a 2ª visita pastoral de D. José Caetano da Silva Coutinho ao Espírito Santo, no ano de 1819, quis o bispo indagar da legitimidade e razões da ocupação do ex-edifício jesuítico pela Câmara Municipal e pelo Ouvidor, tanto em Benevente, como em Nova Almeida, e escreve: “tive ocasião de ver certidões autênticas, tiradas a requerimento do infeliz vigário padre Inácio, da provisão do Conselho Ultramarino do ano de 1755, e do alvará de D. Pedro de 1760, e do provimento do ouvidor Salesem 1756, donde constava a criação da vila de Benevente na aldeia de Reritiba”. No mesmo sentido as notas da visita do Imperador D. Pedro II à vila de Benevente no ano de 1860 referem-se igualmente a estes registos camarários: “[Corri] os livros do arquivo e a data mais antiga é de 1750. Tem um registro [dos] índios dessa data. Há livro de tomo das terras que se mandou copiar em novo livro que foi aberto; mas apenas começado a escrever, não se continuando, segundo disse o secretário por ser quase ininteligível a letra do antigo livro do tomo” (ROCHA, 2008, p. 222). Do corpo documental evidenciam-se o conjunto das fontes constituído pelas Cartas Jesuíticas e demais documentação proveniente dos arquivos da Ordem publicadas na coleção “Reconquistando o Brasil”, 2ª Série, que reproduzem as editadas pela Imprensa Nacional do Brasil, no século XIX, a que se juntaram comentários atualizados e outras páginas desde então identificadas e relacionadas com os respetivos autores. A releitura daquelas fontes, abundantemente citadas desde a sua publicação,

atendendo ao sentido de cada frase ao interno da narrativa e tendo-se em consideração o filtro de quem escreve, sobre quem escreve e de para quem escreve permite este exercício chamar a atenção para detalhes de diferentes textos que se entrecruzam. Longe de tornar a leitura monótona e repetitiva, os resultados revelam a rede de comunicações existentes e ajudam a aproximar-nos do sucedido.

Sendo que a evangelização, missão e construção social são temas primordiais no âmbito da instalação de estados europeus no continente americano e para se ultrapassar a linha de estudo que tem separado a Europa da América, ou seja, os Europeus dos outros, entendemos que as missões jesuíticas e as variantes locais com as quais tiveram de lidar os jesuítas permitem dimensionar o seu papel como agentes colonizadores. Para se compreender a configuração da simultaneidade do seu sistema “romano” e “americano” em obediência ao apelo evangélico de “e até aos confins do mundo”, segundo a expressão de Atos 1:8, no qual se prefigurou desde a formação a Companhia de Jesus, pode o estudioso alinhar-se na intercessão de saberes da história religiosa da Europa Moderna, em particular a das missões, os estudos da história do Espírito Santo, alimentados no que se conhece dos registos deixados pelos agentes colonizadores e pela área das relações internacionais. À semelhança da câmara fotográfica, dando maior abertura ao obturador para focalizar melhor, diremos que do todo referido se abarcam as políticas missionárias e as relações entre o poder e a religião na capitania do Espírito Santo, modeladoras de consciências, de comportamentos e de fazerem da maioritária massa humana indígena cultuadores fiéis do Deus monoteísta católico e súbitos do reino de Portugal.

A história das políticas missionárias jesuíticas conheceu uma renovação historiográfica, nestes últimos anos, em particular no domínio das missões jesuíticas propondo novas abordagens, tanto do lado da literatura missionária (estudos retóricos e narrativos

sobre as crônicas missionárias e da correspondência), quanto do ponto de vista da exploração etnográfica e de antropologia social da massa documental, incrementadas por análises sociológicas e políticas. Esta apropriação deu origem a uma redefinição das fontes que conduziram à reavaliação da história do fenômeno missionário e das instituições encarregues da sua promoção. Ao se localizar o trabalho historiográfico entre a linguagem do passado e a presente do historiador, modificou a concepção tradicional do fato. Nesta perspectiva, o acontecimento não é o que se pode ver ou conhecer dele, mas o que ele se tornar quando o olhamos, esta abordagem desloca, assim, o foco do historiador. Até aqui tendia-se a limitar a investigação à autenticação dos fatos relatados e respectiva inserção numa perspectiva causal. Agora trata-se de procurar os traços deixados pelo acontecimento desde a sua manifestação, considerando-se estes num sentido que permanece aberto.

De um olhar global destacamos a missão do Espírito Santo face à conjuntural criação duma colônia permanente portuguesa no Rio de Janeiro, depois de expulsos os franceses e dominados os povos da confederação dos Tamoios. Da visão dos governantes e dos jesuítas emerge, então, o seu papel na defesa do litoral e das posições portuguesas nos períodos de ataques por forças estrangeiras. Roma, Lisboa e Brasil formam um triângulo onde mais do que posições de supremacia estabelecidas entre si, circulam iniciativas de negociação e o Espírito Santo apresenta-se como uma periferia consciente da distância entre a ideia do projetado e a respectiva realização.

Na cartografia da implantação e movimentação jesuítica na capitania, foi possível constatar que a presença dos mesmos dependia da ocupação do solo, maioritariamente procedente de doações. Em consequência, a questão fundiária esteve no cerne das relações entre os jesuítas e os poderes régios e privados. Derivada desta questão, os privilégios de que usufruíam pela isenção de impostos

constituíram-se como fontes de discórdia e queixas por parte dos grupos socioeconómicos.

Tendo-se em conta o pensamento de que a associação ou mistura das informações contidas nos textos possa despertar no leitor a atenção, tornando-se anfitrião dos mesmos, sem que jamais deles seja proprietário, considera-se que as primeiras representações da alteridade contidas na correspondência jesuítica reunida, bem como as imagens espelhadas nos autos de José de Anchieta e redigidos no Espírito Santo, se constituíram como primeira etapa da manipulação intelectual dos espaços e gentes a evangelizar. E, perante perspectivas de análise tão abrangentes, pretende-se servir de elemento de incentivo ao aprofundamento de outras discussões.

Referências

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*. Livro IV. Cap. I. Lisboa: Officina Real, 1711.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo*. Viana: s/e, 1979.

BARBOZA, Januário da Cunha. “Discurso proferido na cerimónia de criação do IHGB”. *Revista do IHGB*. T. I, v. 1, 1839, pp. 9-18.

BITTENCOURT, Gabriel. *Historiografia Capixaba & Imprensa no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1998.

CARDIM, Fernão, S.J. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Transcrição do texto, introd. e notas Ana Maria de Azevedo. 1ª ed. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo*. Rio Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CUNHA, Maria José dos Santos. *Os jesuítas no Espírito Santo, 1549-1759: contatos, confrontos e encontros*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Évora. 2015.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo sua descoberta, história cronológica, sinopses e estatística*. Coord. Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2ª ed. Col. Canaã 12. Vitória: SECULT; APEES, 2010.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo*. 2ª ed. Org. Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves. Vitória – ES: Flor & Cultura, 2006.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*. Odivelas: Assírio & Alvim, 2004.

“Historia dos Collegios do Brasil”. In *Annaes da Bibliotheca Nacional*. N° XIX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1897, p. 77 a 138.

KHALED Júnior, Salah Hassan. *Horizontes Identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MARTIUS, Karl Friederich Philipp von. “Como se deve escrever a Historia do Brazil”. *RIHGB*. Tomo 6. Rio de Janeiro, 1845, pp. 381-403.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Dissertação ácerca do systema de escrever a história antiga e moderna do imperio do Brasil”. *Revista do IHGB*. N° 26. Rio de Janeiro: Typographia de Luiz dos Santos, pp. 121-143.

NERY, João. *Revista do IHGES*. n° 13. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, Setembro de 1940, pp. 26-40.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

REIS, Fábio Paiva. A Serra das Esmeraldas: Cartografia, Imaginário e Conflitos Territoriais na Capitania do Espírito Santo (Séc. XVII). In: Academia.edu (https://www.academia.edu/1304433/A_Serra_das_Esmeraldas_Cartografia_Imaginário_e_Conflitos_Territoriais_na_Capitania_do_Espírito_Santo_Séc._XVII_). Dissertação apresentada à PUC/SP, 2011.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. *O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (sec. XVI-XVIII)*. 2010, apresentação feita no XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social: Crises Económicas Crises Sociais.

ROCHA Levy. *Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo*. 3ª ed. Col. Canãã 7. Vitória: Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura, Arquivo Público, 2008.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memorias para servir à História ate o anno de 1817 e breve noticia estatistica da Capitania do Espirito Santo porção integrante do Reino do Brasil escriptas em 1818 e editadas em 1840 por Hum Capixaba*. Lisboa: Nevesiana, 1840.

SALETTTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas – o início a colonização do Espírito Santo*. Col. Canãã 4. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SALVADOR, Fr. Vicente do. *História do Brasil 1500–1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

SOUZA, Letícia Moura Simões de. *Moranduba – Tupinambá & Ambo-aé: Arqueologia do Espírito Santo, de Reritiba a Anchieta*. Dissertação de mestrado apresentada na UFRJ, 2010.

The admirable adventures and strange fortunes of Master Antonie Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the south sea. 1591. In Purchas, Samuel (editor), *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*, Vol. XVI. Glasgow: James McLehose and Sons, 1906.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil, antes da sua separação e independência de Portugal*. Vol. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, 1877.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. 3ª ed. Vol. I. Col. Dimensões do Brasil. Nº 5. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World – System I, capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century*. Berkely and Los Angeles: University of California Press; London: University of California Press, 2011. p. 67.

POR MARES HÁ MUITO NAVEGADOS – O ESPÍRITO SANTO PORTUGUÊS¹

*Fernando Achiamé**

Como foi que temperaste,
Portugal, meu avozinho,
Esse gosto misturado
De saudade e de carinho?
Manuel Bandeira

Resumo: Este trabalho trata de processos históricos em que a cultura portuguesa influencia a formação da identidade capixaba. Sistemas e traços culturais oriundos de Portugal como o idioma, religião, autoritarismo, usos e costumes populares, culinária, práticas comerciais estão presentes até os dias de hoje, com as devidas modificações, entre a população que habita o estado do Espírito Santo. Os contextos históricos em que ocorreram essas conjunturas e contribuições precisam ser mais bem explorados por estudos historiográficos.

Palavras-chave: Espírito Santo (estado): história, cultura, identidade. Portugal: características culturais, administração colonial, imigração. Historiografia capixaba: lacunas.

Quadro gerador de identidade

Começo pelo início, por quem foi pioneiro em cristalizar e difundir a língua portuguesa; começo por Luís de Camões (2000, p.1), autor de versos familiares a muitos capixabas desde os tempos de estudante:

¹ Versão modificada, com atualização das referências, de palestra apresentada na Biblioteca Pública Estadual, em julho de 2011, na sessão comemorativa ao aniversário da instituição.

* Poeta e historiador, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-Santense de Letras.

As armas e os Barões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando,
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.

Poderia parar por aqui. Esses poucos versos tudo resumem, tudo dizem, ou quase tudo. Quem já não ouviu as palavras “cesse tudo o que a musa antiga canta” para anunciar uma novidade positiva ou dar apoio a quem acabou de falar? Com seus poemas fundadores, Luís de Camões demarca nossa língua, à semelhança dos seus conterrâneos que fixam padrões de pedra com as quinas lusitanas para tomarem posse dos territórios de conquista. Poetas e escritores organizam e renovam o idioma e a linguagem — Shakespeare para o inglês; Cervantes no que se refere ao castelhano; Corneille e Racine em relação ao francês; Lutero e sua tradução da Bíblia para o alemão; Dante ajudando a dar corpo ao italiano... Poderia ler os

conhecidos versos camonianos no sotaque português e todos entenderiam. Porque se trata da nossa língua materna — componente básico da cultura, ao gerar vida e história.

Todos nós conhecemos a muito citada frase de outro gigante do idioma português, Fernando Pessoa (acesso em 15 out. 2016, grifo meu), na voz do heterônimo Bernardo Soares: “Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. *Minha pátria é a língua portuguesa*. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente”. Sentença que se presta bastante para uma paráfrase: a mãe comum, de portugueses, brasileiros e outros povos lusófonos é a língua portuguesa, que cedo alimenta nosso espírito como o leite materno nutre nosso corpo. Naturalmente, sujeita a grandes variações de tempo e lugar, bem frequentes em se tratando de um organismo vivo como a língua. Brasileiro ilustre, poeta de memoráveis versos cantados em letras de música e compositor de mão-cheia, Noel Rosa (acesso em 15 out. 2016) “traduz” já nos anos 30, no seu samba “Não tem tradução”, o que entende como caráter mutável do nosso idioma, que assume sotaques, gírias e sintaxes próprias do Brasil, além de receber muitas influências do cinema falado norte-americano:

Essa gente hoje em dia que tem a mania da exibição
Não entende que o samba não tem tradução no idioma francês
Tudo aquilo que o malandro pronuncia
Com voz macia é brasileiro, já passou de português
Amor lá no morro é amor pra chuchu
As rimas do samba não são I love you
E esse negócio de alô, alô boy e alô Johnny
Só pode ser conversa de telefone...

Sim, a nossa mãe comum é a língua portuguesa, com suas peculiaridades regionais. Mas quem seria o pai? Sem dúvida, o Estado português por nos ter imposto a lei, o limite, de par com muitos usos e costumes do mundo lusitano. Inclusive o idioma que hoje falamos... Talvez não seja por acaso que nos referimos no gênero masculino ao país que nos deu origem. O território que um dia viria a ser tornar o Brasil nasce e se conforma delimitado pelo Antigo Sistema Colonial da época mercantilista que, patrocinado pelo poder de Portugal, tinha por base três elementos estruturantes: dominação política da metrópole sobre a colônia; “exclusivo” comercial; e escravismo moderno². A dinâmica desse sistema exige o emprego de altas doses de repressão e de cooptação, no qual os portugueses se revelam muito hábeis.

Com a libertação política de Portugal, permanecem no Brasil o escravismo moderno e as atitudes autoritárias em nossa vida social, exercidas pelos poderes públicos, sempre comandados por elites dominantes que se perpetuam no poder, adaptando-se aos novos tempos. Realidade resumida na conhecida frase de Capistrano de Abreu (1954, p. 166) em carta de 16 de julho de 1920 a João Lúcio de Azevedo, historiador português: “A mim preocupa o povo, durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado...”. Em nosso processo histórico, sempre há muito sangue, muita coerção exercida por quem detém o mando. Uma das respostas mais eficazes da população para contornar as ações repressoras, reguladoras e discriminatórias providas das autoridades se concretiza no famoso “jeitinho” brasileiro – forma de resistência popular aos excessos dos governos durante a Colônia, o Império e a República. O Brasil cartorial, para “inglês ver”, em que leis no papel “resolvem” os problemas reais, esse país nós o herdamos em grande parte de Portugal.

² Para maior detalhamento sobre o tema, consultar (NOVAIS, 2005, passim).

Contudo, devemos combater o “complexo de vira-latas”, enunciado numa crônica por Nelson Rodrigues (acesso em 15 out. 2016), e valorizar as contribuições portuguesas para nossa formação. Os brasileiros ainda costumam menosprezar sua origem portuguesa, e lamentar não terem sido colonizados por ingleses, holandeses ou franceses. Se for para fazer comparações com antigos colonizadores europeus, fiquemos com o que ocorre na América do Sul e no Caribe. Basta atentar para a situação atual de países como a Guiana (antiga colônia inglesa) e o Suriname (muito tempo ocupado pela Holanda), já que a Guiana Francesa ainda permanece sob o domínio colonial da França, outrora considerada modelo das liberdades... Sem contar as muitas nações caribenhas (Jamaica, Curaçau, Haiti...), que na atualidade não são também bons exemplos de desenvolvimento. À custa de muita repressão, mas também de muitos acordos, Portugal nos deixa como herança um país plural, multicultural, miscigenado, politicamente unido e compartilhando a mesma língua, apesar de extremamente desigual em termos sociais. Assim, a visão de mundo portuguesa se impõe no Brasil como a matriz junto à qual interação há séculos as culturas indígenas e africanas, além de outras com presença mais recente. Os sincretismos de toda espécie têm larga circulação no universo brasileiro onde, geralmente, predomina a influência cultural de origem portuguesa. O caso dos orixás africanos assimilados a santos católicos é exemplo bem evidente dessa situação.

Não se pode ignorar a realidade ressaltada por Darcy Ribeiro (acesso em 15 out. 2016, grifo meu):

O que expandiu foi a Ibéria. E a Ibéria veio e construiu esta coisa, equivalente ao mundo neobritânico, o mundo neolatino — do qual nós somos a unidade principal. É a nossa nação neolatina que é a mais rica, a mais futura. *Então*

nós somos a nova Roma. A nova Roma é o Brasil. Uma Roma lavada em sangue índio, lavada em sangue negro, melhor, tropical, e que está chamada a representar um importante papel no mundo.

Para corroborar essas palavras, basta uma constatação: a França tem cerca de 65 milhões de habitantes; os falantes do português como língua materna superam em número as pessoas na mesma situação e que se expressam em francês. Porque não podem ser computadas nesse contingente as populações que usam o francês como uma segunda língua, imposta pelo antigo dominador. Mas ainda faz toda diferença o grande prestígio angariado ao longo da história pelo idioma de Voltaire, especialmente nas artes e no uso diplomático...

Da essencial influência portuguesa que recebemos na nossa formação, volto a dois elementos para destacá-los. O primeiro, que se pode chamar de “lado feminino”, tem como característica principal justamente o idioma português, que forma o espaço interior do brasileiro. De fato, impressiona a unidade linguística do nosso país. Algumas palavras têm variações regionais — como bergamota, laranja cravo, tangerina, mexerica; ou lagartixa e a taruíra capixaba —, mas os brasileiros se comunicam de Roraima ao Rio Grande do Sul sem maiores problemas, já o fazendo bem antes da era digital. O outro elemento, o “lado masculino”, compreende o espaço exterior. Nossa unidade territorial se deve aos portugueses, o que não é nenhuma novidade. Muito pouco, pouquíssimo mesmo se acrescenta de território ao Brasil depois que nos libertamos dos nossos colonizadores, e a porção maior constitui o atual estado do Acre. Nossa extensão continental se forma e se mantém graças a muitas medidas repressoras, inclusive de caráter militar, exercidas pelas autoridades coloniais portuguesas. Prática não interrompida no Primeiro Impé-

rio (o português Pedro I algoz do rebelde frei Caneca), no período regencial e no Segundo Império, que combatem revoltas regionais, algumas delas de claro sentido separatista.

As próprias cores nacionais provêm das dinastias de Bragança (o verde) e de Habsburgo (o amarelo), bem como deriva do período imperial o desenho básico da nossa bandeira. Em resumo: existe bastante continuidade na história brasileira, caso da manutenção do escravismo depois da Independência. Os avanços na economia, na sociedade e na política do Brasil se realizam a duras penas, de maneira bem controlada, com soluções patrocinadas por nossas elites, em geral muito conservadoras, atrasadas mesmo, e com os olhos sempre postos nos seus interesses no exterior, com poucas e honrosas exceções.

Sistemas de poder na capitania

Como examinar um pouco mais o Espírito Santo no contexto da América portuguesa? De saída, uma constatação: no decorrer do período colonial, não se pode dar como certo que o Brasil se tornaria um país unido como hoje se apresenta. Nos primeiros tempos, o termo “brasileiro” designa o comerciante de pau-brasil. Os colonos se denominam pernambucanos, baianos, paulistas, mineiros, espírito-santenses (mais tarde, “capitanienses”) e não brasileiros como nós entendemos. Os habitantes da capitania do Espírito Santo diferem em muito dos atuais moradores do estado capixaba. Mesmo os brancos integrantes da elite econômica, em número bem reduzido, são súditos portugueses e vivem segundo os termos do Antigo Regime — sem direitos, deveres e garantias constitucionais do mundo atual como privacidade, liberdade de ir, vir e permanecer, salário regular e aposentadoria; submetidos de forma coercitiva

a um credo religioso, no caso, o catolicismo; com acesso limitado a produtos vindos de fora da capitania; e, por fim, com presença restringida à área litorânea. Devido à centralização do poder e à violência intrínseca do escravismo, poucos portugueses brancos controlam a maioria da população, composta de índios, escravos africanos e seus descendentes.

O Espírito Santo nasce a partir do mar e ligado ao mar. Constantes as referências, em documentos coloniais, à movimentação de autoridades e religiosos ao longo da costa por meio de embarcações. Depois ocorre também o amplo uso da Estrada Geral, que se estende ao longo dos terrenos litorâneos, sem nunca se afastar muito do oceano. A capitania que um dia foi de Vasco Coutinho não se torna portuguesa num piscar de olhos — bem longo o processo, com avanços e recuos, que possibilita essa construção histórica. As pessoas devem ter presente essa circunstância — o Espírito Santo pertence à metrópole portuguesa até 1822. Por quase três séculos (1535-1822) os moradores da capitania são portugueses — com o breve interregno em que predomina a dominação espanhola, devido à União Ibérica (1580-1640). Assim, a maior parte da existência da entidade política chamada Espírito Santo está sob a tutela direta de Portugal, em comparação com os 60 e tantos anos na condição de província e os mais de 120 na de estado.

Como tudo indica, no litoral que depois pertence à capitania do Espírito Santo se estabelecem feitorias destinadas a extrair e embarcar pau-brasil, talvez na foz dos rios Piraqueaçú e Itapemirim; mas tal comprovação demanda estudos específicos. Não se possui documentação veraz sobre a data exata em que desembarcam os colonos portugueses da expedição inicial de Coutinho — se realmente acontece a 23 de maio de 1535, questão não essencial ainda controversa na historiografia. A escolha convencional daquela data para o início da colonização do solo espírito-santense deve ter ocor-

rido no século XIX, após a Independência política, como forma de comemorar a origem da então província, criando-se uma efeméride necessária para as celebrações cívicas daquele momento.

A “Capitania Undécima” passa a se chamar Espírito Santo somente após Vasco Coutinho dela se assenhorear. E, provavelmente, em homenagem à antiga e forte devoção católica da terra natal do donatário. O nome escolhido refere-se tanto à capitania como à sua primeira vila (LEAL, 2008, p. 504-5). Mas há hipóteses divergentes — a de que aquela designação corresponde somente à donataria, e a primeira povoação já se chama Vila de Nossa Senhora da Vitória que, depois mudada para a ilha, faz com que surja a Vila Velha (NOVAES, [1969?], p. 15-6). Existem no litoral da Colônia pelo menos dois outros casos de povoações abandonadas que também recebem esse nome de Vila Velha — no Rio de Janeiro e em Salvador (MELO FRANCO, 2005). A vila de Nossa Senhora da Vitória nasce, ou é transferida para a ilha, na mesma época em que aportam na capitania os padres jesuítas. A próxima vila criada, Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, se origina de um aldeamento, elevado àquela condição por iniciativa do ricoço residente na Bahia, Francisco Gil de Araújo, interessado em explorar ouro e pedras preciosas no interior espírito-santense. Depois se sucedem as vilas de Itapemirim, Serra, São Mateus (OLIVEIRA, 2008). Forma-se, assim, típico sistema de povoações portuguesas, próximas ao mar e aos rios, “estradas líquidas” que facilitam a comunicação.

De modo concomitante, se organiza na capitania do Espírito Santo outro sistema de poder, o jesuítico, também submetido ao controle português; e composto por aldeamentos e fazendas comandadas pelo colégio em Vitória. Processo histórico cuja dimensão deve ser enfatizada — aqui se organizam também outros “Sete Povos das Missões”, somente que dotados de características portuguesas, e não espanholas como naqueles antigos estabelecimentos,

hoje situados no estado gaúcho. Os jesuítas se locomovem à vontade pelo interior inóspito, pelas florestas desconhecidas da donataria de Coutinho. Como que navegam num mar verdejante, guiados por índios, pelos rios e, como os navegadores marítimos, pelas estrelas. Essas ações contribuem para esvaziar as terras das futuras Minas Gerais de tribos indígenas inteiras, descendo-as para o litoral. Nessas incursões ao sertão da capitania distingue-se o padre Diogo Fernandes, nascido em Vila Velha de pais portugueses e primeiro capixaba a pertencer à Companhia — é sertanista, língua (conhecedor e intérprete de idiomas dos índios) e chega a percorrer locais situados no atual estado de Goiás (FREIRE, 2006, p. 119).

Deste modo, os sistemas de poder no Espírito Santo colonial têm no comando, empunhadas por mãos portuguesas, a espada e a cruz. Elas se entendem no essencial, se ajudam nas necessidades e garantem o povoamento e a própria existência da capitania. A “Fé e o Império”, a que se refere Camões, em geral se apoiam mutuamente, mas também há conjunturas caracterizadas por dissensões. Se o mando do governo reinol prevalece, nunca é demais destacar a importância da presença jesuítica na capitania para controlar socialmente as populações nativas; promover trocas comerciais dentro do território capixaba; prover as populações com mantimentos essenciais; utilizar canoas e mesmo pequenos navios como meios de transporte de pessoas e mercadorias; abrir canais de forma a facilitar a navegação nos rios; oferecer assistência espiritual aos colonos, índios e negros; patrocinar a instrução...

Nos dois primeiros séculos de existência da capitania do Espírito Santo a presença do indígena, pau para toda a obra, mostra-se relevante no mundo do trabalho — derruba matas, faz roças, pesca, caça, cria animais, abre e mantém estradas, constrói pontes... Os índios flecheiros também se configuram como força militar de reserva, empregada em casos excepcionais no combate ao invasor

estrangeiro, que em determinados episódios sofre derrotas decisivas. A capitania fica conhecida como local aonde os jesuítas vão aprender a língua geral, derivada do tupi-guarani, para depois se entenderem com as populações autóctones. Durante muito tempo o idioma português tem curso regular somente entre os membros da elite; ele acaba predominando na população em geral após longo tempo e devido a reiteradas proibições de se expressar utilizando os falares de origem nativa.

Bem antes da existência do Brasil, os povos que formam a nação portuguesa já conhecem diversos processos de miscigenação e aculturação, possibilitando que os portugueses não adotem na vida em sociedade práticas extremadas de discriminação ou segregação social. Referidos processos, já praticados na terra lusa, prosseguem no Novo Mundo. A expansão ultramarina portuguesa, em certo sentido, representa uma continuidade da Reconquista. Os índios são os novos infieis a serem dominados, conquistados e incorporados à cultura da metrópole antes que os protestantes o façam. Medidas bem exemplificadas pelo batismo e enobrecimento de Maracaiaguaçu, de Araribóia, e suas esposas. Portugal na época das navegações tem por volta de um milhão de habitantes, assim como Roma antiga, bem menos que a Grande Vitória de hoje. Também na capitania do Espírito Santo, os colonizadores, em inferioridade numérica, sabem empregar de forma competente doses corretas de coerção e consenso no seu relacionamento com os muitos povos indígenas que encontram.

O domínio da arte náutica revela-se fundamental para realizar e consolidar as conquistas das novas terras. Daí a evocação de Pompeu, retomada por Pessoa, “navegar é preciso, viver não é preciso”, passível de ser interpretada de duas maneiras, ambas apropriadas para a época em que as terras capixabas estão sob a administração portuguesa — navegar é imprescindível para garantir a sobrevivência; e a arte de navegar pode ser exercida de forma precisa, diferente

da arte da vida... Por nosso litoral passa o caminho marítimo para as Índias. Os portugueses devassam terras pelo mundo afora e nelas vivem à vontade, com o concurso de suas criações típicas, como as santas casas, que se difundem na metrópole e nas possessões d'além-mar. Na Colônia brasileira, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia fundada em 1535 no domínio de Coutinho somente é antecedida pela entidade similar instituída três anos antes na vila de Todos os Santos, capitania de São Vicente. O Espírito Santo surge na época em que se inicia a globalização do mundo — os guindastes que manipulam contêineres em Capuaba, Terminal Portuário de Vila Velha (TVV), certamente não são os primeiros produtos chineses que chegam até aqui. Antes conhecemos, por exemplo, objetos feitos de porcelana, oriundos do Império do Meio.

Continuidade do ente político

Mais do que instituírem a unidade administrativa a que denominam Espírito Santo, os portugueses garantem sua existência em duas ocasiões, pelo menos. Uma delas acontece quando tomam medidas de defesa para afastar intrusos estrangeiros das Minas Gerais. Após a descoberta de volumes apreciáveis de ouro em terras situadas no seu interior, a capitania hereditária é comprada pela Coroa (1718) e militarizada, passando a ser governada por capitães-mores. Algum tempo depois, a administração portuguesa reforça o sistema defensivo às margens da baía de Vitória — porto abrigado, com fundo de pedra e na mesma latitude da Vila Rica... Fortificações são remodeladas ou erguidas, distinguindo-se a poderosa fortaleza de Nossa Senhora do Carmo, construída na altura onde hoje existe a Praça Oito de Setembro, no centro da capital capixaba. Neste ponto, cabe reiterar análise feita anteriormente:

É lugar-comum em estudos relativos à história capixaba a constatação de que, durante o século XVIII, a capitania do Espírito Santo serve como barreira para evitar os caminhos em direção às minas e, assim, os descaminhos do ouro e diamantes; e de que essa ação deliberada por parte da Coroa portuguesa — fortificando Vitória, por exemplo — causa atraso econômico e isolamento territorial da capitania, com reflexos na vida socioeconômica da província e do estado. Se, em linhas gerais, o posicionamento está correto, os pesquisadores nunca registraram o outro lado da questão. A partir dessas medidas político-administrativas da metrópole, a capitania do Espírito Santo — governada militarmente por capitães-mores em quase todo o referido século — *teve garantida sua sobrevivência como unidade política*. Não se levam em conta os desaparecimentos das outrora importantes capitanias de Porto Seguro e Ilhéus — incorporadas à Bahia —, e de São Tomé, assimilada ao Rio de Janeiro. Assim, na extensa costa entre as cidades de Salvador e do Rio — as duas capitais da colônia brasileira —, somente a capitania do Espírito Santo permanece como ente político (ACHIAMÉ, 2010a, p. 49-50, grifos no original).

A outra ocasião em que os portugueses garantem o futuro do Espírito Santo ocorre quando o governo do príncipe regente Dom João toma providências para reanimar a capitania: declaração de “guerra justa” aos botocudos, de modo a legitimar a ocupação das chamadas terras devolutas; preservação de recursos florestais para fins estratégicos, como reservas de madeiras de lei destinadas à construção e manutenção de navios da Armada; criação da colônia de Viana, trazendo açorianos para ocupar terras mais afastadas do litoral. E, talvez, as medidas de maior alcance — a abertura do Rio Doce para a navegação e de um caminho terrestre pela região

montanhosa em direção a Minas, a Estrada do Rubim, mais tarde chamada de São Pedro de Alcântara, cujos vestígios fazem parte da agora denominada “Rota Imperial”. Mesmo resultando inicialmente em fracassos comerciais, essas iniciativas dão início à ocupação de vastas extensões do nosso território atual. Seguindo a política da época, nas duas regiões se erguem quartéis, destinados a proteger os colonos e combater os índios, liberando terras para a exploração econômica.

Em 1759, décadas antes das iniciativas tomadas pela administração do príncipe regente, a expulsão dos jesuítas do Espírito Santo também evidencia o reforço do controle português sobre a capitania. Os dois principais aldeamentos, Reritiba ao sul de Vitória e Reis Magos ao norte, se transformam em vilas novas portuguesas, com os nomes respectivos de Benevente e Almeida, em homenagem a aglomerados urbanos de igual denominação existentes na metrópole. Os milhares de índios e seus descendentes que nelas habitam não mais se subordinam diretamente à ordem jesuítica, mas se transformam em súditos de Sua Majestade Fidelíssima. A administração regional (governo da capitania em Vitória) e as instâncias locais (casas de câmara e cadeia nas vilas) passam a promover o ensino das primeiras letras, mesmo que de forma bastante precária, por meio do subsídio literário. Composto pelo colégio de Vitória, pelas residências nos aldeamentos e pelas fazendas, o poderoso conjunto de estabelecimentos jesuíticos e seus respectivos bens são apropriados pelo governo metropolitano.

Portugal no mundo capixaba

O reino português promove a expansão da fé católica em suas colônias no contexto da Contrarreforma. Trazida pelo colonizador,

a religião impregna todo o tecido social da América portuguesa. Pelo regime do padroado, a administração da religião católica se subordina ao poder do monarca. Tal regime continua em vigor durante o Império brasileiro. Os preceitos religiosos católicos, os únicos cuja prática se permite oficialmente, comandam a vida dos capixabas. Os sinos dos templos assinalam as tarefas diárias desde o acordar até o adormecer. E a Igreja preside e registra as passagens importantes da vida — do batismo ao enterro, passando pela crisma e pelo casamento. Sem falar nas festas religiosas, muito numerosas e algumas durando diversos dias, em que as irmandades se rivalizam na apresentação pública de suas devoções com o concurso de quermesses, procissões, vestimentas, representações, cantos e músicas. Tudo gira em torno da religião trazida pelos portugueses e que predomina entre nós (SIQUEIRA, 1999). Os santos católicos disputam devotos. Além da Virgem, afinal mãe do Criador, três deles, todos franciscanos, detêm a predileção da população do Espírito Santo — São Francisco de Assis, fundador da ordem; Santo Antônio de Lisboa, português como o cognome indica e que na vida profana chama-se Fernando; e São Benedito, de culto muito distinguido em Vitória e em outros lugares capixabas. Os dois primeiros são, até hoje, os santos mais populares da Igreja. Por isso que os nomes masculinos de Francisco, Fernando, Antônio e suas combinações revelam-se muito frequentes entre a gente portuguesa e seus descendentes, bem como a devoção à Virgem. Depois de se hospedar, em outubro de 1818, na casa de um colono luso-brasileiro, na margem esquerda do rio Doce, a meio caminho entre Regência e Linhares, Auguste de Saint-Hilaire escreve:

Quando cheguei à casa de *Antônio* Martins, sua mulher e seus filhos se apresentaram a mim, pois, como já disse, as mulheres em toda essa região do litoral não fogem ao estrangeiro. Perguntei à

mulher do meu hospedeiro se não se aborrecia por viver em solidão tão profunda. Não tenho eu, respondeu-me, minha família, os cuidados de meu trabalho e esta companhia? Ajuntou, mostrando-me pequeno oratório, que encerrava a *imagem da Virgem*. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 88, grifos meus).

Não devemos subestimar a força e o significado dos nomes no processo histórico. O Espírito Santo é um dos três estados que, no Brasil atual, possui denominação conferida pelos portugueses e diretamente ligada à religião católica — São Paulo e Santa Catarina são os outros. E nossa designação, além de ser a mais antiga, se refere a uma das pessoas da própria divindade. Os demais estados brasileiros originados de capitânicas portuguesas têm seus nomes retirados de ocorrências geográficas (Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro...), ou de termos indígenas (Pará, Paraíba, Pernambuco...). Ao longo da história capixaba, em diversas ocasiões se privilegiam nomes portugueses para combater a língua geral. Na nossa toponímia há vários casos — Iiritiba vira Benevente, atual Anchieta; o rio Sauanha muda para Reis Magos; o rio Cricaré passa a se chamar São Mateus. E Linhares, Viana, Santa Cruz, Regência Augusta (em homenagem ao governo do príncipe Dom João) são denominações dadas pelos portugueses. Mas os administradores coloniais não têm interesse, ou condição, de apagar da memória coletiva todos os designativos de origem indígena que, então, permanecem, a exemplo de Guaraupari, Itapemirim, Itabapoana. Os habitantes do Espírito Santo são estimulados a colocar prenomes e sobrenomes portugueses neles próprios, em seus descendentes e em seus escravos. Significativo o episódio antes citado, e que não é o único, de Maracaiaguaçu e Araribóia, junto com suas mulheres, serem batizados com nomes de figuras ilustres da Colônia portuguesa. Evidentemente, essas providências contribuem para manter o controle sobre as populações su-

balternas, por meio do esquecimento das denominações de origem indígena ou africana, com a valorização e disseminação de apelidos ligados aos dominadores — um novo nome faz novo o indivíduo.

Também na culinária capixaba a influência portuguesa resulta marcante. A começar pelo uso do azeite de oliva, chamado de azeite doce pelos antigos moradores, talvez para distingui-lo de outros óleos, como o de dendê, de mamona ou de baleia, os dois últimos usados na iluminação. Os de Portugal introduzem entre nós diversos condimentos (coentro, salsa, cebolinha, alecrim), verduras (alface, couve-flor), as galinhas, a salga do peixe. O bacalhau há muito tempo é consumido na Semana Santa em Vitória e outros lugares do Espírito Santo. No Rio de Janeiro, onde se estabelece grande contingente humano de origem lusa, serve-se a iguaria de preferência no Natal, por influência da consoada portuguesa. Os doces do reino, especialmente os de ovos, são devidamente abasileirados. Nas últimas décadas do século XIX e começo do seguinte, trabalha em Vitória famosa doceira, Maria Saraiva, descendente de escravos e casada com o português João da Mata Coelho. Vendendo doces e quitutes sustenta sua família e, com êxito, encaminha os filhos na vida, conforme informa Elmo Elton (2014, p.161–174). A nós apresentada pelo português, a farinha de trigo, antes chamada de farinha do reino para distingui-la da produzida a partir da mandioca, tem consumo muito restrito no Espírito Santo de outrora por ser rara e cara, seu uso geralmente reservado para confecção das hóstias, espécie de pão ázimo. O mesmo vale para o vinho português, presente somente na mesa de famílias abastadas, e para utilização na missa. Existem relatos, datados dos períodos colonial e provincial, sobre a escassez da farinha de trigo e do vinho destinados ao culto, o que revela a importância conferida a esses produtos pelos capixabas.

Os usos e costumes populares vigentes há tanto tempo em nossa terra também estão marcados pelo legado português. Em tempos mais

recentes viraram objeto de estudos folclóricos, e de pesquisas e narrativas vinculadas à história cultural. Esses modos de usufruir a vida se manifestam no território do Espírito Santo desde muito tempo: folguedos e festas (folias de Reis, festas do Divino); ditados, provérbios, parêmias (“Em casa que não tem pão, todos ralham [ou brigam] e ninguém tem razão”); dramatizações (alardo, lapinha, marujada); música (inceências, cantigas de roda); lendas (Camões morrendo, Camões aprendendo...); poesia (Nau Catarineta e demais romanceiros); crendices; superstições; medicina popular (NEVES, 2008). Enfim, a sabedoria do povo em circulação no Espírito Santo, em grande parte se reporta a textos bíblicos, religiosos, fábulas de origem europeia, e contribui há séculos para os capixabas bem levarem esta vida, até mesmo em termos práticos, e bem encaminharem aquela a ser vivida no Além.

Contribuições portuguesas mais recentes

O império do Brasil privilegia os vínculos com o reino de Portugal — os membros das duas casas reinantes possuem estreitas ligações familiares. Essa circunstância, aliada a outras, contribui para que seja superada a animosidade entre brasileiros e portugueses, vigente nas lutas pela Independência. E as facilidades de língua comum e de parentesco fazem com que periódicas migrações de portugueses para o Brasil se processem sem maiores entraves. Além disso, elas vão ao encontro da política imperial de “branquear” a nação. Essas verdadeiras “transfusões” de sangue e de cultura portuguesas ocorrem no país e no Espírito Santo. De tempos em tempos, imigrantes portugueses pisam terras capixabas, movimento que aumenta com a melhoria da economia local pela expansão da cultura cafeeira na província, ao mesmo tempo em que o tráfico de escravos transatlântico e interprovincial diminui até desaparecer.

O processo continua com o advento do regime republicano. E em diversos momentos do final do século XIX e em todo o XX, pessoas oriundas de Portugal e de suas ex-colônias africanas, tangidas pela pobreza e por falta de oportunidades para viver dignamente em seus locais de origem, vêm para o Espírito Santo. As motivações são variadas: a tradição do comércio praticado por portugueses em Vitória e no estado, o que atrai parentes, conhecidos e vizinhos para também se dedicarem à mesma atividade; a disponibilidade de terras e de empregos no comércio para receber fugitivos de perseguições políticas, seja de ativistas republicanos, antes da queda da monarquia portuguesa em 1910, seja de opositores ao regime salazarista, em vigor de 1933 a 1974; a industrialização e a modernização econômica do estado que atraem pessoas de Portugal, de Angola e Moçambique que desembarcam em Vitória para reconstruírem suas vidas por não se adaptarem às novas realidades política e socioeconômica, após a Revolução dos Cravos e devido ao processo de descolonização de antigos territórios portugueses na África.

Após a proclamação da República, a imigração portuguesa para o Espírito Santo não sofre interferências diretas da iniciativa oficial, nem por parte do governo da União, nem pela administração capixaba. A vinda de portugueses para o nosso território se processa de forma constante, mas em muito menor número do que as grandes levas que se destinam a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Com base no Censo de 1900, Nara Saletto (1996, p. 174) distingue “a participação privilegiada dos imigrantes no comércio [do Espírito Santo], onde ocupavam 783 postos, no total de 3.194 [...] e, entre eles, destacam-se os portugueses, com 201 postos”. E acrescenta: “Os portugueses constituíam também a maioria dos que viviam de rendas: 10 no total de 14”. Aqui os portugueses se fixam “tanto na cidade quanto no campo”, segundo Saletto (1996, p. 175). Muitos deles se dedicam também a outros serviços (guarda-livros, artífices)

nas vilas e cidades. Devem-se distinguir os imigrantes pobres dos ricos, dos que já vêm com capital. Os que chegam pobres trabalham de início como comerciários e caixeiros-viajantes; alguns enriquecem e conseguem se estabelecer por conta própria. Mas a maioria chega pobre e passa para uma situação remediada. O bairro vitoriense da Praia do Suá já sediou colônia de pescadores formada por famílias de origem açoriana.

Pesquisas poderão determinar em que quantidade esses habitantes de Portugal se encaminham diretamente para aqui ou são provenientes de outros estados brasileiros, além de averiguar os que enriquecem no Espírito Santo e voltam para Portugal, fenômeno que existe desde a Colônia e em diversas partes do Brasil e prossegue no Império e na República. Noel Rosa (acesso em 18 out. 2016) aborda a questão artisticamente no samba “Com que roupa?”: “Seu português, agora, deu o fora / Já foi-se embora e levou seu capital / Esqueceu quem tanto amou outrora / Foi no *Adamastor*³ pra Portugal / Pra se casar com a cachopa”.

Na verdade, desde sempre existe uma fronteira mais ou menos fluida entre os dois países; e, há tempos, portugueses empobrecidos vêm “fazer o Brasil”, também aqui no Espírito Santo. Podem ser citados muitos e variados casos: o de uma solteirona portuguesa que tem parentes em São Mateus, onde chega no final da década de 1880 e se casa com profissional liberal; o português que no nosso estado não consegue enriquecer, mesmo aplicando golpes escusos na comercialização de café... As riquezas proporcionadas pelos ciclos madeireiro e cafeeiro em terras capixabas atraem imigrantes de muitas nacionalidades, e também portugueses. A maior presença desses últimos ocorre em que locais do estado? Faltam estudos sistemáticos sobre o tema, mas tudo indica que ela fica dispersa, a de-

³ Para maior detalhamento sobre o tema, consultar (NOVAIS, 2005, passim).

pender de que região estivesse passando por auge econômico. São registradas ocorrências significativas de portugueses em Anchieta, na época em que a localidade recebe muitos imigrantes destinados ao seu interior, como também em São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, sobretudo em Vitória, com variações por períodos.

Nos primeiros quarenta anos de existência da Loja Maçônica União e Progresso, fundada na capital capixaba em 1872, a maioria dos seus membros se compõe de servidores públicos e de comerciantes, com um representativo percentual destes últimos vindo de Portugal. Esses maçons podem ser donos de pequenos negócios como uma venda, um bar ou uma padaria, ou grandes negociantes, ligados ao mercado exportador de café ou ao ramo atacadista. Os portugueses membros da mais antiga loja maçônica em funcionamento do estado não somente moram em Vitória, mas também nos municípios vizinhos de Viana, Vila Velha, Serra e Guarapari. Usufruem de proteção e de ajuda mútua, proporcionadas pelos irmãos maçons, numa época muito difícil para os comerciantes do Espírito Santo obterem informações fidedignas sobre seus fornecedores e clientes, imprescindíveis para o bom andamento dos negócios (ACHIAMÉ, 2010b).

O comércio capixaba, em especial o de Vitória, muito deve à presença dos portugueses e seus descendentes diretos, a exemplo da família Cruz com a lendária Casa Verde, além de Antenor Guimarães, Manoel Evaristo Pessoa, Manuel Francisco Gonçalves e tantos outros. Mais recentemente, empreendedores de origem lusitana atuam no comércio e na indústria entre nós, de que são bons exemplos as famílias: Oliveira Santos, nos ramos atacadista e de exportação de café; Leal Reis, na fabricação de massas e biscoitos; Teixeira da Cruz, explorando os hotéis Majestic, Sagres e Estoril; Fernandes Moça, com comércio de ferragens em geral. Na construção civil

se distinguem, entre outros, Manoel Antônio José de Brito, David Teixeira e Aurélio Porto. A lista seria muito extensa, assim limite-me a citar apenas alguns comerciantes com atuação em Vitória: Emídio Pais, com grande loja de material de construção há mais de 50 anos; Francisco Melo, o Seu Chico da Doll Sport, que durante muitos anos mantém comércio de confecções; a família Caseira com o famoso Bar Santos na Vila Rubim; a família Concha, dona da Padaria Algarve na Avenida Vitória; os vice-cônsules Alziro Calmon, com loja de instrumentos musicais e Joaquim Baraona, com empresa de engenharia. Portugueses das famílias Monteiro, Pinho, Aroso são pioneiros nos cultivos do morango e da oliveira em Domingos Martins, na região de Aracê — Pedra Azul, onde também iniciam a prestação de serviço no setor de restaurante e hotelaria. As referências anteriores a famílias e empreendedores provenientes de Portugal são meramente exemplificativas e, por isso, deixam de ser contextualizadas nas variadas conjunturas históricas em que acontecem. Tais referências apenas pretendem despertar o interesse de futuros pesquisadores para a riqueza, praticamente inexplorada, das contribuições portuguesas para a história capixaba.

Portugal, saudade e carinho

Diversos trabalhos historiográficos contêm análises abalizadas sobre as variações do relacionamento ao longo do tempo entre os povos e os governos das duas pátrias irmãs. Apenas registro a ideologia conservadora do “lusotropicalismo”, que possui alguns fundamentos válidos, enunciada por Gilberto Freire em sua obra *O mundo que o português criou* e em estudos posteriores. A apropriação dessa ideologia pela ditadura salazarista recebe críticas de muitos intelectuais, entre eles o historiador José Honório Rodrigues.

Para os capixabas, o povo português está sempre à mão. Muitos de nós temos um parente, próximo ou distante, oriundo da terra lusitana — pais, avós, bisavós, tios, primos, sobrinhos... Sem contar as uniões conjugais, duradouras ou efêmeras, entre capixabas e portugueses; os parentes que por alguma razão se mudam para Portugal; os amigos ou conhecidos que vão para lá estudar ou trabalhar e acabam ficando. Ou ainda os portugueses que vêm para o estado, aqui se casam, vencem na vida e depois retornam para a Terrinha, os torna-viagens já referidos. A nostalgia e a saudade, sentimentos tão portugueses, estão presentes em seus descendentes no estado. O professor e músico Arnulfo Martins de Matos, nascido em Cachoeiro de Itapemirim em 1877, ele mesmo filho do comerciante português Bento José Martins de Matos e de Áurea da Fraga Matos, sempre externava essas emoções. Apesar de falecer bem idoso, em 1972, jamais visitou a terra natal do seu pai, mas permanece no folclore familiar sua frase: — Não morro sem ir a Portugal!

Manuel Bandeira (acesso em 18 out. 2016), num belo poema feito para ser musicado por Ary Barroso, como o foi, sintetiza magistralmente essa presença constante da cultura e do sentimento portugueses entre os brasileiros, a que os capixabas não estão alheios:

PORTUGAL, MEU AVOZINHO

Como foi que temperaste,
Portugal, meu avozinho,
Esse gosto misturado
De saudade e de carinho?

Esse gosto misturado
De pele branca e trigueira,
Gosto de África e de Europa,
Que é o da gente brasileira.

Gosto de samba e de fado,
Portugal, meu avozinho.
Ai, Portugal, que ensinaste
Ao Brasil o teu carinho!

Tu de um lado, e do outro lado
Nós... No meio o mar profundo...
Mas, por mais fundo que seja,
Somos os dois um só mundo.

Grande mundo de ternura,
Feito de três continentes...
Ai, mundo de Portugal,
Gente mãe de tantas gentes!

Ai, Portugal de Camões,
Do bom trigo e do bom vinho,
Que nos deste, ai avozinho,
Esse gosto misturado
Que é saudade e que é carinho!

A sociabilidade de inspiração portuguesa em Vitória e no estado precisa ser estudada de muitos pontos de vista. Contudo, uma maneira bem representativa e rápida de demonstrá-la consiste em citar a criação, em 1902, do Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral, em funcionamento até nossos dias, iniciativa liderada pela colônia portuguesa na capital capixaba. E lembrar outro momento: Renato Pacheco (1998, p. 40) se refere à colônia portuguesa de Vitória, que oferece à cidade, em 1935, monumento de granito em forma de obelisco para comemorar o 4º centenário da colonização do solo espírito-santense.

Se antes no estado existe a presença do capital mercantil gerido por portugueses nas casas exportadoras de café, com a globalização acentuada tudo fica mais ágil — hoje em dia o Espírito Santo recebe bens e pessoas de Portugal com o concurso de empresas multinacionais, como a que distribui energia elétrica para a maio-

ria dos municípios capixabas, ou por meio da franquia portuguesa de cafés finos.

Lacunas luso-capixabas

Quem se debruça sobre a história da imigração portuguesa para o Brasil e o Espírito Santo, logo percebe as deficiências e mesmo o desinteresse por parte de pesquisadores, devido aos poucos trabalhos que tratam do assunto. Anna Lúcia Côgo (acesso em 18 out. 2016) assegura:

Esta lacuna, que se manteve por um longo período no conjunto da produção historiográfica, pode ser justificada, segundo [Ana Silvia Volpi] Scott, quando se considera as especificidades associadas à forma de inserção dos portugueses no Brasil, marcada por mecanismos diferenciados daqueles utilizados por outras etnias de imigrantes estrangeiros que entraram no país, haja vista que o domínio da língua portuguesa e o auxílio dos compatriotas já estabelecidos no Brasil proporcionaram maior autonomia ao imigrante português em sua inserção nesta sociedade, e lhe conferiu maiores vantagens em relação aos outros grupos de imigrantes estabelecidos no país.

Ana Silvia Volpi Scott (2011, p. 2-3) assinala que a partir dos anos 1990 essa carência de trabalhos sobre a imigração portuguesa para o Brasil “parece ter começado a atenuar-se”, mas que ainda está longe de fazer jus à importância desse campo de pesquisa para nossa história. Scott prossegue comentando outra causa para a dificuldade nos estudos nessa área:

[...] uma vez absorvidos pela comunidade, [os imigrantes portugueses] praticamente não deixavam rastros fáceis de serem recuperados, pois tornava-se virtualmente impossível distingui-los da população brasileira em geral, e identificá-los positiva e individualmente, como portugueses, devido à semelhança dos nomes próprios e de família que compartilhavam com a população brasileira.

Sobre o tema, outro enfoque distorcido consiste em considerar os portugueses genericamente, rotulando-os de modo simplório, como se eles tivessem uma só origem, e ignorando suas especificidades, como as têm os galegos, algarvios, saloios, minhotos, trasmontanos, alentejanos, açorianos... Por meio de estudos sistemáticos será possível saber quais contingentes portugueses dessas e de outras origens estiveram mais presentes no estado.

Também já se esboça um esforço para conhecer a contribuição portuguesa para a história capixaba, em especial aquela fabricada após a República. Distinguem-se dois trabalhos recentes. O primeiro, de autoria do historiador Aldieris Caprini (acesso em 19 out. 2016), analisa os mecanismos que levam o português Antônio José Duarte a enriquecer e dominar a economia e a política no município capixaba de Iconha, tornando-se conhecido no estado. O outro trabalho, realizado com muito amor por Vera Moll e Sandra Mileipe (2013), tem por objetivo resgatar a biografia do avô delas, Manoel da Silva Motta, português que vem para o Brasil com 17 anos e depois de algumas peripécias se estabelece no sul do Espírito Santo, em terras do atual município de Mimoso do Sul, onde constitui extensa família, enriquece muito e se projeta socialmente. A explicação para esses estudos meritórios tratarem de membros da elite econômica reside talvez nas facilidades de acesso à documentação produzida pelas famílias. Futuras pesquisas, por certo,

abordarão também as trajetórias de vida de imigrantes portugueses e suas famílias que tiveram destinos menos afortunados.

Quando, a partir da última década do século XIX, se reforça a presença da religião católica no estado por meio da romanização, para cá vêm padres e freiras portuguesas, junto com religiosos de outras nacionalidades, o que intensifica a presença da cultura lusitana entre nós. Não se pode omitir a devoção católica iniciada em 1917, de origem portuguesa e muito presente no Espírito Santo, Nossa Senhora de Fátima, cuja imagem peregrina percorre em 1953 diversas localidades do estado, com grandes demonstrações de júbilo e fé. Referida devoção se reflete em diversos nomes de batismo, topônimos e templos dedicados à Virgem de Fátima no território capixaba. Trazida da antiga metrópole em 1570, a imagem da padroeira do estado, Nossa Senhora da Penha, é venerada desde então por habitantes e visitantes do Espírito Santo.

Segundo Maria Stella de Novaes ([1969?], p. 287), a primeira livraria em Vitória data de 1883, mas mesmo depois de sua existência os livros continuam a ser encomendadas no Rio ou diretamente no exterior, inclusive em Portugal. Livros impressos em território português gozam de prestígio por serem mais em conta e de melhor qualidade, a exemplo da obra de Afonso Cláudio, *História da Literatura Espírito-Santense*, editada em 1912 na cidade do Porto. Os capixabas escolarizados e nascidos até o final da década de 1950 têm contato, em maior ou menor grau a depender do seu interesse, com grandes nomes da literatura portuguesa — Camões, Vieira, Eça, Garret, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Cesário Verde, Florbela Espanca, Fernando Pessoa... Antigas obras impressas em Portugal, e que possuem apuro gráfico, como o conhecido dicionário Lello, ao circularem por aqui adquirem status diferenciado, da mesma forma que muitos livros ora compondo o acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo.

Na história do estado capixaba, Portugal sempre está presente. Para o bem, ao possibilitar nossa diversidade étnica; mas também para o mal, por ser fonte remota da desigualdade socioeconômica que ainda custa para ser superada.

Termino como comecei, com versos de poeta português. O primeiro, Camões, canta o fastígio lusitano. Este agora, Fernando Antonio Nogueira Pessoa (acesso em 18 out. 2016), exalta o muito que Portugal empreendera e deplora o que ele poderia ter sido e não foi:

I. O INFANTE

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

Por que neste arremate evocar o Infante de Sagres, D. Henrique, o Navegador? Para correlacioná-lo com o nosso estado. Em Espanha e Portugal, os filhos de reis que não têm direito à sucessão, a ocupar o poderoso trono recebem o título de infante ou infanta. Até quando o Espírito Santo será considerado uma espécie de infante na Federação brasileira? Até quando seremos distinguidos pelos estados-irmãos, mas com acesso limitado às mais altas decisões do poder central? Muito portuguesa, com certeza, nossa identidade. Progredimos bastante, mas ainda lutamos por dias melhores. E, as-

sim, para incentivar a continuidade desse bom combate, nós capixabas podemos nos inspirar no apelo do poeta português: Senhor, falta cumprir-se nosso chão natal!

Referências

- ABREU, Capistrano de. *Correspondência* (organizada por José Honório Rodrigues), v. II. Rio de Janeiro: INL, 1954.
- ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas – elites políticas e reformismo autoritário* (1930-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2010a.
- _____. *Esquadro e compasso em Vitória* – álbum da Loja Maçônica União e Progresso. Vitória: IHGES, 2010b.
- BANDEIRA, Manuel. *Portugal, meu avozinho*. Disponível em <http://www.avozdapoesia.com.br/obras_1er.php?obra_id=8361&poeta_id=291>. Acesso em: 18 out. 2016.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 4. ed. Lisboa: Instituto Camões, 2000. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- CAPRINI, Aldieris Braz A. *O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)*. Mestrado (dissertação). Disponível em: <portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3295_Aldieris_Braz_Amorim_Caprini.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.
- CÔGO, Anna Lúcia. *Colonizadores portugueses e domínios das terras no extremo norte do Espírito Santo nos séculos XVIII e XIX*. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1252035-Colonizadores-portugueses-e-dominios-das-terras-no-extremo-norte-do-espírito-santo-nos-seculos-xviii-e-xix.html>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- ELTON, Elmo. *Velhos templos e tipos populares de Vitória*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura (Coleção José Costa, 23), 2014.
- FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo – crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Flor&Cultura / Cultural-ES, 2006.
- LEAL, João Eurípedes Franklin. “História do Espírito Santo: uma refle-

- xão, um caminho”. IN: Oliveira, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: APEES, 2008, p. 503-34.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- MOLL, Vera; MILEIPE, Sônia Gonçalves. *O Barão do Café – memórias de uma família brasileira*. Rio de Janeiro: Jaguatirica Digital, 2013.
- NEVES, Guilherme Santos. *Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba (1944-1982)*. 2 v. Vitória: Cultural-ES, 2008.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [1969?].
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: APEES, 2008.
- PACHECO, Renato. *Os dias antigos*. Vitória: Edufes / Secretaria Municipal de Cultura, 1998.
- PESSOA, Fernando. *Escrever*. Disponível em: <<http://multipessoa.net/labirinto/bernardo-soares/19>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- _____. *O infante*. Disponível em: <<http://multipessoa.net/labirinto/obra-publica/18>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- RIBEIRO, Darcy. *Entrevista*. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/63/entrevistados/darcy_ribeiro_1995.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.
- RODRIGUES, Nelson. *Complexo de vira-latas*. Disponível em: <http://www.releituras.com/nelsonr_viralatas.asp>. Acesso em: 15 out. 2016.
- ROSA, Noel. Não tem tradução. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/noel-rosa/nao-tem-traducao>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- _____. *Com que roupa*. Disponível em: <<http://www.kboing.com.br/noel-rosa/1-1006615/>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1974.
- SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SCOTT, Ana Silvia V. 2011. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (Décadas de 1820-1930)*. Disponível em: <www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de (padre). *Memórias do passado – a Vitória através de meio século*. Vitória: Flor&Cultura, 1999.

OS PAVONIANOS E O SANTUÁRIO-BASÍLICA DE SANTO ANTÔNIO, PATRIMÔNIO TURÍSTICO E RELIGIOSO DO ESPÍRITO SANTO

*Aldo Barroca**

Santo Antônio é o bairro mais antigo de Vitória, local onde o donatário Vasco Fernandes Coutinho aportou em 1535 para iniciar a ocupação do território.

A Paróquia do bairro foi criada em 29 de maio de 1951, desmembrada da Paróquia de São Pedro de Vila Rubim, pelo quarto Bispo da Diocese do Espírito Santo, Dom Luiz Scortegagna, e sua primeira Igreja, a capela de Santo Antônio, construída em 1934, tornou-se a Igreja Matriz. Foi a quarta Paróquia da Cidade, depois da Catedral (1748), de São Pedro de Vila Rubim (1926) e de Santa Rita de Cássia da Praia do Canto (1935).

Dependente territorialmente da paróquia de Vila Rubim, transformou-se em uma dinâmica comunidade eclesial sob o animado e apostólico trabalho dos religiosos Pavonianos, que chegaram da Itália em 1941 e se instalaram na região, favorecendo a criação da Paróquia, dez anos depois, premiando o trabalho religioso, educacional e social realizado na comunidade.

Os pavonianos pioneiros foram Padre Vittorio Stringari, que ficou como Vigário da Vila Rubim e como Capelão da Santa Casa de Misericórdia, Padre José Amigoni e Irmão Miguel, que deram início às obras e ações características dos pavonianos em Santo Antônio (Irmão era auxiliar dos padres, fazia os mesmos votos, usava a batina, entretanto não exercia as funções do sacerdote). Em 1947, vieram Padre Mateus Panizza e Irmão Antônio, para a continuidade dos trabalhos apostólicos e início das obras educacionais e sociais.

* Associado ao IHGES, é professor aposentado pelo INSS, escritor, pesquisador e jornalista articulista (3385/ES - MTE)

Em 1948 chegou Padre Virgínio Steffenini e, na década de cinquenta, vieram Padre José, Padre Rino e Padre Frederico, acompanhados por Irmão Pedro e Irmão Luiz.

O escultor, pintor e professor italiano Carlo Crepez, a convite dos pavonianos, chegou em 1951. Professor de escultura nas obras Pavonianas, no Santuário. Lecionou Modelagem e Escultura na antiga Escola de Belas Artes em Vitória, que ajudou a fundar, e depois, no Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. Naturalizou-se cidadão brasileiro. Na escultura, destacava a figura humana, bustos de pessoas ilustres, históricas e folclóricas. Deixou a escultura do crucifixo e dois quadros de temática religiosa no Santuário de Santo Antônio: o santo pregando aos peixes e a mula ajoelhada diante do Santíssimo Sacramento (1952). Em 1965 recebeu o título de cidadão vitoriense. Em 1987, ao aposentar-se, retornou à Itália, falecendo em 1992.

Minha família mudou-se para o bairro em 1950, e fomos residir no morro onde se encontra o Santuário. Fiquei encantado com o aspecto bucólico do lugar: um pequeno córrego descendo da pedreira, árvores, matagal e pássaros à vontade, para minha alegria, admirador que sou, desde criança, deste belo símbolo de liberdade.

Em convênio com a Legião Brasileira de Assistência (depois Fundação LBA, posteriormente extinta), criaram o Grupo Escolar Auxiliar da Obra Social São José, para os quatro primeiros anos de estudos, dos sete aos dez anos, sendo meninos e meninas em salas separadas. Foram pioneiros no tempo integral: no quarto ano, em um horário estudo curricular e no outro, estudo técnico, com almoço, lanche e, ao final, pelada (futebol com regra própria, descalço, um time com e outro sem camisa). Aluno que optasse pelo integral escolhia o curso técnico, entre os colocados à disposição.

Como eu já gostava de escrever, escolhi a encadernação de livros, aulas sob os cuidados do competente gráfico Gentil Patrocínio (não existia a tecnologia que revolucionou a confecção de livros).

O Grupo Escolar Auxiliar funcionava na atual EMEF Alvimar Silva, da Prefeitura, em frente ao Grupo Escolar Alberto de Almeida, que logo foi transferido para a Avenida Santo Antônio, próximo ao Santuário, cedendo seu espaço para o extinto Santo Antônio Futebol Clube, glorioso, portanto saudoso, representante do futebol capixaba.

Os pavonianos construíram um prédio ao lado do adro da Igreja Matriz, sendo no térreo para projeção de ótimos filmes (italianos, lógico), para palestras e solenidades, bem como para encenação de peças teatrais com a garotada do bairro, no segundo piso dentista, médico e serviços de enfermagem e no terceiro piso a residência dos religiosos.

Meu irmão, Alfredo, era ator nas peças teatrais e meu pai, coronel Barroca, era regente dos músicos que tocavam nas operetas tão bem encenadas. Os padres criaram a banda do bairro, conhecida como “Furiosa”, regida inicialmente pelo músico Gervásio Dazzi e, posteriormente, por meu primo, tenente Lauro Pereira Coimbra.

Padre Mateus, vigário (pároco), cuidava dos assuntos religiosos, Padre José e Padre Rino das comunidades vizinhas, como Morro dos Alagoanos e Caratoíra, Padre Virgínio dos assuntos relacionados à educação e ao social e Padre Frederico dos esportes. Todos visitavam as famílias, e padre Frederico tinha o Oratório, ou seja, horário de oração na igreja e, depois, futebol só para os que participassem na igreja, antes. O futebol era no campinho no terreno dos pavonianos, no final da Avenida Santo Antônio, na parte alta do bairro. Irmão Pedro ajudava o Padre Virgínio, irmão Antônio ao Padre Mateus e Irmão Luis era responsável pela gráfica dos Pavonianos, instalada no prédio construído no acima citado terreno dos padres.

De manhã, missa às sete, oito e nove horas, sendo a última das crianças. À noite, não havia missa. Todas as noites, ladainha (atu-

almente não existe a ladainha, substituída por missas, celebrações, grupos de oração etc). Ao completar sete anos, a criança frequentava o Catecismo (atual Catequese) e fazia a primeira comunhão (atual eucaristia, aos onze anos). Na adolescência, a Cruzada Eucarística, atualmente é Grupo de Adolescentes com Cristo. Na fase adulta, os rapazes eram Congregados Marianos e as moças, Filhas de Maria (atualmente, temos as pastorais). Com a vinda do Irmão Lázaro Maria Pereira, primeiro pavoniano brasileiro em Santo Antônio, os que não quiseram ser Congregado Mariano nem Filha de Maria foram convidados por ele para serem jocistas, ou seja, participantes da JOC - Juventude Operária Católica, com acompanhamento de um padre brasileiro de outra paróquia. Meus dois irmãos mais velhos foram Congregados, e, embora convidado pelo padre Mateus para ser Congregado Mariano, optei pela JOC.

Em 1956, o Bispo Dom José Joaquim Gonçalves, sucessor de Dom Luiz Scortegagna, incumbiu aos pavonianos a tarefa de construir um santuário dedicado a Santo Antônio, pois a igreja paroquial ficou pequena para o número crescente de fiéis, atraídos pelo dinamismo pastoral e social do trabalho dos pavonianos, e também considerando que o Santuário seria o Templo adequado à memória de Santo Antônio de Lisboa e Pádua, que se tornaria padroeiro da cidade, ao lado de Nossa Senhora da Vitória.

Tarde chuvosa de domingo, nove de dezembro de 1956...

A fé superou o frio e a chuva: em procissão, uma multidão trouxe da Catedral de Vitória a imagem de Nossa Senhora da Vitória, por cerca de três quilômetros, até ao terreno dos padres pavonianos, na colina, local projetado para a construção do santuário. Na Igreja Matriz, a imagem do Santo foi levada com a procissão, e na colina Nossa Senhora da Vitória e Santo Antônio foram declarados padroeiros da Cidade e, com a bênção do bispo, Padre Mateus solenemente fez o lançamento da pedra fundamental do santuário.

Dinâmico, simpático e comunicativo, confiante nos fiéis do bairro e de toda a cidade, Padre Mateus assumiu a responsabilidade da arrecadação de recursos financeiros para viabilizar a construção do santuário. Mobilizou a população do bairro e devotos do santo em todas as partes da Cidade, articulando mutirões e lutando por captação de recursos e doações para a construção do Templo. Nas missas, lembrava a construção do santuário e as ofertas eram cada vez mais generosas. Toda oportunidade que se oferecia, realizava promoções visando arrecadação.

O forte era sempre o mês de junho, principalmente o dia 13, dedicado ao padroeiro. Quadrilhas com músicas típicas, roupas caipiras, “casamento com juiz, delegado, pai da noiva com espingarda apontada para o noivo, noiva grávida, às vezes transportada por uma carroça”. Roleta, casinhas com coelhinho, pescaria, argolas etc. Recados de amor, moças “prendendo” os rapazes e só soltando após pagamento de prendas (quem estivesse desprovido de verba, amigo pagava), pau de sebo (só os corajosos tentavam) e, a grande atração, o leilão. Tinha de tudo, de um copo a um garrote. Meu pai tinha criação de cabras e todo ano dava um cabrito, arrematava e devolvia para novo sorteio. Gestos como esse de meu pai e de vários outros moradores impulsionaram a construção.

O Santuário ocupa uma área de 575m² e perímetro de 103,37m, com capacidade para 656 pessoas sentadas e 1.466 pessoas em pé, totalizando 2.089 fiéis em eventos e celebrações religiosas ao longo do ano. Altura do Templo: 37,74m.

Em 1967, já estava praticamente concluído, porém a inauguração não veio logo.

Em 1970 Padre Antônio Federici assumiu a Paróquia, exercendo o cargo de vigário por um ano.

Quinze anos após o lançamento da pedra fundamental, em maio de 1971, foi solene e oficialmente inaugurado por Dom João Baptista da Morta e Albuquerque, Arcebispo de Vitória do Espírito Santo.

Com a construção da escola Ludovico Pavoni, ao lado do Santuário, a rapaziada perdeu os campos de peladas, mas ganhou o colégio, que atende às comunidades da grande Santo Antônio.

Existem três caminhos para o acesso ao Santuário-Basilica: o mais antigo, para carros e pedestres, pela colina, local onde minha família residiu e que era o principal caminho, o acesso somente para pedestres, pela escadaria ou pela rampa paralela, na Avenida Serafim Derenzi e um principalmente para veículos, em frente à Unidade De Saúde.

A Igreja Paroquial, ainda conhecida como Igreja Matriz, deu lugar ao imponente Santuário de Santo Antônio, sede definitiva da paróquia e onde se concentra a ação evangelizadora e pastoral da Igreja, formando com as demais comunidades (bairros) a Paróquia de Santo Antônio.

O Santuário é a sede da Paróquia, que desenvolve atividades pastorais e ação social de promoção humana e missão evangelizadora, bem como espaço e lugar de acolhida, devoção cristã, religiosidade popular com frequentes fluxos de romeiros provindos de regiões próximas, além de turistas de diferentes procedências, conotando características próprias de Santuário.

Padre Antônio Federici reassumiu a Comunidade, de novembro de 1981 a setembro de 1990, exercendo as funções com muito ânimo, sendo incentivador em toda paróquia, trabalhando pela instituição e orientação do Cento Vocacional para a formação de jovens vocacionados.

Em 11 de agosto de 2008, a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, organismo da Santa Sé, Roma, emitiu Decreto Canônico elevando o Santuário de Santo Antônio à dignidade de Basílica Menor, para alegria dos devotos e felicidade do padre Roberto Camillato, atual dedicado pároco e guardião do Santuário Basílica.

O Santuário de Santo Antônio é Basílica Menor, em nossa cidade histórica, e assim com mais uma história, pois é a única do Estado e as Basílicas Maiores são quatro, todas em Roma: São Pedro,

no Vaticano; São João de Latrão, a Catedral do Papa; Santa Maria-Maior e São Paulo, das quais as Basílicas de outros lugares derivam e recebem as prerrogativas próprias para as práticas pastorais - sacramentais junto aos devotos.

Mudamos do bairro em 1961, mas não deixo de ir ao Santuário-Basílica e visitar amigos novos e antigos residentes em Santo Antônio, bairro que faz parte de minha história. Tanto que compareci à Missa da elevação do Santuário como Basílica.

A Basílica de Santo Antônio foi tombada como patrimônio histórico municipal e o processo legal que reconheceu o valor histórico e social da edificação para a cidade foi concluído em abril de 2010, pelo Conselho do Plano Diretor Urbano de Vitória.

É importante ponto turístico do Espírito Santo, bastante visitada por romeiros e turistas e muito requisitada para casamentos. Aberta todos os dias, linhas de ônibus municipais e intermunicipais transportam ao Santuário, passando pelo Centro. De carro, seguir para o Bairro de Santo Antônio, na região da rodoviária, e perguntar onde fica o Santuário-Basílica.

Padre Mateus Panizza foi para a Paróquia da Vila Rubim. Interessante que, assim como agradava a mim e aos demais jovens de Santo Antônio, agradou aos jovens da Vila Rubim, apesar da idade. Ao se aposentar, retornou para a Itália, falecendo alguns anos depois, com 101 anos.

Quando foi elevado a Basílica, repórteres consideraram que perdeu o sentido várias lojas comerciais conservarem o nome de Santuário, e fiéis e religiosos teriam que se adaptar ao novo nome...

Publiquei uma carta em jornal local, dizendo que, por fidelidade à história do bairro e, mais ainda, por saudosismo, o nome Santuário seria preservado. O máximo seria a denominação Santuário-Basílica. Como ex-morador saudosista do bairro, acertei: assim é.

O CAPITÃO JOÃO ANTUNES BARBOSA BRANDÃO O PATRONO DA PMES

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por finalidade homenagear o ilustre patrono da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, major honorário do Exército Brasileiro, João Antunes Barbosa Brandão, que foi comandante Geral da Corporação capixaba no período imperial, e revelar à sociedade espiritosantense a sua significativa contribuição para a história militar do nosso Estado.

Palavras chave: Polícia Militar – Período imperial, oficial honorário, comandante geral, patrono, realizações, memória.

Introdução

A gloriosa Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES) criada pelo Conselho de Governo, em 12 de dezembro de 1831, conforme consta do livro de atas das sessões do Conselho de Governo, ano 1830–1833 – Fundos de governadoria 751, nº 134, p. 119 – 21, e a tabela de vencimento mensal constante da citada documentação 751, nº 196, p. 39, contou e conta ao longo dos seus 185 anos de existência com brilhantes Policiais Militares em seus quadros, e dentre os que a comandaram, alguns se destacaram pelos seus feitos em prol da Corporação, dentre os quais destacamos o laureado com o título de “Patrono da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES”, Capitão **JOÃO ANTUNES BARBOSA BRANDÃO**, que posteriormente, se tornou major honorário do Exército Brasileiro, pelos seus feitos na Guerra do Paraguai.

* Coronel da Reserva da PMES, Pesquisador, Historiador, bacharel e professor de Direito, especialista em Ensino Superior e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico ES.

As Origens e as Funções

João Antunes Barbosa Brandão nasceu em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, no dia 2 de fevereiro de 1836, filho de Luiz Barbosa Brandão e Anna Maria de Jesus da Penha Brandão. Contraiu matrimônio com Francisca Nunes Gonsalves Brandão, pai de Luiza Antunes Barbosa Brandão (batismo 28.07.1856), Hortência Antunes Barbosa Brandão (batismo em 11.09.1859) e Arthur Antunes Barbosa Brandão (jornal do Comercio ES, 16.02.1910).

João Antunes Barbosa Brandão iniciou a sua carreira militar quando alistou-se como voluntário no Corpo de Pedestres (criado em 1845), conforme expediente datado de 12 de fevereiro de 1849, publicado pelo jornal *Correio da Victória*, e assumiu o cargo de secretário da Sociedade Dramática Particular “7 de julho”, conforme publicação no mesmo jornal, em 12 de julho daquele ano.

Pelo que consta, João Antunes Barbosa Brandão sai do Corpo de Pedestre e ingressa no Exército Brasileiro, uma vez que, através da Ordem do Dia nº 19, de 18 de abril de 1854, por Aviso do Ministério da Guerra, datado de 21 de março daquele ano, já como 1º sargento graduado, ele é transferido do 1º Batalhão de Infantaria para a Companhia Fixa de Caçadores da Capitania capixaba.

Através de expediente de 9 de abril de 1855, publicado pelo *Correio da Victória*, João Antunes Barbosa Brandão requer ao presidente da Província capixaba, a sua nomeação de Guarda da Administração de Rendas Provinciais. O documento remetido à citada administração para prestar as informações, e logo em seguida, encontramos vários atos da administração de rendas para contratação de prestadores de serviços, assinado por Brandão.

O presidente da Província do Espírito Santo, José Mauricio Fernandes Pereira Barros, através da resolução nº 103, de 12 de novembro de 1856, resolve criar na Secretaria de Governo Provincial,

“um lugar de amanuense” (escrivão), ocasião em que nomeia para exercer o cargo, o administrador de rendas, João Antunes Barbosa Brandão, o qual permanece no cargo até a edição da resolução nº 154, de 17 de dezembro de 1858, quando devido a redução de cargos de amanuenses da Secretaria de Governo, ele é exonerado.

O Primeiro Comando na Polícia Militar Capixaba

No mesmo jornal que fora exonerado do cargo de amanuense, através da resolução nº 152, de 17 de dezembro de 1858, tendo em vista a solicitação de dispensa para tratar de assunto particular do comandante da Companhia de Polícia, capitão Antônio Fernandes de Andrade, o presidente da Província capixaba resolve nomear para o cargo, como 2º tenente da artilharia da Guarda Nacional, João Antunes Barbosa Brandão, ato transcrito no jornal *Correio da Victória*, de 1º de janeiro de 1859.

O tenente Brandão que permanece a frente da Corporação Policial Militar capixaba até o dia 22 de fevereiro de 1859, quando transmite o comando ao tenente João da Silva Nazareth, que o assume na citada data, conforme expediente datado de 23 de fevereiro do mesmo ano, noticiando que, “comunicando para fins convenientes, que o tenente João da Silva Nazareth entrou em data de hontem no exercício de commandante da Companhia de Polícia” (p. 1).

Dispensado do comando da Companhia de Polícia, pelo expediente de 26 de fevereiro de 1859, conforme consta do *Correio da Victória*, João Antunes Barbosa Brandão fora empossado no dia 24 de fevereiro do citado ano, no cargo de 2º escriturário da Administração de Rendas Provinciais, sendo posteriormente sorteado para compor o Júri Popular na cidade de Vitória, conforme consta do *Correio da Victória*, de 30.11.1859.

Logo em seguida, através da resolução nº 199, de 12 de dezembro de 1859, Brandão resolve pedir demissão do cargo de 2º escriturário da Administração de Rendas Provinciais, porém, pelo que indicam as publicações, João Antunes Barbosa Brandão assumira o cargo de amanuense da Secretaria de Polícia Provincial do Espírito Santo em 26 de maio de 1860, conforme consta do relatório presidencial apresentado ao Congresso Legislativo em 25 de maio de 1862, estando, portanto, já estava a dois anos no cargo, onde ficaria por mais tempo.

A Participação na Guerra do Paraguai

Com o início da Guerra contra o Paraguai, o primeiro contingente capixaba a se deslocar para o “*front*”, partiu em 14 de fevereiro de 1865, e consta da obra de Daemon (1879, p. 425), extraída do jornal *Província do Espírito Santo*, onde constam os nomes do major J. Batista de Souza Braga, capitães Tito Lívio da Silva (Cmt da PMES, 1884-86) e João da Silva Nazaré (Cmt da PMES, 1859); tenentes Antônio Rodrigues Pereira, Manoel Francisco Imperial e Inácio João Monjardim de Andrade e Almeida (ajudante de ordens da presidência); alferes José Marcelino de A. Vasconcelos, Francisco Florêncio Pinheiro Passos (Cmt da PMES, 1856), Francisco Antônio Leitão da Silva (morto em combate, 1867), Joaquim de Castanheda Pimentel, Miguel Calmon Du Pin Lisboa; 1ºs cadetes, vago-mestre Francisco Rodrigues Pereira das Neves e Luís Vieira Machado; 2º cadete Alexandre Félix de Alvarenga Salles; 1º sargento João Custódio da Silva; 2º sargento Cândido Gaia Peçanha; furriel Jacinto F. de Carvalho; e os médicos do Corpo de Saúde, Florêncio Francisco Gonçalves e Fortunato Augusto da Silva.

Apesar de não constar o nome de João Antunes Barbosa Brandão no primeiro embarque, através do jornal da *Victória*, que en-

contramos a primeira referência da participação de João Antunes Barbosa Brandão na Guerra do Paraguai, com a publicação do expediente nº 605, de 13 de novembro de 1865, enviado ao comandante de Guarda Nacional destacado, onde consta que:

Tendo sido acceto por esta presidência o oferecimento do 2º tenente de Artilharia da Guarda Nacional do município da Villa do Espírito Santo João Antunes Barbosa Brandão, para fazer parte do contingente sob seo commando, assim o communico a Vm, para sua intelligencia e para que tenha elle no mesmo contingente o emprego conveniente. (p.2)

A sua presença no contingente brasileiro da Guerra no Paraguai, emerge da Ordem do Dia da Guerra do Paraguai, nº 3, de 21 de abril de 1866, onde consta a sua classificação como alferes da Guarda Nacional, no cargo escriturário da repartição deputado do Quartel Mestre, junto ao comando, e posteriormente no Corpo de Ponteneiros, (especialista em construção de pontes).

O Alferes da Guarda Nacional, Brandão foi elogiado na Ordem do Dia nº 151, pela coragem e sangue frio com que se portara durante a ação, na batalha de Tuiuti, travada em território paraguaio aos 24 de maio de 1866, vencida pelas tropas brasileiras.

O alferes João Antunes Barbosa Brandão foi condecorado com a comenda “Cavaleiro da Ordem Rosa”, em 17 de agosto de 1866, pelos seus feitos na Batalha de Tuiuti, da Guerra do Paraguai, conforme publicação constante do *Jornal da Victória*, em 19 de setembro de 1866, p. 4.

Promovido a 2º tenente da Guarda Nacional, o capixaba, João Antunes Barbosa Brandão assumiu o cargo de almoxarife no Hospital Saladeros, em Corrientes, conforme a publicação na Ordem do Dia nº 54, de 15 de março de 1867. Posteriormente, retornou ao

Corpo de Ponteneiros, conforme publicou a Ordem do Dias nº 26, de 7 de julho de 1869.

Com o fim da guerra, o tenente João Antunes Barbosa Brandão, retornou do Paraguai sendo nomeado no posto de 2º tenente da 4ª Companhia da Guarda Nacional capixaba, em 11 de julho de 1870, conforme publicou o jornal *Correio da Victória*, porém, em 28 de julho daquele ano, o tenente Brandão, perde o seu genitor, Luis Barbosa Brandão, conforme noticiado pelo citado jornal, em convite para missa de 7º dia de falecimento, a realizar-se em 3 de agosto de 1870, aonde vamos encontrar, além do nome de João Brandão e sua esposa, Francisca Nunes Gonsalves Brandão, temos ainda, em grau de parentesco, Anna da Penha Antunes Brandão, Maria da Conceição Barbosa Brandão, Luiz Barbosa Leão e Jose Barbosa Leão.

Aproximadamente sete meses depois, em 2 de março de 1871, foi dispensado da Guarda Nacional para assumir o cargo de Inspetor geral de obras públicas da Província do Espírito Santo em 2.03.1871, conforme consta do *Correio da Victória*, de 18.03.1871. E, em 20 de setembro do mesmo ano, o mesmo jornal publica a sua nomeação para exercer o cargo de professor das primeiras letras na freguesia de Santa Izabel.

Uma grande tristeza impacta a vida de João Antunes Barbosa Brandão com o falecimento de sua esposa, Francisca Nunes Gonsalves Brandão, sendo sepultada no dia 29 de maio de 1871, conforme noticia o jornal *O Espírito-Santense*, de 1º e 8.06.1871.

A data de falecimento de sua esposa gerou uma dúvida, pois, em publicações posteriores registram-se aniversário de seu filho, Arthur Antunes Barbosa Brandão, comemorado em 6 de junho, porém, sem citar o ano de nascimento.

Durante a pesquisa, encontrei no jornal do *Commercio do Espírito Santo*, de 23 de junho de 1892 (p. 2), ratificado pelo jornal *O Estado do Espírito-Santo* (p.1), um alistamento municipal, e tam-

bém, um alistamento federal publicado pelo mesmo jornal (p.1), de 25 de junho de 1892, quando Arthur Brandão completou, em tese, 21 anos de idade, fato este, comprovado na certidão de óbito de Arthur, obtida no Cartório Sarlo de Vitória-ES, nº 0246610155 1935 4 00043 153 0005849 32, onde consta seu falecimento em 4.08.1935, com 64 anos de idade, porém, ao que parece, ao retornar da Guerra do Paraguai, Brandão passou a conviver com Constancia A. Brandão, nome que consta da mesma certidão de óbito, como a genitora de Arthur Antunes Barbosa Brandão.

A sua participação vitoriosa na Guerra do Paraguai, finalmente é reconhecida, quando o Ministério da Guerra, através do Decreto de 10 de julho de 1872, lhe concede as honras do posto de tenente do Exército brasileiro, conforme o jornal *Espírito-Santense*, em 24.07.1872.

Dada a sua experiência e a obtenção do posto de tenente do EB, e havendo a necessidade de enviar um oficial para comandar o Destacamento Policial Militar de São Mateus, cidade localizada no norte da província capixaba, João Antunes Barbosa Brandão é incluso pelo presidente da província como, 1º tenente na Companhia de Polícia, e assume o comando do citado Destacamento, conforme jornal *Espírito-Santense*, de 23.01.1873, porém, permanece no comando do DPM até 10 de abril de 1873, quando em publicação do mesmo jornal, é nomeado no cargo de subdelegado do distrito da Capital.

Permanece como subdelegado do distrito da Capital por 7 meses, quando é nomeado para assumir o comando do Destacamento Policial Militar de Itapemirim, conforme jornal *Espírito-Santense*, em 13.11.1873, permanecendo no cargo até 23 de abril de 1874, quando em ato publicado no citado jornal, volta a assumir o comando do DPM de São Mateus-ES.

Em 1874, o 1º Vice Presidente da Província do Espírito Santo, a Luiz Eugênio Horta Barbosa, em seu relatório apresentado à As-

sembleia Legislativa, no dia 29 de abril, por ocasião da transmissão do governo, com relação à Companhia de Polícia fala da insuficiência da força, da ausência de um médico para exames e atendimento aos enfermos, e diz:

Há nos filhos da província verdadeira repugnância ao serviço militar, a que não prestão [sic] senão compellidos pelo recrutamento. E, como a Polícia não é fato permittido obtem-se com difficuldades voluntários, que muitas vezes [...] ou não são aceitos, ou são logo eliminados. [...]. Alistaram-se na Companhia de Polícia durante o período de minha administração 15 indivíduos; e dela foram eliminados oito, [...]. (Rel. Gov. 1874, p. 10).

Conforme consta, na sua gestão alistaram-se na força policial 15 voluntários, destes foram excluídos 8, sendo 4 transferidos para o Exército, 2 por direito a baixa, 1 por falecimento e 1 por ser escravo, e que o efetivo existente da Companhia conta com um capitão comandante, um alferes, um 1º sargento, dois 2º sargentos, cinco cabos e trinta e nove soldados, e que faltam para completar o efetivo da capital, um furriel e trinta e um soldados. E que do efetivo existente, estão distribuídos no destacamento de São Mateus um tenente, dois cabos e onze soldados, e no destacamento de Itapemirim, encontram-se um 1º sargento e dez soldados.

Diante do pronunciamento do presidente da Província capixaba, no que disse respeito da necessidade de recrutar para o efetivo da polícia militar, o Capitão José Ribeiro da Silva Laranja, comandante da Companhia de Polícia da Província do Espírito Santo, e chefe do Recrutamento resolveu pessoalmente se encarregar da tarefa de recrutar voluntários para a Corporação, então ocorre o fato, descrito por Daemon (1879): “1874 [...]. Em 8 de maio deste ano, ao amanhecer o dia, no lugar denominado Manteiga, do distrito da Villa de

Vianna, são assassinados o Capitão Commandante da Companhia de Polícia José Ribeiro da Silva Laranja e o corneta Adeodato Francisco de Araújo por Felismino Gonçalves Coelho”. (p. 417)

E prossegue o autor da obra cronológica sobre o Espírito Santo, Bazílio Carvalho Daemon:

Tendo o Capitão Laranja seguido com alguns praças a fim de recrutarem soldados para a Companhia de Polícia e para o Exército, dirigiu-se a Vianna, e naquela noite tendo cercado a casa em que residia o dito Felismino, forão-lhe abertas as portas ao amanhecer do dia, foi empurrada pelo mesmo Capitão uma de um quarto onde estava Felismino, este desfechou-lhe um tiro de espingarda o outro sobre o corneta Adeodato, e tão fataes forão que a morte seguiu-se a detonação. (Daemon, 1879 p.417).

O Fato narrado por Daemon (1879) é confirmado em pronunciamento feito no dia 1º de setembro de 1874, pelo 1º vice-presidente da Província coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas na Assembléia Legislativa Provincial nos seguintes termos: “O Assassinato do Capitão José Ribeiro da Silva Laranja e Adeodato Francisco de Araújo [corneta] por Felismino Gonçalves Coelho na madrugada de 7 de maio, no lugar denominado Manteiga, do município de Vianna”. (Rel. p. 3).

O relator, Coronel Manoel Mascarenhas ao falar sobre o assassinato do Comandante da Companhia de Polícia, chama atenção dos deputados para dizer algo em garantia da verdade com relação ao “funesto acontecimento, de que aleivosamente hei sido acusado pela imprensa oposicionista” (p.3), explica os motivos que o levaram a autorizar o comandante Laranja, recrutador nomeado pelo Governo Geral, a se dirigir ao município de Vianna para cumprir a sua missão.

Assim se encerrou a história do comandante geral da PMES, capitão José Ribeiro da Silva Laranja, herói da Guerra do Paraguai, que assumira o comando da Corporação capixaba em 1873, permanecendo até o dia 8 de maio de 1874 quando foi morto em serviço, na busca por voluntários para preencher os quadros da Instituição Policial, juntamente com seu fiel corneteiro, o soldado Adeodato Francisco de Araújo, os quais passam a serem os primeiros policiais militares da história da PMES mortos em serviço, que se têm registro.

O Segundo Comando na Polícia Militar Capixaba

Devido ao falecimento em serviço do comandante da Companhia de Polícia, capitão Laranja, o tenente João Antunes Barbosa Brandão recebe ordem mediante o expediente de 12 de maio de 1874, para passar o comando do destacamento de São Mateus ao 2º sargento da Corporação que para lá estava seguindo, e se recolhesse imediatamente para a capital da Província capixaba.

O tenente Brandão retorna imediatamente a Vitória, capital da Província, se apresenta ao presidente provincial do Espírito Santo, e ao receber a ordem, assume o interinamente o comando da Companhia de Polícia, e inicia a sua segunda gestão na Corporação Policial Militar capixaba, e uma de suas primeiras providências, consta da publicação do jornal “O Espírito-Santense”, de 2.07.1874, em expediente despachado em 17 de junho de 1874, onde o presidente da província capixaba solicita informação ao Inspetor da Tesouraria, nos seguintes termos:

Haja Vmc. de informar-me, com o que se lhe offerecer, o officio incluso, que me devolverá, do tenente Commandante da Companhia de Polícia, à cerca da conveniência de serem alugados

de preferência aos officiaes, e praças casadas da referida companhia, os prédios contíguos ao respectivo quartel e pertencentes a Fazenda Provincial. (p.1).

O que demonstra a preocupação do tenente Brandão com a situação social de seus comandados, no que diz respeito a moradias dignas para suas famílias, um fato inédito dentre os registros que encontramos sobre outros comandos.

Em relatório apresentado a Assembleia Legislativa, 1º de setembro de 1874, o 1º vice-presidente da província, Cel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, confirma que a “Companhia de Polícia – continua sob o comando interino do Tenente João Antunes Barbosa Brandão” (p.8). Na ocasião em que cita o comandante da Companhia de Polícia capixaba, o relator aproveita e informa a necessidade de completar o efetivo da Companhia de Polícia, que contava com um tenente, um alferes, um 1º sargento, dois 2º sargentos, um furriel, quatro cabos e trinta e quatro soldados, faltando para completá-lo, um capitão, um cabo, um corneta e trinta e seis soldados, e em virtude da dificuldade de convencer os voluntários a se alistarem na força policial, só vê duas medidas possíveis para solucionar o problema, “ou a dissolução da Companhia de Polícia, ou a criação da Polícia Municipal” (p.8), e afirma que prefere a criação da Polícia Municipal para fazer o policiamento do interior da província, ficando a Companhia de Polícia somente encarregada do policiamento da Capital.

A sugestão apresentada surte efeito, uma vez que a assembléia Legislativa Provincial aprova a Lei nº. 27, de 14 de novembro de 1874, fixando o efetivo da Companhia de Polícia para o ano seguinte, com um tenente comandante, um Alferes, um 1º e dois 2º sargentos, um furriel e trinta e quatro soldados, a ainda encontra-se instalado no pequeno alojamento do palácio do governo, e emite

a seguinte autorização: “Art. 7º Fica o Presidente da província autorizado a crear para os municípios da província, excepto o da Capital, a força de Polícia Municipal que se comporá de seus officaes inferiores, seis cabos de esquadra e sessenta guardas” (Lei nº. 27/1875). Assim, a Companhia de Polícia passa a ser responsável, apenas pelo policiamento ostensivo do município de Vitória, capital da Província do Espírito Santo, enquanto que a mesma missão para o interior da Província passaria a ser executado por Guardas Municipais.

Em 5 de dezembro de 1874, o comandante Brandão se depara com o descaso relacionado com o contingente da Companhia de Polícia na área da saúde, e comunica ao presidente da província e demais membros da Comissão Sanitária da província capixaba que a Santa Casa de Misericórdia de Vitória se recusava a receber as praças da Companhia de Polícia atacadas pelo surto de varíola e sugeriu que seus subordinados enfermos, fossem recebidos na enfermaria improvisada no Convento de São Francisco, conforme publicação do jornal *O Espírito-Santense*, de 10.01.1875.

Apesar das providências adotadas em relação ao surto de varíola, em expediente datado 14 de fevereiro de 1875, o comandante Brandão se depara com uma grande perda, conforme consta do jornal *Espírito-Santense*, de 27.02, onde ele informa o falecimento do 1º sargento, Hermenegildo Loreto de Nogueira e das praças, Antonio João Ferreira (na enfermaria do Convento de São Francisco), Germano Ribeiro das Chagas (em Itapemirim), Joaquim José Ribeiro e Bento Pinto Ribeiro (na Santa Casa de Vitória).

O presidente, em razão das diversas reclamações sobre situação do Quartel da Companhia de Polícia, cujas instalações estavam precárias, informa que, “ordenei a transferênciã do dito quartel para o pavimento térreo do prédio nº. 6 à rua Formosa d’esta cidade, o qual offerece as commodidades mais precisas, tendo sido effectua-

da a mudança no dia 11 de fevereiro” (p. 9) , assim, a Companhia de Polícia da Província do Espírito Santo, passa a ocupar o seu novo Quartel situado no andar térreo da casa nº. 6, da rua Formosa, no centro da capital de Vitória, no dia 11 de fevereiro de 1875.

No dia 4 de maio de 1875, o presidente Manoel Mascarenhas, em seu relatório informa que a Companhia de Polícia sob o comando do tenente honorário do Exército, João Antunes Barbosa Brandão, continua a cumprir muito bem a sua missão, e que com relação à autorização da Lei nº 27/1874, criou a Guarda Municipal composta de seis oficiais inferiores, seis cabos e cinqüenta guardas, para execução do policiamento do interior da província, tendo aprovando o seu regulamento, em 4 de fevereiro do corrente ano.

Visando melhorar a visualização das insígnias e distintivos dos uniformes policiais militares da Companhia de Polícia capixaba, o tenente Brandão envia o ofício nº 62, em 25 de junho de 1875, ao presidente da província capixaba, solicitando autorização para alterar os uniformes dos integrantes da Companhia sob o seu comando, e através da publicação constante do jornal *O Espírito-Santense*, do dia seguinte, o presidente concede-lhe a autorização, para sejam substituídas “a cor azul clara das platinas, golla e canhão, pela cor preta, com vivos encarnados” (p. 1).

No dia 18 de setembro de 1875, o presidente Domingos Monteiro Peixoto, em seu pronunciamento, faz a primeira crítica ao sistema de segurança pública implementado na província, e ao mesmo tempo em que sugere o aumento do efetivo da força policial da capital, faz a seguinte observação:

Entendo, que, longe de satisfazer ao fim de sua criação, a guarda municipal tem unicamente servido para onerar os cofres. É uma força composta de indivíduos escolhidos, as mais das vezes, sob o influxo da protecção, e que não póde

receber a indispensável disciplina por faltar-lhe um chefe, ao qual deva inteira obediência e seja responsável ante a lei pelo seu pessoal e material. (Rel. pres. 1875, p. 29).

Nestes termos, a ausência de resultados práticos na sua atividade, as despesas, a ausência de disciplina, e de um comando próprio, levam ao presidente Domingos a sugerir a extinção da recém criada Guarda Municipal, quando afirma que, com relação à força municipal, “julgo que seria uma medida acertada a sua substituição por mais uma companhia policial” (p. 29), ocasião em que a Companhia de Polícia conta com um efetivo de 2 (dois) Oficiais e 42 (quarenta e duas) praças. A sugestão é aceita, e a Assembléia Provincial faz publicar a Lei nº 28, de 19 de novembro de 1875, sancionada pelo presidente Domingos: “Companhia de Polícia” (art. 1º, § 1º) e, de acordo com a ampliação do efetivo desta Companhia será operada a extinção da “Força Municipal” (art. 1º, § 2º), que havia sido instituída há pouco mais de um ano.

O efetivo da Companhia de Polícia para o ano seguinte é fixado pela citada lei, em 103 (cento e três) integrantes, sendo um Capitão comandante, um Tenente, um Alferes, três Sargentos, seis Cabos, dois cornetas e oitenta e nove Soldados, e visando solucionar o problema do analfabetismo na Instituição Militar Estadual do Espírito Santo, a mesma legislação estabelece as seguintes providências: “Art. 2º A Companhia de Polícia terá uma escola de ensino primário e elementar a cargo de um oficial, ou inferior [sargento], que o Presidente da Província, sob indicação do Commandante da Companhia designar, a aquelle será abonada gratificação mensal de dez mil reis (10\$000)” (Lei nº. 28, de 19.11.1875).

Em decorrência da citada legislação, o jornal *O Espírito-Santense*, de 14.12.1875, publica no noticiário, sob o título de “promoção”, a concessão das insígnias do posto de capitão ao tenente hono-

rário do Exército, João Antunes Barbosa Brandão, comandante da Companhia de Polícia da província capixaba.

Conforme constatei, 19 de novembro de 1875, é a data em que encontramos a referencia sobre a criação da 1ª Instituição de Ensino na história da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, 40 anos depois de sua criação, e pelas características se torna o “embrião” de todas as demais Instituições de Ensino da Corporação capixaba. É também a mesma lei nº. 28, de 19.11.1875, que cria o cargo de médico da Companhia de Polícia que passa a ser incumbido de realizar visitas diárias ao aquartelamento, instituindo assim, particularmente, o 1º Serviço de Saúde da PMES, também, no dia 19 de novembro de 1875.

O mesmo presidente Domingos, ao encerrar o ano de 1875, em seu relatório datado de 24 de dezembro, aborda a extinção da Guarda Municipal com a sugestão do aproveitamento do seu efetivo voluntariamente, na Companhia de Polícia e que fora contratado no dia 1º de dezembro daquele ano, o Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, como 1º médico oficialmente empossado da Companhia de Polícia.

Pelo visto a extinção da Guarda Municipal, ainda demorou um pouco, pois, conforme afirma o presidente Manoel José Menezes Prado perante a Assembléia Provincial, no dia 15 de outubro de 1876, a força criada para auxiliar a Companhia de Polícia não vem correspondendo às expectativas e onerando os cofres públicos, e que conforme determinação da Lei nº 28/1875, a vem extinguindo gradativamente, porém, ela “já estaria totalmente extinta a não ser a dificuldade que tem havido para completar por meio de engajamento o estado da Companhia de Polícia” (p. 16), e informa que o efetivo da força previsto em 103 integrantes encontra-se reduzido, faltando 52 integrantes para completá-lo, e que em face da necessidade de atualizar o Regulamento da Companhia de Polícia de 1859, designou uma comissão composta pelo capitão Sebastião Raymun-

do Ewerton, capitão Jose Francisco Ribeiro Pinto e o tenente João Antunes Barbosa Brandão para confecção de um novo regulamento, a fim de modernizar os serviços policiais.

Em 12 de janeiro de 1877, o presidente Manoel Mascarenhas, não aborda o assunto, informando apenas que conforme autorização legal extinguiu as Guardas Municipais do Termo de Itapemirim e da vila de Viana, enquanto que o presidente Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, no dia 3 de março do mesmo ano, aborda a questão do efetivo incompleto da Companhia de Polícia com previsão de 103 integrantes, porém, faltam para completá-lo 43 integrantes, em virtude do desinteresse dos cidadãos para integrarem os seus quadros e que por ocasião da visita ao Quartel da instituição, ficou satisfeito com a administração e zelo do comandante João Antunes Barbosa Brandão, e que há necessidade de aquisição de cabides para as armas e um armário para melhor acomodação do armamento e equipamentos.

O tenente Brandão é promovido ao posto de capitão Comandante da Companhia de Polícia em 25 de janeiro de 1878, conforme consta do jornal *Espírito-Santense*, de 31 de janeiro de 1878. Ato contínuo, em 19 de fevereiro do mesmo ano, o presidente Affonso Peixoto de Abreu Lima volta a falar sobre a Companhia de Polícia, que continua sediada à Rua Formosa, em Vitória, comandada pelo capitão Brandão, e que em virtude da licença de três meses de licença concedida ao médico da Companhia, Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, designou para substituí-lo o Dr. Domingos Gomes Barrozo e, em 4 de julho de 1878, 1º vice-presidente Alpheu Adepfo Monjardim d'Andrade e Almeida, apenas ratifica que a Companhia de Polícia ainda se encontra sob o comando do capitão Brandão, aquartelada na Rua Formosa, em Vitória, capital da província capixaba e com o efetivo incompleto o que impede e a sua Escola de Ensino Primário e Elementar funcione a contento.

Em 22 de outubro de 1878 o presidente Manoel da Silva Mafra confirma os dados anteriores e acrescenta que falta, um sargento, um cabo e quatro soldados para completar o efetivo da Companhia de Polícia, sendo que assentaram praça nos períodos de 1877 e 1878, um total de 69 (sessenta e nove) voluntários e destes foram excluídos, onze por conclusão do tempo de serviço, quatro incapacidade física, três por problemas disciplinares, dois menores de idade, um por transferência para o Exército e um por deserção. Aborda ainda, a questão do Quartel onde se encontra instalada a Companhia, e da necessidade da construção de um Quartel para abrigar a Corporação policial da província capixaba, e cita o capitão Brandão quando diz que, “o commandante lembra a aquisição do Forte de S. João para quartel, porem, além de ser necessário para o fim dispender-se com obras — accresce que aquelle próprio Nacional retirada do centro da cidade” (p.19), deixando claro a preferência do comando da corporação policial que o seu Quartel se fosse construído, deveria ser no centro da capital capixaba, e que este possua uma enfermaria, uma vez que os policiais são atendidos na Santa casa de Misericórdia com as despesas pagas pelos cofres provinciais.

No ano de 1879, por ocasião do pronunciamento do presidente Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida em 6 de março, a Companhia continua sob o comando do elogiado capitão Brandão e solicita diversas medidas visando à melhoria da mesma, e neste mesmo ano é implantada na capital capixaba iluminação a gás.

O presidente Eliseu de Sousa Martins, ao transmitir a administração da província ao 1º vice-presidente Alpheu Adelpho Monjardim, no dia 19 de julho de 1880, informa que o Tenente Antonio Pinto Ribeiro Cardoso, em tese, o subcomandante da Companhia de Polícia, com base em inspeção de saúde a que se submetera, requerera a sua reforma, o que lhe fora concedido, e conforme proposta do capitão Brandão, comandante da Força Pública o alferes

Joaquim Manoel de Oliveira Sá, também pertencente ao mesmo corpo policial, é promovido ao posto de tenente.

No ano seguinte, o presidente Marcellino de Assis Tostes relata no dia 8 de março de 1881 que a Companhia de Polícia sob o comando do capitão Brandão tem prestado relevantes serviço à sociedade capixaba, tem o seu efetivo previsto em 94 integrantes, faltando apenas quatro praças para completá-lo e que necessita de mudar de aquartelamento para melhores acomodações com a criação de uma enfermaria para os integrantes da força policial e sugere a criação de uma guarda urbana com o aumento do efetivo.

Por ocasião da transmissão da administração da província ao vice-presidente Alpheo Adelpho Monjardim, em 13 de fevereiro de 1882, o presidente Marcellino Tostes basicamente repete as observações feitas no ano anterior sobre a força policial, e que agora já faltam onze soldados para completar o seu efetivo previsto em 103 (cento e três) integrantes, e Brandão, além do comando da Corporação capixaba, exerce também, o cargo de secretário da Loja maçônica “União e Progresso”, conforme jornal *Espirito-Santense*, em 2.03.1882.

Alpheo Monjardim ao relatar a situação administrativa da província no dia 21 de março de 1882, solicita o aumento do efetivo da Companhia de Polícia para melhor atendimento da demanda na segurança pública, porém, a Lei nº. 18, de 15 de maio daquele ano ao definir o efetivo para o ano seguinte com quatro oficiais e cento e onze praças, aumentando de 103 (cento e três), para apenas, 115 (cento e quinze) integrantes do efetivo.

O Presidente Herculano Marcos Inglez de Souza, em seu relatório no dia 9 de agosto de 1882 informa que o Soldado Luiz Nunes acompanhado de outro policial da Companhia de Polícia quando realizavam a patrulha na cidade se envolveram em um conflito com as praças da Companhia de Infantaria, João Ferreira do Nascimento

to, Aureliano Nunes Pereira e João Procópio dos Anjos, entrando em luta corporal, sendo que o soldado Luiz Nunes fora ferido gravemente no ventre e na região lombar por um golpe de navalha, sendo os agressores presos e processados.

No final do ano de 1882, o mesmo presidente Herculano Marcos informa que procedeu a uma reforma no Regulamento da Companhia de Polícia e aponta as dificuldades para completar o efetivo da Companhia Policial, o qual necessita de 16 soldados, e cita as condições inadequadas do Quartel da força em imóvel alugado (rua Formosa, centro de Vitória), e a necessidade da instalação de uma enfermaria para acolher os policiais, os quais são internados para tratamento na Santa Casa de Misericórdia com atendimento do médico contratado para a força pública, Dr. Francisco Gomes d’Azambuja Meirelles, e o fardamento é fornecido por Joaquim Pinto dos Santos Ferreira mediante um contrato assinado.

No ano seguinte, Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, no relatório apresentado em 3 de março 1883, volta a falar sobre a necessidade de aumentar o efetivo da Companhia, a qual conta com um capitão, um tenente, dois alferes, um 1º sargento, quatro 2º sargentos, um furriel, oito cabos, dois cornetas e oitenta e sete soldados, e da dificuldade de recrutamento em virtude da falta de incentivos monetários, nos moldes do Exército Brasileiro.

A Aposentadoria Militar e os Novos Cargos

O capitão João Antunes Barbosa Brandão, permanece no cargo de comandante da Companhia de Polícia capixaba até 6 de julho de 1883, quando foi reformado no mesmo posto, conforme publicação do jornal *Folha da Victória*, em 8 de julho de 1883, sendo substituído pelo major Aureliano Martins d’Azambuja Meirelles (coman-

dante do efetivo da Companhia de Polícia na Guerra do Paraguai, 1868-70), que se torna o primeiro oficial superior (aquele que tem postos de major, tenente-coronel e coronel), a comandá-la.

Em 10 de julho de 1883, após deixar o comando da Corporação Policial Militar capixaba, o capitão, João Antunes Barbosa Brandão é nomeado, conforme publicou o jornal *O horizonte*, para o cargo de “colector de rendas geraes” (p.3), do Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Por ocasião da transmissão da administração da província capixaba ao presidente Joaquim Affonso Alves, em 1884, o vice-presidente Miguel Bernardo Vieira de Amorim informa que em atendimento ao pedido de reforma feito pelo Capitão João Antunes Barbosa Brandão, por contar com mais 25 anos de serviços prestados, concedeu-lhe o benefício no dia 8 de julho de 1883, e afirma que: “Para preenchimento da vaga resolvi, por acto da mesma data, nomear o Major Aureliano Martins d’Azambuja Meirelles, que prestou juramento perante mim e assumiu o exercício desse cargo em 18 do referido mez de julho” (Rel. Pres. 1884, p. 24).

Conforme publicação do jornal *A Província do Espírito-Santo*, de 15.08.1886, João Antunes Barbosa Brandão, buscou uma carreira política e candidatou-se para concorrer a uma vaga de vereador na cidade de Vitória, porém, não obteve êxito no pleito, que oferecia quatro vagas, e encerrou o sonho com grande frustração, obtendo dentre os 317 votantes na eleição, apenas o seu voto.

Em publicação transcrita no jornal *Folha de Vitória*, em 19.08.1887, João Antunes Barbosa Brandão recebe a confirmação de sua reforma como capitão do Exército Brasileiro, conforme publica o jornal *A Província do Espírito Santo*, de 19.10.1887, Brandão exerce o cargo de secretário da Sociedade Beneficente Libertadora da Irmandade de São Benedicto do Rosário, e o mesmo jornal noticia o casamento de sua filha, Hortência Antunes Barbosa Brandão

com Antonio José Ribeiro dos Santos, em cerimônia realizada em 10 de dezembro de 1887.

A tristeza compartilha a Brandão a perda, com o falecimento de sua irmã, Maria Barbosa de Freitas, em 21 de agosto de 1889, conforme convite para a missa de 7º dia a realizar-se na Igreja Matriz de Vitória, às 8 horas do dia 27.08.1889.

Com advento da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, assume o governo do Estado do Espírito, Affonso Cláudio de Freitas Rosa, e como podemos constatar no jornal *A Província do Espírito-Santo*, de 27.11.1889, João Antunes Barbosa Brandão é nomeado para compor com outros oficiais, o Conselho de Inquirição a que é submetido o 2º cadete do EB, Quintiliano Mattos Telles Menezes, e no jornal *O Estado do Espírito Santo*, de 29.01.1890, João Antunes Barbosa Brandão, figura como escrevente da Inspeção Especial de Terras e Colonização.

João Antunes Barbosa Brandão tem participação na fundação do “Club Militar” no Estado do Espírito Santo, conforme comprova o jornal *O Estado do Espírito Santo*, de 11.06.1890, ao lado do tenente-coronel Andrade e Silva, major Silvestre Travassos, capitães João Maia, Tito Lívio da Silva, Corrêa Câmara, e Pedro Carneiro, alferes Virgílio Tovar, Antonio Pinto Ribeiro Cardoso e João Sarmiento, capitão-tenente (marinha), José Rodrigues de Abreu, tenentes Constant Sodré, Almeida Nobre, Fernando Araújo e Antônio Corrêa, farmacêuticos adjuntos Florindo Pimentel e Carlos Arieira, médicos adjuntos, Florêncio Francisco Gonçalves e João B. Monteiro Miranda Ribeiro, “embrião” das entidades representativas dos oficiais militares no Estado do Espírito Santo.

Logo em seguida, o capitão reformado do EB, Brandão é nomeado para o cargo de escrivão dos Feitos da Fazenda do Estado do Espírito Santo, conforme publicação em 19 de junho de 1890, pelo jornal anteriormente citado.

Mais uma vez, o sofrimento se faz presente na história do major Brandão, e ele se despede definitivamente de sua filha, Hortência Antunes Brandão Santos, que falece em 19 de setembro de 1892, conforme noticia o *Jornal do Commercio do Espírito Santo*, em convite para a missa de 7º dia, a realizar-se em 25 de setembro de 1892.

Apesar de ser denominado em diversas publicações e conhecido como coronel, João Antunes Barbosa Brandão foi laureado apenas com o posto de major honorário do Exército Brasileiro, por ato publicado pelo *Diário Oficial da União*, em 30 de setembro de 1892.

Em editais publicados 4 de junho de 1894, em 24 de janeiro de 1895, pelo jornal *O Estado do Espírito Santo*, João Antunes Barbosa Brandão aparece como escrivão da 2ª seção eleitoral na eleição estadual e municipal, e no edital de 12 de janeiro de 1896, como tenente-coronel, escrivão do juízo seccional n 1ª seção eleitoral.

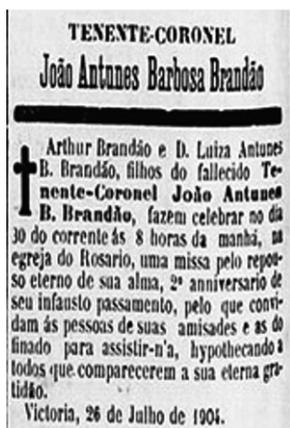
Em publicação datada de 12 de fevereiro de 1896, Brandão ainda exerce o cargo de secretário da Loja Maçônica Ordem e Progresso, sediada em Vitória-ES, e, em aviso datado 31 de agosto de 1899, para leilão a ser realizado pela Justiça Federal no Estado do Espírito Santo, João Antunes Barbosa Brandão exerce o cargo de escrivão da Justiça Federal do Espírito Santo, cargo que exerceu até a edição do seu último ato, assinado em 15 de julho de 1902, no documento editado pelo juiz federal e presidente da Junta Eleitoral do Estado do Espírito Santo, Raul de Souza Martins, publicado pelo citado jornal, em 24.07.1892.

O Adeus ao Comandante Brandão

O escrivão, secretário, oficial da Guarda Nacional, herói da Guerra do Paraguai, major honorário do Exército Brasileiro, co-

mandante geral da PMES em dois períodos (1858-59 e 1874-83), conhecido e referenciado como coronel, João Antunes Barbosa Brandão, faleceu em 30 de julho de 1902, em sua residência situada a Rua São Francisco, nº 20, cidade alta, Vitória-ES, sendo sepultado com honras no cemitério da irmandade de São Benedito do Rosário (igreja do Rosário), conforme consta da certidão de óbito, obtida junto ao Cartório Sarlo, em Vitória-ES.

As Homenagens Póstumas



Passados vários anos de sua morte, fica comprovado que, o velho comandante, citado como tenente-coronel, João Antunes Barbosa Brandão não fora esquecido, conforme publicação do jornal *Diário da Manhã*” de 27.07.1909, há o convite para a missa de 7º aniversário de falecimento (inclusive ao lado), a realizar-se no dia 30 de julho de 1904, às 8 horas da manhã, na igreja do Rosário em Vitória, feito

pelos filhos, Luiza e Arthur Antunes Barbosa Brandão, celebrada em sua memória.

A filha do saudoso João Antunes Barbosa Brandão, a Luiza Antunes Barbosa Brandão, (irmã de Arthur Brandão), veio a falecer no município de Alegre-ES, em 25 de novembro de 1934, conforme publicação do *Diário da Manhã*, de 9.12.1934, inclusa à direita, na verdade aos 75 anos de idade.



O filho Arthur Antunes Barbosa Brandão, faleceu pouco tempo depois, em 4 de agosto de 1935, aos 64 anos de idade, conforme certidão de óbito (Cartório Sarlo), e *Diário da Manhã*, de 8.08.1935, inclusa à esquerda, onde constam os nomes de seus filhos, Carlos, Alcista, Darcy e João Acyr Antunes Barbosa Brandão (netos de João Antunes Barbosa Brandão), convidando a



todos para a missa de 7º dia de falecimento, a ser celebrada em 10 de agosto daquele ano, no sábado, às 8 horas, na Catedral de Vitória-ES.

Coube ao coronel da PMES, Francisco Fernandes de Miranda (1899-1976), na época, em que era capitão, conforme consta do site: <http://www.minutovirtual.com.br/celmiranda/>, a descoberta e a restauração da sepultura dos restos mortais do patrono da PMES, Capitão João Antunes Barbosa Brandão do cemitério da Igreja do Rosário, até então desconhecida e perdida num imenso matagal no terreno lateral da referida Igreja.

Graças à descoberta, em 12 de junho de 1949, por ocasião do 84º aniversário da Batalha Naval de Riachuelo, a Marinha do Brasil, resolve prestar uma homenagem ao Patrono da PMES, major honorário do EB, João Antunes Barbosa Brandão, sendo a cerimônia realizada com a colocação de uma coroa de flores no túmulo do homenageado, no cemitério da Igreja do Rosário, ocasião em são feitos pronunciamentos pelo capitão da PMES, Abdon Rodrigues Cavalcante (autor da letra do Hino da PMES), e pelo neto do homenageado, João Acyr Brandão, os quais constam da publicação constante da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 65, de 2011, p. 95–108 IHGES.

Apesar do equívoco, uma vez que não há registros da participação do homenageado na Batalha de Riachuelo que ocorrera no dia 11 de junho de 1865, é sim na Batalha de Tuiuti, que ocorreu em



Integrantes da Marinha do Brasil colocam a coroa de flores no túmulo do patrono da PMES, capitão João Antunes Barbosa Brandão, cemitério da Igreja do Rosário, Vitória, capital-ES, em 12.06.1949. (Foto extraída da Revista do IHGES, 2011, p. 101).

24 de maio de 1866, conforme o elogio, anteriormente relatado, na Ordem do Dia nº 151, e foi condecorado com a comenda “Cavaleiro da Ordem Rosa”, em 17 de agosto de 1866, pelos seus feitos naquela Batalha, conforme *Jornal da Victória*, em 19.09.1866.



Dado o longo período de comando e suas realizações em prol dos direitos de seus comandados no período imperial, pelo Decreto nº 7, de 6 de agosto de 1947, governador do Estado do Espírito Santo, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, constituiu o capitão, João Antunes Barbosa Brandão, como o “Patrono da Polícia Militar do Espírito Santo”.

Outra homenagem emerge através da lei municipal nº 120, de 5 de maio de 1950, o prefeito municipal de Vitória-

-ES, Álvaro de Castro Mattos, institui prêmios para os melhores agentes recenseadores da capital, além dos prêmios “Domingos José Martins” e “Caboclo Bernardo”, cria também, o prêmio “João Antunes Barbosa Brandão”, todos no valor de Cr\$1.000,00 (hum mil cruzeiros).

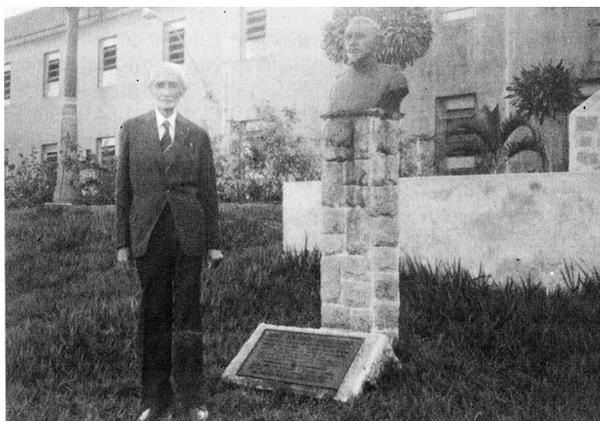
No dia 6 de abril de 1969, o Comandante Geral da PMES, Coronel Jader Peixoto Rubim, como parte das solenidades de aniversário dos 134 anos da PMES, promove a inauguração do Monumento em memória do Capitão João Antunes Barbosa Brandão na entrada do portão principal do Quartel do Comando Geral de Maruípe, com a presença do governado do Estado do Espírito Santo, Dr. Christiano Dias Lopes Filho (primeira foto da página seguinte).

Em 1984, em decorrência da necessidade de redução do terreno do QCG, para ampliação da Avenida Maruípe, o Busto do Capitão Brandão foi removido do portão principal do QCG para frente do patamar dos mastros das bandeiras, em frente à entrada do prédio principal do comando geral. A solenidade contou com a presença do neto do Patrono da PMES, João Acyr Antunes Barbosa Brandão, filho de Arthur Antunes Barbosa Brandão (segunda foto da página seguinte).

No ano seguinte, o Busto do Patrono da PMES instalado em frente ao prédio principal do QCG de Maruípe, foi ladeado por dois canhões ali instalados, os quais possuem emblemas imperiais e pertenceram ao extinto fortim San Tiago (conforme mapas ES antigos), que se localizava ao lado da igreja do Rosário, encontrados por ocasião das escavações para construção do prédio da Embratel (Telest), e doados a PMES (foto na página 160).



Foto XX – Inauguração do monumento ao Patrono da PMES, Cap. João Antunes Barbosa Brandão pelo Cmt Geral, Cel Jader Peixoto Rubim e o governador do ES, Christiano Dias Lopes Filho.



João Acyr Brandão – Neto do Patrono da PMES, ao lado do busto de seu avô na entrada do QG em Maruípe. Foto: junho de 1984
Foto extraída da obra de DEMONER, 1985, p. 113.



Recolocação do busto do do Capitão João Antunes Barbosa Brandão – 1985.

As Considerações Finais

Assim, encerra-se por hora, a história do major honorário do Exército Brasileiro, João Antunes Barbosa Brandão, que durante toda sua vida prestou grandes serviços as instituições Militares do Estado Espírito Santo (PMES) e a sociedade capixaba, e como reconhecimento, tornou-se o Patrono da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), e hoje, o seu busto altaneiro (foto anterior), ilustra a parte frontal do Quartel do Comando Geral (QCG) da Corporação Policial Militar capixaba, sediado em Maruípe, em Vitória-ES.

Refrências

ALMANAK, 1884 – 1889. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Acessos jan/ago. 2016.

ESPIRITO SANTO, *Assembleia Legislativa Provincial*. 1833 – 1888. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, Polícia Militar. *Boletins do Comando Geral*, 1912 – 1985: Vitória-ES: Arquivo Geral da PMES, QCG em Maruípe.

JORNAL, *A Folha da Victória*, 1883 – 1808. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *A Província do Espírito Santo*, 1892 – 1902. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *da Victória*, 1866 – 1868. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *Commercio do Espírito Santo*, 1892 – 1910. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *Correio da Victória*, 1849 – 1872. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *Diário da Manhã*, 1908 – 1937. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional

_____, *Diário do Espírito Santo*, 1889. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *Estado do Espírito Santo*, 1890 – 1904. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *O Espírito-Santense*, 1870 – 1889. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *O Horizonte*, 1880 – 1885. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

_____, *Oficial*, 1905 – 1907. Disponível em: hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Acessos jan/ago. 2016.

MORAES. Paulo Stuck. Notas genealógicas da família Antunes Siqueira. *Revista do IHGES*, nº 64, 2010, p. 219 – 259.

ORAÇÃO pronunciada pelo cap. Abdon Rodrigues Cavalcanti no túmulo de, João Antunes Barbosa Brandão, Igreja do Rosário, em 1949. *Revista do IHGES*, nº 65, 2011, p. 95-108.

ORDENS do Dia. Guerra do Paraguai, 1866 – 1870.

O BANDES E O PROGRAMA “NOSSOCRÉDITO”: POR UMA HISTORIOGRAFIA DA PRIMEIRA DÉCADA

*Anaximandro Amorim**

O Exaurimento do Modelo dos “Grandes Projetos de Impacto” e a Busca de Novas Alternativas de Financiamento

O início da implantação, pelo BANDES, de programas de crédito voltados para os micros e pequenos empresários começa com o exaurimento do modelo dos chamados “Grandes Projetos de Impacto”, que têm seu auge na década de 1970 (AMORIM: 2012).

Criado como CODES (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo) em 1967, para ser uma ferramenta de desenvolvimento e diversificação econômica em consequência da segunda grande erradicação dos cafezais, no ano anterior, o BANDES, constituído oficialmente como banco em 11 de dezembro de 1970, pela Carta Patente I – 333, cuidou para colocar o Espírito Santo na rota do PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), sobretudo após a criação do FUNRES (1969) e do FUNDAP (1970).

Assim, em 1974, o governador de Arthur Gerhardt insere o Espírito Santo no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, lançado no ano seguinte, tem como principal característica investimentos em insumos básicos, infraestrutura e energia. É a chamada fase dos “Grandes Projetos de Impacto”, o que possibilitou a vinda para o Estado de vultosos empreendimentos como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST, hoje, ArcelorMittal Tubarão), as três usinas de pelotização junto à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, hoje, Vale) — Itabrasco, Hispanobrás e Nibrasco — , a Aracruz Celulose

* Escritor, professor e advogado de carreira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES).

(hoje, Fibria) e o terminal especializado de Barra do Riacho (Portocel), a Samarco e o Porto de Ubu, e o Porto de Praia Mole. Afinal, uma das premissas do II PND era justamente a distribuição espacial dos principais projetos (CAMATA: 1989) (AMORIM: 2012).

Em fins da década de 1970, percebeu-se uma nítida evolução da renda per capita do Estado que sai de US\$ 243 em 1970, para US\$ 625 em 1975, chegando a US\$ 1.637 em 1980. Também se verifica a diversificação da base econômica estadual que até os anos 1960 estava fundamentalmente sustentada pelo setor agrícola (algo como 54% do PIB derivava do setor primário, em sua maioria gerada pela atividade cafeeira) e encerra-se o período com uma excelente base industrial montada sobre projetos estruturantes, entre outros, a CRVD, CST, Samarco e Aracruz, todos iniciados entre 1960 e 1967 (CAMATA: 1989).

O Espírito Santo vive o auge do seu segundo ciclo de desenvolvimento, transformando a face da economia capixaba, que abandona seu viés fortemente agrícola (que até então respondia por mais da metade do PIB do Estado), iniciando uma nova fase baseada na industrialização. O período também é marcado pela elevação da diversificação da base produtiva no Estado, inicialmente financiada com recursos do capital estrangeiro que, associados ao que se poderia chamar de ação intervencionista estatal, viabilizam a implantação de grandes projetos estruturantes focados na consolidação de agroindústrias e da indústria de transformação: celulose, extração mineral e, finalmente, o setor metalúrgico.

Esse novo viés econômico acelera, por conseguinte, o processo migratório, tal como nos grandes centros do país. Na década de 1980, o país é caracterizadamente urbano, com 68% da população vivendo nas grandes cidades, diferindo da situação que antes perdurava de maior concentração populacional no meio rural. Nosso Estado acompanha a tendência, pois dados demonstram que, já em

1960 e 1970, o interior do ES perde 200 mil habitantes, dos quais 120 mil migram para a Grande Vitória e 80 mil para outras unidades da federação.

No entanto, o novo choque do petróleo, em 1979, altera toda a economia mundial, trazendo a reboque três problemas: o aumento do preço da matéria-prima de uso intensivo, as pressões por reajustes salariais acima dos índices da inflação — sendo este o grande mote do movimento sindical do ABC paulista —, e a significativa redução da liquidez internacional, elevando as taxas de juros internacionais. Assim, o Governo Federal se vê obrigado a reduzir drasticamente os subsídios e a diminuir o repasse de recursos para as instituições federais de crédito. Essa decisão impacta, notadamente, os bancos de desenvolvimento e suas ações de planejamento e fomento.

No início da década de 1980, em nosso Estado, esse processo agrava-se com o término das obras de grandes empresas, particularmente a Companhia Siderúrgica de Tubarão, que desemprega grande número de trabalhadores, cuja mão-de-obra não foi absorvida pelo setor de construção civil, aliado aos reflexos da crise econômica que assolou o país até então. Consequentemente, uma parcela dessa população passa a incorporar-se ao setor não-organizado da economia, como forma alternativa de sobrevivência.

O BANDES, como todo sistema bancário, concluiu que, desde 1979, o fortalecimento da instituição dar-se-ia com seu autofinanciamento, graças a operações lucrativas tomando todos os cuidados para que a instituição não se descaracterizasse como um banco de fomento. Assim, o banco manteve abertas linhas de crédito subsidiadas, destinadas a setores prioritários da economia, o que foi possível compensar o crescimento dos custos e obter lucro líquido proporcional ao do ano anterior.

Entretanto, com a Resolução Geres nº 157/80, de 26 de junho de 1980, que contou com a participação ativa do BANDES, foram

feitas propostas de criação das linhas de apoio às micro, pequenas e médias empresas e às cooperativas agropecuárias, para democratizar o acesso da maioria de pequenos e médios empresários urbanos e de pequenos produtores agrícolas aos recursos do sistema. O sistema se abriu também para as pessoas físicas, o que foi de grande importância para financiar produtores rurais. Daí surgirem os primeiros programas voltados para o micro e pequeno, como o PROMIN, nos anos 1980, e o PROPEN, na década seguinte (CAMATA: 1989).

As Primeiras Tentativas

O PROMIN (1985)

Foi no ano de 1985 que o GERES (Grupo Executivo de Recuperação da Economia do Espírito Santo), por meio de seu colegiado, decidiu investir pela primeira vez em pequenos negócios, mediante financiamento a juros baixos. Com o objetivo de implantar um programa desta natureza no Estado, o GERES procura a então Secretaria de Bem-Estar Social (SEBS) para a execução da proposta, visto que esta atuava junto à clientela de baixa renda. Mister ressaltar que, para a SEBS, o trabalho seria um desafio, vez que esta havia tentando executar projetos parecidos junto a outros órgãos, sem obter o resultado desejado.

O GERES, em reunião ordinária, aprovou a reformulação do PROMICRO/SETOR INFORMAL — Resolução N de nº 366/85, de 11 de julho de 1985, com o objetivo de proporcionar ao setor informal da economia urbana melhor instrumental financeiro. Para tanto, além de integrar-se à SEBS, juntou-se também com o BANDES, CEAG-ES e SINE (Sistema Nacional de Empregos) do Espírito Santo, com a proposta de implantar, em caráter experimental, o

PROMIN, Programa de Apoio às Atividades do Setor Informal, destinado a atender pessoas cuja renda familiar não ultrapassasse cinco salários mínimos, com juros de 35% ao ano em 1985 e 3% em 1986.

Com recursos da ordem de Cr\$ 200.00,00 em 1985, Cz\$ 1.350.00,00 em 1986 e Cz\$ 8.000.000,00 em 1987, o PROMIN foi implantado para atender despesas com capital de giro e/ou investimento fixo ou misto, contemplando pessoas que exercessem essas atividades em caráter permanente, de forma solidária ou utilizando-se, preferencialmente, mão-de-obra familiar, sendo priorizadas as profissões de confeccionista, marceneiro e pipoqueiro. Em caráter experimental, definiu-se a implantação do programa na Grande Vitória (1985), para posteriormente ampliar-se o leque de atividades e o número de municípios a partir do interesse manifestado pela população e prefeituras no interior do Estado (1986 e 1987).

No decorrer dos dois primeiros anos de implantação do programa, ou seja, dentre agosto a dezembro de 1985 e janeiro a dezembro de 1986, foram beneficiadas diretamente 475 pessoas procedentes de municípios da Grande Vitória e Interior do Estado. Verificou-se uma maior demanda na atividade de confeccionista (46,7%), seguida da de cabeleireiro (10,9%), pipoqueiro (6%), salgadeira e doceira (4,6%), lavadeira (3,7%), dentre outras. Com relação aos municípios atendidos, Vila Velha somou maior número de proponentes, com 64% dos beneficiados, seguido de Vitória, Colatina, Serra, dentre outros. A mão de obra feminina correspondeu a 67%. A maioria dos beneficiados tinha entre 30 e 49 anos de idade, isto é, 53% do total, seguida de 21 a 29 anos, com 30% e, por último, os que se encontravam com idade superior a 50 anos, com 17% (CAMATA: 1989).

Na implantação do PROMIN buscaram-se dados estatísticos, econômicos e sociais existentes à época, que viessem melhor retratar a situação do Estado, no que diz respeito ao mercado informal de trabalho. Assim, as atividades foram priorizadas tomando-se como referên-

cia uma pesquisa desenvolvida pelo IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves) e um levantamento realizado pela então Secretaria de Estado e Bem Estar Social, que atingiu apenas alguns bairros dos municípios selecionados, não oferecendo, portanto, indicativos gerais sobre as atividades do setor informal no Estado. Além disso, a conjuntura econômica dos anos 1980 e a falta de experiência da maioria dos atores envolvidos foram fatores para a descontinuidade do programa.

O PROPEN (1995)

Criado em maio de 1995, o PROPEN (Programa de Apoio para os Pequenos Negócios), compreendeu, inicialmente, quatro subprogramas: o “Subprograma de Apoio às Micro e Pequenas Empresas”, o “Subprograma de Apoio ao Turismo Rural”, estes com dois recursos do FUNRES, aprovado pelo colegiado do Geres, o Subprograma “Apoio à Modernização de Bares e Restaurantes” e o Subprograma de “Apoio ao Setor Informal”, com recursos do BANDES, representados por uma dotação inicial de R\$ 100 mil.

O PROPEN tinha como objetivo a geração de novas fontes de emprego e renda, com a viabilização de empreendimentos que proporcionassem, também, a melhoria das condições de vida do povo capixaba. Assim, pequenos e microempresários, produtores rurais, trabalhadores autônomos e proprietários de bares e restaurantes cadastrados na EMBRATUR (antiga Empresa Brasileira de Turismo, hoje, Instituto Brasileiro de Turismo), poderiam obter financiamentos em condições especiais, concedidos pelo BANDES, com assistência técnica concedida pelo SEBRAE-ES (BANDES: sem data).

O subprograma “Apoio ao Setor Informal” foi lançado inicialmente graças ao convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Vitória, que visava atender aos participantes do curso ministrado pelo Departamento de Incentivo ao Trabalho, da Secretaria de Ação

Social da PMV na Escola-Fábrica de Alimentos, no Bairro São Pedro. O limite de financiamento era de R\$ 1,5 mil, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação ou ampliação de pequenos negócios informais.

O subprograma “Apoio às Micro e Pequenas Empresas” tinha como objetivo incentivar a implantação ou melhoria de micro e pequenos empreendimentos dos setores industrial, agroindustrial, de comércio e de serviços, com valor de financiamento limitado a R\$ 25 mil e prazo de 36 meses, incluindo carência de um ano. Até o início de 1996, foram beneficiadas microempresas ou firmas individuais de Alfredo Chaves, Aracruz, Bom Jesus do Norte, Ecoporanga, Guaçuí, Itaguaçu, Jaguaré, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Nova Venécia, Rio Bananal, Santa Leopoldina, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Venda Nova do Imigrante.

O subprograma “Apoio a Bares e Restaurantes” era destinado ao financiamento de reformas e aquisição de equipamentos. O limite máximo era de R\$ 15 mil, com prazo de 48 meses, incluindo carência de até 12 meses. Podiam ser beneficiadas pequenas empresas com receita operacional líquida de até 750 mil UFIR e que detinham no máximo 49 empregados. A abrangência do programa contemplava Anchieta, Guarapari, Piúma, Itapemirim e a Grande Vitória, com empresas situadas em Nova Almeida, Jacaraípe, Camburi, Praia do Canto, Praia da Costa, Itapoã, Itaparica, Barra do Jucu, Manguinhos, dentre outras localidades.

O subprograma “Apoio ao Turismo Rural” foi criado com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de novos negócios no interior, proporcionando ao homem do campo opções especiais de crédito e financiamento. Podiam ser obtidos financiamentos para a restauração de antigos casarões destinados a alojamentos ou restaurantes, estrutura de camping, eletrificação, saneamento básico, telefonia, móveis, utensílios e até animais. O valor do financiamen-

to era de, no máximo, R\$ 25 mil, com prazo de 60 meses, incluindo carência de 12 meses.

Posteriormente, no segundo semestre de 1996, o PROPEN se fortaleceu a partir de convênios firmados com o SINE, a SEJUC (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania) e a FAS (Fundação de Assistência Social do Espírito Santo), além da entrada de escritórios regionais do BANDES na operacionalização e no aporte de novos recursos ao programa. Inicialmente voltado a bairros periféricos da capital, em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória, que atuou como gestor técnico, responsável pela seleção e análise inicial do projeto, o programa foi estendido para todo o Estado (BANDES: sem data). Foi a época em que o banco tentou, mais uma vez, aproximar-se da sociedade, adotando como slogan “BANDES, o banco do povo”.

Em 1997, o BANDES retoma experiência de fomento às atividades de pesca artesanal, lançando o PRÓ-CANOA, em parceria com a EMATER, para financiar a aquisição ou reformas de embarcação de pesca, motores e equipamentos náuticos, redes e utensílios, com valor limitado a R\$ 3 mil, juros de 12% ao ano e prazo total de 24 meses, incluindo três meses de carência. Nos primeiros três meses daquele ano, foram liberados R\$ 520 mil para pescadores de Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari, Vila Velha, Vitória, Aracruz, Conceição da Barra e Linhares.

Como parte do SEIN (Subprograma de Apoio ao Setor Informal), o BANDES lançou, também, o PRÓ-CAMPO, com o objetivo de financiar a pequena produção e a industrialização caseira ou artesanal de produtos agrícolas desenvolvidos em propriedades rurais capixabas. O limite de crédito era de R\$ 3.000,00 e o prazo de carência e amortização seria definido de acordo com o ciclo produtivo da lavoura/atividade, não podendo ultrapassar 24 meses, com juros fixos de 1% ao mês.

O subprograma MEU PRIMEIRO NEGÓCIO, também lançado naquele ano, foi uma iniciativa do BANDES para que os re-

cém-formados tivessem condições de abrir sua própria empresa. Também fazia parte do PROPEN e tinha como beneficiários os formados em cursos técnicos profissionalizantes, cursos superiores, de especialização, mestrado e doutorado. Para tanto, o empreendimento que o interessado tivesse intenção de montar deveria ser compatível com o curso concluído a partir de janeiro de 1995. O programa era válido para todo o Espírito Santo e participava com até 65% do valor do investimento total. Com uma dotação inicial de R\$ 750 mil e um limite de crédito de R\$ 15 mil, tinha prazo de financiamento de 18 meses para amortização, com juros de 1,5% ao mês mais variação da TR.

O PRÓ-RESSOCIALIZAÇÃO foi um programa elaborado pelo BANDES em parceria com a SEJUC e com a 5ª Vara de Execução Criminal, visando à ressocialização de presos pelo trabalho. Destinava-se a oferecer apoio financeiro à implantação, expansão, realocação e aprimoramento técnico de unidades produtivas em presídios e/ou empresas. O valor do financiamento era limitado a R\$ 50 mil por operação. No caso de micro e pequenas empresas, os juros eram de 4 % ao ano + TJLP e, para médias e grandes empresas, até 6% ao ano. Nos dois casos, o prazo de pagamento seria de até 60 meses, com carência de até 24 meses.

O Programa NOSSOCRÉDITO

INTRODUÇÃO

A aguda crise econômica da década de 1990, fruto do agravamento da inflação da década anterior, o confisco das poupanças e o achatamento do poder de compra do cidadão, afetou o país como um todo, diminuindo o poder aquisitivo da classe média e, por con-

seguinte, o investimento privado, o que foi maléfico para os programas anteriores. Ademais, e mesmo após a estabilização econômica, a partir da segunda metade dos anos 1990, o acesso ao crédito ainda era difícil e as exigências das instituições bancárias tradicionais, em relação ao patrimônio constituído do cliente e as garantias a serem apresentadas eram cada vez mais rigorosas. Com esse resultado, muitos empreendedores continuavam excluídos do acesso ao crédito. Era necessário, portanto, desenhar políticas públicas a fim de reverter essa situação (BANDES: 2010).

Buscando uma reorganização da máquina estadual, o Governo do Estado da época lançou, em 2003 o Programa NOSSOCRÉDITO, sendo um dos resultados de um planejamento estratégico para o período de 2003 a 2006, denominado “Um Novo Espírito Santo — Orientações Estratégicas de Governo”. Esse plano definiu os eixos estratégicos e as metas mobilizadoras que pautaram as ações iniciais do Governo Estadual, dentre as quais a meta específica relacionada à “criação de uma rede capixaba de microcrédito com sustentabilidade que atenda todos os municípios do Estado do Espírito Santo”. Tal destaque teria o BANDES como um de seus artífices, reforçando o papel social da instituição, além de inaugurar, de fato, um novo filão para o banco, qual seja, o de concessão de financiamento para os micros e pequenos, num programa bem sucedido e duradouro.

O INÍCIO

O Programa NOSSOCRÉDITO foi instituído através do Decreto 1.203-R, de 26 de agosto de 2003. O NOSSOCRÉDITO representa uma modalidade especial de crédito, massificado e não conceitual, presente nos 78 municípios, estruturado para a inclusão mediante a concessão de crédito conjugado com capacitação e assistência técnica aos tomadores, sendo desenvolvido em parceria

com os municípios que manifestarem sua adesão formal ao programa. Lançado em uma concorrida solenidade realizada no Salão São Thiago, no Palácio Anchieta, o programa previu, inicialmente, recursos da ordem de R\$ 20 milhões para os quatro anos seguintes (2004–2007), a juros de 1% ao mês, viabilizado graças a uma rede de parcerias entre BANDES, secretarias Estadual e municipais de Trabalho e Ação Social, BANESTES e comissões Estadual e municipais do trabalho (SEBRAE: sem data).

O Programa NOSSOCRÉDITO tem como objetivos a construção de uma rede, na qual se procura identificar parceiros institucionais, o desenvolvimento sustentado, o que forçosamente compreende a disponibilidade de recursos financeiros com custo reduzido e em volume que garanta o fluxo de aplicação e retorno dos financiamentos e o atendimento a todos os 78 municípios capixabas, dentro do ideal de acessibilidade do crédito, ou seja, que a oportunidade para os empreendedores seja amplamente disponibilizada no Estado, cuja base territorial de referência é o município.

O custo inicial de implantação do Programa NOSSOCRÉDITO foi de R\$ 500.000,00, contando com sua implementação, seu projeto piloto (de 2003) e a capacitação de profissionais em 24 agências de crédito. Vale ressaltar, por seu turno, que o NOSSOCRÉDITO foi constituído em rede de parceiros para diminuição de custos, contando com um fundo inicial aportado pelo BANDES como garantidor do funcionamento do programa; Destarte, o Governo do Estado tornou-se um operador do microcrédito, através de créditos de pequenos valores, para atender os excluídos da economia formal. Foi dispensada uma atenção especial por parte dos integrantes do comitê gestor do programa ao processo de capacitação dos agentes de crédito. Eles se tornaram elementos-chave na busca do empreendedor, no acompanhamento do negócio e também no recebimento do dinheiro financiado (BIN: 2003).

O BANDES foi capitalizado para receber, analisar, viabilizar e acompanhar projetos sociais e de microcrédito, além de recuperar empreendimentos que estivessem atravessando dificuldades financeiras. Para coordenar a concepção, formulação e implementação do microcrédito, o banco contratou dois profissionais: a socióloga Vera Nacif, que também contribuiu com a elaboração da metodologia para análise e enquadramento de projetos de investimentos na área social; e o economista Roberto Cunha Penedo, que recebeu a missão de encontrar boas soluções para recuperação de empreendimentos mal sucedidos, quer por problemas gerenciais, de mercado, erro de projeto, ou até mesmo empreendimentos paralisados - apoiados ou não pelo sistema GERES/BANDES — que não estivessem cumprindo eu papel como gerador de emprego e renda (BIN: 2003).

O programa visava atender a uma parcela de empreendedores de pequenos negócios que atuavam na formalidade ou informalidade e que precisassem de dinheiro, mas que não eram atendidos pelas instituições bancárias. Foram beneficiados pequenos comerciantes, salgadeiras, costureiras, mecânicos, açougueiros, entre muitos outros, desde que o empreendimento não tivesse uma renda bruta anual além de R\$ 120 mil.

Em 2003, o programa operou inicialmente em quatro municípios, para que o modelo fosse avaliado. A Secretaria Estadual de Trabalho e Ação social escolheu e capacitou agentes de crédito para atuar em Viana, onde o programa começou a operar no dia 03 de setembro. Ainda no correr daquele mês, o programa se estendeu para Presidente Kennedy, Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia. A meta era implantá-lo em mais 24 municípios até 2004 e atingir todo o Estado até o final do Governo Hartung (BIN: 2003).

As condições eram poder usar o dinheiro tanto como capital de giro como investimento. Nas duas situações, a taxa de juros era de apenas 1% ao mês, totalizando 12,68% ao ano. O que mudaria era o

prazo de amortização. O crédito estaria disponível para pessoas físicas ou jurídicas, além de cooperativas e associações legalizadas e o valor variava de R\$ 200,00 a 5 mil por pessoa. Se fosse para giro, o prazo de amortização seria de até seis meses. Para investimento, a carência poderia ser de até três meses e a amortização de até 12 meses.

O BANDES SE PREPARA

A instalação de um programa de microcrédito acabou gerando a necessidade de criação de um núcleo específico de apoio para supervisão e expansão. O Núcleo de Programa para Empreendedores do Microcrédito (Nupem) começou a funcionar desde agosto de 2003. Ele era ligado à Gerência de Operações e Programas (Gerop) e chefiado pelo então funcionário Everaldo Colodetti.

Colodetti, com 19 anos de banco na época, acompanhou, desde o início, a elaboração do projeto, que esteve sob a responsabilidade da secretária de Estado de Trabalho e Ação Social, Vera Nacif, então assessora da Presidência do BANDES. O Nupem contava ainda com a funcionária Joana Andréa de Araújo e com o estagiário Vitor Amaral Tarcha.

O Nupem é responsável pelo repasse de recursos financeiros para o Banestes, órgão que, na ponta, passa o crédito para o tomador. O decreto que criou o NOSSOCRÉDITO estabeleceu também a instalação do Conselho de Orientação do Programa Estadual de Microcrédito (Copem), presidido pelo BANDES e composto por representantes da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, Secretaria da Fazenda, Banestes, Sebrae-ES, Comissão Estadual do Trabalho e Federação das Associações de Microempresários do Espírito Santo.

Outro detalhe que fez a diferença foi a figura do agente de crédito, que procura as pessoas para oferecer financiamento. No in-

terior do Estado, o agente conhece o perfil de cada pretendente ao empréstimo, o que garante a baixa inadimplência do programa. A agilidade nas análises foi outro fator perseguido pelo programa. No primeiro ano de implantação do piloto (2003), entre a entrada do pedido de crédito e a liberação do capital, com uma média de 50 dias, foi reduzida para apenas 10 dias, num esforço de desburocratização (BIN: 2003).

AS PRIMEIRAS AGÊNCIAS

A Primeira Agência do NOSSOCRÉDITO

No dia 03 de setembro de 2003, foi inaugurada a primeira agência NOSSOCRÉDITO, em Viana. Cerca de 50 pessoas foram ao local procurar informações sobre o programa estadual de microcrédito, sendo que 20 delas formalizaram seu interesse.

A inauguração foi feita pelo então presidente do BANDES, Haroldo Corrêa Rocha, pelo presidente do Banestes, Sebastião Bussolar Júnior, pela secretária de Estado do Trabalho e Ação Social, Vera Nacif, e pela prefeita de Viana, Solange Lube (BIN: 2003).

O Projeto Piloto

O projeto piloto do programa NOSSOCRÉDITO se deu em quatro municípios: Viana, Cachoeiro de Itapemirim, Presidente Kennedy e Nova Venécia, quando da implantação da primeira agência, em 2003. Com cinco meses de funcionamento, o programa registrou índice zero de inadimplência. O objetivo era o de ampliá-lo para mais 24 municípios até o ano seguinte.

A receita adotada pelo programa NOSSOCRÉDITO para fazer crescer o número de operações em Viana, Nova Venécia, Presiden-

te Kennedy e Cachoeiro do Itapemirim, foi cair em campo. Antes mesmo de a agência de Kennedy ser inaugurada, no dia 1º de outubro de 2003, 25 pessoas já haviam buscado informações no local sobre o programa e duas fichas de solicitação de crédito já tinham sido preenchidas para análise.

O BANDES inovou adotando essa estratégia, pois abandonou uma postura passiva, característica da instituição em décadas passadas, para capacitar o agente de crédito, que não ficava tanto tempo na agência, aguardando possíveis clientes, mas ia in loco, identificando, com a ajuda de entidades atuantes nos municípios, empreendedores de pequenos negócios que necessitavam de crédito se enquadrava no programa.

Um fator de destaque do programa foi possibilitar a geração de empregos com um investimento não muito alto. De setembro de 2003 até 30 de janeiro de 2004, 73 projetos foram aprovados, num total de R\$ 179.977,69, o que possibilitou a manutenção de 175 empregos e a geração de mais 51 postos.

O Crescimento das Agências

O Programa Estadual de Microcrédito chegou ao sul do Estado no dia 01 de outubro de 2003, com a inauguração da agência NOS-SOCRÉDITO no município de Presidente Kennedy. A solenidade contou com as presenças do presidente do BANDES, Haroldo Corrêa Rocha, da secretária de Estado do Trabalho e Ação social, Vera Nacif, do presidente do BANESTES, Sebastião Bussolar Júnior, do prefeito de Presidente Kennedy, Aloísio Carlos Corrêa e da secretária de Ação Social do município, Tânia Mara Corrêa.

Antes mesmo de a agência de Kennedy ser inaugurada, 25 pessoas já haviam buscado informações no local sobre o programa e duas fichas de solicitação de crédito já tinham sido preenchidas para análise.

Depois de Viana e Presidente Kennedy, foram inauguradas em Nova Venécia, no norte do Estado, e em Cachoeiro de Itapemirim, no sul, suas respectivas “agências NOSSOCRÉDITO”, como são denominadas. Em Nova Venécia, a solenidade aconteceu no dia 15 de outubro daquele ano e, mesmo antes da inauguração da agência, 120 interessados já haviam buscado informações sobre microcrédito.

Em Cachoeiro, a inauguração aconteceu no dia 16 e participaram da solenidade o presidente do BANDES, Haroldo Corrêa Rocha, a subsecretária estadual do Trabalho e Ação social, Tereza Colnago, o presidente do Banestes, Sebastião Bussolar Júnior e o prefeito Theodorico Ferraço. A agência de Cachoeiro, mesmo antes da inauguração, recebia em média 70 pessoas por dia em busca de informações sobre o programa.

Além desses, houve a adesão de mais nove municípios — Afonso Cláudio, Cariacica, Ecoporanga, Guaçuí, Guarapari, Ibiracú, São Mateus, Serra e Vila Velha — cujos convênios foram assinados em 30 de junho de 2003 pelo então Governador Paulo Hartung, dando uma nova dimensão ao programa de microcrédito (BIN: 2003).

De agosto de 2003 a maio de 2004, o NOSSOCRÉDITO deu claros sinais de crescimento. Se em abril deste ano foram feitas 15 operações nos quatro municípios, em maio esse número duplicou - 30 operações. Em julho saltaram para 61. De setembro de 2003 até então foram 197 operações, com investimentos de R\$ 477.818,39 (BIN: 2004).

O aumento do número de operações ensejou um esforço para diminuição do tempo de análise de crédito, que caiu de 50 dias corridos para uma média de 13, e muitos casos foram resolvidos em sete dias úteis. Em uma próxima etapa, o programa faria um levantamento do impacto socioeconômico causado na vida dos clientes. Até então, sabia-se que, com as operações realizadas, 343 empregos foram mantidos e 89 vagas de trabalho foram criadas.

A meta era de implantar o programa em mais 24 municípios do Espírito Santo em 2004 e atingir todo o Estado até o final do governo.

O NUPEM mudou-se para o 2º andar do Edifício Caparaó, no BANDES, no dia 06 de fevereiro de 2004. O núcleo funcionava no 8º andar desde agosto de 2003, quando fora criado. Ele ficou mais perto da antiga Gerência de Operações e Programas (GEROP), à qual era ligado. Continuava coordenado pelo funcionário Everaldo Colodetti. O núcleo é responsável pelo repasse de recursos financeiros para o Banestes, órgão que, na ponta, passa o crédito para o pequeno empreendedor.

Em 22 de outubro de 2004, mais nove municípios aderiram ao Programa (Cariacica, Vila Velha, Serra, Ibiracu, Afonso Cláudio, Guaçuí, Guarapari, São Mateus e Ecoporanga), com o início dos procedimentos para implantação das agências nesses locais, trabalho coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS). O programa fizera, então, 327 operações, das quais 50,27% em atividades ligadas ao comércio (BIN: 2004).

No dia 8 de março de 2005, mais cinco municípios começam a operar o programa NOSSOCRÉDITO: Guarapari, São Mateus, Vargem Alta, Afonso Cláudio e Guaçuí. Por volta desse período, os quatro municípios que já tinham agência — Presidente Kennedy, Cachoeiro de Itapemirim, Viana e Nova Venécia — ganhariam reforço de novos agentes de crédito, cujo início dos trabalhos seria marcado por uma espécie de “reinauguração das agências”, com datas definidas: 16 de fevereiro de 2005 (Cachoeiro do Itapemirim e Presidente Kennedy), 21 de fevereiro de 2005 (Viana e Guarapari), 28 de fevereiro de 2005 (São Mateus e Nova Venécia), 02 de março de 2005 (Vargem Alta e Afonso Cláudio) e 08 de março de 2005 (Guaçuí). Até o final do mês posterior, o programa teria como meta funcionar em 17 municípios.

A solenidade de inauguração das agências de Castelo, Guaçuí e Iúna contou com as presenças do governador Paulo Hartung, do presidente do BANDES, Haroldo Corrêa Rocha, da Secretária de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, Vera Nacif, de autoridades locais e membros de comunidades urbanas e rurais dos municípios.

O então governador Paulo Hartung disse que os empresários vinham dando sua parcela de contribuição à medida que vinham destinando parte dos recursos do FUNDAP para o FUNDAP SOCIAL. Com a entrada desses recursos, foi possível dar o impulso financeiro necessário para a expansão do programa. Até o final daquele ano, o NOSSOCRÉDITO estaria presente em pelo menos 30 municípios capixabas.

Até abril de 2005, encontrava-se em funcionamento as agências de Viana, Presidente Kennedy, Nova Venécia, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, São Mateus, Vargem Alta, Castelo, Afonso Cláudio, Guaçuí e Iúna. Estavam previstas, até setembro de 2005, a abertura das agências de Alegre, Ecoporanga, Boa Esperança, Vila Pavão, Cariacica e Ibirajú. Naquele mês, aliás, o NOSSOCRÉDITO alcançou a marca de 210 operações, recorde mensal desde a criação, em 2003. Foi a primeira vez que a iniciativa ultrapassou o patamar de 200 operações mensais.

O desempenho representou um crescimento de 328,5%, se comparado com o mesmo período do ano anterior, quando foram contabilizadas 49 operações. Até setembro de 2005, haviam sido realizadas 1.115 operações, número superior em 150,56%, levando-se em consideração a *performance* do ano de 2004. No final de setembro de 2005, foram contabilizadas 1.613 operações, gerando aproximadamente R\$ 4,4 milhões, criando 668 empregos e mantendo 3.035.

Foi inaugurada, no dia 07 de outubro de 2005, a agência de Pancas, a 21ª do programa. Até o final daquele mês, seriam inaugu-

radas agências em Pedro Canário, Pinheiros, Barra de São Francisco, Colatina, Linhares, João Neiva, Vitória, Vila Velha, Domingos Martins, Ibatiba, Mimoso do Sul e Apiacá.

A iniciativa contava então com agências instaladas em 20 municípios: Afonso Cláudio, Alegre, Aracruz, Boa Esperança, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Ecoporanga, Guaçuí, Guarapari, Iconha, Iúna, Ibirapu, Nova Venécia, Presidente Kennedy, Piúma, São Mateus, Vargem Alta, Viana e Vila Pavão.

A previsão era de que, até o final daquele ano, também fossem inauguradas 12 agências. Com essa meta alcançada, as agências do NOSSOCRÉDITO alcançariam 87,75% da população capixaba, com 107 agentes em atuação nos municípios beneficiados pelo programa.

A partir de 14 de novembro de 2005, O Programa NOSSOCRÉDITO sofreu uma série de mudanças que visavam facilitar a adesão dos empreendedores de micro e pequenos negócios. Elas foram aprovadas pelo Comitê Executivo do FUNDAPSOCIAL (COMEF) no final de outubro daquele ano e se referiam a três aspectos: as garantias, os prazos para pagar o financiamento e os investimentos financiáveis.

No capital de giro, foi mantida a garantia pessoal (com um avalista), mas se ofereceria a alternativa de composição de aval com dois avalistas, em que 30% dos rendimentos de ambos somados deveriam ser iguais ou maiores que a parcela do financiamento.

No investimento fixo, vigoraria a garantia real (alienação fiduciária de 100% dos bens financiados) e a garantia pessoal com 30% da renda do avalista sendo maior ou igual ao valor da parcela. Com as alterações, continuaria a garantia real, mas poderia haver possibilidade de composição de aval ou o aval cruzado, o que consiste na formação de um grupo composto por até três empreendedores.

O prazo para pagar o financiamento, para capital de giro, era de até nove meses, incluindo a carência de dois meses, com as pres-

tações mensais e fixas. Antes disso, o pagamento poderia ser feito em até seis parcelas, mas sem carência. Para investimento fixo, o prazo para pagamento era de até 18 meses, incluindo a carência de três meses, com as parcelas sendo mensais e fixas. Antes, o financiamento, nessa modalidade, podia ser parcelado em doze meses, com carência de até três meses.

O programa também passou a ter como investimentos financeiros os consertos de motores, lanternagem, aquisição de jogos de pneus e pintura de veículos, contanto que o empreendedor utilizasse o veículo como ferramenta de trabalho.

Até outubro de 2005, o programa efetuou 233 operações, atingindo recorde mensal pela segunda vez consecutiva. Com relação ao mesmo período, no ano anterior, esse resultado representou um crescimento de 380,7%, quando foram feitas 57 operações. Desde 2003, o Programa NOSSOCRÉDITO havia injetado R\$ 5,1 milhões na economia capixaba, gerando 699 empregos e ajudando na manutenção de outros 3.490. Até então o NOSSOCRÉDITO operava em 27 municípios, embora tivesse apenas 21 agências inauguradas.

Em fevereiro de 2006, o Programa NOSSOCRÉDITO conseguiu o melhor resultado mensal da história, até então, com 398 operações, com uma liberação de R\$ 1,14 milhão. O desempenho foi 825,5% superior ao do mesmo período de 2005, quando foram aprovadas 43 operações.

O resultado foi ainda 3,1% melhor que o de janeiro do mesmo período, com desempenho mensal com 386 operações. Nos dois primeiros meses desse ano, o NOSSOCRÉDITO atingiu a marca de 784 contratos fechados, índice 57,4% superior à soma das operações feitas nos anos de 2003 e 2004, que totalizou 498 contratos (BIN: 2005).

Em março de 2006, o NOSSOCRÉDITO apresentou um desempenho próximo de 400 operações, que resultariam em cerca de

R\$ 1 milhão de recursos aprovados. Os números foram bem superiores aos de março do ano anterior, quando foram feitas 73 operações (BIN: 2006).

Desde o início do programa, em 2003, até fevereiro de 2006, o programa atingiria a marca de 3.331 contratos fechados. Ele já havia injetado na economia capixaba cerca de R\$ 10,5 milhões e possuía, à época, 39 agências em operação.

Dentre 2003 até março de 2006, O NOSSOCRÉDITO colaboraria para a abertura de 1.241 postos de trabalho. Desse total, 70% (869) eram ligados ao comércio. O setor de serviços foi responsável por 20% (248) das vagas abertas. A indústria abrangeu 10% (124) dos postos de trabalho gerados. Em relação aos empregos mantidos, o programa também possui bons resultados.

Desde 2003 até então, o Programa NOSSOCRÉDITO ajudaria a manter 6.193 empregos. O comércio liderou com 70% (4.334) das vagas mantidas. O setor de serviços ficou em segundo, com 20% (1.240) e, em terceiro, a indústria, com 10% (619) (BIN: 2006).

Em relação ao número de operações, na primeira posição, ficou o comércio varejista de artigos de vestuário de qualquer material com 296 contratos fechados. Nele, cada operação tinha um valor médio de R\$ 2.827,15.

Outro setor com um bom desempenho foi o de confecção de camisetas e calcinhas, que totalizaria 275 operações, até a primeira metade de 2006, cujo valor médio foi de R\$ 2.278,84. Em terceiro lugar, foi o segmento de comércio de bebidas, que alcançou a marca de 113 operações com valor médio de R\$ 2.824,31. A quarta posição ficou com o ramo de venda ou troca de produtos acabados, que soma 111 operações com valor médio de R\$ 2.375,76.

O Programa NOSSOCRÉDITO continuou seu crescimento vertiginoso no mês seguinte, com um total de 1.440 operações realizadas de janeiro até abril. O NOSSOCRÉDITO aprovou recursos

da ordem de R\$ 4,4 milhões até a primeira metade daquele ano, com um valor médio de operações de R\$ 2.876,73 e um prazo médio da liberação de recurso de menos de 21 dias.

Até aquele período, e desde a criação do programa, em 2003, a soma das 3987 operações realizadas chegaria a R\$ 11.469.523,98, com geração de 1.454 empregos e a manutenção de 7.417. O comércio continuava a liderar os segmentos da economia com maior número de operações (73% do total), seguido do de serviço, 21%, e das indústrias, com 6%. O destino dos empréstimos era similar nos setores formal e informal: 49% e 51%, respectivamente. As somas entre R\$ 1.000 e R\$ 3.000 representavam o maior percentual de valores, 43%, referentes aos contratos fechados. A porcentagem de 40% era observada nos montantes maiores que R\$ 3000 e menores ou iguais a R\$ 5.000,00, enquanto apenas 17% optavam pelas quantias acima de R\$ 200 e menores ou iguais a R\$ 1.000,00.

Até então, 42 municípios capixabas possuíam agências do NOSSOCRÉDITO e 25 contavam com profissionais capacitados — os agentes de crédito. A expectativa era de que, para o segundo semestre, todo o Estado fosse atendido pelo programa.

Até julho, o programa já havia realizado 5.095 operações desde seu início, em 2003. Também foram gerados 1.799 empregos e mantidos 9.267 postos de trabalho, com mais de 5.000 clientes. No início de agosto de 2006, o Programa NOSSOCRÉDITO alcançou a marca de 60 agências em funcionamento em todo o Estado. Começaram a operar as agências Itapemirim, Rio Novo do Sul e Atílio Viváqua.

A cobertura de 100% do território capixaba de deu no final de 2006, e chegava até ali com um saldo de R\$ 14.487.001,53, concedidos desde o início do Programa, 5.030 operações, sendo que, só em 2006, 2.483 haviam sido realizadas, e 1.790 empregos gerados, além da manutenção de outros 9.251 postos. Mais de cinco mil pessoas foram beneficiadas com o programa em todo o Estado (BIN: 2006).

Os PROFAC

Um dos fatores de sucesso do Programa NOSSOCRÉDITO é, indubitavelmente, a presença do “agente de crédito”, elemento de fora do banco, ligado à comunidade e que tem como premissa maior a prospecção de clientes para o BANDES. Para que essas pessoas pudessem exercer seu trabalho de forma eficiente, era necessária a capacitação. Assim nasceu o PROFAC (Programa de Formação de Agentes de Crédito no Estado do Espírito Santo).

O primeiro PROFAC aconteceu de 29 de julho a 07 de agosto de 2003, com uma duração total de 80 horas de curso. Teve como instrutores Afonso Celso Bissoli (coordenador do programa), José Francisco Ramos Bastia (mais conhecido como Kiko), Bianca Valquíria da Matta Xavier e Eliane Menezes de Queiroz. Dezesete alunos compuseram a primeira turma, vindos dos municípios de Cachoeiro do Itapemirim, Nova Venécia, Presidente Kennedy, Viana e Vitória (BANDES: 2003).

O aperfeiçoamento se deu no espírito de cooperação entre os Estados de São Paulo e do Espírito Santo, focando a implantação do microcrédito neste. O PROFAC, planejado e realizado a partir de uma abordagem técnico-pedagógica característica do Banco do Povo Paulista, objetivou atender às necessidades e peculiaridades da formação de Agentes de Crédito de programas de microcrédito estaduais, consolidando-se a cada turma treinada. Tal se deu após pesquisa de vários modelos e interesse pelo do Banco do Povo, por parte dos então gestores Gilson Domingues Cardoso e Vera Nascif.

O PROFAC tem como objetivos estimular nos participantes o desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais, necessárias à sua atuação profissional como agentes de crédito, preparando agentes de crédito para iniciar suas atividades profissionais no NOSSOCRÉDITO, a partir das competências desenvolvidas, necessárias à sua atuação.

Até o ano de 2010, foram realizados vinte PROFAC. Alguns foram destacados na mídia interna do banco, como o segundo, por exemplo, em que vinte agentes de crédito foram capacitados para atuarem no que seria a próxima etapa de expansão do NOSSOCÉDITO. A meta era implantar agências em mais treze municípios até o final do ano de 2005. Os municípios contemplados seriam Afonso Cláudio, Alegre, Boa Esperança, Cariacica, Castelo, Ecoporanga, Guaçuí, Guarapari, Ibirapu, São Mateus, Serra, Vargem Alta e Vila Pavão, que vinham se juntar aos quatro primeiros — Viana, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Presidente Kennedy — que fizeram parte do projeto piloto do programa. A capacitação começou em 25 de janeiro e acabou em 03 de fevereiro, no hotel Solar dos Colibiris, em Santa Tereza.

Os agentes capacitados naquela rodada faziam parte de 43 selecionados de um grupo de 85 pessoas — todas dos municípios contemplados com o NOSSOCRÉDITO — entre os dias 18 e 21 de janeiro daquele ano por consultores do Banco do Povo, de São Paulo, sob a coordenação do professor Afonso Celso Bissoli. A seleção foi feita por meio de dinâmicas de grupo e entrevistas individuais. Dos 20 que participaram desse treinamento, cinco vinham dos municípios em que o programa fora implantado e 15 de Afonso Cláudio, Guarapari, São Mateus e Vargem Alta, onde as agências do Programa NOSSOCRÉDITO seriam inauguradas até o final de fevereiro.

Os outros 23 agentes selecionados foram treinados em uma outra etapa pelos consultores do Banco do Povo, que deram suporte às ações do Nupem. Nos quatro municípios do projeto piloto, o programa já atingira a marca de R\$ 1,18 milhão em financiamento a 506 operações, em apenas quinze meses de funcionamento.

Ainda em 2005, com a inauguração das agências de Castelo e Afonso Cláudio, no dia 19 de março, e de Guaçuí e Iúna, no dia 08 de abril, já eram onze municípios atendidos pelo NOSSOCRÉDITO. Até o final de abril seriam 17.

O último PROFAC da década aconteceu entre 11 a 20 de outubro de 2010, na cidade de Serra. O Programa NOSSOCRÉDITO já se encontrava consolidado, presente em todos os 78 municípios. Durante 120 horas de curso, 21 alunos vindos das cidades de Alegre, Alto Rio Novo, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, Linhares, Presidente Kenndy, São José do Calçado, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana e Vitória foram treinados por José Francisco Ramos Bastia, o Kiko, Bianca Valquíria da Matta Xavier e Bethania Coelho de Souza. A constante realização de formações como na década anterior reflete o grau de sucesso do programa bem como a sua consolidação em todo o Espírito Santo (BANDES: 2010).

Em julho de 2005, foi contratada um consultoria para cuidar do NOSSOCRÉDITO, para transformá-lo em uma iniciativa que, a médio prazo, fosse uma referência nacional em microcrédito. Foi a Bastia & Xavier Ltda, de São Paulo, que atuaria na assistência técnica e na capacitação continuada dos agentes de crédito. O NOSSOCRÉDITO tem, até então, agências em 17 municípios, mas o objetivo era saltar para 44 até o fim daquele ano (BIN: 2005).

Estava previsto no contrato que atuariam como consultores José Francisco Ramos Batista e Bianca Valquiria da Matta Xavier. Também participam desse trabalho Erlanderson (Lando) Capucho, de Nova Venécia, Simone Gomes Amorim, de Cachoeiro de Itapemirim e Ariane Schiavo de Araújo, de Vargem alta. Lando, Simone e Ariane se destacaram como agentes de crédito e passam a ser assistentes técnicos para dar suporte às Agências NOSSOCRÉDITO no Norte, no Sul e na Região Metropolitana, respectivamente.

Até julho de 2005, o NOSSOCRÉDITO contabilizara 1.232 operações de aproximadamente R\$ 3,4 milhões. O programa havia gerado 468 empregos e ajudara a manter outros 2.152 postos.

O NOSSOCRÉDITO em 2010

Em 2009, foram capacitados 2.100 empreendedores em gestão de pequenos negócios. Naquele ano, somente 23% dos clientes entrevistados utilizavam a carência em seus financiamentos.

De 2003 até fevereiro de 2010, foram concedidos R\$ 125 milhões, atendendo a mais de 21 mil clientes e gerando 13.485 postos de trabalho.

As aplicações médias do Programa NOSSOCRÉDITO para o fim daquela década estavam situadas em R\$ 3.000,00 (três mil reais) por tomador. A aplicação de crédito na faixa entre R\$ 200,00 a R\$ 500,00 era da ordem de 6,68%, que somada até a faixa de R\$ 1.000,00, situava-se em 14,00% das aplicações. Havia ainda uma forte predominância e tendência à aplicação de recursos em forma de crédito na faixa de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00, da ordem de 32,51% e de 30,40% na faixa de aplicações entre R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00.

Os juros que inicialmente eram de 1% foram reduzidos a 0,7%. O NOSSOCRÉDITO está hoje nos 78 municípios e tinha, até 2010, 94 agências ou postos de atendimento (SEBRAE: sem data).

Conclusão

O sucesso do Programa NOSSOCRÉDITO, não apenas até o final da primeira década deste século, mas também em tempos atuais, se deu por uma série de fatores. O primeiro deles foi o equilíbrio da economia, com a entrada em vigor do Plano Real, em 1994. As altíssimas taxas de inflação dos anos 1980 e da primeira metade da década de 1990 e a consequente desestabilização da economia foram os principais fatores de desestímulo ao empreendedorismo e, por conseguinte, à procura do crédito.

O segundo fator foi a mudança de paradigma, por parte dos Poderes Públicos, de incluir a questão do crédito para o chamado micro e pequeno na pauta da economia. Sobretudo no caso capixaba, a partir de 2003, com o planejamento estratégico para o período de 2003 a 2006, denominado “Um Novo Espírito Santo — Orientações Estratégicas de Governo”, no que o suporte do Governo do Estado, além de outros órgãos (tais como BANESTES, BANDES, SEBRAE, SEASTDH e Prefeituras) foi crucial para a manutenção do programa, coisa que não existiu, por exemplo, no caso do PROMIN, nos anos 1980. Ademais, a adoção de uma política de rede com sustentabilidade, que atendesse a todos os municípios do Estado do Espírito Santo, ampliando o acesso ao crédito para um público que costumeiramente estava à margem do sistema bancário tradicional e não apenas visando não uma mera transferência de crédito, estava também no cerne desse sucesso, fator não observado no programa dos anos 1990.

Por fim, a reestruturação do BANDES foi de extrema importância para o êxito do NOSSOCRÉDITO. Reestruturado a partir de 2006, pôde consolidar-se como o agente operador do programa. Para tanto, dois foram os fatores de destaque, quais sejam, a operacionalização do FUNDAPSOCIAL, fundo cujo montante era diretamente usado para a manutenção do sistema, e a constituição e capacitação de uma rede de parceiros consultores, que, ao prospectar clientes em suas comunidades, garantiram a capilaridade necessária, levando o BANDES aos 78 municípios do Espírito Santo.

Referências

- Agentes de crédito trocam experiências. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVIII, nº 1045, 17 de janeiro de 2007, 4.
- AMORIM, ANAXIMANDRO. *A História Econômica do BANDES por décadas: a guisa de um historiografia oficial*. BANDES, Vitória: 2012.

BANDES contrata consultoria para Nossocrédito. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVII, nº 1024, 15 de agosto de 2005, p. 1.

BANDES participa, em Cariacica, do projeto Nossocrédito nas Comunidades. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVIII, nº 1025, 06 setembro de 2005, p. 5.

BANDES se prepara para alavancar novas ações: microcrédito e recuperação de empreendimentos. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: ano XV, nº 986, 30 de maio de 2005, p. 1.

BANDES. *10º PROFAC-ES*. Programa de Formação de Agentes de Crédito no Estado do Espírito Santo. Vitória: outubro de 2010.

BANDES. *1º PROFAC-ES*. Programa de Formação de Agentes de Crédito no Estado do Espírito Santo. Vitória: julho de 2003.

BANDES. *Nossocrédito*: a rede da prosperidade. Vitória, 2010.

BANDES. *PROPEN* – Um programa do BANDES, o banco do povo. Meu primeiro negócio – uma ideia que nasceu no Espírito Santo. Vitória: Sem data.

BANDES. *PROPEN* – Um programa do BANDES, o banco do povo. Pró-campo – uma ideia que nasceu no Espírito Santo. Vitória: Sem data.

BANDES. *PROPEN* – Um programa do BANDES, o banco do povo. Pró-canoa – uma ideia que nasceu no Espírito Santo. Vitória: Sem data.

BANDES. *PROPEN* – Um programa do BANDES, o banco do povo. Pró-ressocialização – uma ideia que nasceu no Espírito Santo. Vitória: Sem data.

BANDES. *PROPEN*. Programa de Fomento para Pequenos Negócios. Sub-programa de Apoio ao Setor Informal – SEIN. Vitória: Setembro de 1997.

BANDES. *PROPEN*. Um programa do BANDES, o banco do povo. Fomento ao setor informal – uma ideia que nasceu no Espírito Santo. Vitória: Sem data.

BANDES. *PROPEN*: Para os pequenos, um grande negócio. Vitória: Sem data.

CAMATA, TEREZA. *O Promin/ES e a prática profissional do Serviço Social*. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 1989.

Nossocrédito bate recorde de operações em um mês. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: ano XVII, nº 1027, 17 de outubro de 2005, p. 2.

Nossocrédito capacita 20 novos agentes. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVII, nº 1015, 01 de fevereiro de 2005, p. 1.

Nossocrédito chega a Presidente Kennedy. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XV, nº 992, 10 outubro de 2003, p.3.

Nossocrédito conta com mais nove municípios. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVI, nº 1011, 01 de novembro de 2004, p. 3.

Nossocrédito é lançado pelo Governo. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XV, nº 991, 05 de setembro de 2003, p. 1.

Nossocrédito em mais cinco municípios. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVII, nº 1016, 15 de fevereiro de 2005, p.1.

Nossocrédito estará presente em todo o Estado. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: ano XVIII, nº 1038, 02 de agosto de 2006.

Nossocrédito já conta com onze agências. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVII, nº 1018, 19 de abril de 2005, p. 3.

Nossocrédito promove 1º encontro regional. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: ano XVIII, nº 1026, 20 de fevereiro de 2005, p.1.

Nossocrédito promove nivelamento para agentes. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVII, nº 1020, 23 de maio de 2005, p. 3.

Nossocrédito realiza encontro regional. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XIX, nº 1046, 05 de fevereiro de 2007, p.3.

Nossocrédito reduz tempo de análise e multiplica número de operações. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVI, nº 1004, 01 de julho 2004, p. 1.

Nossocrédito se adéqua para atrair clientes. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: ano XVII, nº 1028, 16 de novembro de 2005, p. 5.

Nossocrédito tem inadimplência zero. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVI, nº 996, 18 de fevereiro de 2004, p. 2.

Nossocrédito: Grande desempenho em março. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVIII, nº 1032 – 29 de março de 2006, p. 4.

Nova Venécia e Cachoeiro recebem o Nossocrédito. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XV, nº993, 23 outubro de 2003, p. 2.

Profac capacita agentes de todo o Estado. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVIII, nº 1037, 17 de julho de 2006, p. 2.

Profac capacita mais 21 agentes de crédito. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVIII, nº 1036, 19 de junho de 2006, p. 2.

Profac capacita mais 21 agentes para o Nossocrédito. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVII, nº 1023, 01 agosto de 2005, p.2.

Profac tem mais 19 agentes de crédito. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVIII, nº 1033, 24 de abril de 2006, p. 2.

Profac: mais 20 agentes para Nossocrédito. BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória: Ano XVII, nº 1029, 28 de dezembro de 2005, p.10.

SEBRAE. *Pesquisa Efetividade do Programa Nossocrédito*. Vitória: Sem data

VEIGA, CAROLINE. *100 Histórias de Sucesso – Nossocrédito*. SEBRAE. Vitória: 2010.

O DIREITO NA COLEÇÃO PROVÍNCIA DA BPES: DADOS, OBRAS, AUTORES¹

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Sabemos todos que o início da Biblioteca Pública estadual foi a doação feita por Braz da Costa Rubim, o que possibilitou a instalação da livraria (como se chamava então) numa ala do Palácio do Governo, em 1855. Notemos que, àquela altura, por aqui já circulava o jornal *Correio da Victória*, desde 1849, de responsabilidade de José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Sabemos, também, que ao júbilo pela instalação da repartição livreira seguiu-se um período de dificuldades, de tal maneira que os relatórios dos presidentes da Província só começam a trazer notas de otimismo a partir de 1880. De fato, o presidente Eliseu de Souza Martins, em julho de 1880, registra que a frequência de consulentes excedia “as previsões ordinárias”. E faz menção, também, à “continuada oferta de livros”.

É a proposta falar sobre tema ligado ao acervo da Biblioteca Pública; especialmente, sobre a parte do acervo chamada “Coleção Província”, e daí especificamente sobre as obras de Direito.

Levantados dados relevantes sobre o assunto, vai-se neste texto compartilhar algumas observações. Tenha-se em conta que este é o início de um trabalho, até porque esse acervo vem atraindo a atenção de pesquisadores, entre os quais a professora doutora Adriana Campos, da Universidade Federal do Espírito Santo, que juntamente aos setores competentes da Biblioteca vem realizando trabalho de levantamento e catalogação do material.

¹ o presente texto tem como base palestra proferida na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo no dia 11 de agosto de 2016.

* o autor é sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Mestre em Ciências Jurídico-criminais pela Universidade de Lisboa e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Sendo assim, as presentes notas não têm maiores preocupações metodológicas, sendo, antes, um olhar de curiosidade sobre essa porção do acervo.

Inicialmente, recordemos que aquela primeira doação feita por Brás Rubim à Província foi de 400 itens, brochuras e livros; não conheço, nesta data, nenhum documento preservado que contenha a relação nominal dos itens doados por Brás Rubim. Mas o interessante é que, mesmo lamentando o estado em que se encontravam as instalações, o presidente Pedro Leão Veloso noticia, no seu relatório de 1859, que “não passa a biblioteca pública de, talvez, novecentos volumes, inclusive muitas brochuras”. Não me deterei, nesta fala, em considerações sobre as condições físicas da Biblioteca à época, mas sim no fato de que, mesmo não havendo maiores rigores matemáticos no registro de Leão Veloso, vê-se que (a nos fiarmos nas informações oficiais do Presidente de Província), o acervo inicial havia aproximadamente dobrado nos quatro primeiros anos de funcionamento da Biblioteca.

De volta a 1880: o presidente Eliseu de Souza Martins faz referência, como registrei acima, à aquisição do acervo, pela “continuada oferta de livros”. De fato, em 1882 são 2.942 volumes no acervo. E mediante estudos realizados por Reinaldo Santos Neves, quando escritor residente nesta Biblioteca, chegou-se ao total de 4.353 volumes no final do período monárquico, número que, advertiu no artigo publicado no Caderno Pensar do jornal *A Gazeta* de 14 de julho de 2012, é “um cálculo grosseiro, pois não leva em conta números ausentes dos relatórios, como perdas por dano e furto e volumes não devolvidos”.

O fato é que, trabalhando com a massa documental remanescente, Reinaldo chega a um total de 275 sobreviventes do acervo provincial, ou seja, incorporados entre 1855 e 1889. Temos, então, uma ideia das perdas havidas ao longo dos tempos, por motivos diversos, mas onde se incluem também as reformas e as mudanças de sede.

Continuar-se-á a utilizar as conclusões a que chegou Reinaldo naquele artigo, por serem de interesse para comparação com as observações levantadas e que aqui se pretende compartilhar. Sua primeira conclusão é que em dado momento se lia muito em francês: dentre os tais 275 volumes, 137 são escritos naquele idioma, 112 em português e 26 em outros. Para embasar a conclusão, menciona especificamente o relatório do ano de 1886, com a estatística de obras consultadas por idioma: 867 consultas em português, 551 em francês. Informação interessante de relembrar, neste ano do centenário da Missão Francesa no Brasil.

Muito bem. Chama-se “Coleção Província” a um acervo do setor especial que reúne aproximadamente 8.000 títulos, do período entre 1800 e 1950. Dentre esses, temos um levantamento inicial de aproximadamente 450 títulos de obras jurídicas, sejam tratados, legislação ou jurisprudência. Deve-se registrar que existem outros volumes que ainda estão sendo listados, por serem de mais difícil manuseio e por isso conservados em condições especiais.

Aproveitando como linha de investigação o trabalho de Reinaldo, é possível fazer desse levantamento inicial no acervo de obras jurídicas da Coleção Província algumas observações que provavelmente possam servir para colocar algumas ideias. Recordemos que Reinaldo trabalhou naquele texto com o acervo remanescente das aquisições no período provincial, ou seja, o recorte temporal 1855–1889; listou títulos de obras, em português e em francês, como comprovação das suas observações referentes à frequência de leitura em língua francesa. Um exame dos títulos de obras em um e outro idioma pode ser interessante aqui: por exemplo, sobreviveram no acervo geral da Coleção Província cinco volumes dos onze de História Eclesiástica: “*Os séculos cristãos, ou História do Cristianismo no seu estabelecimento e progressos*”, publicado entre 1793–1807; consta, ainda, um “*Variedade sobre os objetos relativos às artes, comércio e*

manufaturas, considerados segundo os princípios da economia política”, de 1814, ambos em português; e também três de seis volumes da “*Biografia universal: Dicionário histórico contendo a necrologia dos homens célebres de todos os países, artigos consagrados à história geral dos povos, às batalhas memoráveis, aos grandes acontecimentos políticos, às diversas seitas religiosas etc. etc. desde o começo do mundo até os nossos dias*”, de 1841 e os três volumes de “*Quadro das Revoluções da Europa*”, de 1823. Há outros títulos que não se transcreverá para não aprofundar demasiado um só problema; mas até que ponto, com o que sobrou do acervo, se pode especular quanto ao fato de obras de cunho mais geral estarem escritas em português e as mais aprofundadas, digamos assim, em francês? Será que haveria interesse na ampla divulgação, por exemplo, de uma História das Revoluções na Europa, durante o período Imperial?

Essa indagação, que pode soar especulativa ou simplista, pode ser trasladada para o acervo de obras jurídicas, e a esse ponto se voltará. Antes, porém, deve-se delinear melhor essa porção do acervo da Coleção Província: das aproximadamente 450 obras jurídicas inicialmente listadas, como referido acima, 115 são obras do século XIX; se nos mantivermos dentro do recorte temporal eleito por Reinaldo, são 97 obras editadas antes de 1889, portanto na época da Província do Espírito Santo.

A princípio, diga-se que o acervo contempla de maneira bastante satisfatória as diversas áreas do Direito, e o que restou mostra-se afinado com os grandes problemas contemporâneos. Por exemplo, a necessidade de codificação das leis civis, que neste ano de 2016 vem rendendo estudos, encontros e seminários os mais diversos: constam do acervo os projetos do Código Civil brasileiro, um compêndio de “trabalhos relativos à sua elaboração”, atas legislativas, e finalmente os tratados de Clóvis Bevilacqua, o autor da redação do Código, nas diversas áreas do Direito Civil. Um dado interessante,

neste ano que marca o centenário da edição do Código Civil Brasileiro, e particularmente se levamos em conta a afinidade diversas vezes externada entre Bevilacqua e Afonso Cláudio, colegas de curso da Faculdade de Direito do Recife.

Aliás, de Afonso Cláudio não restam muitos volumes no acervo. Sendo ele um doutrinador destacado, notadamente no campo do Direito Romano, será que esse fato se deverá àquelas perdas e furtos de volumes, ou antes a problemas políticos? Se recordarmos que Afonso Cláudio foi o primeiro presidente do estado, nomeado, e preterindo um grupo político que posteriormente chegaria ao poder, e se recordarmos, ainda, que Afonso Cláudio não conseguiu publicar por aqui sua *História da Literatura Espírito-santense*, o que veio a fazer na cidade do Porto, em Portugal, e a expensas próprias?

Mas vamos adiante: os consulentes da Biblioteca Pública tinham acesso à coleção das *Ordenações do Reino de Portugal*, em edições de 1795 e de 1858. Entre os manuais e tratados de Direito lusitano (por exemplo os de Manuel Borges Carneiro, de 1858), destaco os dois volumes de *Institutiones Juris Civiles Lusitaniae*, de Paschoal José de Mello Freire, um clássico: Mello Freire é o reformador da jurisprudência em Portugal, o que não é o caso aqui aprofundar, e o reformador do ensino jurídico na antiga metrópole; em suma, é um dos maiores juristas portugueses.

Prossigamos. Em meio aos vários volumes de legislação do Império, chama atenção um *Guia do cidadão português no Império do Brasil*, de 1884. Voltando à questão das obras em língua francesa, listei nessa seção particular do acervo algumas obras, são 11 volumes: *Obras*, de Jeremie Bentham (1840); *Direito Comercial: comentários ao Código do Comércio*, de Bédarride (1859); 2 volumes dos *Comentários sobre as leis inglesas*, de Blackstone (1823); *Comentários ao Código do Comércio e à legislação comercial*, de Isidore Alauzet (1856); *Do espírito da Constituição Política*, de Ancillon (1850);

Questões constitucionais, de Barante (1849); *Tratado de doações inter-vivos e testamentos*, de Demolombe (1864); *Questões constitucionais*, de Laboubaye (1872); *O Direito comercial*, de Massé (1862); *Economia Política: coletânea de monografias* (1831), que merecem exame mais aprofundado.

É interessante notar como os remanescentes do acervo provincial atestam que nossa Biblioteca estava afinada com as ideias de ponta; o exame das instituições legais inglesas era imprescindível aos estudiosos devotados à Ciência Política, e se nos recordarmos da menção que no *Minha Formação* Joaquim Nabuco faz a *The English Constitution*, de Bagehot, essa afirmação não será mera coincidência. Temos aqui uma edição de 1868 de *O Sistema representativo*, de José de Alencar. Ademais, a existência dos volumes de questões constitucionais em língua francesa atesta que havia público por aqui para um tal nível de erudição.

Entretanto, sob qualquer ângulo que se olhe essa porção do acervo, chamam atenção as obras sobre Direito Comercial; mesmo sendo apenas 15 obras, 3 delas em francês, encontramos repertório de legislação, comentários aos Códigos Comerciais, tratados em português, francês e italiano, legislação alfandegária e também os interessantes *Manual do negociante ou coleção da legislação fiscal e administrativa do Império do Brasil*, de 1877, um *O comerciante ou completo manual instructivo*, de 1878, e um *Manual de Direito Comercial para uso do povo*, de 1877. Sabemos da vocação agrária e comercial da província, e podemos arriscar considerar que disponibilizar esse tipo de publicação para consulta pública deve ter tido uma parcela de influência no incremento do número de consultas que, como referido, se verificou a partir da década de 1880.

Reforçando afirmação acima, sobre o fato de as diversas áreas do Direito estarem bem representadas no acervo, deve-se registrar a existência de formulários de ações cíveis e comerciais, de legislação

e manuais de Direito Orfanológico (Direito das Sucessões), de um *Elementos de Direito Eclesiástico Público e Particular*, de 1857 e um compêndio sobre questões eclesiais (um *Consultas do Conselho de Estado sobre negócios eclesiais*, de 1870 (aliás, é exatamente a década de 1870 o período da chamada Questão Eclesiástica); um farto material, legislação, tratados e títulos específicos sobre Direito Criminal e Medicina Legal. Ainda, volumes de aspectos práticos de Organização Judiciária e formulário de atuações, como é o caso do *Prontuário Alfabético da Reforma Judiciária*, de Misael Ferreira Pena (1871), o *Empregos de ofícios de justiça*, de Tavares Bastos (1886) e o *Nova Guia teórica e prática dos Juizes Municipais e de Órfãos*, de José Marcelino Pereira de Vasconcelos.

Acima referiu-se que, quando da instalação da Biblioteca Pública, já circulava o jornal *Correio da Victória*, de José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Foi ele um dos maiores intelectuais do Espírito Santo no século XIX, autor de Guias e formulários para os chamados inspetores de quarteirão, delegados de polícia, funcionários eleitorais, jurados, promotores de justiça, juizes municipais e de Direito, e até mesmo um *Guia prático do povo no foro civil e criminal*. Ou seja, o que se pretende hoje em dia, com a ampliação do acesso à Justiça, televisionamento de sessões de Tribunais superiores, simplificação da linguagem jurídica, José Marcelino já o fazia naqueles meados do século XIX.

Por que, então, estará esquecido? Adianta-se uma hipótese: vê-se que nesta listagem inicial do acervo jurídico da Coleção Província não consta mais que um de seus títulos publicados (pela Laemmert, do Rio de Janeiro). Poderá haver outros, naquele reservado de obras de mais difícil manuseio inicialmente referido. No entanto ao que parece essas obras de José Marcelino eram tão úteis à administração que estavam nas secretarias, para consulta dos funcionários. É o caso do exemplar do *Nova Guia teórica e prática dos Juizes*

Municipais e de Órfãos, em cuja página de rosto pode-se ler: “este exemplar pertence à secretaria de governo da Província do Espírito Santo”. Haverá outros exemplares da Administração? Penso que devemos a José Marcelino Pereira de Vasconcelos um estudo aprofundado, sobre essa sua faceta de divulgador do Direito e organizador dos serviços administrativos, os da Justiça em particular.

Por último refiram-se as obras de Direito Militar, e elas existem no acervo: no período a que nos referimos, na forma de legislação em vigor no Exército, e mais adiante (1914) na forma de um tratado (*O Direito Penal Militar brasileiro e o Direito Penal Militar de outros povos cultos*, de Carpenter). Referidas por último para lembrar que Afonso Cláudio, tão sub-representado nessa coleção, tem duas monografias nessa área do Direito: *Dos vários critérios de conceituação do crime militar e É conforme aos princípios do Direito Penal moderno, a existência autonômica da jurisdição penal militar?*, de que deve haver cópia na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, onde ele lecionou, e, havendo, devemos tentar obter.

Deixe-se questão que passa a intrigar a partir desse primeiro contato com o acervo: o pesquisador Reinaldo Santos Neves mencionou, no artigo referido, vários números da década de 1840 do *Journal des Economistes*, revista mensal de questões agrícolas, industriais e comerciais. Ora, sendo Brás Rubim membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, terá havido, ou haverá no acervo, alguma obra doada pela associação? Se houver, será a nossa Biblioteca Pública um projeto de fomento à inteligência, à indústria, como se dizia na época, ao empreendedorismo, ali gestada? Registro que José Marcelino Pereira de Vasconcelos, um fomentador da atividade tipográfica local, e, portanto, incentivador da cultura, *lato sensu*, era, também, membro da associação.

Enfim, são hipóteses que merecem investigação, e que foram suscitadas por este primeiro contato superficial, mas tão aprofun-

dado quanto possível, com essa interessantíssima seção do acervo, que sem dúvida deverá instigar a realização de pesquisas sobre alguns pontos específicos.

Registre-se, por fim, que a realização dessa atividade exatamente no dia da criação dos cursos jurídicos no Brasil não foi premeditada: antes, deveu-se a uma feliz coincidência. Aliás, uma sugestão à professora Rita Maia é que proponha alguma ligação entre o Espírito Santo e o Conselheiro José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, a quem se deve a criação dos cursos jurídicos, e que entre inúmeras outras funções, exerceu a de auditor do Exército e foi o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Quem sabe numa próxima oportunidade não se produz algo sobre tão importante personalidade?

Para encerrar, palavras de Afonso Cláudio, em obra de 1918 (*Consultas e Pareceres*) para quem:

Os escritores brasileiros, na República, constituem a classe que menos influi nos destinos da Nação, seja que o hodierno industrialismo literário preferentemente favorecido e apetecido, prescindindo do concurso das ideias e das teorias, que em toda parte do mundo civilizado, formam a base da cultura social, seja que a ‘monocultura’ da política tenha empolgado o caráter nacional de tal arte, que o atrofiou para tudo mais que entende com a vida mental de um povo

Em época de cobertura voraz dos feitos e desfeitos da política nacional, não faltará quem concorde com o velho professor.

Muito obrigado.

AS PERIODISTAS EMILIA PARDO BAZÁN E ILZA ETIENNE DESSAUNE E SEUS TEXTOS INAUGURAIIS

*Karina de Rezende-Fohringer**

Resumo: A imprensa foi grande aliada da mulher, que se tornou leitora, mas também colaboradora, diretora e proprietária de jornais e revistas. A moda foi a mola propulsora que sustentou e autorizou a voz feminina impressa. Tomar posse do espaço público foi para a mulher uma atitude de caráter irreversível. Foi o na segunda metade do século XIX, quando a escrita produzida pela mulher passou a oscilar entre o feminino e o feminista, dado o seu grau de envolvimento com as questões mais polêmicas em voga e a sua disposição e coragem em expor publicamente suas ideias, sua moda e seus modos. É nesse sentido que apresentamos os textos inaugurais da galega Emilia Pardo Bazán (1851–1921) e da capixaba Ilza Etienne Dessaune (1900–1988), publicados no periódico *La Ilustracion Artística* e na *Revista Vida Capichaba*, respectivamente.

Palavras-chave: Periodismo e Literatura. Emilia Pardo Bazán. Ilza Etienne Dessaune.

As mulheres ilustraram capas da revista, foram garotas-propaganda de produtos exclusivamente voltados para elas, viram seus textos figurarem ao lado dos escritos por homens, lançaram-se como escritoras (algumas reconhecidas ainda em seu próprio tempo). Enfim, foram retratadas e se retrataram na imprensa, espaço que acolheu e refletiu paradoxalmente as concepções de sujeito feminino.

No ocidente, o século XIX foi palco para a mudança radical na forma de representação dos sujeitos. Havia chegado a era moderna e com ela repensou-se as relações entre poderes e saberes, de ser e de estar, de verdade, antes estabelecidas pela época clássica (séculos XVII e XVIII). O pêndulo do tempo levou o sujeito a uma tomada

* Doutora em Letras. Membro do IHGES.

de consciência de si mesmo e do outro, antes não discutida. Entraram em cena outras “instâncias discursivas, enquanto aparatos de controle, que constituem e legitimam as práticas da sexualidade (e, portanto, de subjetividade) do homem ocidental” (QUEIROZ, 1997, p. 108).

Nesse sentido, entendemos que a imprensa desempenhou fundamental papel ao permitir que, de alguma maneira, as páginas dos jornais e das revistas veiculassem essa descentralização do sujeito, rumo à ruptura, dispersão e questionamento dos saberes, sobretudo dos criados pelo poder patriarcal. Está instaurado então o ciclo das resistências. Muitos homens, e também mulheres, custaram em reconhecer a força e o poder dessa nova mulher ao escutarem, desconfiados, os guturais lampejos de voz.

Mas a mulher aprendeu a falar por si mesma, a questionar, a penetrar sorrateiramente, ou não, nas fendas deixadas pelo homem, ora recuando, ora avançando, alternando, por que não dizer estrategicamente, obediência e rebeldia. Foi preciso aprender a sair do campo impessoal da representação. O ensinamento daquelas que enxergavam além às que temiam o novo se deu num processo lento de (re)descoberta, aceitação desse corpo num outro espaço.

Foi preciso reconhecer que o corpo feminino era parte do centro, e que quando este corpo se desloca no tempo e no lugar, tudo o mais se movimenta no entorno dele: imagens, sons, discursos. Enfim, o corpo da mulher importa. Apossar-se dessa ideia contribuiu para a construção da identidade da mulher, desse corpo que fala com e por outros distintos corpos que participam incessantemente do dialético movimento das percepções.

Eis, no meio de todas as imagens, uma certa imagem que chamo meu corpo e cuja ação virtual se traduz por uma aparente reflexão, sobre si mesmas, das imagens circundantes. Assim

como há para meu corpo tipos de ação possível, também haverá, para os outros corpos, sistemas de reflexão diferentes, e cada um desses sistemas corresponderá a um de meus sentidos. Meu corpo se conduz portanto como uma imagem que refletirá outras imagens, analisando-as do ponto de vista das diversas ações a exercer sobre elas (BERGSON, 1990, p. 35).

Sendo assim, parece viável dizer que o isolamento e a exposição sofridos pelas pioneiras escritoras oitocentistas foram inevitáveis para o desenvolvimento desse corpo coletivo, vivo, que resistiu às dores do esforço que tantas vezes pareceu impotente. Foi preciso incorporar e refletir, adaptar e regurgitar ações que, não sendo mais eventuais, ganharam mundos.

A imprensa deu espaço para que estes conflitos se apresentassem. É nesse contexto que trazemos à luz deste estudo duas mulheres que inscreveram seus nomes nas páginas dos jornais: a galega, Emília Pardo Bázan (1851–1921), e a capixaba, Ilza Etienne Dessaune (1900–1988).

Polígrafa e poliglota, Emília Pardo Bázan foi escritora muito conhecida em seu tempo e sua relação com o periodismo se deu por uma questão de necessidade, mas também de vocação: “Trata de ganarse la vida, después de la separación matrimonial [...]. Se lanza al periodismo por vocación y como forma de ingresos económicos” (BRAVO VILLASANTE, 1963, p. 174 apud RUIZ-OCAÑA DUEÑAS, 2004, p. 24).

Duradoura, intensa e variada. Assim pode ser classificada a permanência de Pardo Bazán na imprensa. Com cerca de vinte e três anos, o nome da escritora já figurava entre os canônicos no *Ensayo de um catálogo de periodistas españoles del siglo XIX*, de Osorio y Bernard, escreve Ana Maria Freira López em “La obra periodística de Emilia Pardo Bazán” (2003, p. 117). Aos vinte e oito

anos, já colaborava com a *Revista de Galicia* (1880). Por trinta e três anos, *El Imparcial* publicou, às segundas-feiras, no suplemento literário, as crônicas de Pardo Bazán, sobretudo as que falavam sobre a Exposição Universal de Paris, veiculadas ali com exclusividade, já que a autora não poderia comentar sobre esse tema em outras de suas colaborações.

Era penoso o trabalho do periodista. Na maioria das vezes dinheiro e fama não chegavam fácil, ou não chegavam, mesmo para aqueles que tiveram certo reconhecimento enquanto estiveram na ativa. “Los periodistas no tienen retiros. No disfrutan de derechos pasivos. No los quedan más amparo que la solicitud de sus mismos compañeros” denuncia Pardo Bazán (apud FREIRE LOPÉZ, 2003, p. 119).

Também aqui foram muitos os que escreveram em jornais no início do século XX e grande parte sucumbiu às forças do tempo. Seus nomes não constam dos dicionários de escritores e nem de antologias literárias. José Veríssimo predizia esse fenômeno, de que muitos sofreriam esse processo de apagamento na história, tendo em vista a baixa qualidade das contribuições, que sendo ele crítico literário, que lhe chegavam às mãos.

Sobre esse mesmo tema, na Espanha, duas décadas para o final do século XIX, Jesús Muruais, em carta escrita à Condessa, afirma que

la avalancha de versos que inundan la redacción apenas abre sus puertas, destinados a referir cuitas más o menos lastimosas y que por lo común solo causan lástima a los que vem gastar tanta tinta y papel para manifestar cosas tan transcendentales [...] (MURUAIS, 1880, apud FREIRE LOPÉZ, 2003, p. 120).

Mas este não foi o caso de Doña Emilia que, desde cedo, firmou-se como cronista, em periódicos dentro e fora da Espanha. Ela considerava que, apesar da efemeridade do gênero, a crônica tem

no jornal um suporte perfeito porque assim pode “contribuir en su medida a la cultura, vulgarizando mil impresiones y aficionando a una lectura más fina y más sugestiva” (apud FREIRE LOPÉZ, 2003, p. 118). Ela selecionou e compilou suas crônicas em volumes mantendo assim uma unidade temática, por exemplo, suas crônicas de viagens feitas como responsável pelas exposições universais, publicadas com exclusividade em *El Imparcial*, por cerca de 30 anos. Coisa que Ilza Etienne Dessaune não fez, pois essa inquestionável consciência de ser sujeito-ator de práticas sociais de Pardo Bazán não era regra adotada pela maioria dos escritores. Dessaune seguiu como a maior parte dos cronistas e não organizou suas publicações em livro talvez porque pensasse que já havia alcançado um lugar de destaque dando a conhecer seus escritos nas páginas dos jornais e revistas. Talvez ainda por não considerar que o referido gênero textual tivesse valor como um romance que, primeiro aparecia avulso nos folhetins, mas tempos depois ganhava *status* de livro.

Doña Emilia aprendeu a arte da escrita jornalística adequando a linguagem mais ou menos literária, conforme a filosofia do jornal que, por sua vez, se preocupava com seus leitores. Tratava-se de uma “difícil gimnasia del pensamiento y de la frase” (FREIRE LOPÉZ, 2003, p. 121) atender aos objetivos determinados pelos editores, escreve Pardo Bazán ao se referir ao exercício de escrita feito para a revista *La Ciencia Cristiana*.

Essa prática de buscar a dosagem ideal ao mesclar a escrita jornalística à literária aproxima os escritos das duas escritoras, ainda que a espanhola tenha permanecido no exercício da função por muito mais tempo que a brasileira. A primeira esteve presente na imprensa dos quinze aos setenta anos, quando de sua morte; a segunda escreveu por cerca de três anos na *Revista Vida Capichaba*, trabalhando paralelamente como professora. Muitas das publicações de Pardo Bazán tinham títulos (“bocetos”, “cuadros” ou

“apuntes”’) que bem poderiam ir de artigos a contos. Dessaune, em sua coluna “Feminea”, também variava o estilo e os subtítulos apresentavam como “Mundanismo”, “Modas e modos” ou ainda “Visita honrosa” (notícia sobre a visita da cantora Julieta Telles de Menezes, na edição de 18 de abril de 1929).

Parece que tal indefinição genérica, como apontam José Manuel González Herrán, em “Artículos”/”Cuentos en la literatura periodística de Clarín y Pardo Bazán”, e Marta Palenque, em “Entre periodismo y literatura: indefinición genérica y modelos de escritura entre 1875 y 1900”, se deu em toda a Europa, mas não somente lá, porque naquela época se discutia qual seria o papel da imprensa na sociedade.

Já naquela época, importam, e muito, as relações que se estabelecem entre os grupos de criadores entre si, entre o grupo de receptores e entre o grupo de criadores e de receptores. Para Antonio Candido, em *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária* (1976),

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, [...], mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público (CANDIDO, 1976, p. 74).

Pardo Bazán e Dessaune assumiram para elas mesmas, e também para seus leitores e leitoras, a atribuição, enquanto periodistas, de fazer circular tanto a informação como também construir ficção, estabelecendo, assim, esse caráter ambíguo em torno da es-

crita jornalística de então. Antes de tudo, foram cronistas sociais, pois esculpiram, influenciaram e modificaram o comportamento da sociedade, ou de parte dela, com seus escritos, seus comentários que selecionavam a partir de um repertório que tanto atendia às pressões mercadológicas da imprensa quanto visava à criação e divulgação de conceitos e tendências que deveriam fazer a cabeça da nova mulher. Está posta, assim, a relação social do escritor com a formação do leitor.

Um anúncio do periódico semanal *La Ilustración Artística* (Barcelona) inserido em *La Época*, de 04 de julho de 1986, indica a colaboração quinzenal de Pardo Bazán com suas crônicas. “[...] insertaremos quinsenalmente crônicas de la ilustre escritora doña Emilia Pardo Bazán”. Nessa ocasião, a Condessa já estava com quarenta e quatro anos e certamente já conhecida do público leitor tanto como novelista quanto periodista.

A seção “La vida contemporánea”, de *La Ilustración Artística*, publicou seu primeiro texto no número 718, de 30 de setembro de 1895. Todas estas crônicas foram recolhidas e compiladas pela Hemeroteca Municipal de Madrid, *Testemonios de Prensa*, nº. 5, no livro de 660 páginas, *La Vida Contemporánea* (2005), sob os cuidados editoriais e introdução de Carlos Dorado. O desenho gráfico feito por Rafael Cansinos, que ilustra a capa da referida obra, nos revela a imagem de Emilia Pardo Bazán dirigindo um automóvel, modelo da mulher moderna, independente e versátil, capaz de tomar em suas próprias mãos as rédeas de sua vida.

Sua já reconhecida competência como escritora lhe dava a liberdade de escolher os temas de suas crônicas e ela não fugiu à proposta de “La Vida Contemporánea”, que já vem descrita para o leitor desde o título da seção que assinou por tanto tempo. Em seus escritos, tratou de situar o leitor diante das questões perturbadoras e prazerosas que emergiram de 1893 a 1916. Em sua seção, “escribe

de literatura y de moda, de costumbres y de crímenes, de políticos contemporâneos y de personajes pretéritos, de viajes y de cocina, y de muchísimos otros asuntos” (FREIRE LOPÉZ, 2003, p. 130).

Emilia Pardo Bazán tinha total liberdade para escolher os temas a serem abordados em sua coluna de página inteira chamada “La Vida Contemporánea”. A moda era, portanto, apenas um deles. “Será muy frívolo el asunto, pero se me ocurre hablar un poco de modas; es decir, de la moda femenina” argumenta La Condesa de Pardo Bazán, em 22 de dezembro de 1913 (“La Vida Contemporánea”, 22 de dezembro de 1913, p. 451).

Ruiz-Ocaña Dueñas analisou os escritos da Condessa em “La Vida Contemporánea” e verificou que

sus colaboraciones comenzaron con antetítulo y títulos, pero este se fue perdiendo paulatinamente, hasta que el 9/11/1903, en el número 1141, apareció el último artículo con título, pasando desde ese momento La Vida Contemporánea a ser la denominación única para todas las columnas (RUIZ-OCAÑA DUEÑAS, 2004, p. 395).

A periodicidade, a longevidade, a variedade temática, a conversa direta com o público leitor, o caráter tantas vezes autobiográfico de suas crônicas, firmaram uma cumplicidade com o receptor de seus textos: “Permitaseme hablar como artista”, escreveu em 22 de dezembro de 1913, quando dissertava sobre as extravagâncias da moda feminina.

“Doná” daquele espaço físico que mantinha sob sua responsabilidade, em *La Ilustración Artística*, Pardo Bazán tratou de temas gerais e específicos, muitas vezes dois ou mais assuntos por dia: verão nas praias mais badaladas da Europa, crimes contra a mulher, decadência do teatro, feminismo, acidentes de trabalho, acidente ferroviário, viagens, efeitos da guerra, criminalidade em Madri e

Paris, crítica literária, personalidades, velocidade dos automóveis, terremoto na Itália, Carnaval, indumentária masculina e feminina e seus adornos.

A fim de se aproximar ainda mais do leitor, ela usou a forma dialogada, a segunda pessoa, a pergunta retórica, o chiste e a ironia; explicou o porquê de determinados temas serem abordados com mais frequência que outros; teceu comentários atuais e manteve a opinião franca de uma cronista consciente de que trazia consigo leitores fiéis. Seus textos eram explosivos, claros e vigorosos. Poucas foram as vezes em que a improvisação ou a trivialidade tiveram espaço em suas crônicas. O trecho abaixo é um dos vários que podem ser usados para exemplificar o estilo de escrita de Pardo Bazán.

¿Habéis fijado la atención en lo que acompaña, divierte, sugiestiona y hace soñar una chimenea encendida?

Por supuesto, hablo de una chimenea de leña (en este particular, como en otros varios, no soy hija de mi siglo, si bien en bastantes me considero hija del que viene). Hablo de una chimenea amplia, de piedra granítica, de columnas exentas, fuertes, en cuyo lintel el imaginero entalló un simbolismo encantador, racimos, copas, hojas de vida, sarmientos, pajarracos, salamandras, diablillos rabudos, lagartos de airosa flexión, un dragón alado, una Quimera encabritada, los mil caprichos del arte, que parecen reir a la llama o hacerles misteriosas muecas... (PARDO BAZÁN, “La Vida Contemporánea”, 24 de noviembre de 1913, p. 449).

Esse é o fragmento de um dos cinco textos da publicação desse dia. A autora começa interpelando diretamente o leitor- nota-se pelo emprego da forma verbal “haber”, na segunda pessoa do plural do indicativo presente (nesse caso, funcionando como auxiliar do pretérito perfeito), levando-o a refletir sobre como é relaxante estar

diante de “una chimenea encendida” (uma lareira acesa). Afirmando seu desapareço pela lareira de lenha, que simboliza o passado, e sua preferência pela de granito, que representa o futuro, a autora se (re)apresenta como mulher disposta a usufruir os bens dos novos tempos. Conhecendo o estilo da escrita da cronista, o leitor se entrega à leitura, ainda que o texto tenha um tom leve e desprezioso, esperando que, em algum momento, a autora apresente uma questão que realmente mereça reflexão, o que não ocorre nesse texto.

A primeiríssima crônica de Pardo Bazán em “La Vida Contemporánea” tem como título “San Sebastián”, cidade de veraneio para espanhóis e franceses, “que los periódicos llaman *la bella Easo*” (“La Vida Contemporánea”, 30 de setembro de 1895, p. 1), codinome dado a San Sebastian, por historiadores gregos e romanos em antigas crônicas, também adotado pelos periodistas novecentista ao se referirem àquela cidade. Em sua crônica, Doña Emilia aborda um tema bastante atual naquela época, e também nos dias de hoje: “En pocas palabras se resume el problema de San Sebastián. El pueblo es caro porque la gente va poco tiempo, y la gente va poco tiempo porque el pueblo es caro” (“La Vida Contemporánea”, 30 de setembro de 1895, p. 1).

Para ilustrar a referida cidade e apontar os problemas enfrentados ali por moradores e turistas, a autora nos leva a um passeio. Sua escrita surge diante dos olhos do leitor como uma câmera cinematográfica capaz de captar cores, sons, odores e sabores com maestria. A escritora é também a protagonista de seus comentários. Ela mesma empunha a câmera como a desvendar lugares, a revelar pensamentos, auscultando e reproduzindo comentários, de maneira consciente, marcas de sua prosa.

Na segunda metade do século XIX, estudos na área da medicina apontaram que banhar nas águas do mar era significativamente benéfico à saúde de homens e de mulheres, estas desde que fosse

por recomendação médica. Com o tempo, esta prática se popularizou entre as mais ousadas que trocavam seus recatados vestidos pelos extravagantes trajes de banho. Pardo Bazán, cronista social que era, trata desse assunto em “San Sebastián” ao descrever o cenário quando senhoras entram em “La Perla”, “inmensa caseta de baños”. Seu espírito crítico não deixa passar incólume os modos e a moda dessas mulheres

que habrá brillantes excepciones, no son las gracias lo que más abunda em las bañistas de la *Perla*. Mujeres que vestidas de calle parecen hermosas, dejan de serlo en cuanto se embuten la cabeza en el gorro de hule y las flautas en los pantalones y los pies en las alpargatas. Si fuesen coquetas las bañistas, se envolverían todas- como se envuelven muchas- en una capa de hule con capuchón, que las tapase por completo, y que resguardando la decencia, no exhibiese delgadeces y obesidades que el traje de baño exagera hasta la caricatura (“La Vida Contemporánea”, 30 de setembro de 1895, p. 1).

A subjetividade e os valores impregnados no texto de Doña Emilia estão ancorados em sua preocupação com as mudanças de comportamento da mulher que nem sempre representavam o viés de liberdade que a autora pregava. O conceito de exposição do corpo da mulher de forma a desdenhar o recato e o pudor não teve o apoio da articulista e nem da mulher Emilia Pardo Bazán.

Além disso, a imprensa inspirada na realidade para expressar o momento histórico buscava o equilíbrio: dar espaço para que atitudes progressistas fossem registradas nas páginas do jornal, sem se distanciar dos ideais religiosos, filosóficos, sociais ao registrarem as experiências de viver em sociedade.

Pardo Bazán foi dona dessa página num periódico de vida longa e de grande repercussão nacional. Tinha, por certo, leitores fiéis

que movimentavam essa seção do jornal e garantiam uma assídua clientela ao jornal. Pardo Bazán foi uma articulista lúcida e seu diálogo franco com o leitor se dava pela sua extraordinária capacidade de comunicação. Segundo ela mesma afirmava, seus leitores reconheciam seus trabalhos antes mesmo de verem a sua assinatura.

Diferentemente de Pardo Bazán, Dessaune chegou à “Femínea” para substituir Lia, pseudônimo de Julia Lacourt Penna. Assim como Pardo Bazán colaborava com *La Ilustración Artística* antes de assumir a seção “La Vida Contemporánea”, Dessaune também foi colaboradora e leitora da Revista *Vida Capichaba*. Depois passou a ser mais especificamente a articulista da coluna “Femínea”.

Muitos também são os temas abordados por Ilza Etienne Dessaune em sua coluna. Desde o tempo em que Lia comandava a pena nesse setor da revista, Modas e Modos já era o principal subtítulo da coluna e trazia notícias sobre as últimas novidades da moda na Europa, sobretudo a produzida em Paris: trajes de noivas, o deslocamento da cintura dos vestidos e as dicas de qual a mais favorável para os mais diversos tipos de corpos, maquiagem, corte de cabelos e muitos outros. Como nas crônicas de Pardo Bazán, o Carnaval tinha sempre destaque: as fantasias mais alegres, os desfiles dos blocos carnavalescos, os bailes no Clube Vitória. Tinha também Mundanismo que informava sobre as festas privadas e a *toilette* feminina, a Festa do café, enlances matrimoniais, inauguração e apresentação de artistas famosos no Teatro Carlos Gomes, dentre outros.

O diálogo com as leitoras era direto — frequentemente se pode ler o vocativo, “queridas leitoras” — e franco, como se pode ver no excerto abaixo, quando fala da novidade chegada da *Longchamp*, na França: o boa de avestruz.

MODAS E MODOS

Lamento hoje, profundamente, queridas leitoras, a deficiência da nossa *clichérie*, que nos torça a

enviar ao Rio os nossos trabalhos no genero, impedindo-nos, consequentemente, de offerecer aos vossos olhos, com a devida presteza, bellissimos instantaneos da vida elegante em Paris. É que acaba de mirar, deleitosamente, uma encantadora parada de modas no prado famoso de Longchamp, na qual está amplamente documentada a vóga dos *boás* de avestruz. Contam-se por dezenas, no limitado campo photographico, os vultos elegantes, sobre os quaes retombam, ern cascata espumejante, as plumas frisadas, os rostinhos encantadores, aureolados de macias pennas, entre as quaes é mais roseo o albor do sorriso e mais profunda a misteriosa caricia do olhar. As mulheres curvam docilmenle as cabecinhas inquietas a todos os caprichos da sua deidade maxima — a Moda (*Vida Capichaba*, n. 95B, 15 de julho de 1927, p. 32).

A ineficiência da imprensa capixaba que, no tocante à publicação de fotografias na Revista *Vida Capichaba*, dependia de mandar os negativos ao Rio de Janeiro, impedia que a cronista pudesse desenvolver a contento seu trabalho de divulgadora da moda entre suas patricias. Por essa razão, se desculpa com suas leitoras por não ter como mostrar as ilustrações da moda que descreve.

Em seu artigo inaugural (*Vida Capichaba*, Ano IV, 15 de março de 1926, n. 64, p. 25) como cronista social e de elegâncias da coluna “Feminea”, até então sob a responsabilidade de Lia, Ilza Etienne Dessaune inscreve-se em “À guisa de apresentação”, como aquela que carrega o peso de ser “portadora de más notícias” (linhas 14 e 15).

Ancorados nas investigações feitas por alguns autores que tratam das relações entre emoção e linguagem, analisaremos a referida carta de apresentação escrita por Ilza. Hugo Mari e Paulo Henrique A. Mendes (2007, p. 150) nos convidam, em “Enunciação e emoção”, a uma análise das emoções que emergem na linguagem para além de “sistemas de regras, de esquemas formais”. Assim, “a enunciação,

quando transposta para além de sua dimensão formal, representa um mecanismo de inserção da emoção na linguagem” (MARI; MENDES, 2007, p. 154). No momento da interação, a relação que se estabelece entre os interlocutores passa por duas vias: 1) do racional, pois, no caso em questão, Ilza Dessaune deveria construir sua identidade diante de suas futuras leitoras e, para tanto, precisava agir para alcançar um objetivo do qual ela mesma seria a primeira beneficiária; 2) da emoção, pois, ao produzir seu texto, emergirão dele as marcas (vivências, conceitos, preconceitos e outras), que são vestígios da emoção.

Começamos, então, pelo título: “À guisa de apresentação”. Nota-se que Dessaune inicia seu contato com o público não através de uma apresentação de fato, formatada nos moldes de uma biografia que a autorizasse assumir aquele lugar de destaque perante suas/ futuras leitoras. Ela prefere escrever algo “à maneira de” uma apresentação.

Assim, no primeiro parágrafo, ela noticia que os leitores da *Vida Capichaba*, mais particularmente as apreciadoras da secção *Feminea*, “estão de pêsames [...]: a querida Lia, cujo pseudonymo já era para todos nós o symbolo de alegria, da vivacidade, do bom gosto, abandonou-nos”. Responsável pela coluna desde o dia 31 de julho de 1925, na publicação de número 50 da revista, Lia escreve que “a elegância não é frivolidade, como pensa muita gente. Nenhum de nós se deve esquivar de aprender ou apurar hábitos elegantes [...]” (LIA, *Vida Capichaba*, 1925, p. 31). Cerca de oito meses depois, a cronista deixa de assinar a coluna, sem que o porquê de sua saída tenha ficado claro, e a pena é transferida a Ilza Etienne Dessaune, então: Flôr de Sombra.

Incumbida de informar às leitoras de Lia, esse fato desagradável, Dessaune precisava aparentar ser uma pessoa idônea e de boa fé (e acreditamos que ela fosse de fato), pois sua tarefa ainda não estava concluída: teria ainda de anunciar que, de agora em diante,

ela seria a responsável pela referida seção. E é o que faz no segundo e mais longo parágrafo do texto.

Inicia-o com o verbo “percebo”, que é um verbo de percepção (AMOSSY, 2007, p. 258), ou seja, aquele tipo conhecido como *non-action verb* (indica emoções e estados existentes por um período de tempo), para falar das possíveis consequências de seu primeiro comunicado, denominando-se como “portadora de más notícias” e prepara os leitores para o seu segundo informe. Ela assim escreve:

[...] e assim meditando, sinto me quase acovardada para desvendar a segunda parte da melindrosa missão de que me incumbiram- pois que esta secção é já parte integrante da revista, que, sem ella, fugiria aos moldes de quinzenario moderno que procura ser, é preciso que alguém tome sobre hombros o manto de chronista social e de elegancias, que *Lia* ostentava irreprezivelmente [...] (*Vida Capichaba*, Ano IV, 15 de março de 1926, n. 64, p. 25).

Reparemos que no primeiro parágrafo, acima descrito, quando anunciou o afastamento de Lia, ela usou “nós” (“já era para todos nós”) e “nos” (“abandonou-nos”), incluindo-se no grupo, confundindo-se com os demais integrantes deste, tornando-se, então, um representante não-privilegiado do mesmo. Contudo, agora, para o segundo anúncio, a estratégia usada pela autora é apagar-se ainda mais no discurso quando opta pelo pronome indefinido “alguem” ao falar da necessidade que outro assumia a seção *Feminea* (“que alguém tome sobre os hombros”). E continua nesse processo de mobilizar os sentimentos dos leitores para sua tese, de despersonalização, de auto-negação de seu próprio rosto ao usar o pronome pessoal de terceira pessoa “ella”: “Aonde irá ella chegar com este aranzel?”. A autora fala de si como se fosse um outro a que ela está prestes a se tornar. Através do discurso direto ela insere, no texto, a voz do outro.

Esse processo nos leva a crer que a intenção da autora era manter a emoção mais ou menos sob controle, afinal, sendo ela a escolhida pelos diretores da revista para a tal “melindrosa missão”, até agora anunciada parcialmente, era preciso reforçar sua credibilidade perante os leitores daquela seção, e ao mesmo tempo prepará-los para, de fato, apresentar-se como a nova cronista, objetivo principal de seu texto “à guisa de apresentação”.

“Quem olha, olha de algum lugar”, escreve Marilena Chaui, em “Janela da alma, espelho do mundo” (1988, p. 35). E vê o quê? O que a leitora de “Feminea” poderia ver ou pensar diante do anúncio da substituição das cronistas? Chaui (1988, p. 35) ensina que “*Skópos* se diz daquele que observa do alto e de longe, vigilante”. Certamente, Dessaune temia o olhar desconfiado das leitoras de “Feminea” porque era consciente de que aquele que observa, espia, vigia, também reflete, pondera, considera e julga. Por isso, ela sabe que também precisa ver, olhar, observar, perceber, examinar, esperar, refletir, acautelar-se ao entrar neste “aranzel”.

À pergunta, “Aonde irá ella chegar com este aranzel?”, podemos juntar outras como: quem é ela para nos falar deste lugar? O fato de ser colaboradora da revista a autoriza a se tornar cronista de moda e de modos? O que ela nos esconde a fim de não se depreciar? Assim, lembremos que o locutor aqui precisa falar de si mesmo com precisão e escrúpulos. É preciso ser objetivo para falar de sua subjetividade. Todavia, entra em cena o leitor com suas crenças, seus valores, suas experiências a partir das quais a emoção também precisa ser compreendida. Então, Dessaune confessa:

Paciencia, caros leitores: este aranzel tem a utilidade de preencher o tempo necessario à dissipação do vosso mau humor, para poderdes receber com um pouco de complacência a parte mais difícil e penosa da minha confissão- foi sobre os meus fra-

geis e inesthéticos hombros de burguezinha humilde que os directores desta revista lembraram de lançar o referido manto- exteriormente scintillante de bordados e ouropéis e interiormente recamado de farpas aguçadas, espécie de túnica de Nesso, occultando, sob a púrpura coruscante, venenos subtis e perversos... (*Vida Capichaba*, Ano IV, 15 de março de 1926, n. 64, p. 25).

Para quem o “eu” está falando e como obter êxito em seus objetivos de persuasão? O que sabemos é que os leitores da época eram a elite da sociedade capixaba. Enquanto Lia fora descrita como “symbolo da alegria, da vivacidade, do bom gosto”, ela é uma burguesinha humilde, frágil e de mau gosto, de quem os diretores da revista “lembraram [dá a impressão de algo vago, descompromissado] de lançar o referido manto [o de cronista social e de elegâncias que deveria ser lançado sobre o ombro de alguém que fosse substituir Lia]”. Na tentativa de partilhar com o leitor “o mesmo sistema de valores, permite argumentar, sem necessidade de se fazer pronunciamentos argumentativos”, explica AMOSSY (2007).

Retomada a ideia do “manto”, metáfora da responsabilidade, do desafio que ao cargo compete, até então ostentado por Lia de forma irrepreensível, denotando, portanto, a imagem do “manto real”, ora percebe-se uma outra face do mesmo antes não revelada: ele é cintilante por fora, mas farpado por dentro, porém oculta venenos sutis, perversos e letais, tal qual a túnica de Nesso, causadora da morte de Hércules. Essa visão distorcida a respeito da sobrecarga de trabalho imputada pelo cargo de cronista da coluna *Feminea* não tinha sido mencionada. O “eu” coloca-se assim na posição de sofrimento, mas assume seu lugar, expõe-se, sai do coletivo para o individual.

É o que fica claro no último parágrafo do texto, quando a autora faz uma solicitação às leitoras: “Quando, pois, gentis leitoras, julgardes enfadonhas, insípidas estas chronicas, pensae no avesso

do manto, que talvez me esteja pungindo, e sede indulgentes com a vossa pobre”. A tomada de posição está explícita e definitiva com a presença do “me”. O “eu” que estava ensaiando mostrar-se, tornou-se o “eu” que vive a experiência (“esteja pungindo”), fez-se público. O emprego do modo subjuntivo (“Quando [...] julgardes”), não exclui a opinião do leitor, ao contrário visa o possível, porém difícil equilíbrio. Constitui-se como escritora, mas também se inscreve como personagem criando para si um pseudônimo, Flor de Sombra, com o qual assinará a referida coluna.

E assim, sem mais delongas, a autora inicia sua inserção no mundo das modas e dos modos como cronista. Escreve quinzenalmente durante os anos de 1926 e 1927. Em 1928, quando a revista passa a ser semanal, os primeiros registros de nossa pesquisa nos mostraram que a escritora intercalou traduções com crônicas, tendo colaborado apenas até o mês de julho. No entanto, esses dados estão comprometidos e, por isso mesmo, são contestáveis já que a Hemeroteca Digital Brasileira não possui o acervo digital da revista no referido ano.

Esse fato, por sua vez, acarreta um outro problema: porque não temos acesso aos números do segundo semestre da revista, não conseguimos saber se houve algum tipo de justificativa por parte do editorial sobre o porquê de a coluna “Feminea” não ter sido veiculada em 1929. Encontramos modelos de roupas femininas em “Página Feminina”, como, por exemplo, o que se pode ver na edição de número 159, na página 33. Nesse ano, somente em dois números: 171 (18/04/1929, p. 24) e 173 (02/05/1929, p. 46 a 48) “Feminea” foi publicada.

E, por fim, em 18 de julho de 1929, o Sr. Prof. Elpidio Pimentel, articulista da *Vida Capichaba* divulga a carta em que Ilza renuncia ao cargo de cronista.

O objetivo desta é apresentar-lhe minha renúncia ao lugar de colaboradora efectiva da sua apreciada revista “Vida Capichaba”, na qual vinha há alguns annos occupando a pagina feminina. O meu luto recente impede-me o desempenho do encargo de chornista social e de modas, que me era attribuido, e o natural desanimo que se segue a uma grande dor, faz com que busque afastar-me das lides de imprensa, que tanto attrahiam o meu querido morto (*Vida Capichaba*, n. 184, 18 de julho de 1929, p. 25).

A tarefa de cronista de moda e modos de uma revista cuja frequência era semanal exigia de Ilza Etienne Dessaune, sem dúvida, uma disposição para dedicar-se quase que exclusivamente à vida social, a estar presente em clubes, teatros, eventos dos mais diversos, tempo para a leitura e a escrita de seus textos. Certamente essas tarefas tornaram-se pesadas para Dessaune depois do ocorrido com seu jovem irmão, Décio, estudante de Direito na Universidade do Rio de Janeiro.

A coluna “Feminea” desaparece por completo desde essa data até a revista de n. 258, de 10 de janeiro de 1931 (p. 24 e 25), quando a cronista se reinscreve no cenário das letras capixabas e recupera a marca da antiga coluna, agora com novo *layout* (sem a ilustração que identificava a coluna). Mas foi por pouco tempo, pois em 25 de abril do corrente ano, a revista de nr. 273 fez publicar o seu último texto, na derradeira impressão da coluna “Feminea”.

Em 02 de maio, na revista de nr. 274, a última colaboração de Ilza Etienne Dessaune para a revista é uma notícia de página inteira sobre a abdicação do monarca espanhol D. Affonso XIII, sob o título “Republicas” e a autora assina seu próprio nome e não mais o pseudônimo Flôr de Sombra. Adotando o mesmo processo de aproximação com suas leitoras, como fizera em sua primeira inserção na coluna “Feminea”, a fim de conquistar-lhes o apoio e a atenção, a cronista, aqui já um tanto quanto distanciada das características do

papel que desempenhou durante anos na revista, faz um apelo para que a “Leitora complacente, não vire a pagina com bocejo entediado” (*Vida Capichaba*, n. 274, 02 de maio de 1931, p. 29).

Que será da tradição, si desaparecerem as monarchias? [...] Irá a Republica Hespanhola decretar a morte das touradas, com seus toureiros de calções de velludo e bolero recamado de lantejoulas da jota aragoneza, bailada pelos *manólas* salerosas envoltas nos mantons de Manilla, das *majas* ondilantes, que Goya immortalizou sob a mantilha de rendas erguida pelo grande pente, dos bandos de gitanos ledores da *buena dicha* e tocadores de pandeiretas e castanholas estralajantes? Que pena, meu Deus! (*Vida Capichaba*, n. 274, 02 de maio de 1931, p. 29).

Questiona-se, e às leitoras, sobre o valor das Repúblicas que tornam o mundo moderno “cada vez mais insípido e desinteressante” (*Vida Capichaba*, 02 de maio de 1931, nr. 274, p. 29), postura um tanto ambígua para uma cronista social em pleno século XX. Após essa data, não foram encontrados outros textos da autora na *Vida Capichaba*. Consta que no ano de 1932, Ilza Etienne Dessaune mudou-se para o Rio de Janeiro.

Referências

AMOSSY, Ruth. A Espécie Humana, de Robert Antelme ou as modalidades argumentativas do discurso testemunhal. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W; MENDES, E. (Org.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1, p. 252- 271.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fonte, 1990.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1976.

FREIRE LÓPEZ, Ana Maria. La obra periodística de Emilia Pardo Bazán. In: FREIRE LÓPEZ, Ana Maria (ed.). *Estudios sobre la obra de Emilia Pardo Bazán: Actas de las Jornadas conmemorativas de los 150 años de su nacimiento*. Barcelona: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2003. p. 115-132.

GONZÁLEZ HERRÁN, José Manuel. “Artículos”/“Cuentos” en la literatura periodística de Clarín y Pardo Bazán. Alicante. In: *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes*, 2002. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc3r0t5>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

MARI, Hugo; MENDES, Paulo Henrique A. Enunciação e emoção. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W; MENDES, E. (Org.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1, p. 150- 168.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

PELENQUE, Maria. Entre periodismo y literatura: indefinición genérica y modelos de escritura entre 1875 y 1900. In: *Biblioteca Virtual Universal*. Disponível em: < <http://www.biblioteca.org.ar/libros/154546.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

PERIÓDICO LA ILUSTRACIÓN ARTÍSTICA. In: *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes*. Disponível em:< <http://www.cervantesvirtual.com/obra/la-vida-contemporanea/>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

QUEIROZ, Vera. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Niterói: EDUFF, 1977.

REVISTA VIDA CAPICHABA. Anos 1920- 1940. In: *Hemeroteca Digital Brasileira*. Disponível em:< <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/vida-capixaba/156590>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

RUIZ-OCAÑA DUEÑAS, Eduardo. *La obra periodística de Emilia Pardo Bazán en “La Ilustración Artística” de Barcelona (1895-1916)*. Fundación Universitaria Española. Tesis Facultad de Filología de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 17/12/2013. Madrid, 2004. Facultad de Filología. Departamento de Literatura Española y Teoría de la Literatura.

SEÑAS- *Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños*. Universidad de Alcalá de Henares. Madrid: Martins Fontes, 2010.

AMOR EM CAMÕES E O AMOR COROADO

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Resumo: Pretende-se mostrar, entre a História, a Literatura e o Mito, o amor entre o príncipe Pedro e Inês de Castro a partir de um olhar sobre *Os Lusíadas* e o projetar desse amor no teatro.

Palavras Chave: História/ Mito/ Literatura. Camões: *Os Lusíadas*. Inês de Castro.

Camões: um Homem de seu Tempo e sua Obra Mestra

Luis de Camões, poeta renascentista português, traz em si uma literatura: a portuguesa, pois, mundialmente, reconhece-se que *Os Lusíadas* envolve todo o povo lusitano. Essa é a obra máxima de Camões, síntese e sublimação da literatura portuguesa. Poema épico que funde ciência e ficção e expressa a luta do Homem contra as forças da Natureza e as batalhas do Homem contra o Homem.

Em *Os Lusíadas* congregam-se ideais: o nacional, o religioso e o humanístico, e manifesta-se o saber de uma civilização ocidental e o seu desejo utópico expansionista.

O acontecimento central de *Os Lusíadas* é a viagem de Vasco da Gama à Índia, citado no Canto V, estr. 94, v. 1 a 4:

Trabalha por mostrar Vasco da Gama
Que essas navegações que o mundo canta
Não merecem tamanha glória e fama
Como a sua, que o céu e a terra espanta.

* Professora Universitária (DLL/PPGL/UFES), membro do IHGES, da ALES, da AFESL, da APEES, da ABH e da AIH.

O sucesso da empresa foi prognosticado pela Ninfa “Não vos hão-de faltar, gente famosa,/ Honra, valor e fama gloriosa.” (CAMÕES, Canto X, estr. 74 v. 7-8)

Tetis¹, no Canto 10, dirá a Gama que a sapiência divina lhe concedia a possibilidade única, não acessível ao saber dos homens, o poder de ver a máquina do Mundo. Nela Gama verá nações e povos com suas culturas, montanhas e planícies, lagos e mares:

Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea e elemental, que fabricadas
Assi foi do saber, alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitadas.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superfície tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.
(CAMÕES, estr. 80)

Mas em *Os Lusíadas*, Camões, além de narrar o caminho para a descoberta das Índias, que os deuses, convocados por Júpiter se pronunciaram sobre a empresa dos Lusitanos e prognosticaram esplendor e majestade, introduz um tema histórico e fala sobre as grandes navegações, o império português no Oriente, os reis e heróis de Portugal, dentre outros fatos que tornam a epopéia camoniana um poema histórico, enciclopédico. Entre os reis, dedica-se a falar de D. Manuel I, ordenando a viagem: “Vá gente que mandar cortando os mares/ A buscar novos climas novos ares” (CAMÕES, Canto IV, estr. 76, v. 7-8) e mostrando a extensão do reino do pólo Norte ao pólo sul: “Vedes a grande terra que continua/ Vai de Calisto ao seu contrário Pólo,/ Que soberba a fará a luzente mina/ Do metal que cor tem do louro Apolo?” (CAMÕES, Canto X, estr. 139, versos 1-6). Na estrofe 140, do Canto X, v. 1 - 6, o poeta menciona o Brasil, “Santa Cruz”, terra do futuro domínio português:

¹ A deusa Tetis era a mais importante das ninfas.

Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também, c' o pau vermelho nota;
De Santa Cruz o nome lhe poreis;
Descobri-la-á primeira vossa frota,
Ao longo desta costa que tereis;
irá buscando a parte mais remota

O poderio expansionista português e a figura do rei levou-nos a compor o poema **Dom Manuel I**.

Há nos seus olhos o sonho do Oriente
e a profundidade dos mares inexplorados.

Lisos cabelos pretos cobrem a testa
de Dom Manuel, o venturoso rei
de Portugal daqui e dalém mar.

Uma barba longa de sábio senhor escurece
a testa varonil, do rei Pio, pelos hebreus chamado.

O rei de Algarve só viu em sua nação prosperidade
porque assim os fados o determinaram.

Gama lhe abre os mares exóticos.
Mas é Cabral que lhe dá o mais rico presente:
Uma terra santa, verdejante e rica.



Conta-se que Camões morreu pobre e que seu escravo Jau à noite mendigava o sustento de ambos. Contudo, Camões deixou para a posteridade uma riquíssima obra e mostrou nela o seu vasto conhecimento. Camões recebeu a informação humanística em Coimbra, mas o homem se formou em Lisboa e nas andanças por mares e terras, onde diz ter sofrido inúmeras necessidades e não ter tido o reconhecido valor. Citamos lamentos do poeta no Canto VII de *Os Lusíadas*, principalmente, nas estrofes de 79 a 83. Como exemplo, indicamos a estrofe 81, desse Canto:

E ainda Ninfas minhas não bastava
que tamanhas misérias me cercassem,

Senão que aqueles que eu cantando andava
Tal prêmio de meus versos me tornassem;
A troco dos descansos que esperava,
Das capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram!

Com outro desabafo poético o eu lírico camoniano em *Os Lusíadas* no Canto X, estr. 9, apresenta-se cansado e antevê a chegada da velhice. Ele se queixa dos desgostos que o vão levando à morte e solicita à Calíope, a rainha das Musas, poder realizar o seu empenho de expor o seu amor pátrio:

Vão os anos descendo, e já do Estio
Há pouco que passar até o Outono;
A fortuna me faz o engenho frio,
Do qual já não me jacto nem me abono;
Os desgostos me vão levando ao rio
do negro esquecimento e terno sono.
Mas tu me dá que cumpra, ó grão Rainha
Das musas, c'ó que quero à nação minha.

Homem de sua época, Camões teve em uma mão um livro e na outra a espada. Mas os seus estudos eram alternados com uma vida boêmia e neste ambiente de boemia amou e, num soneto, conceituou o Amor como “fogo”: “Amor é um fogo que arde sem se ver;/ É ferida que dói e não se sente;/É um contentamento descontente;/ É dor que desatina sem doer.” Também, em outro soneto, considera o Amor uma “fatalidade” que submete o ser humano e modifica os seres:

Transforma-se o amador na cousa amada,
por virtude do muito imaginar;
não tenho, logo, mais que desejar,
pois em mim tenho a parte desejada.

Se nela está minha alma transformada,
que mais deseja o corpo de alcançar?

Em si somente pode descansar,
pois consigo tal alma está liada.

Mas esta linda e pura semidéia,
que, como um acidente em seu sujeito,
assim co'a alma minha se conforma,

está no pensamento como idéia:
[e] o vivo e puro amor de que sou feito,
como a matéria simples busca a forma. (CIDA-
DE, 1961, p. 75-76)

Mas, ainda, o eu-lírico considera o Amor brando, doce e piedoso, mas se queixa do desprazer do amor:

Erros meus, má fortuna, amor ardente
Em minha perdição se conjuram;
[...] De amor não vi senão breves enganoso.
Oh! quem tanto pudesse que fartasse
Este meu duro gênio de vinganças! (CIDADE,
1961, p. 91)

O tema amoroso aparece na obra poética de Camões tanto nos sonetos, nas canções e nas élogos como na sua obra épica *Os Lusíadas*. Nesta, o Amor aparece ora em forma de paixão e de desejo que visa a encontrar a mulher, como no Canto IX, quando o bardo menciona a Ilha dos Amores, lugar e prêmio para os fatigados navegadores, ora em forma de louca paixão, como no Canto III, quando Inês de Castro é coroada depois de morta.

No Canto IX, o Amor representa a vitória sobre o desconcerto do mundo, afinal travara “u’a famosa expedição/ contra o mundo rebelde”. Nesse Canto, na estr. 83, o eu lírico mostra vencidos e vencedores entregues ao amor:

Oh, que famintos beijos na floresta,
E que mimoso choro que soava!
Que afagos tão suaves! Que ira honesta,

Que em risinhos alegres se tornava!
O que mais passam na manhã e na sesta,
Que Vênus com prazeres inflamava,
Melhor é experimentá-lo que julgá-lo;
Mas julgue-o quem não pode experimentá-lo.

Não sabe ao certo os seus biógrafos a quem o poeta tenha amado, entre as “ninfas”, porém se sabe que elas tiveram importância em sua vida, pelas cartas encontradas. Reproduzimos, poeticamente, os últimos momentos desse poeta, no poema O DELÍRIO DO CATIVO (*Momentos*, Vitória, 1989. p.78-79)

No último delírio
bailam
silhuetas
gentis
-breves enganos do amor.

Leonor – formosa e dadivosa
cabelos de ouro trançados
Bárbara - bela cativa
cabelos pretos
-a mais formosa –
Dinamene – ninfa levada
“asinha” pelas ondas...

A alma transfigurada de amor
não sente a dor,
nem a pobre matéria, o branco lençol.
no delírio, a Glória o abraça
e a imortalidade guarda
sua fortuna, amor e perdição
nos quatro cantos da Terra.

A epopéia camoniana, quanto à temática nacional, pode ser comparada à *Eneida*, de Virgílio. Com a diferença de que Virgílio evoca, na história romana, as futuras glórias de Roma, com uma fabulosa ação, enquanto a ação central do poema de Camões tem

um teor histórico, na viagem de descobrimento do caminho para as Índias. Antonio José Saraiva compara a função da viagem de Vasco da Gama com a de Enéias e de Ulisses:

Esta viagem tem no plano do poema a mesma função que a de Enéias no poema de Virgílio ou a de Ulisses no poema de Homero. Para integrar a historiografia nacional portuguesa (que tinha [...] uma origem parcialmente épica), a história das navegações e fundação do império da Índia e a expansão no Oriente (para o que dispunha de dois bons historiadores, João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda), e ainda a descrição geográfica do novo mundo descoberto. Camões escolheu o modelo fixado por Virgílio. (CAMÕES, 1982, p. 25)

Mas a parte científica e ficcional de *Os Lusíadas* direta ou indiretamente foi tomada de fontes diversas. Hernani Cidade (1961, p.25) explica:

Os Lusíadas são [...] síntese e sublimação. que funde o saber cosmológico de Pedro Nunes, às informação de História e Geografia humana de João de Barros, às narrativas pungentes a *História Trágico-Marítima*... Nenhum poema épico do tempo é, como este, expressivo daquele incomparável momento de luta do Homem contra as forças da Natureza que os deuses mitificavam, e do Cristão pela hegemonia, no mundo da cultura humanizadora.

No poema épico camoniano a História de Portugal decorre por quase cinco séculos. E o poema relembra fatos e heróis de toda a conquista, tanto os da terra como os de além mar, os que ultrapassaram a Taprobana, (CAMÕES, Canto I, estr. 1) e expõe a historia de Portugal precedente à viagem de Gama, nos III e IV Canto. Descreve o poeta batalhas com intensidade épica e ressonâncias humanas.

Citamos, no Canto IV, a estr. 26, a reação das mulheres durante a batalha: “Estavam pelos muros, temerosas/ E de um alegre medo quase frias,/ Rezando, as mãis, irmãs, damas e esposas,/ prometendo jejuns e romarias.”

Em fim, na obra máxima de Luis de Camões, *Os Lusíadas*, o eu lírico manifesta um grande amor à sua pátria: “ditosa pátria minha amada”, o valor que sua época dava à vida militar e expõe dois pólos de tensão humana:

1 – a guerra – atividade nobre e viril, no conceito antigo, Canto V, estrofes 5 a 8 e Canto X, estr. 153:, v 5-8: “A disciplina militar prestante// Não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, /Senão vendo, tratando e pelejando.”

2 – o amor, na forma de paixão nos amores de Pedro e Inês, Canto X, e de desejo, segundo os modelos do ideal trovadoresco como os do episódio da Ilha dos Amores (Canto IX, estr. 75 a 83) a perseguição que Leonardo fez à bela ninfa Efire.

Entre a Espada e o Amor

De *Os Lusíadas* destacamos uma parte epo-lírica que tem impressionado a leitores de várias épocas e tem sido ponto de inspiração para muitos escritores: o episódio da história do Príncipe Pedro e Inês de Castro “a triste e mesquinha que depois de morta foi rainha”. Essa história se encontra no Canto III, da estr. 119 a 137, mas as mais conhecidas estrofes, pela tristeza lírica, são as de 120 a 135. O canto épico *Os Lusíadas*, provavelmente, segundo os estudos camonianos, foi terminado em 1556 e o episódio do eterno amor entre Pedro e Inês de Castro é mencionado até os nossos dias.

Há várias obras que fazem referência a esse fato, imortalizado em diversas peças de teatro, em poemas, romances e outras formas de literatura, quer em Portugal em *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em *A Castro*, de António Ferreira, em *D. Pedro*, de António Patrício, e quer no estrangeiro. Na França, de 1942, encontra-se a obra *La Reine Morte* de Henri de Montherland, que reproduz esse fato. Na Espanha, a repercussão dessa mítica história é significativa, várias obras surgiram ao longo desses anos, possivelmente, ocorreu pela proximidade entre os países e pelo fato de Inês de Castro ser oriunda da Galícia e, também, pelo interesse despertado na poesia popular e. Citamos algumas: em 1577, Jerónimo Bermudez escreveu a tragédia *Nise lastimosa y Nise laureada*, em que foi referida, pela primeira vez, a coroação de Inês de Castro depois de sua morte. Em 1612, foi publicada a tragédia *Doña Inés de Castro, Reina de Portugal*, de Juan Mejía, em 1644, Luis Vélez de Guevarra escreveu *Reinar después de morir*, e Alejandro Casona, em 1955, *Corona de amor y muerte*.

Cada obra pincela o mito com um elemento diferente. Nas obras dramáticas, acrescenta-se um dado a mais à história ou incluem-se novos atuantes; mas em todas as criações aponta-se um amor estranhável entre Inês e Pedro e fala-se de falsos conselheiros que, por ciúmes, levaram Inês à morte. Mas antes de mencionar esses fatos, em duas obras teatrais, *Reinar después de morir* e *Corona de amor y muerte*, apresentaremos os antecedentes históricos que Camões coloca no Canto III.

Nesse Canto o leitor depara com a formação de uma nação por meio de lutas, arranjos políticos, intrigas e amor. Inicia o canto com o poeta pedindo a Calíope, deusa da epopéia/história, contar-lhe o que Vasco da Gama narrou ao Reide Melindre. Fala-lhe que a fonte da poesia se mudou para Portugal. Depois é Vasco da Gama que passa a narrar ao Rei a história de seu povo (“geanalogia”), atendendo o seu pedido, mas sem mentir “Porque de feitos tais, por mais

que diga,/ Mais me há-de ficar inda por dizer” (estr. 5) e o tempo é curto para “dizer tudo”. E começa a sua narrativa pela geografia e depois pela “sanguinosa guerra”. Com apoio do conhecimento histórico e geográfico de autores gregos e latinos, Camões, por meio de seu personagem histórico, Vasco da Gama, descreve a geografia da Europa, apresenta sua extensão até a Península Ibérica e menciona Espanha (“[...] cabeça ali de Europa toda,” (estr. 17); chega ao estreito de Gibraltar e narra a lenda do trabalho de Hércules de separar a Europa da África “Onde o sabido Estreito se enobrece/ C’o extremo trabalho do Tebano” (estr. 18); e designa todas as regiões da Península Ibérica (Aragão, Castela, Galícia, Andaluzia), com suas características marcantes, para apresentar Portugal “ [...] quase cume da cabeça/ De Europa toda, Reino Lusitano/ Onde a terra se acaba e o mar começa/ E onde Phebo repousa no Oceano.” e onde Deus quis que brilhasse nas guerras contra os muçulmanos expulsando-os de seu território. (estr. 19- 20). Em fim no relato de Vasco da Gama, o eu lírico camoniano exalta Portugal: “Esta é a ditosa pátria minha amada, [...] Esta foi Lusitânia derivada/De Luso ou Lysa, que de Baco antigo/ Filhos foram, parece, ou companheiros,/ E nela antão os íncolas primeiros.”(estr. 21).

Depois dessa apresentação, Vasco da Gama cita os vultos históricos, formadores do reino de Portugal, começando por Viriato (estr. 22); as guerras do rei Afonso da Espanha contra os sarracenos e a vinda dos cavaleiros estrangeiros para ajudá-lo, estando entre eles Henrique, filho de um rei da Hungria que, por seu destaque nos combates contra os mouros, casou-se com Teresa, filha do rei, e herdou um condado. O navegador destaca o fato de a mulher do conde, quando este morreu, tomar o poder e deserdar o filho desencadeando novas guerras. (estr. 27-29). Seguem narrações das lutas entre filho e mãe, em Guimarães, da heróica lealdade de Egas Moniz (estr. 35-40). Há menções de batalhas de Afonso contra os mouros (estr. 42), indo

até além Tejo, e o destaque desproporcionado da batalha de Ourique entre o príncipe Afonso contra um exército de cinco reis mouros, experientes na guerra e seguidos por “guerreiras damas”. (estr. 44). Apesar da diferença de força entre os dois competidores, os lusitanos venceram (“Mas o de Luso, arnês, couraça e malha,/ Rompe, corta, desfaz, abola e talha.” – estr. 51) e recolheram o rico troféu (estr. 53). Continuam os relatos de outras conquistas do rei Afonso: Leira, Santarém, Mafra, Sintra, Lisboa, Alentejo, Évora, Palmela, Sesinha. Badajoz, Alentejo. Porém, em uma revanche dos mouros, num áspero combate, o rei Henrique foi ferido e seu filho Sancho assumiu a luta. Os combates prosseguem. Sancho persistiu na luta com os sarracenos na Terra Santa. Quando morreu, seu filho, Afonso III, assumiu o poder e reconquistou Alcácer no sul de Portugal (estr. 90). Seu sucessor Sancho II, “manso e descuidado” (estr. 91) foi substituído por Afonso o Bravo, que reconquistou Algarves, e a esse substituirá D. Dinis que fez prosperar o Reino e, ao alcançar a paz, construiu e reparou vilas e fundou a Universidade de Coimbra (“Fez primeiro em Coimbra exercitar-se/ O valeroso ofício de Minerva.” – estr. 98). D. Dinis será substituído por Afonso IV (estr. 98) que não gostava dos castelhanos, mas tinha uma filha casada com o rei de Castela.

Assim, quando um grande exército mouro chegou a Tarifa, o rei castelhano enviou Maria, sua mulher, para pedir ao pai, Afonso IV, o rei português, auxílio. (estr. 99–115). O poeta descreve a entrada de Maria, no paço, com pinceladas pictóricas: Entrava a fermosíssima Maria / Pólos paternais paços sublimados,/ Lindo o gesto, mas fora de alegria,/ E seus olhos em lágrimas banhados./ Os cabelos angélico trazia/pelos ebúrneos ombros espalhados. (estr. 102). O poeta aponta no pedido de Maria a seu pai, o rei português, a necessidade de socorro para o rei Castelhana, Alfonso, e menciona a catastrófica situação se houver uma negativa: “[...] Viúva e triste e posta em vida escura,/ Sem marido, sem reino e sem ventura” [...] Acude e

corre pai, que se não corres,/ Pode ser que não aches quem socorres.” (CAMÕES, estr. 104; 105). A súplica de Maria enternece tanto o leitor /ouvinte, como o próprio pai. E o bardo descreve, em seguida, a sangrenta batalha realizada em Tarifa e como cada oponente solicitava o apoio divino de acordo com a sua religião. Esta parte lírica e bélica serve a Camões para dar um exemplo de um amor paterno, a força bélica dos portugueses, a união do povo ibérico para expulsar os mouros, e a união sanguínea entre castelhanos e lusos, além de dar entrada à parte mais lírica deste Canto e, talvez, de *Os Lusíadas*, que é um fato histórico/mítico do amor do Príncipe Pedro por Inês de Castro, cuja implicação, provocada pelo amor: “Tu só, tu, puro amor, com força crua [...] deste causa à molesta morte” (CAMÕES, estr. 119), teve como consequência a morte da amada e sua coroação após esta: “O caso triste e dino de memória [...] da mísera e mesquinha/ que depois de ser morta foi Rainha” (CAMÕES, estr. 118).

Como entre os livros não há fronteiras definidas. Nunca se pode dizer ser a primeira referência de um texto, pois sempre ele deve estar dentro de uma rede de referências, com certeza. O fato de uma coroação após a morte, acontecimento que assinalou Camões e foi motivo de várias reproduções, segundo Patrizia Botta, encontra-se em dois romances do séc. XV: “Gritando va el caballero” e “Palmero”, cem anos antes de Camões colocar em sua obra mestra.

“Amor, Amor sempre Amor”

O grande amor de Pedro e Inês de Castro e a morte desta e mais ainda a sua coroação após a morte são temas que inquietaram poetas e uma meia centena de dramaturgos de diferentes épocas. O fato de Inês de Castro ser coroada depois de morta tornou imortal o amor de Pedro e Inês.

O eu lírico/épico camoniano destaca o pescoço de Inês (“colo de alabastro”) para indicar a execrável decapitação de uma inocente mulher e a cor desta pedra será retomada pelos escritores com várias metáforas. Casona, por exemplo, cita várias vezes “cuello de garça”, e no momento da decapitação Inês mencionará essa denominação: “No me hagáis daño. Me llaman ‘cuello de garça’.. ¡Y con un cuello así debe ser tan fácil!...” (CASONA, 2003, p. 130). Com essas mudanças metafóricas para representar beleza e fragilidade se comprova que na literatura há objetos e nuances ideais, sejam eles de caráter visual ou auditivo, os quais o escritor utiliza segundo suas necessidades poéticas.

A bela e amorosa Inês vivia em Coimbra, num palácio, às margens do Mondego, onde tudo “Eram memórias de alegria.” (CAMÕES, estr. 121). O príncipe amado rejeitava casar-se com as mais belas senhoras e princesas que o pai indicava. (CAMÕES, estr. 122). Este, instigado pelas murmurações malignas dos ministros, pensou cortar a relação amorosa matando Inês acreditando que assim poderia “Matar do firme amor o fogo acceso” (CAMÕES, estr. 123). Os algozes da decapitação de Inês serão castigados pelo Príncipe quando se torna rei e coroa Inês como rainha de Portugal.

Tais contra Inês os brutos matadouros,
No colo de alabastro, que sustinha
As obras com que Amor matou de amores
Aquele que depois a fez Rainha. (CAMÕES,
estr. 132)

O poeta lamenta tal furor com uma frágil mulher um rei que havia usado tão ferozmente uma espada contra os mouros, deixando os seus filhos órfãos, na súplica que Inês faz de clemência para com ela para que pudesse criar os filhos:



Ó tu que tens de humano o gesto e o peito
(Se de humano é matar ua donzela,
Fraca e sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la).
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha
pois te não move a culpa que não
tinha. (CAMÕES, estr. 127)

https://es.wikipedia.org/wiki/In%C3%A9s_de_Castro#/media/File:Ines_de_castro.jpg

O dramaturgo é um usurpador de textos, mesmos os que sejam considerados grandes como Shakespeare, Lope de Vega, Gil Vicente, Federico García Lorca, citando alguns. Assim não nos admira que, para a estrutura de *Corona de amor y muerte*, Alejandro Casona tenha-se apoiado em obras e fatos históricos.

Contudo, na redramatização do mito do Amor intenso do Príncipe Pedro que, levado à loucura, exaltou a amada Inês de Castro, coroando-a depois de morta, parece que Casona se apoia, além de *Os Lusíadas*, na obra de Luiz Vélez de Guevarra, *Reinar después de morir* (1641?), na de Henri de Montherland, *La Reine Morte* (1942) e em crônicas portuguesas².

Na obra de um escritor, por mais genial que seja na arte de inventar, ele coloca aspectos de sua própria experiência de vida e um legado que herdou que lhe foi transmitido pela geração a que a sua dá continuidade.

² “Según las tesis más acreditadas por la gran mayoría de los críticos, el personaje de Inés habría tenido su entrada oficial en la literatura tan sólo en 1516, y en lengua portuguesa, gracias a las Trovas que García de Resende publicó en su Cancioneiro en ese mismo año. Después, habría tenido un desarrollo sucesivo, máxime en lengua portuguesa, a través de la literatura tanto lírica como teatral (con Camões y Ferreira en la segunda mitad del XVI). Y, ya en época barroca, habría por fin pasado a una etapa exclusivamente española, también

de. Difícil é medir as fronteiras de um livro, pois sempre estará preso a referências a outros livros e frases. Sá Carneiro escreveu essa situação do escritor de ser ele e o outro que os versos a seguir comprovam:

Eu não sou eu nem ou o outro
sou qualquer coisa de intermédio
 pilar da ponte de tédio
que vai de mim para o Outro.

Esse ser de que Sá Carneiro se refere que é a união de um ser com o outro, Borges (1983, p. 120) explica com a narrativa das inquietações de Tzinacán, o mago da pirâmide que, ao observar as várias manchas de um tigre, reflete sobre a escritura. Assim dizer o tigre é dizer todo um conjunto de situações. É falar de todos os que o geraram, todos os animais com os quais se alimentou e com os quais estes também se alimentaram. No universo não há um só homem, concluiu, pois este homem é a soma de outros e de sua nação e a de outros. Mikhail Bakhtin define como dialogismo o processo de interação entre textos que ocorre na polifonia; tanto na escrita como na leitura. Ele define o texto não como algo isolado, mas correlacionado com outros discursos. Julia Kristeva considera intertextual a criação de um texto a partir de outro já existente.

O teatro é uma arte adaptável ao tempo histórico e o Amor um bem tradicional nas artes e na vida cotidiana, que funciona literariamente como elemento gerador de situações conflitantes, apoiadas na realidade. Logo é apropriado o tema mítico de um amor mais poderoso que a morte para uma representação teatral.

lírca y teatral (con los poemas de Lope, Soares de Alarcão, Francisco Manuel de Mello, y los dramas de Mejía de La Cerda y Vélez de Guevara, todos de las primeras décadas del XVII).” (BOTTA, Patrizia. El romance de Palmero e Inês de Castro. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/el-romance-del-palmero-e-ins-de-castro-0/html/015af066-82b2-11df-acc7-002185ce6064_7.html. Acesso em 07.jul. 2016.

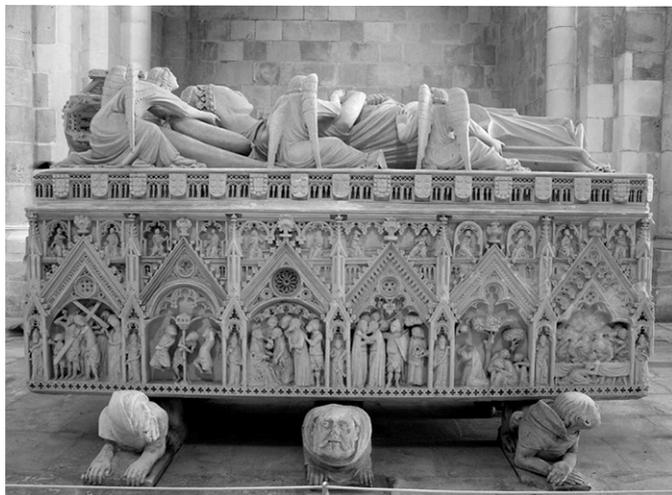
O mito não tem uma sequência contínua. É um produto da linguagem. Ele sofre as mudanças do narrador, mas as versões repetidas do mito só mudam superficialmente, porque o básico é constante. O mito serve para garantir a permanência do futuro ao presente e ao passado e exemplo desse caminhar mítico são as reproduções da paixão entre o Príncipe Pedro e Inês de Castro que, após sua injusta morte, como resultado desse grande amor, foi coroada, para reconhecimento de que essa união estava sacramentada pelo casamento, para a reparação de sua honra e para vingança dos algozes que implicaram nessa morte.

O tema de um amor além da morte e a história de da coroação de Inês já morta inquietaram a romancista, a poetas e a mais de meia centena de dramaturgos e, como “quem conta um conto aumenta um ponto” versões diferentes surgiram: como a de Lope de Vega; a de Luiz Vélez de Guevara, que acrescentaram à história de Inês e Pedro, aqui e ali um detalhe, um personagem a mais ou um nome, mas conservaram a essência do mito: o amor impossível e a curiosa vingança de coroar um cadáver.

O dramaturgo Luiz Vélez Guevara (1579-1644), por exemplo, em sua obra, em versos, *Reinar después de morir*, em que atuam 16 personagens nos 2472 versos, a ação caminha rapidamente para o seu fim. Inicia destacando o impetuoso amor de Pedro, rendido pelo amor: “[...] pues a mi Inés me humillé,/ pues me rendí a su hermosura/ a voces confesaré,/diciendo con toda el alma/ a los que amantes me ve”, e mostrando a recíproca desse amor em Inês, que segundo Brito (GUEVARA. v. 105-108) está em Coimbra, longe do amado “A perder/ el sentido cada instante/ que entre tus brazos no esté”, amorosa, cuidando dos filhos. Inês é destacada como amante apaixonada e mãe amorosa, numa preparação para o desfecho final.

O rei casou o Príncipe com a infanta Blanca, mas o príncipe não a quer e declara-lhe que ama a outra. Explica-lhe que após o

seu casamento, o primeiro, com a infanta de Castela por obediência a seu pai, depois do enlace, ele se apaixonou perdidamente por uma dama da corte da infanta “doña Inés de Castro Cuello/ de Garza, que con su padre / pasó a servir a la reina,/ mejor dijera a matarme” (GUEVARA, v. 459- 461). Mas não traiu a sua esposa, pois só depois que ela morreu se casou com a mulher que vivia em uma quinta, às margens do Mondego. (Idem, v. 565). O dramaturgo vai reforçando as declarações de amor entre o Príncipe e Inês, acelera as ações para destacar no terceiro ato a prisão de Inês, separação dos filhos, morte de Inês por imposição da corte e morte do rei. Coroado o príncipe, pensa fazer de Inês rainha, com uma grande festa: “En público saldré con ella al lado;/ un vestido bordado/ de estrellas la he de hacer, siendo adivina,/ porque conozcan, siendo Inés divina,” (GUEVARA, v. 241-246). Contudo ao saber pela Infanta que Inês fora decapitada pelos conselheiros “Álvar González y el traidor Coello”, o príncipe desmaia, desespera-se, manda que seja enterrada em Alcobaça com honrarias e coroa Inês como rainha de Portugal: “en la muerte se corone./ Todos los que estáis aquí/ besad al difunta mano/ de mi muerto serafín;” (GUEVARA, v. 2245-2250).



Corona de amor y muerte. La leyenda de Inês de Castro, de Alejandro Casona, é, também, uma vertente dessa parte lírica de *Os Lusíadas*.

Casona escreveu 25 obras dramáticas e esse dramaturgo espanhol, Alejandro Rodriguez Álvaro, “Alejandro Casona”, (1903-1965), apresentou em três atos, *Corona de amor y muerte*, em 1965, em Buenos Aires. A peça tem uns 50 personagens e relembra o mítico acontecimento ocorrido a Inês de Castro: sua coroação após a morte como resultado de uma grande paixão.

Segundo as crônicas Inês era filha natural de Pedro Fernandez de Castro e Aldonza Soares de Valladares; com certo parentesco com a família real castelhana. Quando morreu a sua mãe, foi levada para Valladolid, no castelo de Penafiel, onde cresceu em companhia de Constanza Manuel, a filha do infante don Juan Manuel. Em 1341, Constanza se casou com Pedro I de Portugal, chamado O Justiceiro, que foi amante de Inês de Castro. Sente-se no texto de Casona que há intertextualidades diversas, inclusive com a obra de Luiz Vélez de Guevara, *Reinar después de morir*, que lhe enriquecerão a obra, dando a ela mais ritmo, mais lirismo, mais tragicidade, provocando mais emoções.

Corona de amor y muerte começa com a preparação para o casamento da Infanta Constanza Manuel de Castela, filha de Juan Manuel e neta de Alfonso el Sábio, com o Príncipe Pedro de Portugal, arranjo político para conservar a paz entre esses países. Toda a corte veio de Lisboa para Coimbra, povo e nobreza, menos o príncipe, o noivo. Ela se sente ofendida por essa ausência. Também se inquietou por ter ouvido, ao entrar em Portugal uma canção de amor que referia a uma história de um jovem que ia ver a sua amada à noite e colocava as ferraduras ao contrário para despistar dos espias. O rei e os conselheiros tentam justificar a ausência do príncipe e comentam o procedimento dele.

Pedro se encontra no Paço de Santa Clara, às margens do Mandego, único rio que nasce em Portugal, numa aprazível e amorosa vida com Inês e os filhos.

A orgulhosa infanta, num dia de caça, com um ardil, se aproximou do Paço de Santa Clara para falar com Inês. Estabelece um diálogo entre elas com o tema do amor entre Pedro e Inês. Esta se refere a este amor como uma união de alma e corpo: “Quando Pedro me estrecha, toda mi alma va tomando poço a poço la forma de su cuerpo [...]” (CASONA, 2003, p. 80) Mas o diálogo entre elas é interrompido pela chegada do rei Alfonso, que vai ter a oportunidade de conhecer o seu neto, Juan. Há um longo diálogo terno entre eles e o rei se enternece. Chega Pedro e na fala entre o Rei e o Príncipe, o Soberano fica sabendo que Pedro e Inês não são amantes, que há sete anos se casaram em Bragança e que nem seus filhos são bastardos.

No terceiro e último ato vai desencadear a tragédia. Os conselheiros insinuem que o amor do príncipe é perigoso para o país. Segundo o Rei, se eles não se fizerem fortes, um dia “Castilla muerta de sed se volcará” sobre Portugal como seus rios “desesperados” buscam o mar português. (CASONA, 2003, p. 110). Contudo Pedro tem uma diferente visão sobre os interesses patrióticos. O Rei pensa Portugal como um todo virado para o mar com grandes barcos; os conselheiros, com interesses próprios, pensam em seus castelos e nas rendas de suas terras; ele pensa em mulheres com amor e seus filhos e nos pobres camponeses que trabalham cantando para esquecer a fome. (CASONA, 2003, p. 111)

Durante a reunião dos conselheiros para decidirem o que chamam “loucura”, o amor do Príncipe pela Inês, e chegam à conclusão que era preciso matá-la, sente-se no diálogo entre eles e o rei que este não quer esta solução e faz uma tentativa para evitar matar Inês lembrando o efeito futuro: “[...] matemos esta noche a Inês, y mañana yo no seré más que el Rey del crimen y vosotros el coro de traidores” e mais que “el pueblo y los poetas” vão propagar esse crimen porque “lo dicen siempre que hay por medio una mujer” y

Pacheco, um dos conselheiros dirá: “¿Y qué puede importarte? Tu trabajo es hacer la historia; que ellos la cuenten mañana como quieran.” (CASONA, 2003, p. 116). Desde a ocasião em que o rei foi ao Paço de Santa Clara e conversou com Inês e o menino, e depois com o seu filho, Pedro, Don Alfonso está indeciso, entre o carinho para com Inês e o seu neto, despertado durante a entrevista, e a razão de estado que lhe mostram os seus conselheiros, e procura despertar nos conselheiros piedade para com Inês. É uma forma de o autor amenizar no leitor/ouvinte a culpa do rei nesse crime.

Propõem o autor nas didascálias variados cenários: o predominante é a sala do Alcázar de Coimbra com tapetes góticos, janela dando para o Mondego, mapas, esferas, barcos. Segue o Paço de Santa Clara, às margens do Mondego. No terceiro ato, o autor determina o quarto de Inês à noite e no último quadro, o terceiro, um bosque no caminho de Coimbra. Neste cenário, vento e neve são agouros, prenúncios da desgraça de Pedro. Sente os presságios da morte de Inês e tem uma visão dela perguntando-lhe aonde ia, pois que a sua amada já estava morta. O apaixonado Don Pedro, que idolatra a esposa, no silêncio e na solidão presente a desgraça ou ouve a amada: “Dónde va el Caballero?/ Donde vas, triste de ti”. O romance de Inês é uma intertextualidade da III Cena da obra de Guevara *Reinar después de morir*, que possivelmente é uma variação de romance.

¿Dónde vas, el Caballero,
onde vas, triste de ti?
que la tu querida esposa
Muerta es, que yo la vi
las señas que ella tenía
bien te las sabré decir
su garganta es de alabasto
y sus manos de marfil.

Mas Casona vai além de Camões, aproveitando a obra de Luis Vélez Guevara e apoiando-se em crônicas e em sua criatividade desperta mais o sentimento do ouvinte/leitor no diálogo entre Pedro e o Mestre. Quando o príncipe explicará os efeitos da premunicação em seu comportamento:

Pedro – No basta la fiebre. ¿Yeste cordel que me aprieta la garganta?... ¿Y estas rodillas que me niegan?...? Y este fío en el tuétano?...!Que no lo sepa nadie, pero mírame! Yo no he tenido miedo nunca...! ¡Tengo miedo en las manos! ¡Tengo miedo en la entraña! ¡Tengo miedo en los huesos!...

E, já terminando o terceiro ato, depois que o príncipe Pedro fica sabendo, por Fragoso, a triste notícia da morte da esposa amada, efetuada de uma forma bárbara, com “três punhais e uma tropa de escolta”, e, ainda, toma ciência de quem participou no cruel assassinato e que entre os assassinos estava o seu próprio pai, o rei, ele incita sua tropa para ir contra todos e os soldados gritaram: ¡Portugal contra o Rey!... Segue a didascália que mostra a coroação com música, gritos figuras e a jovem morta vestida de noiva e Pedro de pé, um pajem de joelhos com uma coroa numa almofada.

Oscuro sobre el último grito al que contesta el pueblo. sin pausa, en la oscuridad, se oyen los clarines y tambores de la rebelión, galopadas a caballo y, finalmente, la triste melodía del rabel crescendo solemne, hasta disolverse en música sacra de órgano. Vuelve la luz lentamente en el salón del trono, ornado con banderas y escudos en doble perspectiva heráldica, sobre un fondo de vitral gótico. Inmóviles y armoniosos como figuras de tapiz. damas, caballeros. reyes de arma. Soldados, iglesia y Pueblo. En el trono, Inés, tal como apareció en el bosque-sin chal rojocubierta de velos blancos. Ni un crepón ni una

sola nota lúgubre. Es una muerta bella y joven, vestida de novia. Pedro, con un sencillo manto sobre los hombros. Un paje, de rodillas, sostiene la corona en un cojín de púrpura. La música va esfumándose, sin llegar a perderse. (CASONA, 2013, p. 140)

Procuramos com este ensaio redespertar o interesse pela obra *Os Lusíadas* e para isso nos detivemos no Canto 3, mencionando o amor extremado de Pedro a Inês de Castro que, numa louca paixão e uma exótica vingança de, antes de matar injustos algozes, coroar a vítima já morta e fazê-los prestar homenagem ela. Também buscamos mostrar que um possível fato histórico torna-se um mito e que desperta sonhos, criações artísticas com várias interpretações, pois a imaginação humana pode acrescentar dados, fixados num tempo histórico, e que a dramaturgia, a serviço da literatura, procura (re)apresentar a realidade, visando despertar paixões no ser humano, e tecer ações com imagens vivas estimulando o leitor ou o ouvinte.

Referências

- BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Org. Antônio José Saraiva. Porto: Figueirinhas, 1982. 2v.
- CASONA, Alejandro. *Corona de amor y muerte, La leyenda de Inês de Castro*. Madrid: Ibergráficas, 2003.
- CIDADE, Hernani. *Luis de Camões*. Lisboa: Editora Arcádia, 1961.
- OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de. *Momentos*. Vitória: El Autor, 1989.
- VÉLEZ DE GUEVARA, Luis. *Reinar después morir*. Disponível em: <http://www.comedias.org/velez/Reidm123.pdf>. Acesso em 07 jul. 2016.

NOTÍCIA

UM ROMANCE MAIS DO QUE HISTÓRICO

Luiz Guilherme Santos Neves*

Em 1860, alguns meses depois de D. Pedro II visitar o Espírito Santo, o fotógrafo francês Victor Frond, acompanhado do escritor e compatriota Alexandre Jouanet, repetiu grande parte do roteiro seguido pelo imperador. Seu objetivo era o de fotografar diferentes aspectos da terra capixaba para um projeto do governo imperial visando à publicação de um livro que, todavia, não se efetivou.

Mais de cento e cinquenta anos depois o historiador Cilmar Franceschetto lança a obra *Victor Frond 1860* (*) em que rastreia as pegadas do francês na captação das que são consideradas as mais antigas fotos paisagísticas do Espírito Santo (dezesseis ao todo), datadas de meados do século XIX.

A obra de Franceschetto se compõe de três partes: o substancial prefácio de Almerinda da Silva Lopes e as partes subsequentes, a cargo do autor: a primeira, de cunho propriamente historiográfico; a segunda, em que Franceschetto, dando asas à imaginação, se aventura pelas “trilhas do romance histórico” para contextualizar o itinerário de Frond em terras capixabas, “dentro das probabilidades do acontecido.”

De grande valia foram ainda para Franceschetto seus conhecimentos sobre a técnica e a história da fotografia e as exaustivas pesquisas de arquivo e bibliográficas que realizou para embasar principalmente a parte romaneada do livro, intitulada *Viagem do fotógrafo Victor Frond à província do Espírito Santo*.

Acrescentem-se a isso as diligentes investigações de campo que empreendeu para, calcando-se nas imagens realizadas por Frond,

* Escritor, historiador, folclorista. Ex-professor da UFES. Associado remido do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

tentar identificar — o que logrou com notável plausibilidade —, os locais exatos, que foram ilustrativamente demarcados em gravuras, em que o francês armou o seu tripé para produção das fotos.

Feitas estas considerações assinala-se que a questão que vai nos importar neste comentário cinge-se à parte do livro que o autor definiu como *romance histórico*, recurso literário de que se valeu para, pela dicção de um narrador em terceira pessoa, enveredar com liberdade pelo “campo das subjetividades na tentativa de imaginar algumas das intenções dos protagonistas” (Fronde e Jouanet), bem como para descrever suas “andanças e possíveis aventuras entre Vitória e o interior da província”.

Nem por isso Franceschetto deixou de indexar sua narrativa a um copioso elenco de notas referenciais, buscando dar o máximo de credibilidade histórica aos voos da criatividade autoral. São 108 notas que subsidiam as 185 páginas do romance (verdadeiro texto à parte, de 16 páginas), a que ele insistentemente remete o leitor como se a cada avanço da narrativa o historiador existente no autor ficcional quisesse advertir que sua imaginação trabalhou sobre um background de dados comprovadamente conhecidos.

Foi essa estreita e obsessiva vinculação do *real histórico* ao *ficcional* (visível preocupação no fio condutor da narrativa), que me levou a indagar sobre o tipo de romance histórico que foi escrito, sobretudo em face de sua concepção metodológica, de explicitada fundamentação documental e historiográfica.

É sabido que nenhum romance histórico prescinde da realização de pesquisas prévias sobre o tema a ser desenvolvido. A partir daí o tratamento da matéria pesquisada é de livre arbítrio e fantasia do autor.

Em *Victor Frond 1860* constata-se que as pesquisas feitas não apenas ensejaram a criteriosa montagem da ourivesaria do romance como serviram de importante marca-passos na evolução da nar-

rativa, tanto que seu balizamento construtivo é meticulosamente levado ao conhecimento do leitor.

Destarte, pela preocupação que teve Franceschetto de apontar os múltiplos elementos históricos e técnicos que ancoraram sua narrativa, o resultado obtido – aliás, com indiscutível competência –, é o que se poderia chamar *romance histórico de ficção comprovada*, o primeiro escrito nesse estilo sobre acontecimentos da história do Espírito Santo. É ler e conferir.

Referências

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Victor Frond 1860*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2015.

PROFESSOR CLÓVIS ABREU

*Roberto Brochado Abreu**

Neste ano de 2016, o centenário do IHGES coincide com o do professor Clóvis Abreu, meu pai. Em homenagem à sua memória, elaborei biografia resumida. Ele nasceu em Muriaé, MG, em 1916, filho de Cornélio Abreu e de Adorila dos Reis Abreu, ambos brasileiros da Zona da Mata mineira. Seu pai, antigo vereador local, era pequeno comerciante que sofreu forte impacto falimentar com a crise econômica a partir do final dos anos 20 do século passado. Sua mãe era senhora do lar e muito religiosa. A família compunha-se de nove filhos, e tiveram que sair de Muriaé sob condições muito duras e com pouquíssimos pertences, buscando sobreviver de favor em outros recantos, que foram numerosos, vivendo muitas vezes em situação de penúria e de pobreza extrema.

Aos 12 anos quase completos, Clóvis Abreu seguiu para Mendes, RJ, onde continuou seus estudos e formou-se professor do ensino secundário, na Escola Normal de Mendes, da Congregação dos Irmãos Maristas, tendo lecionado na rede de ensino desses religiosos no Rio de Janeiro e em Santos. Chegou a ser membro da citada congregação como religioso entre 1931 até 1937, chegando a proferir votos provisórios. No Ministério da Educação tinha registro para lecionar as disciplinas de português, francês, inglês e matemática. Entendia bem a língua latina.

Em 1938, foi para Muqui, ES, trabalhar como professor, tendo como colega Dirceu Cardoso, futuro político de projeção nacional. Passa a atuar também na cidade vizinha de Mimoso do Sul, onde já existia um ginásio particular dirigido pelo vigário local, o padre Elias Tommasi. Clóvis Abreu veio a ser grande amigo desse sacerdote, além de fiel escudeiro e confidente.

* Engenheiro, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Em 1940, casa-se com Margarida de Freitas Brochado, de família fluminense radicada em Mimoso do Sul. Segue para Manhumirim, MG, onde passa a lecionar num colégio particular dirigido pelo padre Júlio Maria De Lombaerde, fundador da Ordem dos Padres Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, um missionário belga que atuava naquela cidade. Clóvis Abreu foi colega nesse estabelecimento do professor José Schiavo, renomado escritor bibliasta. Ali nasce dois de seus filhos, Olga Maria e Paulo José. Depois, por um período maior, passa a lecionar no Ginásio Municipal de Carangola, também em Minas Gerais, onde sua prole é acrescentada de mais dois filhos, Clóvis e Vera Lúcia.

Em 1947, volta para Mimoso do Sul, onde se torna professor do Ginásio Mimosense e depois seu diretor técnico. Em Mimoso sua família é acrescida de mais cinco filhos — Rogério Luís, Terezinha, Roberto, Márcia e Inês —, totalizando nove. Nessa cidade participa como fundador da Escola Técnica de Comércio de Mimoso do Sul e de inúmeras atividades assistenciais e cívicas. De 1955 até início de 1960 é diretor do Colégio Estadual e Escola Normal Monsenhor Elias Tommasi em Mimoso do Sul. Nesse colégio, além da atividade de diretor, também ministrava aulas. E, com ajuda do grêmio estudantil e de verbas públicas, conseguiu construir uma piscina a partir de obra já iniciada há muitos anos e que se encontrava apenas na escavação. Fez cursos complementares na Fundação Getúlio Vargas e em outras instituições.

Muda-se para Vila Velha, ES, em maio de 1960. Na Grande Vitória torna-se professor do Colégio Estadual de Vitória e depois do seu anexo no bairro de Paul. Transfere-se depois para o Ginásio Estadual Agenor de Souza Lé, em Vila Velha, até aposentar-se na administração estadual. Atua também como professor da Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo, entre 1960 até 1986, aposentando-se por idade aos 70 anos. Na Prefeitura de Vila Velha

foi professor por nove anos, de 1970 até 1979, lecionando principalmente matemática para alunos de primeiro grau na Escola Antônio Ferreira Coelho, bairro da Glória, e na Escola Antonio Bezerra de Faria, bairro de Vila Garrido. Como professor também ministrou aulas no Ginásio dos Padres Passionistas de Paul, no Colégio Marista e no Colégio São José, todos também em Vila Velha.

Em todo o seu período profissional enfrentou sala de aula usando técnica clássica de seu tempo: giz e quadro negro. Considerava desnecessária a introdução no ensino da matemática, a partir de 1972, da teoria dos conjuntos para o curso de primeiro grau. Outro ponto de vista dele: via como uma distorção a excessiva interferência no ensino de professores de gabinete, que não regiam classe, por considerá-los portadores de conceitos não práticos de didática e de pedagogia, já que eram vítimas de profundos equívocos ideológicos provenientes das autoridades e técnicos de educação, na maioria das vezes desligados da realidade do povo.

Atuou no movimento da Sociedade São Vicente de Paulo em Vila Velha, tendo sido membro do seu conselho central em Vitória. Ganhou o título de Cidadão Mimosense em 1974. Veio a falecer em Vila Velha em 1999, aos 83 anos de idade, deixando a viúva dona Margarida, e os nove filhos antes referidos. Em 2015, por força de lei municipal, a Câmara Municipal de Vila Velha denominou “Professor Clóvis Abreu” o prédio da sede do Polo Vila Velha da Universidade Aberta do Brasil.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na Gráfica JEP, Vitória-ES, em Dezembro de 2016.

Tiragem: 300 exemplares.